UMUARAMA
Ilustrado
HÁ 52 ANOS - O GRANDE JORNAL DO NOROESTE DO PARANÁ
DESDE 1973 - ANO 52 - Nº: 13.179
R$ 3,00
44-3621-2501
Fundador e Presidente: Ilídio Coelho Sobrinho
UMUARAMA, TERÇA-FEIRA, 26 de Novembro de 2024
Editor Responsável: Osmar Nunes da Silva

Polícia Civil desarticula quadrilha que estava praticando assaltos no comércio de Umuarama

O Grupo de Diligências Especiais da 7ª Subdivisão Policial de Umuarama realizou uma operação, no fim de semana, que culminou na prisão de quatro adultos e na apreensão de um adolescente, acusados de integrar uma associação criminosa especializada em roubos na cidade. De acordo com a Polícia Civil, a ação foi desdobramento de uma investigação que apurava um roubo ocorrido no dia 3 de setembro passado, em uma loja de celulares localizada na Avenida Paraná, no centro de Umuarama. **Página A6.**



UMUARAMA

Prefeitura quer ouvir a população sobre a coleta do lixo

A Prefeitura de Umuarama informou que preparou um questionário para que o cidadão e a cidadã opinem sobre formas de melhorar a qualidade do serviço de coleta e destinação do lixo da cidade. É uma forma de melhorar o plano integrado de gerenciamento dos resíduos sólidos que será renovado pelo município nos próximos dias.

Página A3

CIDADE

Jovem é preso em Umuarama com vídeos de sexo com crianças

Página A6

UMUARAMA

Conselho dos Direitos da Mulher convoca entidades para a eleição

Página A3



PARANÁ

Ratinho JR anuncia R$ 52 mi à organizações sociais

O governador Ratinho Junior anunciou ontem o repasse de R$ 52 milhões para organizações da sociedade civil paranaenses, com recursos oriundos de emendas parlamentares. Esse tipo de repasse ao terceiro setor é inédito no Estado.

Página A5



OUTRA OBRA NO ANTIGO POLIESPORTIVO - Está no início a última obra do antigo Poliesportivo que compreende a construção do Pavilhão de Eventos e Cultura e do estacionamento, com orçamento de R$ 4.594.976,87. Veja o que terá no local. Página A5



HOJE TEM "DECISÃO" NO BRASILEIRÃO - Palmeiras e Botafogo se enfrentam hoje à noite pelo Brasileirão. Quem vencer fica muito perto do título. O Verdão tem a vantagem de jogar em casa e conta com as entregadas do Botafogo. Página A8

RETALIAÇÃO

Carrefour BR admite suspensão de fornecimento de carne, mas diz que não há desabastecimento

Brasília - O Grupo Carrefour Brasil reconheceu, em nota, impactos advindos da ruptura de fornecimento de carnes pela indústria nacional, após grandes frigoríficos interromperem a entrega de produtos às unidades do grupo no País.

"Infelizmente, a decisão pela suspensão do fornecimento de carne impacta nossos clientes, especialmente aqueles que confiam em nós para abastecer suas casas com produtos de qualidade e responsabilidade", disse o grupo em nota, que é formado pela rede Carrefour, Atacadão e Sam's Club.

Apesar da suspensão do fornecimento de carnes pelos frigoríficos, o grupo reforçou que não há desabastecimento dos produtos em suas lojas. No último sábado, frigoríficos brasileiros pararam de fornecer carnes ao Grupo Carrefour no Brasil, após a decisão da rede na França de não vender mais o produto do Mercosul.

SUSPENSÃO

Segundo fontes da indústria, a interrupção no fornecimento atinge mais 150 lojas da rede no Brasil. O movimento de cancelamento de entregas começou ainda na quarta-feira, 20.

Entre os frigoríficos que aderiram à interrupção estão a JBS, a Marfrig e o Masterboi, que não se manifestaram publicamente, conforme apurou a reportagem.

Somente a Friboi, marca de carnes bovinas da JBS, responde por 80% do volume fornecido ao grupo de origem francesa, sendo que na rede Atacadão o fornecimento da marca é de 100%.

A JBS cancelou a saída de produtos das fábricas e dos centros de distribuição que seriam destinados ao Grupo Carrefour Brasil imediatamente, segundo fontes. A estimativa do mercado é de que a partir desta segunda-feira os efeitos da suspensão das entregas comece a ser percebido nas gôndolas da rede, já que se trata de mercadoria resfriada e/ou congelada com estoques limitados. A decisão da indústria foi endossada pelo governo, que cobrou do setor uma "ação enérgica" contra o boicote da empresa.

REPRESÁLIA

A represália da indústria foi imediata à declaração do CEO do Carrefour, Alexandre Bompard, que anunciou na quarta, que a rede pararia de vender carne do Mercosul nas lojas francesas. Um dos frigoríficos cancelou no mesmo dia o envio de caminhões que abasteceriam 50 unidades do Carrefour. A indústria cobra uma retratação pública de Bompard para retomar o abastecimento.

"Nós, do Grupo Carrefour Brasil, lamentamos profundamente a atual situação e reafirmamos nossa estima e confiança no setor agropecuário brasileiro, com o qual sempre mantivemos uma relação sólida e de parceria. Entendemos a importância deste setor para a economia e para a sociedade como um todo, e continuamos comprometidos com o fortalecimento dessa relação", disse o Carrefour Brasil na nota divulgada nesta segunda-feira.

O grupo afirmou também que há 50 anos "tem construído e mantido uma excelente relação" com seus fornecedores, pautada pela "confiança mútua". "Por isso, estamos em diálogo constante na busca de soluções que viabilizem a retomada do abastecimento de carne nas nossas lojas o mais rápido possível, respeitando os compromissos que temos com nossos mais de 130 mil colaboradores e com milhões de clientes em todo o Brasil", explicou o grupo.

"Reiteramos nosso compromisso com o País, o respeito ao consumidor e a transparência em todas as etapas deste processo. Seguiremos trabalhando para resolver essa situação da melhor forma possível, sempre com o objetivo de atender com qualidade e excelência aos nossos clientes", concluiu o grupo na nota.

Plano de atentado contra Moraes incluía sequestro, prisão e execução; entenda

Rio - Ao investigar a atuação de um grupo de militares que planejava um golpe de Estado em 2022, a Polícia Federal (PF) revelou um plano para sequestrar, prender e até executar o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. O magistrado seria o primeiro alvo da organização criminosa, que também incluía o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o vice Geraldo Alckmin (PSB).

De acordo com o relatório da Polícia Federal, foi encontrado nos arquivos apreendidos no celular do general reformado Mário Fernandes, então secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência, um arquivo denominado plano "Punhal Verde e Amarelo". Os investigados indicam que o documento previa "a elaboração de um detalhado planejamento que seria voltado ao sequestro ou homicídio do ministro Alexandre de Moraes e, ainda, dos candidatos eleitos Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, ambos componentes da chapa vencedora das eleições".

O advogado Raul Livino, responsável pela defesa do general Mário Fernandes, afirmou que ainda não teve acesso ao inquérito, mas que considera a prisão cautelar dele despropositada. A defesa pediu a transferência do militar do Rio de Janeiro para Brasília.

Segundo a PF, o planejamento contra Moraes previa o mapeamento dos locais que o ministro frequenta em Brasília, como residência, trabalho e academia, além do itinerário, dos horários e da agenda dele.

PUNHAL VERDE E AMARELO

Em outro trecho do plano "Punhal Verde e Amarelo", Mário Fernandes cita o número de agentes envolvidos na segurança do ministro, armas e veículos utilizados pelos quatro policiais federais e dois motoristas na comitiva de Moraes. O plano revela uma lista de itens necessários para a execução da operação, entre eles coletes balísticos, armas de grosso calibre e até lança-granadas.

"Considerando todo o contexto da investigação, o documento descreve um planejamento de sequestro ou homicídio do ministro Alexandre de Moraes. Essa afirmação se baseia, além de todas as referências ofensivas ao ministro nos áudios e diálogos mantidos por Mário Fernandes, em alguns detalhes do documento", diz a PF

Em outro ponto, o militar descreve que seriam necessários seis telefones celulares "habilitados em nomes de terceiros e, associados a codinomes de países para anonimização da ação criminosa". Os telefones seriam utilizados pelos militares envolvidos no plano de prisão/execução de Moraes.

"Foram consideradas diversas condições de execução do ministro Alexandre de Moraes, inclusive com o uso de artefato explosivo e por envenenamento em evento oficial público. Há uma citação aos riscos da ação, dizendo que os danos colaterais seriam muito altos, que a chance de "captura" seria alta e que a chance de baixa (termo relacionado a morte no contexto militar) seria alto "

Uma execução por truculência

• Eliseu Auth

Quem tem filhos, não tem como não se revoltar com o assassinato do estudante de medicina Marco Aurélio Acosta. O fato se deu, semana passada, nas escadarias de um hotel em São Paulo. Nem foi motivo banal porque motivo nenhum existia. As imagens mostram dois policiais tentando dominar o jovem. Um deles, sem mais nem menos, dá o tiro à queima-roupa no guri que se debatia, enquanto o outro o chutava. Não havia a menor razão para o desatino. A execução é que foi banal, fruto de truculência incrustada em parte da polícia onde cidadãos que deveriam proteger, não valem nada.



Não armamos a polícia para fazer de nós o que quer. Ela existe para cuidar de nós e da "polis" (cidade) onde moramos. Ali ela tem a missão de nos proteger. Não faz leis próprias, mas segue a nossa, sob pena de abuso. Sempre soube que a polícia de São Paulo era a mais preparada do país, mas já não é assim. Hoje está truculenta. Seu governador já disse que a protege e não está nem aí com denúncias de abuso. Emendou que descontentes podem ir aos direitos humanos, à ONU e ao raio que os parta, que não está nem aí... Isso, queira ou não, açula a truculência que pode soar como método autorizado.

Na minha longa trajetória no Ministério Público encontrei muitos bons policiais e os prestigiei. Evocava a polícia protetora que atravessa nosso filho pela rua movimentada, mas não tolerava abusos, truculência e arbítrio que não podiam passar em branco. O mau uso do cachimbo entorta a boca. Queremos que a polícia aja com o rigor necessário, mas nunca com abuso. Não se quer que use punhos de renda e nem que fale com voz aveludada, mas siga protocolos onde caiba o respeito mútuo entre cidadãos e autoridade policial.

Assim entendida a relação entre cidadãos e polícia, surtirá a necessária harmonia num Estado com leis como o nosso, onde ambos precisam se respeitar. Ali não cabe matar um menino desarmado que se debatia com policiais armados. É oportuno perguntar: E, se fosse com nosso filho? Senhor Deus! Havia outro jeito de lidar com o jovem revoltado que facilmente seria dominado! Sua morte só deu em dor irreparável dos pais e de todos nós que vimos as imagens chocantes de mais uma execução por truculência.

(Eliseu Auth é promotor de justiça inativo, atualmente advogado).

Coluna Ilustradas

Maioria do STF vota por manter símbolos religiosos em órgãos públicos

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou nesta segunda-feira (25) maioria de votos para permitir a continuidade do uso de símbolos religiosos em órgãos públicos de todo o país.

Até o momento, a Corte tem seis dos 11 votos do plenário para rejeitar um recurso do Ministério Público Federal (MPF) que pede a proibição da utilização de crucifixos, imagens de santos e outros objetos nos prédios públicos.

Para o MPF, a permissão dos símbolos viola os princípios constitucionais da liberdade de crença religiosa e da laicidade do Estado.

Prevalece no julgamento virtual o voto do relator, ministro Cristiano Zanin. O ministro ressaltou que o cristianismo faz parte da formação da sociedade brasileira e que os feriados alusivos à religião, os nomes de cidades, estados e locais públicos fazem parte da cultura do Brasil. Dessa forma, segundo o ministro, a manutenção dos símbolos nas repartições não é inconstitucional.

"A presença de símbolos religiosos em prédios públicos, desde que tenha o objetivo de manifestar a tradição cultural da sociedade brasileira, não viola os princípios da não discriminação, da laicidade estatal e da impessoalidade", escreveu Zanin.

O voto do relator foi seguido pelos ministros Flávio Dino, André Mendonça, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Edson Fachin. O julgamento virtual será finalizado nesta terça-feira (26).

MP autoriza emendas parlamentares para Fundo Nacional de Meio Ambiente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou a Medida Provisória 1.276, que autoriza que recursos de emendas parlamentares possam ser utilizadas para abastecer o Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Até então o fundo, criado em 1989, contava com recursos de dotações orçamentárias da União; recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis de pessoas físicas e jurídicas; e rendimentos como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio.

A MP, publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU), também prevê que os recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente poderão ser transferidos aos entes subnacionais - sem a necessidade de convênio - para financiar projetos de prevenção, preparação e combate a incêndios florestais, inclusive de resposta à fauna atingida ou potencialmente atingida. Nesses casos, será necessária a declaração de situação de emergência ambiental na região sob risco de incêndio florestal, pelo Ministério do Meio Ambiente.



Por: Lucas Días Butierrez / desenhista

@sr_butierrez



Expediente:
Ilustrado
Publicado desde 5 de agosto 1.973
Empresa Jornalística Umuarama Ltda.
CNPJ/MF - 04.233.582/0001-07

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PARQUE GRÁFICO
Av. Tiradentes, 2.680 - Tel. (44) 3621-2501
CEP 87.505-090 - Umuarama-PR
www.ilustrado.com.br

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:
Fundador e Presidente: Ilidio Coelho Sobrinho
ilidio@ilustrado.com.br
Vice-Presidente: Maria Hirata Coelho
Diretora de Assuntos Jurídicos:
Dra. Katiúscia Hirata Coelho
Diretora: Dra. Karina Hirata Coelho

EDITOR RESPONSÁVEL:
Osmar Nunes da Silva
osmar@ilustrado.com.br
(Registro no MTB nº 184/01/92v)

REDAÇÃO
(44) 3621-2535
editoria@ilustrado.com.br

FINANCEIRO
(44) 3621-2502
financeiro@ilustrado.com.br

ASSINATURAS
(44) 3621-2526
assinaturas@ilustrado.com.br

FALE CONOSCO
(44) 3621-2501
faleconosco@ilustrado.com.br

CLASSIFICADOS
(44) 3621-2525
classificados@ilustrado.com.br

SUCURSAL CURITIBA
(41) 3019-3500

COMERCIAL
(44) 3621-2501
comercial@ilustrado.com.br

(44) 9.9913-0130
umuaramailustrado

FILIADO A:
ANJ Associação Nacional de Jornais
WAN - Associação Mundial de Jornais
ASSOCIADO: abra legal Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal

DEFESA DO CONSUMIDOR: As queixas deverão ser enviadas por escrito para o endereço acima.
As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente à linha editorial do jornal
Este jornal não remunera seus colaboradores, sejam eles eventuais ou constantes

LIXO ORGÂNICO

Prefeitura quer que população responda questionário para ajudar na melhora da coleta de lixo de Umuarama



O Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) de Umuarama é de 2015 e precisa ser atualizado com urgência, já que é ele que define as políticas públicas para atender os moradores com a coleta de lixo urbano. Diante dessa responsabilidade, a Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, contratou uma empresa especializada no assunto para renovar as normas e termos do documento, para que ele fique moderno e mais funcional.

O prefeito Celso Pozzobom conta que foi realizada uma licitação para a escolha da empresa que vai desenvolver o trabalho de produção do PGIRS e a vencedora foi a Ares Assessoria, de Presidente Prudente (SP). "Para poder fazer a renovação com segurança, técnicos da empresa devem chegar a Umuarama nesta terça-feira (26) e vão iniciar um trabalho minucioso para ouvir a opinião dos moradores, que estão convidados a responder um questionário com 18 perguntas, fáceis de serem respondidas e o participante vai gastar apenas alguns minutos para dar sua contribuição", comenta.

O secretário municipal de Meio Ambiente, Waltinho Sucupira, explica que o PGIRS é um documento técnico que descreve as ações necessárias para o manejo adequado dos resíduos gerados no município, sejam nos empreendimentos, sejam os domésticos. "Ele é fundamental para garantir que os resíduos sejam tratados e descartados de maneira responsável, minimizando impactos ambientais. A palavra de ordem é a sustentabilidade e convivência harmoniosa com o meio ambiente, garantindo às futuras gerações uma condição de vida saudável", detalha.

PENSANDO O FUTURO

Fernanda Periard Mantovani, diretora de Meio Ambiente, aponta que não há como ignorar os problemas surgidos pela modernização, concentração populacional e alto consumo, decorrendo em crescentes volumes de resíduos (lixo) produzidos pela população, indústrias, comércio, serviços, área da saúde, limpeza pública, construção civil e outros setores, diante de um exagerado consumismo e da facilidade do descarte.

Ela indica alguns fatores importantes nas avaliações dos problemas pertinentes aos resíduos sólidos: econômico; ambiental; sanitário; comunitário; cultural; político; número de habitantes do local e expansão da cidade; tipos usuais de acondicionamento; tipos de coletas e de equipamentos da coleta; sistema viário e tipos de pavimentos das vias; distância ao destino final e forma adequada de destino final.

O PGIRS de Umuarama estará de acordo e conforme as determinações da Política Nacional de Resíduos, de 2010. "O tratado deve conter soluções sustentáveis, como a priorizar a redução, reutilização e reciclagem de resíduos para minimizar impactos no meio ambiente e que ele seja adaptado às necessidades específicas da prefeitura. Ao final de pesquisas, estudos e análises, a empresa consultora entregará um diagnóstico da situação atual, que permitirá projetar as tendências do futuro para levar o município a condições de convivência harmoniosa entre o cidadão e o meio ambiente", adianta.

Conselho dos Direitos da Mulher convoca entidades da sociedade civil para eleição

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) abriu inscrições para a eleição que vai definir os membros da sociedade civil na mesa diretiva para o próximo mandato. As inscrições deverão ser entregues presencialmente na Secretaria-Executiva dos Conselhos (av. Castelo Branco, 3370), no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30) ou enviadas para o e-mail cmdm@umuarama.pr.gov.br até 10 de dezembro próximo.

Por meio do ofício circular 01/2024, o CMDM convocou as organizações comunitárias femininas, movimentos de mulheres/feministas, entidades religiosas, instituições de ensino superior (áreas relacionadas a igualdade de gênero), de apoio à promoção profissional, categorias profissionais afetas à área dos direitos das mulheres, associações, entidades, cooperativas ou organizações não governamentais e sindicatos com representatividade no âmbito municipal.

As organizações interessadas da sociedade civil deverão preencher formulário de inscrição e indicar até dois representantes para a assembleia de eleição. Deverão anexar ao formulário cópia da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da entidade e cópia do RG, CPF e comprovante de residência dos seus representantes. Inscrições realizadas em desacordo com o ofício convocatório ou com a Lei Municipal 429/2020 serão indeferidas pela comissão organizadora do processo eleitoral.

A assembleia de eleição será no dia 16 de dezembro, às 8h, na Secretaria-Executiva dos Conselhos. Em seguida a entidade deverá indicar os membros titular e suplente que comporão o CMDM durante o biênio 2025/2027 como seus representantes.

As fichas de inscrição pode ser encontradas no site da Prefeitura (www.umuarama.pr.gov.br) acessando no Portal da Transparência a aba 'Assistência Social', depois 'Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM' e 'Editais'. A presidente do conselho, Silmara Ruiz, se colocou à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Empresários com dívidas na Fomento Paraná podem renegociar com descontos de mais de 70%

A Fomento Paraná, instituição financeira do Governo do Estado parceira da prefeitura de Umuarama, que disponibiliza linhas de crédito para empresas de micro e pequeno porte por meio da Casa do Empreendedor de Umuarama, lançou uma nova campanha de renegociação de contratos que estejam com parcelas em atraso.



A campanha oferece uma série de benefícios aos clientes que estão inadimplentes, inclusive com descontos que podem chegar a 100% de juros e dos encargos moratórios.

O objetivo da campanha, segundo Lairso Rocha Ribeiro, agente de crédito da Fomento Paraná em Umuarama, é sensibilizar empreendedores e empresas com benefícios para liquidar contratos e eliminar restrições que atrapalham a contratação de novos créditos no mercado financeiro e junto a fornecedores. "Desta vez a Fomento criou uma condição vantajosa que pode chegar a um desconto de mais de 70% do valor da dívida em alguns casos, se o cliente aceitar fazer o pagamento à vista", explica. Ele indica que os empreendimentos aptos a ter os maiores descontos vão receber uma correspondência que apresenta o boleto de liquidação com as condições especiais de negociação, que vão até o dia 31 de janeiro de 2025. "Em caso de dúvidas, os devedores podem entrar em contato comigo pelo telefone (44) 3624-8065 ou (44) 99967-8909 que vamos orientar sobre os modelos de renegociação e os cálculos das dívidas", detalha. O agente de crédito esclarece que é necessário que o contrato tenha, pelo menos, um pagamento (ainda que parcial) para reparcelamentos na esfera administrativa. "Para contratos já ajuizados não há exigência de pagamento mínimo. Com a renegociação e reparcelamento da dívida é possível estender os prazos para até 60 meses, ou mais, dependendo da fonte dos recursos do contrato", afirma Ribeiro.

SERVIÇO
FOMENTO PARANÁ – RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS
Local: Casa do Empreendedor de Umuarama
Praça Hênio Romagnolli n° 3820 (ao lado da Aciu)
Contato: (44) 3624-8065 ou (44) 99967-8909.

Equipe da Educação participa do Fórum Extraordinário da Undime Paraná

A cidade de Foz do Iguaçu, no Oeste do Estado, foi palco do Fórum Estadual Extraordinário da Undime Paraná nos dias 20, 21 e 22 deste mês, reunindo importantes lideranças educacionais para discutir políticas do setor em tempos de transição de governo. Realizado no Golden Park Hotel, o fórum contou com a presença de diversos especialistas e autoridades do setor educacional.

A Secretaria Municipal de Educação de Umuarama marcou presença no evento com a participação da secretária Mauriza Gonçalves de Lima Menegasso e das técnicas da secretaria, Elisangela Reis, coordenadora geral, e Patrícia Abucarma, coordenadora da equipe pedagógica.

O fórum foi uma oportunidade ímpar para debater questões cruciais ao futuro da educação no Estado e no país. Um dos destaques foi a mesa de debate mediada pela secretária Mauriza, que abordou o tema "VAAR: avaliação, monitoramento e redução das desigualdades". A mesa teve a participação de Aléssio Costa Lima, presidente da Undime Nacional, e Michele Lessa de Oliveira, coordenadora geral de Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

Mauriza destacou a relevância do fórum, enfatizando que o evento foi fundamental para discutir as responsabilidades das secretarias de Educação durante períodos de transição governamental. Segundo ela, "é essencial que haja organização e documentação adequadas para garantir a continuidade das boas práticas e evitar a descontinuidade das políticas públicas", disse.



"O fórum nos proporcionou uma plataforma para compartilhar experiências e estratégias que assegurem a continuidade das iniciativas educacionais, mesmo em tempos de mudança", afirmou a secretária da Educação de Umuarama.

Além das discussões temáticas, o evento contou com apresentações culturais e diversos momentos de interação entre os participantes, que facilitaram o networking e a troca de ideias entre os presentes. A participação ativa de técnicos e gestores de diversas regiões destacou a importância da colaboração e do compartilhamento de experiências para o fortalecimento das políticas educacionais.

Ao final, o Fórum Extraordinário da Undime Paraná reafirmou o compromisso dos dirigentes municipais de educação com a melhoria contínua da qualidade do ensino. Ao abordar temas como a avaliação e monitoramento educacional, o evento contribuiu significativamente para a formação de estratégias que visam reduzir as desigualdades e promover uma educação de qualidade para todos.

"As discussões e insights gerados durante o fórum certamente influenciarão as políticas educacionais nos próximos anos, garantindo que as boas práticas sejam mantidas e aprimoradas", completou Mauriza Lima, que trocou experiências com a secretária de Educação de Foz do Iguaçu, Maria Justina, a diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do MEC, Maria Selma Moraes Rocha, e com diversas lideranças participantes do fórum.



Ele disse:

"O legado institucional de Lula é zero. Não é que seja pequeno, é nulo. Dar dinheiro, aqui e ali, são castelos de areia. Ele e Bolsonaro promoveram o pobrismo".

De Mangabeira Unger, filosofo e ex-ministro do PT.

Metafísico

Que mal pergunte, o governo federal está batendo cabeça em relação ao bloqueio dos sites ilegais de apostas, ou a turma da jogatina conseguiu 'acalmar' os opositores do jogo online?

UMUARAMA, TERÇA-FEIRA, 26 de Novembro de 2024
www.ilustrado.com.br



Formatura de Medicina na Unipar

A Universidade Paranaense (Unipar) realiza nesta quarta-feira (27) a colação de grau da segunda turma do curso de Medicina. A solenidade será a partir das 19 horas no Centro de Eventos de Umuarama, ao lado do Parque de Exposições.

Vida de empreendedor

A vida não é fácil para quem arrisca capital, tempo e trabalho na iniciativa privada.

É preciso respeitar quem tem essa coragem e desprendimento, pois a cada 10 novas lojas, 6 fecham as portas no Brasil.

O levantamento foi feito pela empresa de inteligência geográfica Cortex, que fornece soluções com base em informações geográficas, socioeconômicas e da

inteligência artificial.

E tem aquela turma que julga que todo empresário é ganancioso, que só pensa em explorar o seu colaborador...

Pois é...

Policromático

Não podemos apagar as dores do passado sem antes tentar entender o propósito de cada cicatriz...

Papo rápido

- Pegou mal no STF a declaração de Janja de que Alexandre de Moraes 'é um grande parceiro do governo'...

- Neste caso, data venia, Janja não disse nada mais do que aquilo que o cidadão brasileiro está careca de saber...

Das redes

Circula nas redes sociais a prece da turma:

- Deus, me dê uma chance de te mostrar que o dinheiro não vai me modificar.

Se a moda pega...

Um projeto de resolução que tramita na Câmara Municipal de Iguaraçu, vizinha a Maringá, pretende criar jurisprudência no Legislativo brasileiro.

A iniciativa prevê o fim da eleição para o presidente da casa.

Ficaria assim:

- No primeiro biênio assume a presidência o vereador mais votado; nos dois anos finais do mandato assume o cargo o segundo mais votado.

Agora vai

Nesta semana, o STF enfrentará um tema que atravessa gerações: crucifixos em repartições públicas violam a laicidade do Estado?

Como o Brasil é um país sem maiores problemas, temos tempo para debater a presença da imagem religiosa nas repartições públicas.

Parece que a imagem da cruz de Cristo incomoda muita gente dessa ré-pública. Acredito que o Cristo também não fica muito à vontade nestes ambientes onde os seus ensinamentos são vilipendiados...

Campanha

O deputado federal Zeca Dirceu vai participar de confraternização de fim de ano em Maringá com aliados do PT, e de outros partidos.

É coisa grande pelo tamanho do local; uma ala do parque internacional de exposições.

Parece até que o Zeca já está em campanha para o senado.



Desembarque

O ex-deputado federal Fernando Francischini está deixando o União Brasil e se filiando ao Solidariedade para comandar o diretório estadual.

Por enquanto permanecem no União a mulher Flávia, deputada estadual, e o filho Felipe, deputado federal.

Sérgio Moro devargazinho vai tomando as rédeas do União no Paraná.

O deputado federal Newton Bonin, que representa Umuarama e região na Câmara, é do União.

Em Umuarama, a vereadora Ana Novais também é do União e aliada de Sérgio Moro.

Escrito apenas ontem...

O homem do Brasil entra na História com um elemento inédito, revolucionário e criador: a molecagem.

- Nelson Rodrigues.

Armadilha inocente

Policiais civis do Mato Grosso cumpriram mandados de busca e apreensão em residências de suspeitos de produzir, armazenar e compartilhar pornografia infantil pela internet.

Os pedófilos atraem as vítimas, sempre menores de idade, em plataformas e jogos

online.

Aqueles inocentes joguinhos podem esconder terríveis armadilhas...



1º Espetáculo da Orquestra Mirim de Francisco Alves será sábado

A Prefeitura de Francisco Alves, por meio da Secretaria de Assistência Social, convida toda a população do município e da região para uma noite especial de música e emoção. Será nesta sexta-feira, 29 de novembro, a partir das 19h30 na Casa da Cultura. Sob a regência do talentoso maestro Tom, os jovens músicos da Orquestra Mirim apresentarão um espetáculo único com interpretações encantadoras de Clássicos Sertanejos.

Trilha sonora

A trilha sonora de hoje é da banda The Who.

Pode começar com "Behind Blue Eyes", "Baba O'Riley", "Won't Get Fooled Again"...

Professor da UFSC lança livro nesta quarta-feira, dia 27



Nesta quarta-feira, dia 27, ocorre o evento de lançamento do livro "Liber Amicorum Nelson Wedekin", organizado pelo professor aposentado do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Remy J. Fontana. O evento ocorre das 19h às 21h30, no Museu Histórico de Santa Catarina, no Palácio Cruz e Sousa, e conta com o apoio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e do governo do estado.

A obra, publicada pela editora Insular, homenageia os 80 anos de Nelson Wedekin, ex-senador e símbolo da resistência contra a ditadura militar em Santa Catarina. O evento é aberto ao público e gratuito. O homenageado, Nelson Wedekin, também estará presente.

O livro é composto por cerca de 30 depoimentos de amigos que cruzaram a vida de Wedekin durante um período de 50 anos. Com o objetivo de exaltar a relevância de sua atuação num contexto político, social e cultural, a publicação ainda se estende para traçar um perfil do homenageado a partir de suas relações, bem como transcreve e analisa alguns de seus escritos.

Remy Fontana descreve Wedekin como "um desses nomes que extrapolam o âmbito de uma identidade pessoal para tornar-se uma referência, um símbolo, um projeto." Na apresentação do livro, o professor diz que a atuação do ex-senador durante o regime militar o tornou reconhecido entre os democratas como "inspirador de suas lutas, organizador de seus empenhos, estrategista de suas ações e como defensor dos afrontados em seus direitos ou violados em sua integridade física ou dignidade humana." Para ele, o livro "trata de assinalar num registro celebrativo seus 80 anos."

Nascido em Mondaí, em Santa Catarina, Wedekin é graduado em Direito pela UFSC e em Jornalismo pela USP. Ao longo de sua trajetória política, atuou como parlamentar, vereador, deputado federal e senador Constituinte, além de ter ocupado cargos como secretário de estado, diretor de bancos públicos, instituições de previdência privada e de fundação de crédito educacional.

INO POLIESPORTIVO

Iniciada a construção do pavilhão de eventos e cultura no Pq Cezare Pozzobom

Umuarama - A Prefeitura já iniciou a construção da última etapa do Parque Cezare Pozzobom, nova área de lazer de Umuarama, adequada e estruturada para a prática de atividades esportivas, convivência e passeios – inclusive com animais – que está em obras no antigo complexo poliesportivo da avenida Parigot de Souza.

Recentemente o local recebeu iluminação em LED, com a instalação de 53 conjuntos de postes ornamentais. A construção das quadras está avançando e há alguns dias foi iniciada a obra do pavilhão de eventos, que contará com um amplo estacionamento de veículos. A empresa contratada já executou a terraplenagem, correção e plantio de grama nos taludes, e agora trabalha nas fundações da estrutura.



Obra começa a ser construído ao lado do Sesi no antigo poliesportivo

O antigo poliesportivo, que sucumbiu à erosão causada pelo rompimento das galerias pluviais entre os anos de 2016 e 2017, foi recuperado e renomeado como Parque Cezare Pozzobom pelo Decreto Legislativo 33/2020. Também chamado 'Parque dos Ipês', o espaço vem sendo revitalizado pela administração do prefeito Celso Pozzobom para se tornar uma nova atração à população.

A obra foi dividida em etapas e todas estão em execução. O trabalho começou pela Alameda Cezare Pozzobom, que recebeu limpeza completa e intervenções de paisagismo. A construção das quadras esportivas está bem avançada, bem como a reforma das antigas cabines de imprensa.

O projeto prevê a construção de área de lazer com quadras de tênis, vôlei, vôlei de areia, futsal, basquete e de basquete 3x3, além do parque para cães (o chamado 'parcão') e de um parque infantil. O contrato inclui vegetação, iluminação e drenagem, com um investimento de R$ 1.697.381,10 em recursos do governo do Estado, a fundo perdido.

A reforma e adequação das cabines de imprensa também está avançando. A estrutura será transformada em um espaço administrativo envidraçado, que também servirá para observação do parque, ao custo de R$ 524.254,03. O último lote da obra compreende a construção do Pavilhão de Eventos e Cultura e do estacionamento, com orçamento de R$ 4.594.976,87.

O prefeito Celso Pozzobom tem acompanhado de perto o andamento das obras e acredita que o futuro parque será um novo ponto de encontro da população, com toda infraestrutura para o lazer e a convivência. "Teremos quadras para diversos esportes, pista de caminhada, estruturas para a diversão de crianças e dos animais. O parque será arborizado e terá um elaborado paisagismo, a fim de agradar a todos. É um presente que queremos entregar para a cidade e que se tornará uma referência", avaliou.

Brasilândia do Sul realiza arrastão contra dengue e retira cinco toneladas de entulho dos quintais

Brasilândia do Sul - O alto risco de infestação pelo mosquito Aedes aegypty levou a secretaria de Saúde de Brasilândia do Sul, em conjunto com as secretarias de Obras e de Agricultura, a desenvolver uma ação rápida para amenizar a situação preocupante no Município na manhã de sexta-feira (22). Foi realizado um arrastão contra a doença e os servidores das secretarias mencionadas retiraram dos quintais das residências cerca de cinco toneladas de entulhos, móveis em desuso e até pneus usados e que foram descartados de forma incorreta. Outras ações devem ser desencadeadas nos próximos dias, mas a principal é a conscientização dos moradores quanto aos cuidados. Os recipientes que acumulam água nos quintais devem ser eliminados todos os dias. O prefeito Alex Cavalcante também esteve com a equipe formada por cerca de 30 servidores municipais e destacou o comprometimento de todos. "Tenho que ressaltar que são funcionários públicos que se uniram em três secretarias pelo bem da comunidade e isso é louvável e deve ser reconhecido por todos", destacou o Prefeito. Novos arrastões serão marcados nos próximos dias para tentar eliminar os criadouros de mosquitos transmissores de doenças como: dengue, chikungunya e zika. Carro de som também está passando semanalmente nos bairros alertando para o perigo dessas doenças que podem até matar.



Prefeito Alex e equipe que participou do trabalho

Ratinho JR anuncia R$ 52 milhões em emendas para organizações sociais

O governador Carlos Massa Ratinho Junior e o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Ademar Traiano, anunciaram nesta segunda-feira (25) o repasse de R$ 52 milhões para organizações da sociedade civil paranaenses, com recursos oriundos de emendas parlamentares. Esse tipo de repasse ao terceiro setor é inédito no Estado e envolveu cerca de 700 emendas dos 54 deputados estaduais do Paraná.

A intermediação com as entidades, que incluem hospitais filantrópicos, instituições de atendimento a crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, entre outras, foi feita pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (Sedef). Cada uma delas recebeu de R$ 25 mil a R$ 100 mil para a aquisição de bens móveis para estruturar suas ações.

"É uma iniciativa importante para atender àqueles que cuidam de quem, muitas vezes, está invisível. Nem sempre o governo tem braço suficiente para atender todos os rincões do Estado, e é o terceiro setor, através das nossas entidades que nos ajudam com esse trabalho", afirmou Ratinho Junior. "Esse repasse é uma forma de contribuir com essas entidades que estão cuidando dos nossos idosos, das nossas crianças, dos nossos hospitais, ajudando o Estado a chegar onde muitas vezes ele não consegue estar".

O governador também destacou a união de esforços com a Assembleia Legislativa para garantir esses recursos. "Com a economia dos deputados, conseguimos juntos fazer programas que atendam a população do Paraná. Estou muito orgulhos por termos construído um ambiente de união e de paz entre os atores políticos do Paraná, o que tem dado bons frutos ao Paraná", ressaltou o governador.

Traiano salientou que a parceria com o Governo do Estado permitiu a devolução de R$ 432 milhões da Assembleia Legislativa aos cofres públicos, entre emendas e economias do Legislativo, incluindo o apoio a programas como o Asfalto Novo, Vida Nova e ao maior pacote voltado à construção de creches no Brasil.



Governador Ratinho Jr, deputado estadual Alexandre Curi e outras autoridades durante o evento

"É um momento histórico, algo que não tinha acontecido no Estado com essa magnitude, que é o dinheiro chegando às entidades sociais diretamente através dos deputados e deputadas estaduais, com a concordância do Governo do Estado", afirmou o presidente da Alep. "É um grande benefício que o Poder Legislativo oferece às entidades sociais do Paraná".

O secretário estadual do Desenvolvimento Social e Família, Rogério Carboni, explicou que a pasta funcionou como um veículo para levar esses recursos ao terceiro setor. "São valores que vão ajudar muito as entidades no seu dia a dia, no seu custeio, na aquisição de equipamentos, e é uma ação inédita do Estado do Paraná", disse.

ELUCIDADO

Quadrilha especializada em assaltos a lojas de celulares é desarticulada em Umuarama

O Grupo de Diligências Especiais (GDE) da 7ª Subdivisão Policial de Umuarama realizou uma operação que culminou na prisão de quatro adultos e na apreensão de um adolescente, acusados de integrar uma associação criminosa especializada em roubos na cidade. A operação ocorreu na última sexta-feira (22), porém as informações foram divulgadas apenas nesta segunda-feira (25) pelo delegado responsável Gabriel Meneses. Três mandados de prisão preventiva foram cumpridos em instruções distintas no município, enquanto o quarto foi executado na Cadeia Pública de Umuarama, com apoio da Polícia Penal.

De acordo com a Polícia Civil, a ação foi desdobramento de uma investigação que apurava um roubo ocorrido no dia 3 de setembro, em uma loja de celulares localizada na Avenida Paraná, no centro de Umuarama. O crime, registrado por câmeras de segurança, mostrou um dos assaltantes empunhando uma pistola e anunciando o assalto. Após subtrair diversos aparelhos eletrônicos, ele fugiu na garupa de uma motocicleta conduzida por um comparsa.

No mesmo dia, o GDE recuperou os objetos roubados em uma residência e efetuou a prisão de três homens: ADM, 25 anos; WGLV, 18 anos; e TPDS, 22 anos. Inicialmente autuados por recepção, os dois primeiros passaram a ser investigados por suspeita de participação direta no roubo, entretanto, eles tiveram prisão preventiva convertida em liberdade provisória.

A motocicleta utilizada no crime foi localizada em 4 de setembro pela Guarda Municipal, abandonada em uma área de mata no bairro Parque Colina Verde. O veículo foi submetido à perícia pela Polícia Científica, que coletou impressões digitais para auxiliar na investigação.

Adolescente envolvido no roubo foi apreendido

Durante a apuração, a Polícia Civil identificou o autor do roubo como sendo um adolescente de 17 anos. O delegado responsável representou pela internação do menor, na medida em que foi autorizado pelo Ministério Público e pelo Judiciário. Ele foi apreendido no dia 25 de setembro.

Associação criminosa identificada

As investigações revelaram que AAO, 28 anos, DRS, 27 anos, e ADM, 25 anos, lideraram a associação criminosa. O trio, com passagens por diversos crimes, contratou WGLV e o adolescente para executar o roubo. AAO e DRS, que usavam tornozeleiras eletrônicas, já eram conhecidos por crimes graves como tráfico de drogas, tentativa de homicídio e porte ilegal de arma de fogo.

Segundo a Polícia Civil, o grupo planejou meticulosamente o crime, adquirindo uma motocicleta utilizada na fuga e realizando o levantamento prévio do local. Após o roubo, todos os bens subtraídos foram recuperados pela Polícia Civil.

Encerramento do inquérito

Com os suspeitos presos e os objetos restituídos às vítimas, a Polícia Civil informou que finalizou o inquérito, que será encaminhado ao Ministério Público dentro do prazo legal. Os investigados responderam por roubo agravado, associação criminosa e corrupção de menores.

Técnicos do IAT fazem no mesmo dia resgate e soltura de filhote de onça em Umuarama



Técnicos do Instituto Água e Terra (IAT) fizeram no sábado (23) a soltura de um filhote de onça-parda (Puma concolor) que estava em uma fazenda em Umuarama, no Noroeste do Paraná. A equipe foi acionada pelo Batalhão da Polícia Ambiental - Força Verde (BPAmb-FV), após o animal ter sido encontrado preso em um galinheiro da propriedade. O filhote, um macho com dois anos de idade, foi resgatado bastante arisco pela equipe, mas estava saudável e, após avaliação, pôde ser devolvido à natureza no mesmo dia.

O Puma concolor possui pelagem acastanhada em quase todo o corpo, à exceção da região ventral, que é mais clara. É um felino adaptável, capaz de viver em ambientes montanhosos, desertos ou florestas. O peso e o tamanho da espécie costumam variar dependendo da região. São animais carnívoros solitários e territorialistas, com hábitos noturnos, e que se alimentam principalmente de pequenos mamíferos e aves.

DENUNCIE – Ao avistar animais machucados ou vítimas de maus-tratos, tráfico ilegal ou cativeiro irregular, o cidadão deve entrar em contato com a Ouvidoria do Instituto Água e Terra ou da Polícia Militar do Paraná.

Se preferir, a pessoa pode ligar para o Disque Denúncia 181 e informar de forma objetiva e precisa a localização e o que aconteceu com o animal. Quanto mais detalhes sobre a ocorrência, melhor será a apuração dos fatos e mais rapidamente as equipes conseguem fazer o atendimento.

EM UMUARAMA

Jovem é preso em flagrante por armazenar imagens e vídeos de sexo envolvendo crianças e adolescentes

A Polícia Federal deflagrou nesta segunda-feira (25), em Umuarama, a Operação Venatio V, com o objetivo de combater o armazenamento e a distribuição de imagens e vídeos de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes. A ação resultou no cumprimento de dois mandados de busca e apreensão na cidade. Durante as diligências, os agentes identificaram arquivos contendo material de abuso sexual infanto-juvenil em dispositivos eletrônicos de um dos investigados, sendo um jovem de 20 anos, que foi preso em flagrante.

Segundo a PF, o suspeito responderá pelo crime de armazenamento de conteúdo sexual infantil, cuja pena pode chegar a 10 anos de reclusão. Com a entrada em vigor da Lei nº 14.811, em janeiro de 2024, que reforça medidas de proteção contra violência e exploração sexual infanto-juvenil, esse tipo de delito foi classificado como crime hediondo, tornando-se inafiançável.

O material apreendido e o suspeito foram encaminhados à Delegacia da Polícia Federal em Guaíra para os procedimentos legais.

A Polícia Federal reforçou a importância de pais e responsáveis monitorarem as atividades online das crianças e adolescentes, orientando-os sobre os riscos da internet. Conforme a PF, a prevenção é essencial para garantir a segurança dos menores.

Homem é salvo por celular durante disparo de arma de fogo em cavalgada em Lovat



Uma confusão envolvendo disparos de arma de fogo assustou moradores e participantes de uma cavalgada no distrito de Lovat, em Umuarama, na tarde deste domingo (24). Um homem de 42 anos escapou de ferimentos graves graças ao celular que estava em seu bolso.

De acordo com informações da Polícia Militar, a confusão começou após uma briga entre dois homens na Praça Curitiba, onde ocorreu a confraternização posterior ao evento. Durante a discussão, um dos envolvidos sacou uma arma de fogo e disparou contra o outro, atingindo o aparelho celular da vítima. Apesar do susto e dos danos ao celular, a vítima não sofreu ferimentos.

Vídeo registra momentos de tensão

Imagens que circulam nas redes sociais mostram a sequência dos acontecimentos. Em um dos vídeos, um grupo de pessoas agride um homem montado a cavalo. Em seguida, é possível ver outro homem armado realizando disparos para o alto e, em determinado momento, apontando a arma para o rosto do homem no cavalo. Ele é contido por outros presentes antes de fugir do local.

Organizadores lamentaram o ocorrido

Amanda Carolina Ogioni, uma das organizadoras da cavalgada, esclareceu que o incidente foi um caso isolado e não tem relação direta com o evento. Segundo Amanda, a cavalgada começou às 10h com um trajeto tranquilo e pacífico, encerrando ao meio-dia com um almoço.

"Infelizmente, isso aconteceu em uma rua fora do local do evento. O indivíduo armado não é morador do distrito e não faz parte da cavalgada. Lamentamos o ocorrido, pois essas situações podem gerar uma imagem equivocada de que as cavalgadas estão associadas à violência, o que não é verdade", declarou Amanda.

Evento cultural com impacto social

Apesar do incidente, Amanda destacou que a cavalgada superou as expectativas deste ano, tanto em organização quanto em participação. Ela ressaltou que o evento, além de ser uma celebração cultural para o distrito, também beneficia projetos sociais voltados para crianças e adultos.

Entre as iniciativas apoiadas estão um clube de artesanato, com aulas de crochê e pintura, e aulas de futebol aos sábados para meninos. Além disso, a cavalgada arrecadada para a realização da festa do Dia das Crianças, oferecida gratuitamente à comunidade.

"A cavalgada começou como um sonho de dois rapazes do distrito, Willian (Lili) e Ricardo (Tiguera), que infelizmente faleceram. Hoje, ela se tornou uma homenagem a eles e uma forma de fortalecer a cultura e a solidariedade em nosso distrito, que possui raízes fortes na agricultura e pecuária", concluiu Amanda.

A Polícia Militar informou que o caso está sendo investigado.

Delegacia da Mulher promove ação educativa para combater a violência contra crianças e adolescentes

Nesta segunda-feira (25), a Polícia Civil do Paraná (PCPR), por meio da Delegacia da Mulher de Umuarama, realizou uma ação educativa no Colégio Estadual Profª. Hilda Kamal, em alusão à Operação Hagnos, uma iniciativa coordenada pelo Ministério da Justiça. A operação, que conta com a participação dos 26 estados e do Distrito Federal, tem como objetivo intensificar o combate à violência contra crianças e adolescentes.

A ação em Umuarama alcançou cerca de 200 alunos, com idades entre 12 e 16 anos, promovendo diálogos sobre a importância da conscientização e da prevenção da violência. Durante o evento, os estudantes foram orientados sobre como identificar sinais de abuso, a importância de denunciar e os canais disponíveis para buscar ajuda.

A Delegacia da Mulher destacou que iniciativas educativas são fundamentais para construir uma sociedade mais segura e informada. Conforme o órgão, a Operação Hagnos simboliza a união de esforços nacionais no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, fortalecendo o papel das instituições em proteger e garantir o bem-estar dos jovens em todo o país.

Canal da Fama



Confeiteiro

A Band exibe hoje, às 22h30, o terceiro episódio do "MasterChef Confeitaria". Dessa vez, os competidores vão se dividir em dois times e terão que provar para os jurados qual deles merece subir ao mezanino e fugir da temida eliminação. Para começar, Diego Lozano, Erick Jacquin, Helena Rizzo e Henrique Fogaça revelam aos participantes uma vitrine - repleta de sobremesas com vários formatos, cores e sabores - e explicam que eles devem reproduzi-la para convidados especiais. Os profissionais precisam fazer pelo menos cinco iguarias diferentes, sendo obrigatório o uso de três tipos de massas, um doce com mousse, um com creme e um com decoração em chocolate. Para ajudar os chefs na avaliação, o programa recebe cinco influenciadores que entendem tudo de comida e são bastante familiarizados com a confeitaria: Daniela Choma, Betto Auge, Gui Tank, Vivi Cake e Tomás Guedes. O grupo que mais surpreender garante mais uma semana no jogo.

Novo horário

A BandNews FM fará mudanças na programação vespertina a partir de hoje. "O Entre Nós", ancorado pela jornalista Adriana Araújo, passará a ser exibido entre 16 e 17 horas para toda a rede da rádio e para a BandNews TV, e entre 17 e 18 horas para São Paulo e para as plataformas digitais, que podem ser acessadas de qualquer localidade. O jornal também tem apresentação de Renan Sukevicius. Ao vivo, os espectadores podem acompanhar as principais notícias do dia, com repórteres espalhados pelo Brasil e com os correspondentes Eduardo Barão, nos Estados Unidos, e Felipe Kieling, em Londres. No estúdio, o time faz apuração do noticiário, abre espaço para as atualizações de momento e fica de olho e ouvidos atentos às mensagens envidadas pela audiência.

Feliz com a nova personagem

Magda Gomes está comemorando a entrada de Marlete Tresoitão, sua personagem dem "Mania de Você". "Marlete é uma mulher paranoica, ex-detenta que se redimiu na cadeia e, agora, escuta vozes que a impuseram a viver uma vida de arrependimento, para que ela não cometesse mais crimes. São cenas muito inusitadas e divertidas. Nunca tinha trabalhado com o João (Emanuel Carneiro), mas sou muito fã e estou muito feliz de fazer parte deste projeto", revela a atriz.

Rotina intensa de exercícios

Jennifer Lopez mantém uma rotina de exercícios extremamente disciplinada. Ela treina seis dias por semana, intercalando sessões de musculação, dança e treinamento cardiovascular. Lopez enfatiza que essa dedicação é fundamental para manter sua energia no palco e para cuidar da saúde em geral. Ela também se preocupa em ter uma dieta balanceada e em ter momentos de descanso, revelando que o segredo para seu corpo tonificado está no equilíbrio entre esforço e autocuidado.

E mais sobre Felipe Simas

Além da novela, Felipe Simas integra o elenco da série Tremembé, do Prime Video, onde dá vida a um dos irmãos Cravinhos. Na produção, ele contracenará com Marina Ruy Barbosa, que interpreta Suzane von Richthofen.

Amor pela dança

Antes de se tornar o famoso Homem-Aranha, Tom Holland começou sua carreira no mundo artístico como dançarino. Ele treinou balé e participou de musicais, incluindo a produção de "Billy Elliot" no West End de Londres. O ator acredita que sua formação em dança pode ter ajudado em suas atuações físicas no cinema, especialmente nas cenas de ação que exigem agilidade e precisão. Holland já mencionou em entrevistas que a dança continua sendo uma parte importante de sua vida e um jeito de se manter em forma e conectado com suas raízes teatrais.

Sempre amigos

Separados há alguns anos, Valéria Valenssa e Hans Donner mantém uma belíssima amizade e especula-se que eles ainda dividem o mesmo teto. É normal o ex-casal se divertir juntos e na companhia de amigos comuns.

Ninguém escapa

Numa entrevista, a apresentadora Sílvia Abravanel falou sobre a sua trajetória profissional até conseguir projeção nacional depois que começou a apresentar o programa "Bom Dia & Cia", no SBT. Ela falou que recebeu apoio nas redes sociais, mas também é vítima de ataques de "haters" que falam principalmente sobre uma questão muito pessoal, a sua adoção pelo saudoso Sílvio Santos e sua primeira mulher, Maria Aparecida Vieira Abravanel, quando ela era uma bebê recém-nascida. Em tais ataques, Sílvia é acusada inclusive de tentar se promover através de sua própria história. Lamentável.

TESTE DA TV



Grazi Massafera e Moro Anghileri / Estevam Avellar -RG

1) Em qual dessas produções Grazi Massafera e Moro Anghileri interpretaram Ester e Cristal, respectivamente?
a) "Páginas da Vida"
b) "Desejo Proibido"
c) "Negócio da China"
d) "Flor do Caribe"

2) Quem viveu Lampião e Maria Bonita na minissérie de mesmo nome que foi ao ar pela Globo?
a) Tony Ramos e Bruna Lombardi
b) Nelson Xavier e Tânia Alves
c) Luiza Thomé e Jofre Soares
d) Tarcísio Meira e Luiza Brunet

3) Como se chamava o ator que interpretou Odorico Paraguaçu em "O Bem-Amado", na novela exibida em meados da década de 1970?
a) Jardel Filho
b) Paulo José
c) Paulo Gracindo
d) Lima Duarte

4) Qual dessas duplas de famosas fizeram par romântico com Edson Celulari em "Aquarela do Brasil"?
a) Ângela Vieira Maria Fernanda Cândido
b) Fernanda Rodrigues e Maria Fernanda Cândido
c) Flávia Alessandra e Maria Fernanda Cândido
d) Miriam Rios e Maria Fernanda Cândido

5) Quem interpretou o personagem Gibi, na novela "Livre Para Voar", sucesso da Globo nos anos de 1980?
a) Fernando Almeida
b) Otávio Augusto
c) Matheus Nachtergaele
d) Rodrigo Santoro

(Respostas: 1-d / 2-b / 3-c / 4-c / 5-a)

Horóscopo

Áries
Tenha cuidado ao considerar mudanças no trabalho, priorizando estabilidade. Dedique atenção especial à sua saúde. O momento não favorece decisões financeiras arriscadas.

Libra
É tempo de descobertas marcantes e de superar mágoas do passado. Acredite na sua intuição e aproveite momentos de lazer. A fase é excelente para o amor e fortalecimento de laços.

Touro
Sua criatividade está no auge, mas evite se prender ao passado. Liberte-se de mágoas antigas e pratique o perdão. Isso abrirá portas para um futuro mais promissor e leve.

Escorpião
Desapegue de amizades que não são genuínas. O momento favorece reflexões profundas e ajustes emocionais. Envolva-se em atividades culturais e valorize momentos especiais.

Gêmeos
Controle sua ansiedade e cuide de sua saúde emocional. Este é um ótimo momento para resolver mal-entendidos e deixar para trás sentimentos que te magoaram.

Sagitário
Seja claro ao expressar suas ideias e mantenha o foco nos seus objetivos. O dia é ideal para fortalecer os laços familiares e buscar harmonia no lar.

Câncer
Valorize momentos ao lado de familiares e amigos. No amor, reflexões podem trazer mudanças significativas para sua forma de viver e enxergar as relações.

Capricórnio
Evite reclamações e concentre-se em suas metas. Adotar uma postura proativa é essencial para alcançar resultados. Compartilhe menos problemas e procure soluções práticas.

Leão
Evite decisões financeiras impulsivas e seja prudente ao cuidar de seus bens. Invista em sua saúde e trabalhe sua autoestima, reforçando sua confiança.

Aquário
Fortaleça seus relacionamentos com gestos de gentileza e empatia. Deixe o passado para trás e evite reviver momentos negativos. Um sorriso pode ser a chave para novas oportunidades.

Virgem
Planeje seu futuro com otimismo. Este período favorece mudanças importantes, mas exige paciência e bom humor. Evite gastos desnecessários e seja criterioso com seu dinheiro.

Peixes
Aproveite para afastar amizades que não te agregam. No amor, pratique a tolerância e esteja mais disposto a ouvir. Tire um tempo para relaxar e recarregar as energias.

Resumo das Novelas

(ATENÇÃO: OS RESUMOS DOS CAPÍTULOS ESTÃO SUJEITOS A MUDANÇAS EM FUNÇÃO DA EDIÇÃO DAS NOVELAS)

MEU CAMINHO É TE AMAR - 16h30, no SBT
Fausto se surpreende com a decisão da filha de ver primeiro Memo e não ele. Fausto pede a Daniela que continue lutando pelo casamento, mesmo que seus sentimentos por ele sejam contrários. Daniela concorda e acaba com as esperanças de Memo. Macário desencadeia a fúria de Úrsula ao revelar que Isabella é filha de Memo, mas pede que ela pense nas coisas por causa do passado sombrio que ela tem. Os problemas de Karen assumem o controle e ela acaba comendo compulsivamente. Memo aparece na casa de Daniela e, apesar do acordo que fizeram para não conversarem sobre o que aconteceu entre eles, se deixam levar pela paixão.

GAROTA DO MOMENTO - 18h20, na Globo
Glorinha adultera a carteira de identidade de Beatriz. Incentivada por Juliano, Bia pede desculpas a Clarice por seu comportamento. Juliano contrata Carlito. Guto confessa a Anita que está aliviado com o término do namoro com Eugênia. Ronaldo promete ajudar Mauro a se aproximar de Celeste. Beatriz assina seu contrato com a Perfumaria Carioca. Carmem confidencia a Basílio que está preocupada com Beatriz. Vera conversa com Lígia sobre seus filhos. Celeste conta para Bia que se encontrará com Genoca/Edu. Basílio chega ao Rio de Janeiro.

VOLTA POR CIMA - 19h30, na Globo
Madalena questiona Cacá sobre sua possível doença. Nando pede para ser membro do Dragão Suburbano, e Jão se surpreende. Joyce finge esnobar Osmar. Violeta se irrita com Armando. Nando posta uma foto dele com Jão em suas redes sociais, e Rosana se enfurece. Moreira dá dinheiro para os capangas de Gerson. Armando tenta negociar a sua soltura. Tati vai à casa de Jão falar com Jin. Gigi se anima ao saber que Silvia mandou abrir o diário de sua avó. Violeta se surpreende ao receber uma encomenda de Gerson. Madalena questiona Tati ao ver a foto da proposta da festa de Edson no celular da irmã.

A CAVERNA ENCANTADA – 20h45, no SBT
Para surpreender os alunos, Gabriel prepara um acampamento na quadra. Flora fica com ciúmes de Lavínia com Nina; Dalete a aconselha. Anna se afasta de Nina. A coruja aparece na sala da diretora Norma e voa no cabelo de Lavínia; César resgata a ave. Flora se aproxima genuinamente de Jane. Desempregadas, Cristina e Betina entregam seus currículos para Shirley e Wanda. Lavínia comenta com Flora que não conseguiu informações de Nina sobre a Safira. Jorginho Beach Tennis chega para dar aula às crianças e começa a fazer alongamento com os meninos. O Pet Shop Bolhas & Bolhas tem lotação de clientes, e César sente a pressão sem a presença de Betina e Cristina.

MANIA DE VOCÊ - 21h15, na Globo
Luma revela seu arrependimento a Viola e pede perdão à chef. Marcel e Marlon impedem que Iberê se aproxime do pierrô. Iberê conta a Mavi que Nahum está com Moema. Mavi pensa em um plano para acabar com a lona cultural. Robson observa Diana e Volney entrando no resort e conta a Hugo. Hugo observa pelos monitores Diana conversando com um homem. Mavi pensa em destruir a comunidade. Nahum pede Moema em casamento. Luma escuta Mavi tramando o desvio da estrada por cima da comunidade e da lona cultural.

rotina terráquea sem que ninguém suspeite.

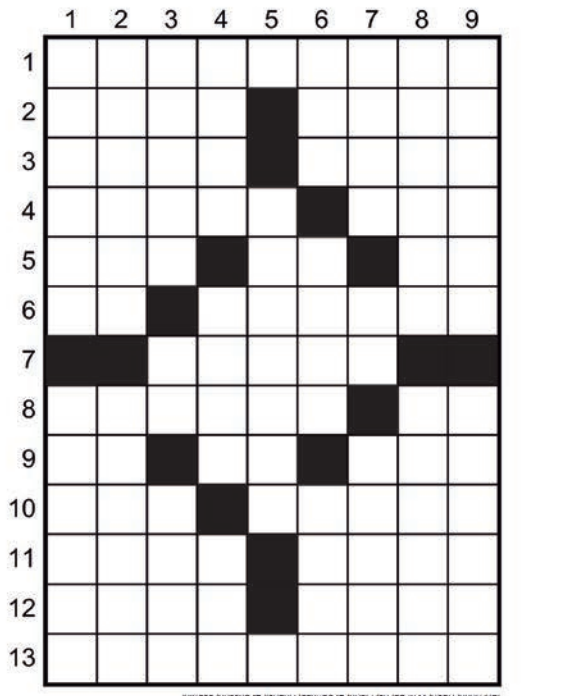
Filmes – 26/11/2024
(A PROGRAMAÇÃO DE FILMES ESTÁ SUJEITA A ALTERAÇÕES SEM O PRÉVIO AVISO)

O Grande Dave
(Meet Dave) 15h25, na Globo, EUA, 2008. Direção de Brian Robbins. Com Eddie Murphy, Elizabeth Banks, Gabrielle Union, Scott Caan, Ed Helms,Kevin Hart. Para salvar o seu mundo, o extraterrestre Dave é criado para agir como um ser humano e aprender a

Babylon 5: A Lenda dos Rangers
(Babylon 5: the Legend of the Rangers) 23h15, no SBT, EUA, 2002. Direção de Mike Vejar. Com Dylan Neal, Alex Zahara, Myriam Sirois. A tropa dos Rangers é uma força militar estelar que tenta manter a paz entre os mundos existentes. Formada por humanos e mutantes, os Rangers são obrigados a deixar as diferenças de lado, quando enfrentam uma raça desconhecida e muito evoluída.

PASSATEMPO

www.arecreativa.com.br



HORIZONTAIS
1. Comunicado, noticiado
2. Restabelecimento de saúde / Apresentar contraste
3. Os frutos da videira / A peça do telefone que se leva ao ouvido
4. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial / Designação usual do cloreto de sódio
5. Medida de idade, de existência / Fabrica o Onix e o Prisma / Letras Hipotecárias
6. As iniciais da atriz carioca Sorrah / País africano, com capital Kigali
7. Gastam-no os chineses
8. A cantora carioca de Sá, de nossa MPB / Abreviatura de miligrama
9. Sigla do estado de Macapá / Grita-se a um desconhecido para chamar-lhe a atenção / Meio... palito
10. O famoso cineasta taiuanês Ang, Oscar de Melhor Diretor por "As Aventuras de Pi" (2012) / Alguém com quem se pode contar
11. A típica casa dos esquimós / Costumar
12. Escavação / O pintor e gravador espanhol Salvador (1904--1989), um dos mestres do surrealismo
13. Outro nome do pinheiro-do-paraná

VERTICAIS
1. Atribuir falta, infração ou crime a alguém / A... água na boca
2. Vive nelas o sonhador / Afeiçoar
3. O primeiro planeta descoberto com o telescópio / Instituto de Neurologia / A cantora norte-americana de jazz Fitzgerald (1917-1996)
5. O órgão governamental norte-americano responsável pelo setor espacial e aeronáutico / Bruto / Interjeição que indica grande admiração ou surpresa
6. Comida delicada e apetitosa
7. Imposto sobre Operações Financeiras / Irmã / Planta tirada do viveiro para plantação definitiva
8. O contrário de antes / O neônio, em química / Esmagar
O complicado pato de Walt Disney / Uma famosa personagem de Maurício de Sousa
9. O órgão da audição / Consagração

Soluções
HORIZONTAIS: 1. ANUNCIADO. 2. CURA. OPOR. 3. UVAS. FONE. 4. SENAI. SAL. 5. ANO. GK. LH. 6. RS. RUANDA. 7. IUANE. 8. SANORA. MG. 9. AP. FAL. 10. LEE. ANIDO. 11. ISLU. USAR. 12. VALA. OALL. 13. LEE. ARAUCÁRIA.
VERTICAIS: 1. ACUSAR. SAUVA. 2. NUVENS. APESAR. 3. URANO. IN. ELLA. 4. NASA. RUDE. UAU. 5. IGUARIA. 6. IOR. MANA. MUDA. 7. APOS. NE. PISAR. 8. DONALD. NADAU. 9. ORELHA. GLORIA.

Compre pelo site ou pelo telefone
arecreativa.com.br 0800 035 1422

BRASILEIRÃO

Briga, rivalidade e revanche: Palmeiras e Botafogo se reencontram hoje em 'decisão'

São Paulo (AE) - Botafogo e Palmeiras se enfrentam nesta terça-feira, às 21h30, em duelo que pode deixar um dos dois muito perto do título do Brasileirão. Trata-se de mais uma partida permeada por rivalidade construída nos bastidores pela presidente palmeirense Leila Pereira, reeleita para mais três anos à frente do atual bicampeão nacional, e o dono do SAF botafoguense, John Textor.

O time alviverde, que busca o tricampeonato brasileiro consecutivo, foi protagonista de uma arrancada memorável e contou com uma derrocada histórica do Botafogo para levar o bi ano passado. Neste ano, porém, os cariocas deram o troco ao eliminar o rival paulista nas oitavas da Libertadores, cuja decisão o time alvinegro disputará no próximo sábado.

Palmeiras e Botafogo não são adversários históricos, mas a rivalidade se aflorou desde o ano passado, quando ambos disputaram o título brasileiro. Os desentendimentos começaram quando Textor levantou acusações de manipulação no Brasileirão de 2023 minutos depois da incrível virada por 4 a 3 do Palmeiras sobre o Botafogo, com show de Endrick.

Ao fim da partida, o americano esbravejou contra a expulsão de Adryelson e protagonizou o que seria a primeira de muitas acusações feitas por ele sobre supostas manipulações no Brasileirão. Chegou, inclusive a pedir a renúncia de Ednaldo Rodrigues, presidente da CBF.

Textor chegou a ser punido preventivamente por 30 dias pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) por causa da declaração, mas se apegou ao discurso. No dia da penúltima rodada do Brasileirão de 2023, 6 de dezembro, enviou ao STJD um ofício no qual pedia que fossem tomadas providências em relação a um relatório encomendado pelo Botafogo junto à empresa Good Game. O documento teria evidências que comprovaram manipulação de resultados, mas ele nunca apresentou as provas que diz ter.

No mesmo dia do pedido de Textor, o Palmeiras se tornou campeão brasileiro ao empatar por 1 a 1 com o Cruzeiro, confirmando a frustração do Botafogo, que foi líder durante a maior parte do campeonato e deixou as coisas desandarem na reta final.

Leila já chamou Textor de "idiota" e propôs que ele fosse banido do futebol, em depoimento à CPI da Manipulação de Resultados. Não há intenção, por parte da palmeirense, em estreitar quaisquer relações institucionais entre os clubes, após os ataques trocados por ambos, muito menos debater e resgatar o conflito dos últimos meses.

O clima desta vez parece um pouco menos bélico. Dois dias antes da decisiva partida, a empresária foi reeleita presidente do Palmeiras para um mandato de mais três anos e avisou, ao ser perguntada, que John Textor será bem-vindo no Allianz Parque caso decida acompanhar o jogo in loco.

Já o técnico do Botafogo está impaciente. Em uma coletiva organizada às pressas, ele se mostrou irritado com o que tem sido falado sobre sua equipe e disparou crítica para todos os lados. Segundo o treinador, o confronto desta terça não é decisivo.



DUPLA VERDE

Palmeiras e Botafogo têm 70 pontos. O time alviverde aparece à frente na tabela por ter mais vitórias e assumiu a liderança na última rodada com a vitória sobre o Atlético Goianiense e o empate dos cariocas com o Vitória em casa. A equipe alvinegra tinha seis pontos na frente, mas viu a vantagem derreter com três tropeços seguidos.

Ter um triunfo a mais permite ao Palmeiras, time acostumado a decisão, o conforto de poder empatar o duelo decisivo em sua casa nesta terça, e decidir o título nas duas rodadas finais, contra Cruzeiro, em Minas, e Fluminense, no Allianz Parque - os rivais do Botafogo serão Inter, em Porto Alegre, e São Paulo, no Rio.

Juntos, eles marcaram 23 dos 57 gols da equipe no Brasileirão. O atacante é o artilheiro do torneio, com 12, e o meio-campista, o vice-artilheiro, com 11. "Sei que quando estou bem eu ajudo o time, e quando o time está bem ele me ajuda", disse Veiga, que foi decisivo com gols nas duas últimas vitórias sobre Bahia e Atlético-GO.



UMUARAMA Ilustrado
Classificados

Fone: 3621-2500 - www.ilustrado.com.br

UMUARAMA, TERÇA-FEIRA, 26 de Novembro de 2024

IMPORTADOS

CRETA 2.0 PULSE 17/17

Cinza, R$ 88.000,00. Fones: 44 3622-3292 / 9 9976-0563.

CAMINHÕES

MERCEDEZ 1518 CAÇAMBA 87

R$ 180.000,00. Fones: 44 3622-3292 / 9 9976-0563.

TERRENOS

GRANDE OPORTUNIDADE

DE NEGÓCIO

Vendo terreno grande, bem localizado, medindo 842 metros, em Guaíra - Pr. Contendo duas casas simples, em alvenaria, com muita sobra de terreno nos fundos. Escritura e imposto em dia, R$ 580.000,00 negociável. Para mais informações: (44) 9.9869-7677.

Ilustrado
Todas as manhãs com a melhor informação.


Para anunciar
44-3621-2500 - 44-3621-2502
De Terça a Domingo
www.ilustrado.com.br

JAPÃO P/ DESCENDENTE

1 - COMPONENTES ELETRONICOS (Passagem sem custo)
MURATA- Shimane Izumo – Turno fixo 4x2 Contratando ex-trabalhadores da Murata de qualquer unidade e empreiteira – embarque imediato– Salário Y 1.300/1.500
MURATA- Fukui, turno alternado 4x2, contratação a partir de janeiro/24, já estamos aceitando candidatos para consultar currículos. Salário Y 1.350/1.500

2 - AUTO PEÇAS (Passagem Custo + Visto)
A) EXEDY – Mie-ken – Turno alternado 5x2 ou 4x2, Produção de embreagens - Homens p/embarque em Setembro/23 – Salário Y 1.400
B) SUZUKI – Aichi – Toyohashi – Turno alternado 5x2 Homens Y 1.650 Montagem de carros
C) FUTABA – Aichi – Mutsumi e Kouta – Turno Alternado 5x2 fábrica de escapamentos automotivos – Homens Y 1.400
D) TAIHEYO – Gifu – Ogaki – Turno Alternado 5x2 peças de ferro e alumínio, montagem e operar máquinas – Homens Y 1.400

3 - ALIMENTOS
Em várias províncias, salários de Y 1.200 para homens e mulheres
Providenciamos vistos, Certificados de Elegibilidade, Empregos e passagens aéreas

INFORMAÇÕES:
(44) 3224-5403 | 99972-0149
C/ Kurihara em Maringá
e-mail: jnkurihara@gmail.com

Mande denúncias, fotos e sugestões de matérias para o
Ilustrado pelo WhatsApp 9.9913-0130

SEMINOVOS
Uvel A ALEGRIA DE SER CHEVROLET

CARROS	ANO	COR	OPCIONAIS	VALOR
BOLT PREMIER 100% ELETRICO	20/20	PRETO	COMPLETO, AUT, COU, TS	R$ 139.900,00
CRETA 1.0T LIMITED	23/24	AZUL	COMPLETO, AUT, COU	R$ 134.900,00
CRUZE 1.4 TURBO SPORT6 LT	17/17	BRANCO	COMPLETO, AUT, COU	R$ 84.900,00
EQUINOX 1.5 TURBO PREMIER	22/23	PRATA	COMPLETO, AUT, COU, TS	R$ 189.900,00
ONIX 1.4 LTZ	16/17	VERM	COMPLETO	R$ 59.900,00
ONIX 1.0 TURBO PREMIER	23/24	BRANCO	COMPLETO, AUT, COU	R$ 109.900,00
ONIX PLUS 1.0 TURBO LTZ	23/24	PRATA	COMPLETO, AUT	R$ 99.900,00
SPIN 1.8 LT	16/17	BRANCO	COMPLETO	R$ 54.900,00
STRADA 1.3 FREEDOM CD	20/21	BRANCO	COMPLETO	R$ 89.900,00
PRISMA 1.4 LT	18/19	BRANCO	COMPLETO	R$ 64.900,00
TRACKER 1.2 TURBO AT	20/21	PRATA	COMPLETO, AUT	R$ 109.900,00
TRACKER 1.0 TURBO LT	23/24	BRANCO	COMPLETO, AUT	R$ 124.900,00
TRAILBLAZER PREMIER	19/20	PRETO	COMPLETO, AUT, COU, 7L	R$ 199.900,00

COMPRAMOS SEU CARRO
IBAMA
SERVIÇOS FINANCEIRO
Respeite os limites de velocidade
Mais ofertas no site
www.uvel.com.br

Grandes negócios são resultados de grandes parcerias

Para anunciar ligue: 3621-2502 3621-2501
Ilustrado

umuarama
VIAGENS PARA CURITIBA - MATO GROSSO DO SUL E REGIÃO?
GARANTA JÁ SUA PASSAGEM DE ÔNIBUS! NOSSA AGÊNCIA ESTÁ LOCALIZADA NA RODOVIÁRIA NOVA E ANTIGA - UMUARAMA/PR TEL. (44) 3622- 2175
Confira alguns dos nossos principais destinos:
Como Conexão estão as Cidades de CURITIBA - CAMPO GRANDE - DOURADOS E NAVIRAÍ
Demais Cidades: Cascavel - Guaíra - Toledo - Mundo Novo - Itaquiraí - Sete Quedas - Ponta Porã - Ponta Grossa - Assis Chateaubriand - Palotina - São Jorge do Patrocínio - Amambai e Eldorado

umuarama
Vagas de emprego
• MOTORISTA RODOVIÁRIO
DOURADOS - MS GUAÍRA- PR UMUARAMA - PR
• AUXILIAR DE FUNILARIA E PINTURA
• AUXILIAR DE ELÉTRICA
• LAVADOR DE VEÍCULOS
• ESCALANTE
• SERVIÇOS GERAIS (PCD)
Enviar o currículo para o e-mail:
curriculos@viacaoumuarama.com.br
ou pelo WhatsApp (44) 36210350

Vende-se Terreno no centro (localizado na rua Paraná esquina com a rua Pedro Sabino Marques de frente ao portão do Recinto de Rodeio
Terreno com 15 metros por 12 total de 180 metros
Valor:R$120.000 mil
Interessados entrar em contato(44)99754-9217 Tatinha


Leia e assine o Jornal

Ilustrado
44-3621-2526
44-3621-2500
www.ilustrado.com.br

PASSAGENS DE ÔNIBUS PARA SUAS VIAGENS
ESTAÇÃO RODOVIÁRIA - AGÊNCIA EXPRESSO MARINGÁ
UMUARAMA/PR - TELEFONE: (44) 3622-2475
EXPRESSO MARINGÁ · ANDORINHA A melhor companhia para uma boa viagem · EU+EUCATUR TRANSPORTE FEITO COM CARINHO
CATARINENSE · PGTUR · 1001
Cometa · expresso do sul · Ingá Tur

DEDETIZADORA UMUPRAGAS

EMPRESA ALTAMENTE ESPECIALIZADA NA IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS - BARATAS - FORMIGAS - TRAÇAS - ARANHAS - ESCORPIÕES - RATOS - CUPINS E OUTRAS PRAGAS. *CHAME QUEM ENTENDE.*
IMPORTANTE: EMPRESA COM ALVARA DE FUNCIONAMENTO SANITARIO NOSSOS PRODUTOS SÃO TODOS REGISTRADOS NO MINISTÉRIO DA SAÚDE - QUÍMICO RESPONSAVEL - TODOS OS NOSSOS SERVIÇOS SÃO ACOMPANHADOS DE CERTIFICADO DE GARANTIA . ATENDEMOS, RESIDÊNCIAS, COMÉRCIOS, INDÚSTRIAS, HOSPITAIS E CONDOMÍNIOS.
. ORÇAMENTO SEM COMPROMISSO.
FAZEMOS LIMPEZA DE CAIXAS D`ÁGUA
(44)3038-1155
9-8454-7309 Oi
9-9922-8383 TIM WhatsApp

SOLAR TAZZIONERO

Energia Solar · Venda e Instalação
Arquitetura · Projeto Arquitetônico Estrutural, Hidráulico e Elétrico
Edemar João Tazzionero
Arquiteto Urbanista
(44) 9 9829-0299
Gilvani Tazoniero
Comercial
(44) 9 9933-6974
Av. Brasil, 3941
Jardim da Luz
Cruzeiro do Oeste
Paraná
arquitetotazzioneiro@yahoo.com.br

Férias Inviolável é + paz e tranquilidade
INVIOLÁVEL
MONITORAMENTO ELETRÔNICO
Umuarama - PR | 44 3621.4220
inviolavel.com

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE ALTÔNIA
PAULO PIMPÃO SILVA – agente delegado
RODRIGO OTÁVIO DE SANTANA PIMPÃO SILVA
NICLEIDE APARECIDA SANTAELA SASSI
CAROLINE SASSI CAMILO
Escreventes

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Rodrigo Otávio de Santana Pimpão Silva, escrevente substituto do Serviço de Registro de Imóveis da comarca de Altônia/PR, nos termos do Art. 26 da Lei 9514/97, INTIMA a Sra. LUANA GIROTO SAMPAIO - CPF nº 051.353.749-06, a comparecer nesta Serventia, sito à Rua 12 de Dezembro, 620 – Centro – Altônia/PR, no horário de 08:30 às 11:00 e/ou das 13:00 às 17:00 horas, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar da data da última publicação deste Edital, afim de efetuar o PAGAMENTO (purgação da mora) dos valores correspondentes a R$ 3.055,69 (três mil, cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) em atraso, bem como os que vencerem até a data do pagamento, acrescido das depesas legais, referente ao contrato habitacional nº 8.4444.072381-3 firmado em 04/11/2014, garantido por alienação fiduciária registrada sob nº 5/M-14.442 do Livro 2-RG, sob pena de consolidação da propriedade do imóvel em favor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e imediata execução da dívida.

Altônia, 12 de novembro de 2024.

Rodrigo Otávio de Santana Pimpão Silva
escrevente substituto

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 3412/2024
SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal Nº. 624, de 17 (dezessete) de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 18 (dezoito) de outubro de 2024.
DECRETA:
Art. 1º. Abre Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro no valor de R$ 53.839,57 (cinquenta e três mil oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos), mediante a inclusão de rubrica de despesa da dotação orçamentária:
Programa de Trabalho Elemento de Despesa Fonte de Recursos Valor em R$
14.06.08.244.0005.2.101 3.3.50.43.00.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS1026 R$ 53.839,57
Art. 2º. Como recurso para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte fonte de recurso do corrente exercício financeiro:
Fonte de Recursos Descrição Valor em R$
1026 EMENDA INDIVIDUAL - FNAS/SUAS R$ 53.839,57
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR, aos 25 de Novembro de 2024.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 311/2024.
SÚMULA: Nomeia Comissão Geral para Escolha de Diretor Escolar.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e em conformidades com o Decreto municipal 3380/2024 de 24 de outubro de 2024 e de acordo com a Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020 do FUNDEB.
R E S O L V E:
Art. 1º. – Constitui a Comissão Geral para Escolha de Diretor Escolar da rede municipal de ensino de acordo com o decreto 3380/2024, que dispõe sobre o processo de escolha de diretores com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho ou critérios técnicos de mérito e desempenho consolidando a gestão democrática.
Representantes Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer:
Regiane Aparecida Caetano de Oliveira
Eudinete da Silva Pedrota
Representantes dos Professores da Rede de Ensino:
Luzia Medeiros Maldonado
Eliane Paulino
Representantes de Pais de Alunos da Rede de Ensino:
Suziane Gonçalves Reina
Rosângela Cristina J. Pereira
Art. 2º. – Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, ESTADO DO PARANÁ, aos 18 dias do mês de novembro de 2024.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal
Republicada por Incorreção.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO Nº 071/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPA DE ALTO PARAÍSO
CONTRATADO: THIAGO R. A. BULE – TURISMO LTDA
CNPJ: 24.275.982/0001-92
PROCESSO Nº. 103/2024
DISPENSA Nº 007/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSPORTE DE 22 PASSAGEIROS ATÉ A CIDADE DE ALTONIA/PR, COM SAÍDA DE ALTO PARAÍSO/PR.
VALOR DO CONTRATO: 7.694,00 (sete mil seiscentos e noventa e quatro reais);
DATA DE ASSINATURA: 19/11/2024.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2024.
FORUM: COMARCA DE XAMBRÊ.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2023
REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 273/2023
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2023– REGISTRO DE PREÇOS – PMA
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 81.478.059/0001-91, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815, Centro, em Altônia - PR., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o SR. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 408.411.629-72 SSP/PR e CPF nº 14.893-20, residente na Av. Gralha Azul, s/n na cidade de Altônia, Estado do Paraná e o DETENTOR DA ATA A EMPRESA POLO REPRESENTAÇÕES LTDA , inscrito no CNPJ sob nº.14.313.995/0001-55, com sede à Av. Presidente Castelo Branco, 220 -Centro Norte – CEP:85660-000, na cidade de Dois Vizinhos, estado do Paraná, neste ato representado pela Sra. Ilmar José Monteiro Acosta, portador do CPF nº. 353.386.109-06 e do RG:2179061-3 SSP-PR, residente na cidade de Dois Vizinhos, estado do Paraná, resolver firmar o 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 112/2023, objeto do Preção Eletrônico nº 060/2023, à saber:
DA VIGÊNCIA
O 1º Termo Aditivo tem por objeto acrescentar à Ata de Registro nº 112/2023 uma vigência de 12 (doze) meses para continuidade no fornecimento dos objetos relacionados: AQUISIÇÃO DE DIETAS ALIMENTARES, PARA CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS, passando a mesma a vigorar de 27 de novembro de 2024 a 26 de novembro de 2025. Com base no art. 84 parágrafo único da lei Federal 14.133 de 01/04/21.
DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata.
Altônia, 25 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Expirado o prazo recursal, sem que tenha havido recursos, declaro adjudicado e homologado a licitante vencedora, para o presente Processo Licitatório nº 053/2024 - Pregão Eletrônico nº 037/2024, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos esperados, para as empresas seguintes:
- ELETROLEX COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - CNPJ: 49.848.607/0001-15;
A fim de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS ATRAVÉS DE REGISTRO DE PREÇO PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
Brasilândia do Sul-PR, 25 de novembro de 2024.
Alex Antônio Cavalcante
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO Nº 226/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, Estado do Paraná, com sede à Avenida Adão Arcangelo Dal Bem, n° 882-Centro, inscrito no CGC/MF nº 95.640.520/0001-75, representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Alex Antônio Cavalcante, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.309.590-9 SSP/PR e do CPF/MF nº 017.600.129-80, e
CONTRATADA: FUTURA AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMOM LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.808.153/0001-71, sediada na Rua Floriano Peixoto de Paula, n° 75, Complemento 101, Bloco 05, São Gabriel, Belo Horizonte, Minas Gerais – CEP31.980-280, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Sr. Marconi Idelfonso Pereira, Empresário.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PACOTES DE VIAGENS, ATRAVÉS DO INCENTIVO DO PROGRAMA PARANÁ MAIS VIAGEM, DESTINADOS PREFERENCIALMENTE AO PÚBLICO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF) DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL.
VALOR: R$ 119.220,00 (cento e dezenove mil duzentos e vinte reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 (CENTO E VINTE DIAS)
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 25 de NOVEMBRO de 2024.
FORO: Comarca de Alto Piquiri, Estado do Paraná.
Brasilândia do Sul-PR, 25 de novembro de 2024.

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº.176/2024, decorrente de PREGÃO n°25/2024 de Aquisição de materiais permanentes para atender a todos as secretarias, conforme termo de referência do edital.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa **FELTRIN & OLIVEIRA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob nº. 79.555.884/0001-09, com sede no endereço AVENIDA BRASIL, 1640, CENTRO, CENTRO ALTO PIQUIRI-PR neste ato representada por **ISMAEL DE OLIVEIRA,** portador do RG n° 3.081.497-5, portador do CPF sob n° 391.507.129-34, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento de Objeto na importância de R$ 17.388,50 (dezessete mil, trezentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos). Fica aditado o saldo do item "Ar-condicionado de 18 mil btus" em até 25% sobre o valor inicial, com fundamento art. 125 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 25 de novembro de 2024.

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ:76.247.352/0001-08
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
FELTRIN & OLIVEIRA LTDA-EPP
CNPJ:795.558.840-00109
ISMAEL DE OLIVEIRA
RG:3.081.497-5
CPF:391.507.129-34
REPRESENTANTE LEGAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 57/2024
(PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2024)
CONSIDERANDO o afastamento pelo INSS da servidora da matrícula nº 15571 e a licença da servidora da matrícula nº 21342;
CONSIDERANDO a desistência das candidatas classificadas em 1º e 2º lugar;
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
T O R N A P Ú B L I C O:
1 – A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2024, homologado pelo DECRETO Nº 2068/2024 de 17 de junho de 2024;
2 – Que o candidato deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, situado à Rua Santos Dumont nº 341, até o dia 02 de dezembro de 2024;
3 – Prazo de Contratação: 02/12/2024 à 31/03/2025. Podendo ser prorrogado até 23 de setembro de 2025, a depender do interesse e da necessidade da Administração;
4 – Que o candidato deverá apresentar-se munido dos seguintes documentos legíveis:
a) Xerox e original da Certidão de Casamento ou Nascimento;
b) Xerox e original do CPF, CIC ou CIN (Carteira de Identidade Nacional);
c) Xerox e original da Cédula de Identidade (RG) se possuir;
d) Xerox e original do PIS ou PASEP;
e) Xerox e original do Título Eleitoral;
f) Ultimo comprovante de votação ou Certidão da Justiça Eleitoral;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela comarca de Alto Piquiri e emitida pela Policia Federal;
h) Atestado de aptidão física e mental, emitido pela junta médica do Município.
i) Xerox e Original Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
j) Xerox e Original do documento comprobatório do Grau de Escolaridade, Ensino Superior em Farmácia e registro no Conselho;
k) 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente;
l) Comprovante de Residência (Água ou Luz) - no nome do candidato;
m) Xérox e original da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos;
n) Xérox da Carteira de Vacinação dos filhos até 6 (seis) anos;
o) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (candidatos do sexo masculino)
p) Declaração negativa de não acumulo de cargo ou Declaração de Acumulação Licita de Cargo;
q) Conta salário na Agência 1425-7, Banco do Brasil de Alto Piquiri.
r) Resultado da Qualificação Cadastral- eSocial com a mensagem “Os dados estão corretos”;
s) Declaração de cor – etnia;
5 – Não serão aceitas cópias ilegíveis de nenhum dos documentos acima citados, sendo de responsabilidade do candidato certificar-se que as cópias estão legíveis antes de apresenta-los no Departamento de Recursos Humanos;
6 – Não serão aceitas entregas de documentos parciais. Sendo que o candidato deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos apenas quando estiver de posse de TODOS os documentos listados acima que se apliquem a sua situação;
7 – O não atendimento no prazo fixado implicará em renúncia automática à vaga, sendo considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
CARGO: - FARMACÊUTICO - 40 HORAS/SEMANAIS
CLASSIFICAÇÃO GERAL NOME
3º CLAUDIA PRETO
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 25 DE NOVEMBRO DE 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 58/2024
(CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023)
CONSIDERANDO o pedido de exoneração de servidora da matrícula nº 615;
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
T O R N A P Ú B L I C O:
1 – A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023, homologado pelo DECRETO Nº 2007/2024 de 13 de março de 2024;
2 – Que o candidato deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade, situado à Rua Santos Dumont nº 341, até o dia 02 de dezembro de 2024.
3 – Que o candidato deverá apresentar-se munido dos seguintes documentos legíveis:
a) Xerox e original da Certidão de Casamento ou Nascimento;
b) Xerox e original do CPF, CIC ou CIN (Carteira de Identidade Nacional);
c) Xerox e original da Cédula de Identidade (RG) se possuir;
d) Xerox e original do PIS ou PASEP;
e) Xerox e original do Título Eleitoral;
f) Ultimo comprovante de votação ou Certidão da Justiça Eleitoral;
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pela comarca de Alto Piquiri e emitida pela Policia Federal;
h) Atestado de aptidão física e mental, emitido pela junta médica do Município.
i) Xerox e Original Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);
j) Xerox e Original do documento comprobatório do Grau de Escolaridade;
k) 01 (uma) foto 3x4 recente, tirada de frente;
l) Comprovante de Residência (Água ou Luz) - no nome do candidato;
m) Xérox e original da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos;
n) Xérox da Carteira de Vacinação dos filhos até 6 (seis) anos;
o) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação (candidatos do sexo masculino)
p) Declaração negativa de não acumulo de cargo ou Declaração de Acumulação Licita de Cargo;
q) Conta salário na Agência 1425-7, Banco do Brasil de Alto Piquiri.
r) Resultado da Qualificação Cadastral- eSocial com a mensagem “Os dados estão corretos”;
s) Declaração de cor – etnia;
4 – Não serão aceitas cópias ilegíveis de nenhum dos documentos acima citados, sendo de responsabilidade do candidato certificar-se que as cópias estão legíveis antes de apresenta-los no Departamento de Recursos Humanos;
5 – Não serão aceitas entregas de documentos parciais. Sendo que o candidato deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos apenas quando estiver de posse de TODOS os documentos listados acima que se apliquem a sua situação;
6 – O não atendimento no prazo fixado implicará em renúncia automática à vaga, sendo considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
CARGO: ORIENTADOR SOCIAL - 40 HORAS/SEMANAIS
CLASSIFICAÇÃO GERAL NOME
2º ALEXANDRA PEDRO MORO
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, PARANÁ, 25 DE NOVEMBRO DE 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
Expirado o prazo recursal, sem que tenha havido recursos, declaro adjudicado e homologado a licitante vencedora, para o presente Processo Licitatório nº 056/2024 - Pregão Eletrônico nº 040/2024, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos esperados, para as empresas seguintes:
- MULTPRINTER COPIADORA E INFORMATICA LTDA – CNPJ: 27.790.220/0001-12;
A fim de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE RECARGAS DE TONERS E CARTUCHOS ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL
Brasilândia do Sul-PR, 25 de novembro de 2024.
Alex Antônio Cavalcante
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 101/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 077/2024
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 184/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA – PR.
CONTRATADA: GAIATEC COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMACAO E SISTEMA DO BRASIL LTDA.
DO OBJETO
O objeto do presente contrato é contratação de empresa especializada no fornecimento de um biodigestor de pequeno porte, conforme especificações do programa ITAIPU Mais que Energia, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Recursos Renováveis de Cidade Gaúcha – PR.
DA VIGÊNCIA
O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei Federal n.° 14.133, de 2021;
DO VALOR
O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento do objeto da presente contratação, o valor total de R$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais).
Cidade Gaúcha - PR, em 21 de novembro de 2024.
HENRIQUE DOMINGUES
Prefeito Municipal
Contratante
MARCELO DIAZ
Representante Legal
Contratado
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 112/2024
Abre crédito suplementar por remanejamento de dotação embasado no disposto no artigo 20, § 2º, da Lei 2.495/2023 e artigo 7º, § 2º, da Lei 2.510/2023 e da outras providências.
HENRIQUE DOMINGUES, prefeito municipal de Cidade Gaúcha, no uso de minhas atribuições legais.
DECRETA:
Art. 1º Fica nos termos do disposto no artigo 7º, § 2º, da Lei Municipal 2.510/2023 e artigo 20, § 2º, da Lei Municipal 2.495/2023, aberto no corrente exercício financeiro, crédito suplementar por remanejamento de dotação no montante de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), com a seguinte ordem classificatória:
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 DIVISÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ft Fc 1012212312031 Administração geral da saúde
500 1200 4.4.90.52 Equipamentos e material permanente 75.000,00
Art. 2º Para cobertura dos créditos abertos no artigo anterior, serão permutadas parcialmente as seguintes dotações:
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Ft Fc 1030112322032 Manutenção das unidades básicas de saúde
303 1208 3.3.90.11 Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil 75.000,00
Art. 3º O presente crédito adicional suplementar por cancelamento, não contará no limite estabelecido para tais créditos adicionais suplementares, conforme estabelecido no artigo 20, § 4º, da Lei 2.495/2023 e artigo 7º, § 4º, da Lei 2.510/2023.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 25 de novembro de 2024.
HENRIQUE DOMINGUES
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CIDADE GAÚCHA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 111/2024
Abre crédito suplementar por superávit financeiro por fonte de recurso, embasado no disposto no artigo 5º, da Lei Municipal 2.510/2023 e artigo 18, da Lei Municipal 2.495/2023, e da outras providências.
HENRIQUE DOMINGUES, prefeito municipal de Cidade Gaúcha, no uso de minhas atribuições legais.
DECRETA:
Art. 1º Fica, nos termos do disposto no artigo 5º, da Lei Municipal 2.510/2023 e artigo 18, da Lei Municipal 2.495/2023, aberto no corrente exercício financeiro, crédito suplementar por superávit financeiro, por fonte de recursos, apurado em 31/12/2023, no montante de R$ 3.000,00 (três mil reais), com a seguinte ordem classificatória:
05 SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
05.01 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
Ft Fc 0824412132013 Divisão de assistência social geral
3938 3541 3.3.90.30 Material de consumo 3.000,00
Art. 2º Para cobertura do crédito de que trata o presente ato administrativo, será utilizado como recurso o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2023, de acordo com o inciso I, § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320/64, no valor elencado no artigo 1º deste Decreto.
Art. 3º O presente crédito adicional suplementar por provável superávit financeiro, não contará no limite estabelecido para tais créditos adicionais suplementares, conforme estabelecido no artigo 18, § 2º, da Lei Municipal 2.495/2023, e artigo 5º, § 2º, da Lei Municipal 2.510/2023.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Cidade Gaúcha, Estado do Paraná, 25 de novembro de 2024.
HENRIQUE DOMINGUES
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
DECRETO Nº105 DE 25 NOVEMBRO DE 2024.
SUMULA: HOMOLOGA O JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO PROFERIDO PELO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 026/2024 CONCORRÊNCIA N.º 004/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.
O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal a Prefeita Municipal Sr.ª MILENA SILVA ROSA, no uso de suas atribuições legais.
D E C R E T A:
Art. 1° - FICA HOMOLOGADO o julgamento proferido e ADJUDICADO pelo agente de contratação e sua equipe de apoio, de que trata o PROCESSO LICITATÓRIO N.º 026/2024 – CONCORRÊNCIA n.º 004/2024 para o(s) seguinte(s) licitante(s): MINERPAL COMERCIO DE MATERIAIS E PAVIMENTAÇÃO EIRELI, por ter apresentado proposta mais vantajosa com o resultado de melhor proposta global realizado em sessão pública modalidade eletrônica em conformidade com sua proposta inicial, e proposta final registrado e homologada em ata de sessão pública para o(s) lote(s) n° 01.
Art. 2° - Fica fazendo parte integrante ao presente DECRETO, Ata de Sessão Pública, Parecer Final da Equipe de apoio, Extrato de Contrato e/ou Contrato na sua integra, anexo de proposta de preços, Publicações Legais no Diário Oficial do Município e demais documentações pertinentes ao processo licitatório, em conformidade com o que determina a Lei Federal n.º 14.133/21, posteriores alterações e demais legislações inerentes.
Art. 3° - Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste decreto.
Art. 4° – Fica autorizado a formalizar o devido contrato nos termos dos artigos da seguinte Lei Federal 14.133/2021 e das demais legislações pertinentes em vigor.
Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves, em 25 de novembro de 2024, 203º da Independência e 136º da República.
MILENA SILVA ROSA
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ

PROCESSO ADMINISTRATIVO 04/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024
AVISO
A Câmara Municipal de Ivaté, em atendimento ao §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021, torna público para conhecimento dos interessados, o presente aviso da Dispensa de Licitação 04/2024 para contratação de empresa para aquisição de um computador e uma impressora, conforme Termo de Referência, para reposição.
Para tanto, convoca as empresas interessadas a enviarem suas propostas para os objetos constantes do Termo de Referência que pode ser baixado no site através do link “https://www.camaradeivate.pr.gov.br/imprensa/licitacoes” e conforme modelo de proposta disponibilizados no site, exclusivamente para o email camara ivate@gmail.com, até às 17h00 do dia 28/11/2024.
A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Ivaté/PR será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a administração, em até dois dias úteis após a convocação.
Ivaté/PR, 22 de novembro de 2024
Edilson Chalegre Nunwa
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE VATÉ

PROCESSO ADMINISTRATIVO 05/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2024
AVISO
A Câmara Municipal de Ivaté, em atendimento ao §3º do art. 75 da Lei nº. 14.333/2021, torna público para conhecimento dos interessados, o presente aviso da Dispensa de Licitação 05/2024 para contratação de empresa para aquisição de longarinas conforme Termo de Referência, para reposição das existentes e deterioradas no auditório da Câmara Municipal de Ivaté.
Para tanto, convoca as empresas interessadas a enviarem suas propostas para os objetos constantes do Termo de Referência e Modelo de Proposta que pode ser baixado no site através do link “https://www.camaradeivate.pr.gov.br/imprensa/licitacoes” e conforme modelo de proposta, disponibilizados no site, exclusivamente para o email camara ivate@gmail.com, até às 17h00 do dia 28/11/2024. A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Ivaté/PR será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a administração, em até dois dias úteis após a convocação.
Ivaté/PR, 22 de novembro de 2024
Edilson Chalegre Nunwa
Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 424/2024
DATA – 22/11/2024
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias a servidora Maria Eloiza Nogueira Honorato, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, de 17/12/24 a 31/12/24;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 22 de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 425/2024
DATA – 22/11/2024
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias a servidora Grasiele Gomes da Silva, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 2021/2022, de 06/12/24 a 04/01/24;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 22 de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 426/2024
DATA – 22/11/2024
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias a servidora Renata Myriane Tristão Barbosa, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 2020/2021, de 09/12/24 a 07/01/24;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 22 de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 427/2024
DATA – 22/11/24
SUMULA – Concede Licença Particular a funcionário
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Licença Particular ao servidor Fernando Silvano de Oliveira, por um período de 02 anos, conforme Art. 150 da Lei 006/2003 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, a contar de 20/11/24 a 19/11/26.
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta Portaria entrará em vigor nesta data e seus efeitos retroagirão a 20/11/2024.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 22 de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 3413/2024
SÚMULA: Abre Créditos Adicionais Suplementares por Anulação de Dotação e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando as disposições da Lei Municipal Nº. 624, de 17 (dezessete) de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial do Município (Jornal Umuarama Ilustrado) em 18 (dezoito) de outubro de 2024.
DECRETA:
Art. 1º. Abre Créditos Adicionais Suplementares por Anulação de Dotação no corrente exercício financeiro no valor de R$ 170.426,72 (cento e setenta mil quatrocentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), mediante a inclusão de rubricas de despesas das dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
07.02.12.361.0007.2.022	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	103	R$ 40.000,00
07.02.12.365.0007.2.032	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	103	R$ 2.000,00
07.02.12.367.0008.2.101	3.3.50.43.00.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS	0	R$ 3.626,72
08.02.10.301.0014.2.042	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	303	R$ 50.000,00
08.02.10.301.0014.2.042	3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	R$ 10.000,00
08.02.10.302.0014.2.044	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	303	R$ 40.000,00
08.02.10.303.0014.2.046	3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	303	R$ 4.000,00
13.04.17.512.0020.2.091	3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 800,00
14.05.08.244.0005.2.068	3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 2.000,00
14.07.08.243.0005.6.071	3.3.40.41.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES	0	R$ 10.000,00
14.08.08.241.0005.2.101	3.3.50.43.00.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS	0	R$ 8.000,00

Art. 2º. Para cobertura dos Créditos autorizados pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal reduzirá as seguintes dotações do orçamento vigente:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
02.01.04.122.0002.2.003	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 4.000,00
02.02.04.124.0002.2.002	3.3.90.14.00.00.00 DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 2.590,00
02.02.04.124.0002.2.002	3.3.90.93.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0	R$ 400,00
02.02.04.124.0002.2.002	4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0	R$ 200,00
02.03.04.91.0003.2.005	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 900,00
03.01.04.122.0003.2.006	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 1.000,00
03.02.04.122.0003.2.011	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 5.000,00
03.03.04.122.0003.2.013	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 3.200,00
03.04.04.122.0003.2.014	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 3.000,00
03.04.04.122.0003.2.014	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 1.200,00
03.05.04.122.0003.2.015	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 5.000,00
03.05.04.122.0003.2.015	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 4.600,00
03.06.04.91.0003.2.085	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 4.000,00
04.01.04.121.0004.2.016	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 2.000,00
04.01.04.121.0004.2.016	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 1.000,00
04.03.04.129.0006.2.019	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 5.500,00
05.02.04.128.0003.2.009	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 5.998,98
05.02.04.128.0003.2.009	3.1.90.16.00.00.00 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 5.500,00
05.02.04.128.0003.2.009	3.3.90.40.00.00.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	0	R$ 5.000,00
07.03.27.812.0012.2.037	3.3.90.36.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0	R$ 5.000,00
07.03.27.812.0012.2.037	3.3.90.39.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 6.000,00
08.02.10.302.0014.2.041	3.3.72.39.00.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	303	R$ 50.000,00
08.03.10.301.0014.2.106	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 4.000,00
08.03.10.301.0014.2.106	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 7.500,00
09.01.15.451.0016.2.048	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 8.500,00
09.01.15.451.0016.2.048	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 11.800,00
09.02.15.451.0016.2.049	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 5.000,00
10.01.26.782.0017.2.099	3.1.90.11.00.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	0	R$ 10.000,00
10.01.26.782.0017.2.099	3.1.90.13.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	0	R$ 2.537,74

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR, aos 25 de Novembro de 2024.
DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 428/2024
DATA – 22/11/2024
SUMULA - Concede Licença Maternidade a funcionária.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Licença Maternidade à servidora Cristiane da Cruz Lima, por um período de 180 dias, a partir de 03/11/24 a 01/05/25;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data e seus efeitos retroagirão à 03/11/24.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 22 de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 429/2024
DATA – 22/11/2024
SUMULA - Concede Licença Maternidade a funcionária.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Licença Maternidade à servidora Angela Chiaradia, por um período de 180 dias, a partir de 18/11/24 a 16/05/25;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data e seus efeitos retroagirão à 18/11/24.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 22 de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 430/2024
DATA – 25/11/2024
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias ao servidor Jurandir dos Santos Zambom, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, de 02/12/24 a 16/12/24;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 25 de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

CNPJ 80.404.023/0001-09
Rua Jorge Ferreira, n. 550, centro, em Francisco Alves/PR
Fone (44) 3643-1301
camara_franciscoalves@hotmail.com

CONCESSÃO DE DIÁRIAS

ATO DA MESA DIRETORA Nº 067/2024

Em análise ao requerimento do senhor **JULIANO VAZ DE ALMEIDA** ocupante do cargo de Vereador e inscrito no CPF sob o nº. 049.378.989-81, realizado em 19/11/2024, para a concessão de 3 diárias, com o objetivo de deslocar-se até a cidade de Curitiba/PR, com previsão de saída em 26/11/2024 e retorno em 29/11/2024, objetivando a participação no Curso – **PROCESSO LEGISLATIVO E EXECUTIVO MUNICIPAL NO FIM DO MANDATO E ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Após analisada a sua pertinência, bem como a sua compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público e correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo, esta Mesa Diretora resolve: **(X) DEFERIR ( ) INDEFERIR**, a concessão de 3 diárias, que totalizam o valor de **R$ 1.726,23.**

(**X**) Passagens

(   ) Sem aquisição de passagens.

Alerta-se o (a) beneficiário (a) de que deverá ater-se detidamente ao contido na Resolução nº 001/2023, sob as penas lá estatuídas, em especial sobre o desconto em folha de pagamento de diárias recebidas em excesso e/ou não utilizadas/comprovadas documentalmente, nos termos do art. 16, § 2º, da citada Resolução.

Francisco Alves/PR, 21/11/2024.

Jesse Antunes dos Santos
Presidente

Simone de Oliveira Avanci
1º secretário

Jair Osorio
Vice-Presidente

Cioni Cassin do Nascimento
2º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
LEI Nº 2.081, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024
Denomina o Campinho Sintético José Onofre dos Santos no Distrito de Carbonera, Município de Maria Helena – PR e dá outras providencias.
A CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, aprova e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:
Art. 1º Fica denominado de José Onofre dos Santos o Campinho Sintético no Distrito de Carbonera construído no espaço público Municipal existente na Avenida Brasil n.° 291, Distrito de Carbonera, Município de Maria Helena.
Art. 2º O Poder Executivo providenciará a colocação da placa alusiva à denominação.
Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Maria Helena/PR, 25 de novembro de 2024.
MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
LEI Nº 2.082, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024
Denomina a Capela Mortuária – CAPELA MORTUÁRIA ANTÔNIO FERNANDES no Município de Maria Helena – PR e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, aprova e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte lei:
Art. 1º Fica denominado de Antônio Fernandes a Capela construída no espaço público municipal existente na Rua Olímpia n.º 341 deste Município de Maria Helena – PR.
Art. 2º O Poder Executivo providenciará a colocação da placa alusiva à denominação.
Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Maria Helena/PR, 25 de novembro de 2024.
MARLON RANCER MARQUES
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
Lei nº 881/2024
SÚMULA: Institui o Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT no âmbito do município de Ivaté, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º – Fica instituído, junto à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer, o Fundo Municipal de Cultura – FUMCULT, do Município de Ivaté, cuja finalidade consiste na prestação do apoio financeiro necessário ao desenvolvimento dos programas específicos do aludido órgão, mediante a administração autônoma e a gestão dos respectivos recursos.
Art. 2º – Consistirão em recursos do Fundo ora criado:
I – dotação orçamentária própria ou créditos que lhe sejam destinados;
II – contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações dos setores público e pri¬vado;
III – produto do desenvolvimento de suas finalidades institucionais, como arrecadação dos preços públicos cobrados pela cessão de bens municipais sujeitos à administração da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer, ou resultado da venda de ingressos de espetáculos e de outros eventos artísticos, promoções de caráter cultural efetivadas com o intuito de arre¬cadação de recursos aprovados pelo Conselho Municipal de Cultura;
IV – rendimentos oriundos da aplicação de seus próprios recursos;
V – resultado de convênios, contratos e acordos firmados com instituições públicas ou priva¬das, nacionais ou estrangeiras;
VI – quaisquer outros recursos, créditos, rendas adicionais e extraordinárias e outras contri¬buições financeiras legalmente incorporáveis.
Art. 3º – O Fundo criado por esta lei será acompanhado e fiscalizado pelo Conselho Municipal de Cultura, nos termos de sua lei específica e conforme definido em regulamento próprio editado pelo chefe do poder executivo municipal.
Art. 4º – Para a realização dos serviços de ordem burocrática referentes ao Fundo de que trata a presente lei, serão designados, por ato do prefeito, os funcionários que se fizerem necessários, vinculados hierarquicamente à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer.
Parágrafo único – Dentre os funcionários designados, deverá ser indicado um responsável para a função de Secretário Executivo do Fundo.
Art. 5º – Todos os recursos destinados ao Fundo de que trata esta lei, bem como as receitas geradas pelo desenvolvimento de suas atividades institucionais, serão automaticamente transferidos, depositados ou recolhidos em conta bancária única, aberta no Banco do Brasil.
§ 1º – As aplicações financeiras de recursos do fundo serão objeto de análise do Conselho Municipal de Cultura, quando for o caso.
§ 2º – Os saldos porventura existentes no término de um exercício financeiro constituirão parcela da receita do exercício subsequente, até sua integral aplicação, respeitada a legislação vigente.
Art. 6º – A Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer submeterá trimestralmente para a aprecia¬ção do prefeito municipal relatório das atividades desenvolvidas pelo fundo de que trata esta lei, instruído com prestação de contas dos atos de sua gestão, acompanhada de respectiva docu¬mentação comprobatória, sem prejuízo da submissão a outros instrumentos de controle financei¬ro, genericamente instituídos para a administração municipal.
Art. 7º – Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa dias) dias, a contar de sua publicação, por instrumento normativo a ser expedido pelo chefe do poder executivo municipal.
Art. 8º – As despesas com a execução desta lei onerarão as verbas orçamentárias próprias.
Art. 9º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, aos 21 dias do mês de novembro de 2024.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO MUNICIPAL DE IVATÉ

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA

ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 153/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254/2024
Proc. Administrativo 1Doc Nº 2306/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, **CLAUDENIR GERVASONE**, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II do Art. 75 da Lei nº. 14133/21, autoriza a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, solicitada, pela SECRETARIA DE SAÚDE, para **Contratação de empresa para fornecimento de alimentação especial para paciente usuário do SUS, atendendo Ordem Judicial, Processo nº 001362.56.2024.8.16.0040,** no valor de **R$ 2.844,00 (dois mil oitocentos e quarenta e quatro reais).** Com a empresa: **C L FRANCO & CIA LTDA - ME**, inscrito no CNPJ sob nº. 06.348.087/000179, com sede a Rua Santos Dumont, 970 – Centro, na Cidade de Altônia, estado do Paraná.

Os recursos para a contração acima citada serão oriundos da Fonte:

26	SECRETARIA DE SAUDE	10	6	1	2	34	Manutenção dos Serviços de Saude	33903299010	DEMAIS MATERIAIS P/DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

REQUISIÇÃO: 199/2024 RESERVA: 343/2024

Altônia, 22 de novembro de 2024.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA HELENA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 212, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.
Designa o servidor Maycon Santos Armazcuk para ser o responsável pelo Recebimento e Conferência dos medicamentos adquiridos pelo município e dá outras providências.
Izabel Cristina Alves, Prefeita em exercício do Município de Mariluz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
Art. 1º Designar, o servidor Maycon Santos Armazcuk para receber e conferir os medicamentos adquiridos pelo Município, bem como para elaborar, avaliar e atualizar:
I – a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME);
II – o protocolo estabelecido para o processo de programação da aquisição de medicamentos;
III – o protocolo estabelecido para o processo de recebimento de medicamentos adquiridos;
IV – o protocolo estabelecido para evitar a perda de medicamentos por expiração da validade;
V – o protocolo estabelecido para as atividades de limpeza e higienização dos locais destinados ao armazenamento de medicamentos.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura do Município de Mariluz, em 25 de novembro de 2024.
Izabel Cristina Alves
Prefeita Municipal em exercício

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

FRANCISCO ALVES – PARANÁ
RESOLUÇÃO 004/2024
SUMULA: O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso de suas atribuições, que lhe assegura a Lei Municipal 660/2009 de 24 de junho de 2009 e seu Regimento Interno,reunidos em Sessão Plenária Ordinária no dia 25 de novembro de 2024, para escolha do(a) Presidente do CMAS.
RESOLVE:
Art. 1º- Elege, como Presidente do CMAS a Senhora Josefina Molinari Pereira .
Art. 6º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Francisco Alves – PR, 25 de novembro de 2024.
Josefina Molinari Pereira
Presidente Conselho

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
Lei nº 879/2024
SÚMULA: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer do município de Ivaté, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE
Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Esporte e Lazer do Município de Ivaté, órgão consultivo e fiscalizador, cuja finalidade é assessorar a elaboração e execução de políticas públicas municipais de esporte e lazer, vinculados à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.
Art. 2º - O Conselho Municipal de Esporte e Lazer terá como atribuição prioritária a proposição de projetos de trabalho no campo do esporte e lazer comunitário, bem como apreciar e manifestar-se sobre a regularidade na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Esporte de Ivaté - FMEI, mediante a avaliação de relatórios de prestações de contas feitas por entes recebedores de recursos do FMEI.
CAPÍTULO II
DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO
Art. 3º - São competências do Conselho Municipal de Esporte e Lazer:
I - assessorar a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer na execução de ações, projetos, programas, atividades e planos que viabilizem o cumprimento das políticas municipais de esporte e lazer;
II - fiscalizar, apreciar e opinar sobre a execução orçamentária e financeira dos recursos do FMEI gerenciado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
III - desenvolver estudos, projetos, debates e pesquisas relativas à situação do esporte e lazer comunitário no município;
IV - identificar tendências e práticas de esportes, lazer e recreação comunitários, objetivando sua incorporação às políticas públicas municipais da área;
V - opinar e emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas municipais;
VI - propor mecanismos de mútua colaboração entre órgãos públicos, privados, federações e entidades estaduais e federais, afetos às ações do esporte e lazer;
VII - propor e acompanhar convênios de apoio ao desporto e lazer comunitário celebrados entre o Município de Ivaté e outras entidades públicas ou privadas;
VIII - apresentar propostas à administração pública para celebração de termos e acordos de colaboração com organizações da sociedade civil, conforme os termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e de seu regulamento em âmbito municipal;
IX - julgar, conforme os termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e de seu regulamento em âmbito municipal, observados também os critérios estabelecidos em edital de chamamento público, as propostas de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco na área de desporto e lazer, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, quando financiadas com recursos do Fundo Municipal de Esporte de Ivaté - FMEI;
X - realizar, conforme os termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e de seu regulamento em âmbito municipal, o monitoramento e a avaliação das parcerias firmadas entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco na área de desporto e lazer, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, quando financiadas com recursos do Fundo Municipal de Esporte de Ivaté - FMEI;
XI - acompanhar e fiscalizar, conforme os termos da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e de seu regulamento em âmbito municipal, a execução das parcerias firmadas entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco na área de esporte e lazer, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação, sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle;
XII - elaborar, aprovar, modificar, cumprir e observar seu regimento interno;
XIII - opinar e praticar outras tarefas e/ou atribuições análogas e/ou previstas em lei.
XIV - propor aos poderes públicos a instituição de concursos para financiamento de projetos e concessão de prêmios como estímulo às atividades.
Art. 4º - Cabe ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer estabelecer as prioridades e deliberar sobre o orçamento destinado às políticas públicas de esporte e lazer, bem como, a fiscalização da sua aplicação.
CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO
Art. 5º - O Conselho Municipal de Esporte e Lazer será constituído por 14 (quatorze) membros, sendo 07 (sete) titulares e 07 (sete) suplentes.
I - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
II - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
III - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
V - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;
VI - 02 (dois) representantes da Associação Comercial e Empresarial;
VII - 02 (dois) representantes das Escolas Municipais e Estaduais;
Art. 6º - Os representantes da Administração Municipal serão de livre escolha do Chefe do Poder Executivo.
§ 1º - Os membros poderão ser substituídos, a qualquer tempo, mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável por sua indicação, apresentada ao Presidente do Conselho.
§2º - Ocorrendo vaga no Conselho por renúncia, morte ou incompatibilidade de função de algum de seus membros, será nomeado um novo Conselheiro, de conformidade com o artigo 4º desta Lei, que completará o mandato de seu antecessor.
§3º - O presidente e vice-presidente do Conselho serão eleitos dentre seus membros, em escrutínio secreto e votação uninominal.
§4º - O presidente do Conselho encaminhará a relação dos conselheiros titulares e suplentes ao Prefeito, que os nomeará por meio de portaria.
Art. 7º - O mandato dos Conselheiros será de 2 (dois) anos, sendo permitidas reconduções.
Art. 8º - O Conselho reger-se-á, no que se refere aos seus membros, de acordo com as disposições de seu Regimento Interno.
Art. 9º - A Diretoria do Conselho Municipal de Esporte e Lazer será composta por presidente, vice-presidente e secretário, eleitos entre os membros titulares.
§1º - A Diretoria terá mandato com duração de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.
§2º - A eleição da Diretoria será realizada em reunião do colegiado convocada especificamente para esta finalidade, pelo Prefeito na primeira gestão e pelo Presidente nas demais, antes do término do ano do mandato, ou por 50% (cinquenta por cento) de seus membros mais um, quando o Presidente não o fizer.
§3º - Em caso de haver empate, quando na eleição da diretoria será considerado eleito o candidato de maior idade.
Art. 10 - Caberá ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer, eleger uma Comissão Executiva composta de 04 (quatro) membros, assim discriminados:
I - Presidente;
II - Vice-Presidente;
III - Secretário;
IV - Tesoureiro.
Parágrafo único. Os membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer não receberão salários ou outras formas de gratificação ou remuneração.
Art. 11 - As reuniões ordinárias serão realizadas bimestralmente ou extraordinariamente quando necessário, obedecendo ao calendário proposto e aprovado em reunião no início de cada gestão.
Art. 12 - As reuniões ocorrerão com quórum de 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer ou em 2ª (segunda) chamada após 15 (quinze) minutos do horário oficial, com qualquer número.
CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 13 - Poderão ser convidadas a comparecer às reuniões, autoridades, especialistas e outras pessoas, a fim de prestar esclarecimentos sobre a matéria em discussão e participar dos debates, vedada, porém, a emissão de voto.
Art. 14 - O Conselho elaborará seu Regimento Interno, aprovado por Decreto do Prefeito.
Art. 15 - As omissões e as dúvidas de interpretação e execução do Regimento serão resolvidas pelo plenário do Conselho.
CAPÍTULO V
DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES
Art. 16 - Fica criado o Fundo Municipal de Esportes de Ivaté- FMEI, previsto no art. 71 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de arrecadar recursos à implementação de programas e à manutenção do esporte no Município.
§ 1º O Fundo Municipal de Esportes será administrado pelo Presidente e pelo Tesoureiro eleito por seus pares.
§ 2º O Fundo Municipal de Esportes de Ivaté de que trata este artigo será identificado pela sigla FMEI.
Art. 17 - Os recursos do Fundo Municipal de Esportes de Ivaté, em consonância com as diretrizes da política municipal de esportes, serão aplicados da seguinte forma:
I - no desenvolvimento e implementação de projetos esportivos no Município;
II - na manutenção dos esportes do Município, sob o encargo da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
III - na aquisição de materiais de consumo e permanentes, destinados aos projetos e programas esportivos;
IV - na promoção, apoio, participação em torneios, campeonatos, jogos oficiais do Estado do Paraná, olimpíadas e/ou na realização de eventos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
V - na divulgação, das potencialidades esportivas do Município por intermédio da mídia a nível local, estadual e nacional;
VI - nos programas e projetos de qualificação e aprimoramento técnico profissional dos esportes;
VII - em outros programas ou atividades, integrantes ou do interesse da política municipal de esportes;
VIII - na contratação de profissionais específicos para o desenvolvimento de técnicas esportivas, administração e organização de eventos do gênero.
CAPÍTULO VI
DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO
Art. 18 - O Fundo Municipal de Esportes de Ivaté será administrado pela Diretoria Deliberativa do Conselho Municipal de Esportes, responsável pela aprovação de contratações de profissionais, projetos e programas esportivos, integrantes da política municipal de esportes, que ocorrerão à conta dos recursos do Fundo, bem como pela aprovação dos recursos do Fundo e sua aplicação.
§ 1º O Presidente e gestor do Conselho Deliberativo do Fundo será o Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.
§ 2º Na ausência do Presidente, os trabalhos serão assumidos na ordem determinada no art. 10 da presente Lei.
Art. 19 - O exercício como membro do Conselho Deliberativo do Fundo FMEI será desempenhado gratuitamente, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária pelo desempenho da função.
Art. 20 - Ao Conselho Deliberativo do FMEI compete:
I - aprovar as diretrizes e normas para a gestão do Fundo;
II - aprovar a aplicação e liberação de recursos do Fundo;
III - estabelecer limites máximos de financiamento, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento previstas no art. 16 desta lei;
IV - fiscalizar e acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo, solicitando, se necessário, o auxílio do Controle Interno do Município;
V - propor medidas de aprimoramento de desempenho do Fundo, bem como outras formas de atuação, visando à consecução da política de esportes do Município.
Parágrafo único. O Conselho deliberará sobre sua própria organização, mediante a elaboração de seu regimento interno, que será baixado por ato do Prefeito Municipal.
CAPÍTULO VII
DAS ATRIBUIÇÕES DO FUNDO
Art. 21 - São atribuições do gestor do Fundo - FMEI:
I - acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas do Plano de Esportes do Município, cuja execução se dará à conta dos recursos do Fundo - FMEI;
II - submeter ao Conselho Deliberativo e ao Prefeito Municipal os planos de aplicação dos Recursos a cargo do Fundo, em consonância com o Plano de Esportes do Município e da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
III - submeter ao Conselho Deliberativo e ao Prefeito Municipal as demonstrações contábeis e financeiras do Fundo - FMEI;
IV - encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior;
V - ordenar os empenhos e os pagamentos à conta do orçamento do Fundo – FMEI;
VI - firmar, juntamente com o Prefeito Municipal, quando necessário ou exigido, convênio e contratos, inclusive de empréstimos, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo - FMEI;
VII - preparar e encaminhar os relatórios de acompanhamento da realização das ações da política de esportes financiados pelo Fundo - FMEI, para serem submetidos ao Conselho Deliberativo e ao Prefeito Municipal.
CAPÍTULO VIII
DOS RECURSOS DO FUNDO
Art. 22 - Os recursos financeiros do Fundo constituir-se-ão basicamente de:
I - transferências, auxílios e subvenções de entidades, empresas públicas ou privadas, órgãos internacionais, federais, estaduais e municipais, para fins específicos ou oriundos de convênios ou ajustes financeiros firmados pelo Município, cuja aplicação seja destinada especificamente às ações de implantação de projetos esportivos no Município;
II - recursos transferidos pelo Município, orçamentários e decorrentes de créditos especiais, suplementares ou transferências voluntárias pelas entidades privadas que venham a ser destinados ao Fundo;
III - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras dos recursos do Fundo;
IV - doações feitas diretamente ao Fundo e outras rendas eventuais;
V - outras taxas e preços públicos do setor de esportes que venham a ser criados.
Art. 23 - As receitas que constituírem recursos do Fundo serão depositadas em estabelecimentos oficiais de crédito, em conta específica, sob a denominação de MUNICÍPIO DE IVATÉ/PR/FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE DE IVATÉ - FMEI.
Art. 24 - Quando disponíveis os recursos do Fundo - FMEI, poderão ser aplicados no mercado de capitais, objetivando o aumento de receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.
Art. 25 - Constituem ativos do Fundo:
I - disponibilidades monetárias, oriundas de receitas específicas;
II - direitos que porventura vierem a constituir;
III - imobilizados, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e outros.
Art. 26 - Constituem passivos do Fundo, as obrigações de qualquer natureza assumidas para a manutenção e funcionamento do Conselho Municipal de Esportes.
CAPÍTULO IX
DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE
Art. 27 - O orçamento do Fundo Municipal de Esporte evidenciará as políticas, o programa e o trabalho da Administração Municipal, integrará o orçamento geral do Município, observados, na sua elaboração, normas estabelecidas na legislação pertinente, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.
Art. 28 - O orçamento do Fundo - FMEI, será organizado de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, de informar, apropriar e apurar custos, concretizar objetivos, bem como interpretar e avaliar resultados, por seus demonstrativos e relatórios e integrará a Contabilidade Geral do Município.
Parágrafo único. O Fundo - FMEI terá um responsável técnico, devidamente habilitado, integrante do quadro próprio de pessoal, designado por ato do Prefeito, ao qual competirá a atribuição deste artigo, bem como outras definidas em regulamento.
CAPÍTULO X
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Art. 29 - A execução orçamentária do Fundo - FMEI se processará em observância às normas e princípios legais e técnicos adotados pelo Município.
Art. 30 - A despesa do FMEI se constituirá na aplicação dos recursos e financiamento total ou parcial, no desenvolvimento e implantação de projetos esportivos, bem como na manutenção de serviços de esporte.
CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 31 - O Conselho Municipal de Esporte e o Fundo Municipal de Esporte - FMEI, terão duração indeterminada.
Parágrafo único. Em caso de extinção do Fundo - FMEI, seu patrimônio será incorporado ao patrimônio do Município.
Art. 32 - Fica a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, autorizada a utilizar 10% (dez por cento) dos recursos recolhidos ao FMEI em sua manutenção a título de taxa de administração.
Art. 33 - A administração superior e coordenação político administrativo do Fundo - FMEI, serão exercidas pelo Chefe do Poder Executivo, sem prejuízo das competências e atribuições delegadas por esta Lei.
Art. 34 - É defeso ao FMEI contrair débitos e/ou obrigações, a descobertos dos recursos prévios necessários e destinados legalmente ao adimplemento da aquisição ou do serviço, sob pena de constituir infração administrativa.
Art. 35 - O Chefe do Poder Executivo Municipal diligenciará a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Esporte nos 30 (trinta) dias seguintes à publicação do ato de sua criação.
Art. 36 - O servidor municipal designado para integrar o Conselho Municipal de Esporte, não fica eximido de suas obrigações funcionais, embora deva constar na sua ficha funcional a prestação dos serviços relevantes.
Art. 37 - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Esporte e Lazer será aprovado no prazo de 30 (trinta) dias, da data da nomeação de seus membros.
Art. 38 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, aos 21 dias do mês de novembro de 2024.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO MUNICIPAL DE IVATÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 161, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024
MILENA SILVA ROSA, Prefeita Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,
RESOLVE:
Art. 1° - Designar a Servidora Pública Municipal de Francisco Alves, SANDRA DE MELO PERBELINI, portador da cédula de Identidade RG nº 7.341.340-0 SSP/PR e devidamente inscrita no CPF nº 033.824.689-48, ocupante do cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA DE AÇÃO SOCIAL, como gestora do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente a viagem para Distrito de Águas de Juremas - Iretama – Paraná.
Art. 2° - Designar o Servidor Público Municipal Francisco Alves, DEBORA QUELEN PEREIRA RODRIGUES, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 10.729.941-6, expedida pela SSP-PR, devidamente inscrita no CPF sob nº 077.849.529-96, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DO CRAS E PROGRAMAS SOCIAIS, como fiscal do convênio com a Secretaria de Estado do Turismo referente a viagem para Distrito de Águas de Juremas - Iretama – Paraná..
Art. 3° - Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos ao dia 13 de novembro de 2024.
Francisco Alves, em 25 de novembro de 2024, 203º da Independência e 136º da República.
Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.
MILENA SILVA ROSA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 442/2024
Data: 25.11.2024
Ementa: denomina as instalações públicas do Porto de Pesca de Manoel Messias dos Santos (Vô Messias), e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e,
Considerando a importância histórica, cultural e econômica da atividade pesqueira para o desenvolvimento do município de Guaíra, Estado do Paraná;
Considerando o papel fundamental do "Porto de Pesca", que compreende a prática de pesca profissional e apicultura, as quais representam a força e a tradição da pesca artesanal e comercial em nosso Município;
Considerando a relevância da preservação do patrimônio pesqueiro e das práticas sustentáveis em nosso Município;
Considerando o Memorando online sob o nº 3.215/2024,
DECRETA:
Art. 1º Fica denominado o atual Porto de Pesca de Manoel Messias dos Santos (Vô Messias), em reconhecimento ao seu valor histórico como pioneiro das embarcações, culturais e econômicas, especialmente no contexto da atividade pesqueira.
Art. 2º A instalação pública do atual Porto de Pesca doravante denominado de Manoel Messias dos Santos (Vô Messias), consiste em uma edificação em estrutura de concreto com área de 1.244,77 m², sendo a área interna em piso molhado, com a finalidade de atracadouro de embarcações de pescadores profissionais, cuja edificação está construída em uma área denominada "uma área de 212.656,09 m²", com área total de 212.656,09 m², objeto da matrícula nº 16.283, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guaíra, Estado do Paraná, situada na Av. Sete Quedas, s/n, próximo ao cruzamento da Rua Getúlio Vargas.
Art. 3° O nome Porto de Pesca Manoel Messias dos Santos (Vô Messias), deverá ser utilizado em todas as documentações, eventos e ações relacionadas ao referido Porto de Pesca.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de novembro de 2024.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná

Lei nº 880/2024
SÚMULA: Dispõe sobre a criação do Plano Municipal de Cultura – PLAMCULT no âmbito do município de Ivaté, e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATÉ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º – O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) estipula políticas públicas pelo período de dez anos, assegurando o estabelecimento de um sistema de gestão pública e participativa, bem como o acompanhamento e avaliação das políticas culturais, proteção e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, acesso à produção e fruição da cultura em todo o município, além da inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico.
Parágrafo único – O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) terá como princípios:
I - a universalização do acesso à cultura;
II - a afirmação dos valores, identidades, diversidade e pluralismo cultural;
III - a participação da sociedade civil e o diálogo com agentes culturais e criadores;
IV - a implantação de um modelo qualificado de gestão compartilhada, eficaz e eficiente no planejamento e execução de políticas culturais;
V - a transversalidade e a integração da política cultural com as demais políticas de Estado;
VI - a cultura como fator de desenvolvimento sustentável local e regional;
VII - a valorização da memória e do patrimônio cultural.
Art. 2º – São objetivos do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT):
I - universalizar o acesso à arte e à cultura;
II - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
IV - articular políticas públicas de cultura buscando a transversalidade com outras áreas;
V - fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais;
VI - qualificar a gestão na área cultural;
VII - formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas culturais;
VIII - qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
IX - fomentar a produção e a difusão de conhecimentos, bens e serviços culturais;
X - preservar e promover o patrimônio cultural material e imaterial;
XI - criar mecanismos para o desenvolvimento da economia da cultura estimulando a sustentabilidade dos processos culturais.
Art. 3º – O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) será coordenado pelo Conselho Municipal de Cultura (COMCULT) e pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer.
Parágrafo único – O Conselho Municipal de Cultura (COMCULT) exercerá a função de coordenação executiva do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT), conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pelo estabelecimento de cronogramas, pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.
Art. 4º – A implementação do Plano Municipal de Cultura será feita em regime de cooperação entre o Município, o Estado do Paraná e a União, haja vista o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei Federal nº 12.343, de 02/12/2010 e o Plano Estadual de Cultura (PEC/PR), instituído pela Lei Estadual nº 19.135, de 27/09/2017.
Parágrafo único – A implementação dos programas, projetos e ações instituídos no âmbito do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) poderá ser realizada com a participação de instituições públicas ou privadas, mediante a celebração de instrumentos previstos em lei.
CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO
Art. 5º – Compete ao Poder Público, nos termos desta Lei:
I - formular políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do plano;
II - garantir a avaliação e a mensuração do desempenho do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis;
III - fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos da lei;
IV - proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território regional e local e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;
V - promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural, a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais, e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;
VI - garantir a preservação do patrimônio cultural Ivateense, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade Ivateense;
VII - articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras;
VIII - dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura Ivateense no exterior, promovendo bens culturais e criações artísticas Ivateense no ambiente internacional e dar suporte à presença desses produtos nos mercados de interesse econômico e geopolítico do País;
IX - organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura;
X - regular o mercado interno, estimulando os produtos culturais Ivateense com o objetivo de reduzir desigualdades sociais, locais, regionais e setoriais, profissionalizando os agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, consolidando e ampliando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração, valorizando empreendimentos de economia solidária e controlando abusos de poder econômico;
XI - coordenar o processo de elaboração de planos setoriais para as diferentes áreas artísticas, respeitando seus desdobramentos e segmentações, e também para os demais campos de manifestação simbólica identificados entre as diversas expressões culturais e que reivindiquem a sua estruturação municipal, estadual e nacional;
XII - incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) por meio de ações próprias, parcerias e participação em programas.
CAPÍTULO III
DAS DIRETRIZES, METAS E AÇÕES
Art. 6º – São diretrizes do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT):
I - fortalecer a ação do Município no planejamento e na execução das políticas culturais, intensificar o planejamento de programas e ações voltados ao campo cultural e consolidar a execução de políticas públicas para a cultura;
II - reconhecer e valorizar a diversidade e proteger e promover as artes e expressões culturais;
III - universalizar o acesso à arte e à cultura, qualificar ambientes e equipamentos culturais e permitir aos criadores o acesso às condições e meios de produção cultural;
IV - ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável, promover as condições necessárias para a consolidação da economia criativa e da cultura, além de induzir estratégias de sustentabilidade nos processos culturais;
V - estimular a organização de instâncias consultivas, construir mecanismos de participação da sociedade civil e ampliar o diálogo com os agentes culturais e criadores.
Art. 7º – São metas e respectivas ações do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT):
I - implantar integralmente o Sistema Municipal de Cultura, objetivando sua institucionalização e integração aos Sistemas Estadual e Nacional de Cultura, nos seguintes termos:
a) implantar o Sistema Municipal de Cultura e manter os elementos necessários que o compõem;
b) realizar conferências municipais com o objetivo de promover a institucionalização da cultura no município;
c) manter a participação nos sistemas nacional e estadual de cultura;
d) implantar e regulamentar redes de articulação entre os diversos setores da administração pública local e regional;
e) promover a organização e a profissionalização dos agentes culturais do Município de Ivaté;
f) criar indicadores e mecanismos de monitoramento e avaliação com revisão periódica;
g) estimular a criação de planos setoriais em áreas artístico-culturais.
II - disponibilizar para a área cultural recursos em conformidade com as suas respectivas Leis Orçamentárias em nível municipal, nos seguintes termos:
a) realizar ações de sensibilização quanto à importância do investimento na cultura para o desenvolvimento humano;
b) realizar acordos para a revisão das leis com órgãos responsáveis pelas questões orçamentárias do Município;
c) elaborar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de facilitação do acesso aos recursos financeiros;
d) apoiar o investimento em cultura com a utilização de percentual de pagamentos de royalties;
III - fortalecer o sistema de financiamento cultural, atendendo às demandas do município, nos seguintes termos:
a) articular parcerias para o fomento de atividades culturais com as esferas estadual, federal e privada;
b) incentivar a elaboração de editais para o Programa Municipal de Fomento e Incentivo à Cultura - PROMINC;
c) estimular a criação de programas de fomento e incentivo à cultura;
d) criar e apoiar mecanismos de sensibilização da sociedade civil quanto à importância do investimento na área cultural como forma de acesso à cidadania plena;
e) realizar, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL), programa amplo de fomento da vida cultural Ivateense;
IV - ampliar e adequar os quadros funcionais na área cultural, atendendo às demandas Ivateense nos próximos dez anos, nos seguintes termos:
a) estimular a criação de carreiras para a área artístico-cultural;
b) estimular a realização de seleção pública para execução de projetos de curta duração e/ou atividades técnicas temporárias;
c) apoiar mecanismos para regulamentação da profissão de gestor cultural;
V - criar e implantar programas de formação e capacitação na área cultural:
a) oferecer aos agentes e gestores culturais e à sociedade civil cursos, oficinas e seminários de capacitação e aperfeiçoamento técnico;
b) oferecer cursos de formação técnica aos profissionais da área artística e cultural;
c) estabelecer parcerias com instituições (universidades, entre outras) para a formação continuada de gestores culturais e capacitação técnica dos agentes culturais, conservando a transversalidade do conhecimento e a vivência artística;
d) apoiar e incentivar a pesquisa científica e tecnológica no campo artístico e cultural, por meio de parcerias;
e) promover ações conjuntas com as secretarias municipais visando estimular a interação entre agentes culturais e comunidade para integrar o conhecimento acadêmico, as políticas públicas e os saberes tradicionais e populares;
f) qualificar agentes culturais para o atendimento a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
g) estimular a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL) a implantar disciplinas ligadas às diferentes áreas da cultura, capacitando seus profissionais;
VI - cadastrar, mapear e diagnosticar os dados do setor cultural do município, nos seguintes termos:
a) consolidar a implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais de Ivaté (SMIIC) de forma integrada ao Sistema Estadual e Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SEIIC e SNIIC);
b) manter e atualizar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), tornando-o acessível;
c) incentivar o cadastramento e alimentação constante dos dados culturais no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), ampliando o mapeamento, o diagnóstico e a divulgação da cultura no Município;
d) transformar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) em uma ferramenta de avaliação do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) e das atividades culturais no Município;
e) produzir diagnósticos, estudos e propostas tendo como base o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC) para implementação de políticas públicas de cultura;
f) mapear atividades, territórios criativos, lugares, grupos e fazeres culturais materiais e imateriais, formulando mecanismos de salvaguarda e difusão, de modo a fortalecer as identidades territoriais e explicitar a diversidade;
g) estimular a abertura de editais direcionados às pesquisas, como forma de coletar dados para o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC);
VII - criar, implementar e aperfeiçoar mecanismos de informação e divulgação que atinjam Ivaté, nos seguintes termos:
a) ampliar e aperfeiçoar os mecanismos de comunicação e informação da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL), utilizando as ferramentas tecnológicas disponíveis;
b) incentivar parcerias com os meios de comunicação, incluindo as rádios e TVs públicas e comunitárias, e redes sociais, para a divulgação de atividades culturais;
c) estimular a criação de mídias (rádios comunitárias, páginas da web, blogs, etc.);
d) criar e divulgar uma agenda cultural do Município, contemplando os principais eventos permanentes municipal;
e) envolver os órgãos, gestores e empresários de turismo na gestão, planejamento e estratégia de divulgação dos equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades;
f) apoiar a divulgação dos programas culturais criados pelos governos federal, estadual e municipal;
g) apoiar mecanismos de difusão e divulgação de bens culturais;
VIII - atualizar, a cada quatro anos, em parceria com a Câmara Municipal de Vereadores de Ivaté e o Conselho Municipal de Cultura (COMCULT), os marcos legais da cultura, visando garantir o direito cultural nos seus diversos aspectos (como acesso, diversidade cultural, informação, liberdade de expressão), nos seguintes termos:
a) discutir e deliberar nas Conferências de Cultura os marcos legais da cultura;
b) encaminhar, por meio do conselho de cultura, as demandas de cultura para a Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado);
c) realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de ajustes nas legislações relativas à vida cultural, em particular a aprovação da PEC-150;
IX – estimular e fomentar programa anual de políticas públicas de ações culturais transversais com as demais secretarias, instituições de ensino superior, Sistema S, entre outros, nos seguintes termos:
a) avaliar, com a participação da sociedade civil, projetos e programas anteriores na área cultural, visando à sua continuidade administrativa;
b) apoiar e promover o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços voltadas às artes, contribuindo para o desenvolvimento de estudos e inovações culturais que permitam incrementar a formação do profissional;
c) estimular a transversalidade da cultura nas principais políticas sociais como educação, saúde e assistência social;
d) promover o debate com as instituições que integram o chamado Sistema S para a criação de projetos e calendários fixos de circulação de bens e produtos culturais;
X - apoiar e incentivar as manifestações da diversidade cultural, ampliando a oferta de programas que promovam e protejam as culturas populares e de povos tradicionais, nos seguintes termos:
a) incentivar ações que favoreçam o intercâmbio de conhecimentos, visando facilitar a inclusão e a participação de pessoas e de grupos culturais variados;
b) reconhecer a atividade profissional dos mestres de ofícios por meio do título de notório saber;
c) identificar e mapear as manifestações das comunidades e povos tradicionais com a finalidade de elaborar planos de suporte;
d) valorizar e fomentar as manifestações culturais locais fortalecendo e contemplando a diversidade cultural, com o objetivo de preservar sua memória e identidade;
e) valorizar os grupos de culturas populares, imigrantes e aqueles historicamente discriminados, como a população negra, povos de terreiro, ciganos, indígenas, quilombolas, faxinalenses, LGBT, movimentos de rua e terceira idade, com a promoção de ações que fortaleçam a cultura destes grupos e que resultem na inserção destes nas políticas públicas de cultura de criação, produção, difusão e fruição cultural;
f) promover o reconhecimento do notório saber a profissionais com pelo menos trinta anos de carreira e mais de cinquenta anos de idade;
g) incentivar e promover ações, por meio da arte, que contribuam para o fim de todo o tipo de discriminação;
h) estimular a arte urbana;
XI - estimular e fomentar a preservação, a conservação, a restauração, a pesquisa e a difusão do patrimônio cultural (material e imaterial), nos seguintes termos:
a) criar e implementar política de preservação do patrimônio cultural;
b) estimular a criação de fundos específicos municipal, para a conservação e restauração do patrimônio cultural material;
c) estimular a pesquisa e o registro sobre o patrimônio cultural material e imaterial;
d) estimular, por meio de parcerias com órgãos de educação, ciência, tecnologia e pesquisa, atividades de grupos acadêmicos e da sociedade civil, que trabalham contextos relativos à cultura, às artes e à diversidade cultural do Município de Ivaté;
e) estabelecer parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL) para incentivar o trabalho sobre a cultura de Ivaté nas escolas da rede pública de ensino, por meio de materiais didáticos específicos;
f) capacitar educadores e agentes multiplicadores para a utilização de mecanismos voltados à formação de consciência histórica crítica, que incentivem a valorização e a preservação do patrimônio cultural material e imaterial;
g) estimular as ações de conservação preventiva em acervos documentais e artísticos;
h) desenvolver ações de valorização, pesquisa, salvaguarda e registro de acervos museológicos do município, garantindo amplo acesso aos bens culturais;
i) realizar programas de pesquisa, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural Ivateense;
j) realizar programas de pesquisa, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural Ivateense;
k) incentivar a digitalização dos acervos, como de bibliotecas, cinematecas e arquivos museológicos, criando assim novas modalidades de acesso e utilização desses acervos culturais por toda a população;
l) fomentar o processo de tombamento e manutenção de bens culturais em âmbito municipal e, se pertinente, em âmbito estadual;
XII - ampliar políticas públicas de inclusão digital nas áreas urbanas, rurais e em regiões habitadas por povos e comunidades tradicionais, em todo o município, nos seguintes termos:
a) criar projetos que promovam a apropriação social da tecnologia de informação e que ampliem o acesso à cultura digital, caracterizada pelo acesso aos computadores e demais equipamentos digitais, assim como pelo número de pessoas conectadas à internet;
b) realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de criação de linhas de financiamento para ampliar a infraestrutura tecnológica e fomentar a criação e a circulação de conteúdos independentes de cada região;
c) promover a apropriação das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura digital e suas possibilidades de produção, difusão e fruição, como alternativa do desenvolvimento sustentável e livre;
d) apoiar o mapeamento dos circuitos de arte digital, assim como de suas fronteiras e das influências mútuas com os circuitos tradicionais;
XIII - fomentar mecanismos de investimentos para criação, construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais no município, nos seguintes termos:
a) estimular a criação de, no mínimo, um espaço cultural no município, respeitando as demandas de sua comunidade;
b) incentivar a criação e a adequação de espaços culturais com arquitetura e infraestrutura adequada ao seu uso, atendendo à legislação referente à acessibilidade e garantindo de forma econômica a sua sustentabilidade;
c) incentivar parcerias com as organizações da sociedade civil para a construção de espaços culturais no município por meio de benefícios fiscais;
d) estimular as empresas locais a investirem em projetos destinados à construção, recuperação, adequação e manutenção de espaços culturais;
e) estimular a criação de espaços culturais descentralizados para ampliação e fomento das culturas populares e movimentos culturais de rua, criados por mestres locais, artistas, grupos e entidades sem fins lucrativos;
f) estimular a manutenção da biblioteca cidadã;
g) incentivar a criação e ou manutenção de um centro cultural, educativo e comunitário no município;
XIV - implementar programas de formação de público, fomento, divulgação, documentação, descentralização e circulação de bens culturais no município, nos seguintes termos:
a) implantar o Plano de Literatura, Livro e Leitura, possibilitando o acesso democrático ao livro e ao equipamento cultural;
b) fomentar programas, projetos e ações que atendam ao contido no Plano Estadual da Criança e do Adolescente;
c) estimular a criação, a implantação e a manutenção, por meio de parcerias, de programas de formação e fidelização de público, promovendo os direitos culturais;
d) promover novas formas de divulgação, documentação e circulação de bens culturais, contemplando a diversidade de público;
e) promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, praças e parques culturais e de lazer, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e juventude;
f) fomentar e incentivar a produção artística e cultural Ivateense, por meio do apoio à criação, registro, difusão e distribuição de obras, ampliando o reconhecimento da diversidade de expressões;
g) contemplar e promover a diversidade cultural do município, com pelo menos dois programas de circulação anual;
h) incentivar a criação de calendários e mapas culturais que apresentem sistematicamente os locais de realização de eventos culturais, encontros, feiras, festivais e programas de produção artística e cultural;
i) fomentar a criação de unidades móveis itinerantes, que possibilitem a circulação de apresentações artísticas, especialmente regiões rurais e remotas do centro urbano;
j) estimular o intercâmbio cultural, municipal e intermunicipal;
k) criar e ampliar programas que contemplem o acesso de bens e atividades culturais atendendo crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência;
l) estimular as entidades culturais, como associações, clubes e sociedades, a criar mecanismos de acesso aos bens e serviços em equipamentos culturais;
m) promover a educação patrimonial, a formação de plateia e público como forma de fomento ao consumo cultural;
XV - incentivar o intercâmbio artístico-cultural internacional, facilitando a comercialização, a distribuição e a exibição de bens culturais e artísticos produzidos em Ivaté, nos seguintes termos:
a) estabelecer parcerias com órgãos representativos de países com os quais o Paraná e o Brasil mantêm relações diplomáticas;
b) estabelecer parcerias para o intercâmbio artístico-cultural e científico do município de Ivaté com países estrangeiros;
c) instituir programas e parcerias internacionais para atender necessidades técnicas e econômicas para a compreensão e organização de suas relações com a economia contemporânea global;
XVI - implementar programas que permitam o desenvolvimento da economia da cultura criativa com o propósito de promover a sustentabilidade da produção artístico-cultural do município, nos seguintes termos:
a) mapear, fortalecer e articular as cadeias produtivas que formam a economia da cultura;
b) fomentar a capacitação e o apoio técnico para a produção, distribuição, comercialização e utilização sustentável de matérias-primas e produtos relacionados às atividades artísticas e culturais;
c) criar programas de qualificação do trabalhador da cultura e promover a profissionalização do setor, assegurando condições de trabalho, emprego e renda;
d) contribuir com as ações de formalização do mercado, possibilitando a valorização do trabalho e o fortalecimento econômico dos setores culturais;
e) inserir as atividades culturais itinerantes nos programas públicos de desenvolvimento regional sustentável;
f) incentivar a formação de consórcios entre os municípios da mesma região cultural, possibilitando a valorização das culturas locais e regionais e o intercâmbio de atividades;
g) realizar, em parceria com os órgãos e poderes competentes, propostas de criação de agências de fomento, com qualificação em gestão financeira, promoção de bens e serviços;
h) apoiar artistas, artesãos e profissionais criativos oferecendo consultoria e assessoria nas áreas de gestão de projetos;
i) implementar programas que permitam o desenvolvimento da economia criativa em associação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecidos pela ONU;
j) estabelecer parcerias com bancos estatais e outros agentes financeiros, como cooperativas, fundos e organizações não governamentais, para o desenvolvimento de linhas de microcrédito e outras formas de financiamento destinadas à promoção de cursos livres, técnicos e superiores de formação, pesquisa e atualização profissional;
k) atrair investimentos para a economia criativa do município de Ivaté;
l) promover o turismo cultural visando ao reconhecimento, à valorização e à profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade;
m) estimular a geração de projetos que contemplem a diversidade e a transversalidade, dentro de um contexto descentralizado e sustentável;
XVII - promover em parceria com a comunidade cultural a formação de cooperativas de fomento à cultura, nos seguintes termos:
a) estimular meios para o desenvolvimento da cadeia produtiva da cultura e das artes e impulsionar a economia da cultura regional;
b) celebrar convênios com instituições de ensino a fim de instrumentalizar artistas, produtores, gestores e fazedores de cultura, na criação e gestão das cooperativas;
c) estabelecer parcerias a fim de gerar mecanismos de sustentabilidade das cooperativas;
d) estabelecer diretrizes norteadoras para o desenvolvimento da cadeia produtiva e das artes no município de Ivaté;
XVIII - implementar meios de participação social no processo de elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas culturais no município, nos seguintes termos:
a) criar uma plataforma virtual que possibilite à sociedade civil acompanhar as políticas culturais previstas para serem implementadas no município;
b) incentivar a criação de fóruns permanentes com a participação da sociedade civil, como conselhos e fóruns setoriais, possibilitando a consulta, a reflexão, a qualificação, a avaliação e a proposição de conceitos e estratégias;
c) estimular a criação de canais de interlocução da sociedade civil com instituições culturais;
d) promover a articulação entre os conselhos culturais federal, estadual e municipal.
CAPÍTULO IV
DO FINANCIAMENTO
Art. 8º – Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias do Município disporão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes desta Lei.
Art. 9º – A Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL), na condição de coordenadora executiva do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT), deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender aos objetivos desta Lei e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento.
CAPÍTULO V
DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 10º – Compete à Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL) monitorar e avaliar periodicamente o alcance das diretrizes e eficácia das metas do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) com base em indicadores locais e regionais que quantifiquem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, os níveis de trabalho, renda e acesso da cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico-cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais.
Parágrafo único – O processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) contará com a participação do Conselho Municipal de Cultura (COMCULT), tendo o apoio de especialistas, técnicos e agentes culturais, de institutos de pesquisa, de universidades, de instituições culturais, de organizações e redes socioculturais, além do apoio de outros órgãos colegiados de caráter consultivo, na forma do regulamento.
CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 11º – O Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) deverá ser atualizado em quatro anos acrescido dos Planos Setoriais elaborados a partir das resoluções do Conselho Municipal de Cultura (COMCULT).
Art. 12º – A elaboração do Plano Municipal de Cultura (PLAMCULT) em âmbito municipal é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer (SMCEL) e Instituições Vinculadas, que, a partir das diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura, deverão desenvolver Projeto de Lei a ser submetido ao Conselho Municipal de Cultura (COMCULT) e, posteriormente, encaminhado à Câmara de Vereadores.
Art. 13º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito, aos 21 dias do mês de novembro de 2024.
DENILSON VAGLIERI PREVITAL
PREFEITO MUNICIPAL DE IVATÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

A Agente de Contratação, designada através do decreto n° 6.891/2024, com base na Lei Federal 14.133/2021 e legislação complementar, tornam público o **Resultado do processo de Dispensa de Licitação**.

MODALIDADE: PROCESSO DE DISPENSA Nº 011/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA TÉRMICA MULTIFUNCIONAL PARA IMPRESSÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, PARA SER UTILIZADA ESPECIFICAMENTE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24HRS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

RESULTADO FINAL

EUGÊNIO & MARQUES LTDA - ME CNPJ: 01.600.153/0001-32

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QNT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
1	IMPRESSORA TÉRMICA MULTIFUNCIONAL DE MESA; PARA DOIS FORMATOS DE FILME NO MINÍMO, SENDO: FILME 14X17" (35X43CM), 20X25COM, 25C30CM, 28X35CM. COM TECNOLOGIA DE IMAGEM DIRECT DIGITAL IMAGING. FILME SECO, DEVE FORNECER IMAGENS COM ALTA RESOLUÇÃO, EM PRETO E BRANCO E EM DOIS FORMATOS SIMULTANEAMENTE, PARA DOCUMENTAÇÃO DE TODOS OS TIPOS DE IMAGENS; COM PRODUTIVIDADE DE NO MINÍMO 75 PELÍCULAS DE FORMATO 14X17 (POR HORA), SEM NECESSIDADE DE PRODUTOS QUÍMICOS, COM INTERFACE ETHERNET PARA CONEXÃO EM REDE; DENSITÔMETRO EM LINHA PARA AJUSTE DE IMAGEM; FÁCIL ACESSO AO GABINETE INTERNO, FÁCIL MANUSEIO; INSTALADA, COM GARANTIA.	UNID	1	R$ 17.900,00	R$ 17.900,00	AGFA

Após análise dos documentos e da proposta, bem como diligências necessárias **DECLARAMOS VENCEDORA** a proponente **EUGÊNIO & MARQUES LTDA - ME CNPJ: 01.600.153/0001-32,** com o valor total de sua proposta de R$ 17.900,00 (dezessete mil e novecentos reais), para a *AQUISIÇÃO DE UMA IMPRESSORA TÉRMICA MULTIFUNCIONAL PARA IMPRESSÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS, PARA SER UTILIZADA ESPECIFICAMENTE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA 24HRS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL*, conforme edital e termo de referência. Devendo ser contratada com base no **art. 75, II, da lei 14.133/21, por ter apresentado toda a documentação e o menor valor após análise dos interessados.**

Icaraíma – PR, 25 de novembro de 2024.

Joyce da Silva F. Vergentino
Agente de Contratação

Marcos Alex de Oliveira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DE CONTRATO Nº 045/2024.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: **A. CARNEVALI - EIRELI,** CNPJ nº **18.012.406/0001-50.**
Objeto: *Aquisição de equipamentos para a UBS – NELSON DOS SANTOS PEREIRA para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde através de recurso financeiro do programa VIGIA SUS, Resolução 389/2023, para o Município de Francisco Alves, Estado do Paraná.*
Valor global: o preço global para a execução do objeto deste contrato é de **R$ 33.077,75 (TRINTA E TRÊS MIL, SETENTA E SETE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).**
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
Pela aquisição do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor abaixo descriminado conforme especificação do item a seguir:
1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	VALOR TOTAL	MARCA
2	**Termômetro clínico digital infravermelho sem contato:**	UN	5	R$ 92,45	R$ 462,25	SIMILAR
3	**Notebook - Computador portátil:** Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. Computador portátil (notebook) com processador que possua no mínimo 4 Núcleos, 8 thereads e frequência de 2.4 GHz; Unidade de Armazenamento SSD 240 GB interface PCIe NVMe M.2 , memória RAM de 8 GB, em 2 módulos idênticos de 4 GB cada, do tipo SDRAM DDR4 3000 MHz ou superior, tela LCD de 14 ou 15 polegadas widescreen, Anti reflexo, suportar resolução FULL HD (1920 x 1080 pixels), retro iluminada por LED, o teclado deverá conter todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive ç e acentos, nas mesmas posições do teclado padrão ABNT2, mouse touchpad com 2 botões integrados, mouse óptico com conexão USB e botão de rolagem (scroll), interfaces de rede 10/100/1000 conector rj-45 fêmea e WIFI padrão IEEE 802.11 b/g/n/ac, Bluetooth mínimo 4.0. Sistema operacional Windows 10 pro (64 bits), bateria recarregável do tipo íon de lítion com no mínimo 4 células, fonte externa automática compatível com o item, possuir interfaces USB 2.0 e 3.0, 1 HDMI ou display port e 1 VGA, leitor de cartão, webcam FULL HD (1080 p). Deverá vir acompanhado de maleta do tipo acolchoada para transporte e acondicionamento do equipamento. O equipamento deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UN	5	R$ 2.927,00	R$ 14.635,00	SIMILAR
6	**Mesa ginecológica:** ESTRUTURA | MATERIAL DE CONFECÇÃO:SEM ARMÁRIO | AÇO	UN	2	R$ 1.004,00	R$ 2.008,00	SIMILAR
7	**Foco refletor ambulatorial:** ILUMINAÇÃO: LED- HASTE: FLEXÍVEL	UN	5	R$ 454,50	R$ 2.272,50	SIMILAR
9	**Impressora laser multifuncional (copiadora, scanner e fax opcional):** Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante; impressora com tecnologia Laser ou Led; padrão de cor monocromático; tipo multifuncional (imprime, copia, digitaliza, fax); memória 128 MB; resolução de impressão 600 x 600 DPI; resolução de digitalização 1200 x 1200 DPI; resolução de cópia 600 x 600; velocidade de impressão 30 PPM preto e branco; capacidade da bandeja 150 páginas; ciclo mensal 30.000 páginas; fax 33.6kbps opcional; interfaces USB, rede ethernet 10/100 e WIFI 802.11 b/g/n ; frente e verso automático.	UN	5	R$ 2.740,00	R$ 13.700,00	SIMILAR
				VALOR TOTAL :	R$ 33.077,75	

Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2024.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
MILENA SILVA ROSA/Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DE CONTRATO Nº 046/2024.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: **ANGOSEGTEC SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA,** CNPJ nº **22.158.475/0001-43.**
Objeto: *Aquisição de equipamentos para a UBS – NELSON DOS SANTOS PEREIRA para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde através de recurso financeiro do programa VIGIA SUS, Resolução 389/2023, para o Município de Francisco Alves, Estado do Paraná.*
Valor global: o preço global para a execução do objeto deste contrato é de **R$ 1.540,98 (UM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).**
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
Pela aquisição do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor abaixo descriminado conforme especificação do item a seguir:
1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	VALOR TOTAL	MARCA
8	**Nobreak para computador /Impressora:** Especificação mínima: que esteja em linha de produção pelo fabricante. No-break com potência nominal mínima de 1,2 kVA. Potência real mínima de 600 W. Tensão entrada 115 / 127 / 220 V (em corrente alternada) com comutação automática. Tensão de saída 110 / 115 ou 220 V (a ser definida pelo solicitante). Alarme audiovisual. Bateria interna selada. Autonomia a plena carga de, no mínimo, 15 minutos considerando consumo de 240 W. Possuir, no mínimo, seis tomadas de saída padrão brasileiro. O produto deverá ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento.	UN	1	R$ 689,99	R$ 689,99	JBR
12	**Caixa Térmica:** REVESTIMENTO INTERNO | TAMPA REMOVÍVEL | TERMÔMETRO | RODÍZIOS | CAPACIDADE: POLIURETANO | | ACIMA DE 30 LITROS	UN	1	R$ 850,00	R$ 850,00	34 Litros R
				VALOR TOTAL :	R$ 1.540,98	

Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2024.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
MILENA SILVA ROSA/Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.° 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO TERMO ADITIVO N.° 01
CONTRATO N° 164/2024
DISPENSA N° 022/2024

Que entre si celebram de um lado, o **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Brasil 2001 – Centro – Maria Helena - Pr., inscrita no CNPJ sob nº 76.247.386/0001-00, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, agente político, inscrito no CPF sob nº 063.474.769-08, portador da Cédula de Identidade nº 10.183.853-5/SSP/PR., residente e domiciliado nesta cidade de Maria Helena, Paraná, e de outro lado a empresa **C B ENGENHARIA CIVIL LTDA, CNPJ: 48.426.988/0001-81,** com sede na Rua Manoel Bandeira, 4043, Qd 02, Lt06, Jd Paris 2, na cidade de Umuarama-PR, neste ato representada por seu representante legal **BRUNA FELISBERTO CECON** , portadora da Cédula de Identidade RG n° 12.945.015-0 SSP/PR, Inscrita no CPF sob o n° 103.658.039-36, residente e domiciliada na cidade de Umuarama-PR, firmam o presente TERMO ADITIVO com fundamento na Lei Federal n. º 14.133/21, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – **DO OBJETO:** Trata-se o presente da **REDUÇÃO DE META FISICA, por meio de reprogramação**, conforme planilhas acostadas aos autos, constante na clausula vigésima quarta, do Contrato n° 164/2024, conforme parecer técnico do setor de engenharia do município de Maria Helena.

CLÁUSULA SEGUNDA – **DO VALOR:** Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem SUPRIMIR o valor de R$ 10.079,10 (dez mil e setenta e nove reais e dez centavos), passando o contrato original para o valor total de R$ 25.346,49 (vinte e cinco mil trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO- Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais Cláusulas e condições originais do Contrato original, ressalvado o direito de discutir os pedidos protocolados com pendencia de análise.

Maria Helena – PR, 18 de novembro de 2024

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2024.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: **FUNCIONAL MATERIAIS HOSPITALARES E ASSESSORIAS LTDA,** CNPJ nº **33.475.145/0001-06.**
Objeto: *Aquisição de equipamentos para a UBS – NELSON DOS SANTOS PEREIRA para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde através de recurso financeiro do programa VIGIA SUS, Resolução 389/2023, para o Município de Francisco Alves, Estado do Paraná.*
Valor global: o preço global para a execução do objeto deste contrato é de **R$ 23.927,00 (VINTE E TRÊS MIL, NOVECENTOS E VINTE E SETE REAIS).**
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Pela aquisição do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor abaixo descriminado conforme especificação do item a seguir:
1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	VALOR TOTAL	MARCA
4	**Cadeira odontológica completa:** COMANDO DA CADEIRA: PEDALCABECEIRA: POSSUIREFLETOR: POSSUIEQUIPO: TIPO CART OU ACOPLADOTERMINAIS: ATÉ 3CUBA: PORCELANA | CERÂMICASERINGA TRÍPLICE: POSSUIPEÇA RETA: POSSUICONTRA ÂNGULO: POSSUIMICRO MOTOR: POSSUIUNIDADE AUXILIAR (SUGADOR): POSSUICANETA DE ROTAÇÃO: POSSUIMOCHO: POSSUI	UN	1	R$ 20.534,00	R$ 20.534,00	Dentemed prime flex one
5	**Compressor odontológico:** CAPACIDADE RESERVATÓRIO | POTÊNCIA | CONSUMO: 30 A 39 L | 1 A 1,5HP | 6 A 7 PÉSISENTO DE ÓLEO: SIM	UN	1	R$ 3.393,00	R$ 3.393,00	FIAC - XS45V 10PCM 45L 120PSI - 220V
				VALOR TOTAL :	**R$ 23.927,00**	

Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2024.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
MILENA SILVA ROSA/Prefeita Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 263/2024
MODALIDADE Dispensa por Limite Nº 153/2024

HOMOLOGADO ATRAVÉS DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 153/2024 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2024

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,** inscrito no CNPJ n.º 09.008.389/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE,** com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. **Sr. CLAUDENIR GERVASONE,** portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na **Avenida Gralha Azul, 487,** na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de **CONTRATADA** empresa: **C. L. FRANCO & CIA LTDA,** inscrito no CNPJ sob nº. **06.348.087/0001-79**, neste ato representada pelo SR. CLAUDIO LUIZ FRANCO**,** portador do RG nº 58695572 e do CPF nº. 003.730.459-30, residente na RUA SANTOS DUMONT, na cidade de ALTONIA, Estado do Paraná, resolve firmar o presente Contrato de Fornecimento para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Dispensa por Limite nº. 153/2.024, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO
O presente Contrato de Fornecimento tem por objeto a AQUISIÇÃO DE LEITE ESPECIAL PARA PACIENTE DO SUS, ATENDENDO RODEM JUDICIAL, a seguir descritos:

Lote	Item	Quant.	Descrição	V. UNIT	TOTAL
1	1	12	APTAMIL AR, 800 GRAMAS	237,00	2.844,00

DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa C. L. FRANCO & CIA LTDA e de R$ 2.844,00 (dois mil oitocentos e quatro reais).

VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência, com início em **22/11/2024** e término em **31/12/2024**, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Produtos, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os produtos, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Limite Nº0153/2.024".

Os pagamentos serão efetuados **À vista, após conclusão do objeto,** de acordo com o sub-item 16.1 do edital.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os produtos referentes aos lotes, desta licitação deverão ser entregues mediante solicitação do órgão responsável, em até 15 (quinze) dias, na Secretaria de Saúde, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE SAÚDE, Rejeitará no todo ou em parte os produtos que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital

A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte:

26	SECRETARIA DE SAUDE	10	6	22	2	34	Assistencia Farmaceutica Básica	339032990100	DEMAIS MATERIAIS P/DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Altônia-PR., 22/11/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Endereço: Av. Marília, nº 1920 - CEP: 87470-000.
Telefone: (44) 3534-8000 – E-mail: mariluz@mariluz.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

DECRETO n° 2.635 de 25 de novembro de 2024.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COMITÊ INTERSETORIAL DE GARANTIAS DE DIREITOS DOS INDIVÍDUOS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MARILUZ.

IZABEL CRISTINA ALVES, prefeita interina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei.

DECRETA:

Art. 1º O COMITÊ INTERSETORIAL DE GARANTIAS DE DIREITOS DOS INDIVIDUOS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MARILUZ., terá a seguinte composição:

- TASSYANE SANTIAGO OLIVEIRA (ASSISTENTE SOCIAL – CRAS)
- MARIA APARECIDA DA COSTA (PEDAGOGA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)
- CARLOS EDUARDO DE PAULA (SETOR VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL)
- ANGELA APARECIDA DOS SANTOS FERREIRA (CADASTRO ÚNICO- BOLSA FAMÍLIA)
- NADIELLE ANDRESSA ROCHA DE OLIVEIRA SOUZA (ENFERMEIRA ESTRATÉGICA BÁSICA DE SAÚDE)
- LENICE BRASILIANO MARINHO (SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)
- ANGELA MARIA DE ALMEIDA (SECRETÁRIA DE SAÚDE)
- SELMA MARIA EDWIGES (SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO)

Art 2º As reuniões serão bimestrais, com calendário previamente elaborado.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício do paço Municipal de Mariluz, aos 25 dias do mês de novembro de 2024.

IZABEL CRISTINA ALVES
PREFEITA INTERINA

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DE CONTRATO Nº 048/2024.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: **JS OFFICE COMERCIO LTDA,** CNPJ nº **55.063.371/0001-04.**
Objeto: *Aquisição de equipamentos para a UBS – NELSON DOS SANTOS PEREIRA para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde através de recurso financeiro do programa VIGIA SUS, Resolução 389/2023, para o Município de Francisco Alves, Estado do Paraná.*
Valor global: o preço global para a execução do objeto deste contrato é de **R$ 3.700,00 (TRÊS MIL E SETOCENTOS REAIS).**
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Pela aquisição do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor abaixo descriminado conforme especificação do item a seguir:
1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	VALOR TOTAL	MARCA
10	**Longarina:** MATERIAL DE CONFECÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO/ NÚMERO DE ASSENTOS: POLIPROPILENO/03 LUGARES	UN	5	R$ 290,00	R$ 1.450,00	MAQPEL
11	**Cadeira:** MATERIAL DE CONFECÇÃO | BRAÇOS | REGULAGEM DE ALT | RODÍZIOS | ASSENTO E ENCOSTO: AÇO OU FERRO PINTADO ESTOFADO	UN	10	R$ 225,00	R$ 2.250,00	MAQPEL
				VALOR TOTAL :	**R$ 3.700,00**	

Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2024.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
MILENA SILVA ROSA/Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

Republicado por conter incorreções

EXTRATO - CONTRATO Nº 057/2024.

INEXIGIBILIDADE Nº 004/2024 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2024.

Consignante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.
Consignatária: **OUTRA VIBE PRODUÇÕES LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº **50.830.078/0001-01**.
Objeto: *CONTRATAÇÃO de show musical da dupla sertaneja Lucas e Higor, para o show da virada realizado no dia 31/12/2024, no município de Francisco Alves, Estado do Paraná.*
Valor global: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Vigência: O prazo de validade desta ata de registro de preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura da presente ata de registro de preços.
QUANTITATIVOS A SEREM CONTRATADOS:

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	01	SER	CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM DUPLA SERTANEJA, PARA SHOW DA VIRADA QUE SERÁ REALIZADO NO DIA 31/12/2024 NA CIDADE DE FRANCISCO ALVES - PARANÁ. O SHOW DEVERÁ TER NO MÍNIMO 02 HORAS DE DURAÇÃO	**R$ 50.000,00**	**R$ 50.000,00**

Francisco Alves-PR, 21 de novembro de 2024.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES
MILENA SILVA ROSA
Prefeita Municipal

MARILUZ - PR
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO N° 2.642 de 25 de novembro de 2024.

Súmula: Designa os profissionais que serão responsáveis pelas equipes de enfermagem e estabelece suas competências e atribuições.

A Prefeita Municipal Interina de Mariluz – PR, Izabel Cristina Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município (LOM), **D E C R E T A:**

Art. 1° Ficam designadas os(as) seguintes enfermeiros(as) como responsáveis pelas equipes de enfermagem:
I – Equipe 1: Nadielle Andressa Rocha de Oliveira de Souza – inscrita no CPF n° 068.687.089-12;
II – Equipe 2: Iracema da Silva Barbosa Pastre – inscrita no CPF n° 900.481.489-20;
III – Equipe 3: Marcela Oliveira Rosa – inscrita no CPF n° 046.571.149-99.

Art. 2° As pessoas designadas no artigo anterior serão responsáveis por elaborar, avaliar e atualizar:
I – a delimitação dos territórios de atuação das equipes da atenção primária;
II – o procedimento operacional padrão (POP) referente ao encaminhamento de usuários para tratamento fora do domicílio (TFD);
III – o procedimento operacional padrão (POP) referente ao acompanhamento dos usuários que retornam dos outros pontos da Rede de Atenção à Saúde (RAS);
IV – os protocolos de encaminhamento, agendamento e de priorização de atendimentos na Atenção Especializada;
V – o procedimento operacional padrão (POP), ou outro documento, que dispõe sobre os serviços ofertados em suas Unidades Básicas de Saúde.

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mariluz – PR, 25 de novembro de 2024.

IZABEL CRISTINA ALVES
Prefeita Interina

Prefeitura Municipal de Francisco Alves

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ.77.356.665/0001-67

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2024.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024.

Contratante: MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: **PREMISSE HOSPITALAR LTDA,** CNPJ nº **37.165.425/0001-60.**
Objeto: *Aquisição de equipamentos para a UBS – NELSON DOS SANTOS PEREIRA para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde através de recurso financeiro do programa VIGIA SUS, Resolução 389/2023, para o Município de Francisco Alves, Estado do Paraná.*
Valor global: o preço global para a execução do objeto deste contrato é de **R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS).**
Vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Pela aquisição do objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor abaixo descriminado conforme especificação do item a seguir:
1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	VALOR TOTAL	MARCA
1	**Detector Fetal:** TIPO | TECNOLOGIA | DISPLAY | FAIXA DE MEDIÇÃO | ALIMENTAÇÃO | GRAU DE PROTEÇÃO: PORTÁTIL | DIGITAL | LCD COLORIDO MÍNIMO DE 2.4 | 30 A 240BPM | BATERIA OU PILHA | SONDA IPX7	UN	5	R$ 1.400,00	R$ 7.000,00	MEDPEJ
				VALOR TOTAL :	**R$ 7.000,00**	

Prefeitura Municipal de Francisco Alves, Estado do Paraná, 18 de novembro de 2024.

MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES/Contratante
MILENA SILVA ROSA/Prefeita Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 233/2024
MODALIDADE Dispensa por Limite Nº 129/2024

HOMOLOGADO ATRAVÉS DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 129/2024 DE 16 DE OUTUBRO DE 2024

Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL, inscrita no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91, doravante denominada CONTRATANTE, com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. Sr. CLAUDENIR GERVASONE, portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na Avenida Gralha Azul, 487, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de CONTRATADA empresa: LUCENA & CARVALHO LTDA, **inscrito no CNPJ sob nº**. 06.147.427/0001-01**, neste ato representada pela Sra. Maria Aparecida de Lucena Carvalho, portadora do RG nº 8.404.630-2 e do CPF nº.030.368.759-21, residente na cidade de Altonia, Estado do Paraná,** resolve firmar o presente 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de serviços para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Dispensa de Licitação nº. 129/2024, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO
O 1º Termo Aditivo ao contrato de fornecimento nº 233/2024, tem por objeto acrescentar mais um braço extensor, que não esta contemplado no contrato inicial, devido a necessidade de um imprevisto na instalação de uma das câmeras, com base no art. 124 da Lei14.133/2021, conforme descrito abaixo:
MATERIAS

Lote	Item	Quant.	Descrição	V. Unit	V. Total
01	01	01	BRAÇO EXTENSOR PARA INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE MONITORAMENTO	120,00	120,00
VALOR TOTAL					120,00

DO VALOR
Devido a aquisição objeto acima descrito fica acrescido ao Contrato de fornecimento 228/2024 o valor de **R$ 120,00 (cento e vinte reais),** que corresponde a aproximadamente 9,091% do valor inicial, passando o Contrato para o Valor total de R$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte:

32	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	6	8	2	74	Manutenção Serviços Segurança Publica	339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS

DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Altônia-PR. 25 de novembro de 2024.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ 76.247.352/0001-08
Rua Santos Dumont, 315 - Fone/Fax: (44) 3656-8000 - Cx. Postal 141
CEP 87580-000 - Alto Piquiri - Paraná
Site: www.altopiquiri.pr.gov.br - E-mail: contato@altopiquiri.pr.gov.br

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 118/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI E ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2024 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 02/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Santos Dumont, nº 341, em Alto Piquiri/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.247.352/0001-08, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito *Giovane Mendes de Carvalho*, brasileiro(a), portador da Cédula de Identidade Civil RG sob nº 7.986.071-9 e inscrito no CPF/MF nº 026.798.539-89, residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ 05.826.387/0001-53, localizada na Rodovia PR 323, Km 326 + 700m, em Perobal/PR, endereço eletrônico: alugalila@gmail.com, telefone: (44)3625-1649, representada por MARLI APARECIDA PENARIOL DE SOUZA, portador(a) da cédula de identidade R.G. nº 16.520.909/SSP-SP, inscrito(a) no CPF sob nº 829.589.049-20, residente na Rua Cambé, nº 3925, Edifício Onix, apartamento 1701 Zona 2 CEP 87.502-160 UMUARAMA/PR, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo aditivo acréscimo e prorrogação de prazo, conforme processo administrativo nº 29/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

Fica alterado o contrato com o fim de acrescer quantitativo de itens planilhados e não planilhados, conforme planilha que integra o processo administrativo, com fundamento no art. 125 da Lei nº 14.133/21.

Em consequência da alteração, será acrescido ao valor do contrato o montante de **R$ 277.398,40** (Duzentos e setenta e sete mil, trezentos e noventa e oito Reais e quarenta centavos) passando o valor total do contrato para **R$ 2.107.398,40** (Dois milhões, cento e sete mil, trezentos e noventa e oito Reais e quarenta centavos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da Lei nº 14.133/21, fica prorrogado o prazo de **EXECUÇÃO** contratual, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, passando a vencer em **25/03/2025**.

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

ALTO PIQUIRI, 22 de NOVEMBRO de 2024.

MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
Contratante

ALUGALILA – USINA DE ASFALTO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
Contratada

MARILUZ - PR
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO N° 2.643 de 25 de novembro de 2024.

Súmula: Dispõe sobre a substituição e nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde Mariluz.

A Prefeita Municipal Interina de Mariluz – PR, Izabel Cristina Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município (LOM), **D E C R E T A:**

Art. 1° Ficam nomeados, em substituição, os seguintes conselheiros do Conselho Municipal de Saúde do município de Mariluz/PR:
I - Conselho Regional de Farmácia - *Suplente*: Maycon Santos Armazcuk
II - Assistente Administrativo: Rosimeire Anastácio da Silva Galdino
III - Secretário Executivo: Julio Cesar de Souza Reis

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mariluz – PR, em 25 de novembro de 2024.

IZABEL CRISTINA ALVES
Prefeita Interina

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.° 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório/ Edital nº 142/2024 – INEXIGIBILIDADE nº 017/2024.

Em conformidade com o artigo 71, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021, e considerando todos os documentos constantes dos autos, **ADJUDICO E HOMOLOGO** a Inexigibilidade n. 017/2024, **com fulcro no artigo 74, II,** da Lei Federal N° 14.133/2021 PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA **JL & G PRODUÇÕES - JAIR DOS SANTOS JUNIOR 06470455913, CNPJ n° 31.379.009/0001-89**, com sede na Rua Paranaguá, 1858, na cidade de Ivaté-PR,, detentora de exclusividade da execução dos serviços de apresentação artística da seguinte atração "JOÃO LUCAS E GLEBER", em 24 de dezembro de 2024, nas festividades em comemoração ao natal, conforme termo de referência, sendo o valor máximo da contratação de R$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais), base legal artigo 74, **II,** da Lei nº 14.133/21 C/C art. 74 e seguintes do Decreto Municipal n° 025/2024.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados

FUNDAMENTO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Conforme constam as informações contidas no DFD da Secretaria de Administração, bem como no termo de referência anexo ao processo, e parecer jurídico também acostado aos autos, a contratação direta está amparada no **artigo 74, II,** da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a empresa com os requisitos dispostos na legislação.

HOMOLOGO a contratação por Inexigibilidade de licitação com a melhor qualidade e menor desembolso possível, nos termos do que dispõem os princípios que regem a Administração Pública, com base nas razões expostas no presente processo.

Maria Helena - PR, 22 de novembro de 2024.

MARLON RANCER MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 315/2024
DATA: 25/11/2024
SÚMULA: DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE GESTOR E FISCAL DE CONTRATOS NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAÍSO – PARANÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
O Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal 14.133/21.
RESOLVE:
Art. 1º Fica designado, sem prejuízo dos vencimentos e das atividades normalmente desenvolvidas, os servidores públicos do Executivo abaixo descrito, para exercerem as funções de Gestor e Fiscal de Contrato no Processo Administrativo nº 103/2024 e Dispensa nº. 007/2024, a saber:
Gestores:
ANA PAULA LEME- CPF: 042.047.669-51;
Fiscal Administrativo:
CELSO DE OLIVEIRA SILVA – CPF: 017.742.799-08;
Art. 2º Ao Gestor de Contrato cabe garantir a adoção das providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, zelando pela garantia do interesse público, promovendo as medidas adequadas ao caso, bem como, demais atribuições determinadas pela lei 14.133/2021.
Art.3º Ao Fiscal de Contrato cabe o acompanhamento do contrato administrativo para qual foi designado, proporcionando à contratante e ao contratado todos os meios legais para assegurar o cumprimento eficiente e eficaz do objeto contratual, assim como demais atribuições determinadas determinas pela Lei 14.133/2021, observada a função para a qual foi designado.
Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Alto Paraíso-Pr., aos 25 dias do mês de Novembro de 2024.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

SAMU 192 NOROESTE PR — CIUENP

Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
Processo Administrativo nº 115/2024
Interessado: CIUENP – Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná – SAMU 192 – Noroeste do Paraná.
Objeto: Aquisição de 02 bebedores para serem usados na sede administrativa do CIUENP – SAMU 192 – Noroeste do Paraná.
Venho, nesta oportunidade, ratificar o ato por mim praticado na solicitação da contratação acima descrita, mediante dispensa de licitação.
Umuarama/PR, 25 de Novembro de 2024.
MARCO ANTONIO FRANZATO
PRESIDENTE DO CIUENP

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Endereço: Av. Marília, nº 1920 - CEP: 87470-000.
Telefone: (44) 3534-8000 – E-mail: mariluz@mariluz.pr.gov.br

DECRETO Nº 2.636 de 25 de novembro de 2024.

Súmula: Regulamenta a Vigilância Socioassistencial no âmbito do Município de Mariluz-PR, vinculada à Secretaria de Assistência Social, conforme disposições da Lei Complementar Municipal nº 14/2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILUZ-PR, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº -1.278 de 26 de agosto de 2002, que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social de Mariluz, Fundo Municipal de Assistência Social e a Conferência Municipal de Assistência Social.

Considerando que a Vigilância Socioassistencial está prevista no Decreto nº 2480/2023 — Lei Orgânica de Assistência Social — LOAS e consolidada na Lei nº 12.435 de 2011, sendo umas das três funções dentro da política de Assistência Social, trabalhando em conjunto com a Proteção Social e a Defesa de Direitos;

Considerando que a Vigilância Socioassistencial se caracteriza como importante ferramenta de gestão, que estimula a prática do planejamento, monitoramento e avaliação da política na superação de situações de risco e vulnerabilidade social;

Considerando que por se tratar de um modelo descentralizado, o Sistema Único de Assistência Social — SUAS, concede autonomia ao município para organizar sua rede socioassistencial conforme necessidade.

DECRETA:

Art. 1º Passa a integrar a Secretaria Municipal de Assistência Social, o "Setor de Vigilância Socioassistencial", conforme previsão do artigo 1° do referido Decreto Municipal nº 2480/2023.

Parágrafo único. Terá por incumbência referenciar a produção, sistematização e análise das informações territorializadas do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, como subsídio para as Coordenações de Proteção Social Básica e Especial.

Art. 2º Caberá ao Setor de Vigilância Socioassistencial, além de outras atribuições previstas em normas vigentes:

I. Apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo. sistematizando e analisando informações territorializadas, sendo:

a) Sobre as situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos, através de açocs de busca ativa;

b) Sobre os padrões de oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais, considerando questões aletas ao padrão de financiamento, ao tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das respectivas condições de acesso;

II. A produção e disseminação de informações, possibilitando conhecimentos que contribuam para a efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos, fortalecendo a função de proteção social do SUAS;

III. Coordenar e acompanhar, em âmbito municipal o processo de preenchimento dos questionários do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas, assim como, a alimentação dos sistemas de informação que provem dados sobre a rede sócio assistencial e atendimentos por essa realizados;

IV. Realizar estudos que dimensionem a força de trabalho e indiquem a composição ideal da equipe de vigilância socioassistencial;

V. Realizar periodicamente, diagnóstico socioterritorial composto por informações e indicadores municipais. sobre, pelo menos, demografia, educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbana e rural;

VI. Disponibilizar ao CRAS, o mapeamento atualizado da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais do seu território de abrangência.

VII. Organizar, normatizar c gerir, no âmbito da Política de Assistência Social, sistemas padronizados de notificações c registro de informações, estabelecendo instrumentos e fluxos necessários a implantação e funcionamento;

VIII. Definir, aplicar e aprimorar quando necessário, com base as normativas existentes e em conjunto com as técnicas dos programas e serviços socioassistenciais, os indicadores de resultados de qualidade dos serviços, bem como, o grau de satisfação do usuário na execução direta e indireta.

Art. 3º são necessários ao processo de implantação e funcionamento do Setor da Vigilância Socioassistencial:

I. A equipe da Vigilância Socioassistencial formada por profissionais com formações estabelecidas na Resolução CNAS nº 17/2011;

II. Espaço físico específico, equipamentos eletrônicos com acesso à internet para análise de dados sociais e veículo para visitas técnicas e atividades de mapeamento de território;

III. Acesso a sistemas e fontes de dados sociais.

Art. 4º Será constituída Equipe de Vigilância Socioassistencial composta nos termos da legislação vigente, com base nas diretrizes constantes da NOB-RH SUAS/2012 com no mínimo os seguintes profissionais:

a) 01 (um) Coordenador de Vigilância Socioassistencial;

b)01 (um) técnico de nivel superior.

Art. 5º A estrutura administrativa da Vigilância Socioassistencial obedecerá o organograma definido no Anexo I deste decreto.

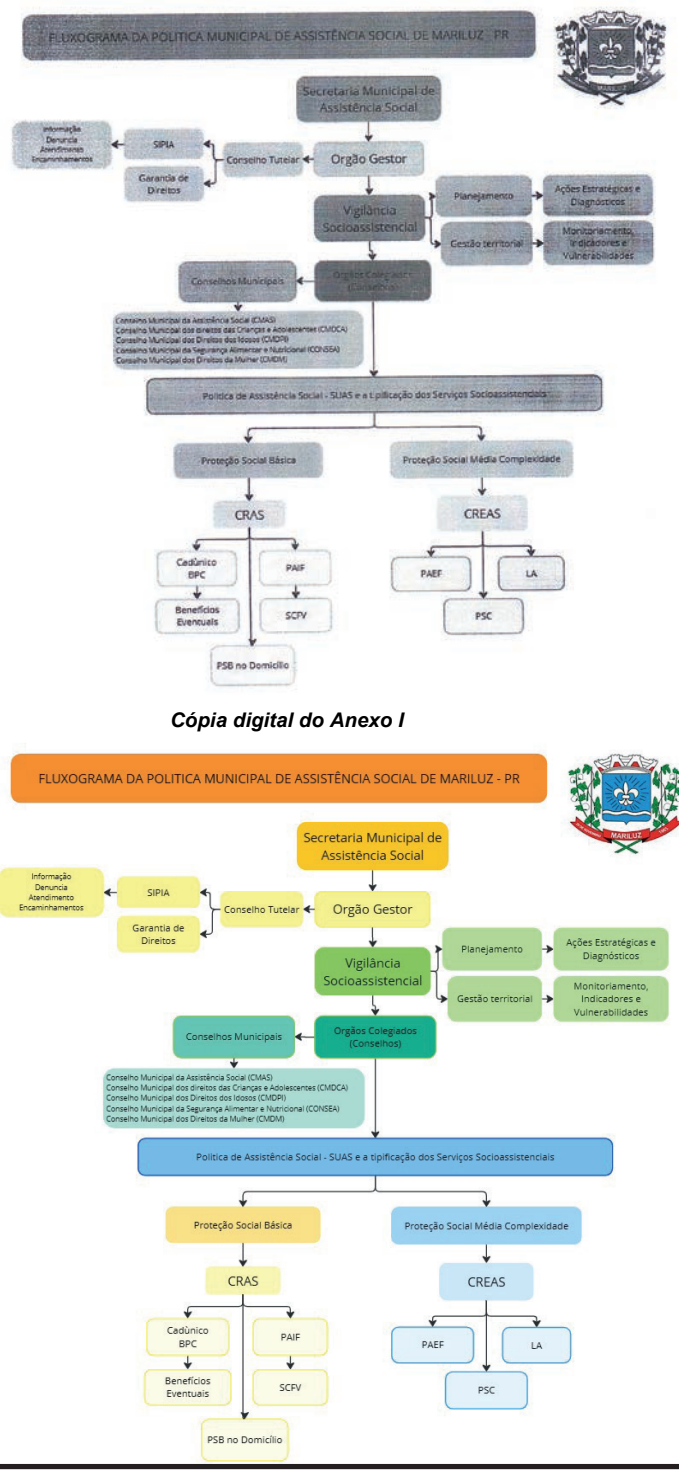
Art. 6° As despesas decorrentes do presente decreto correrão à conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento vigente.

Art. 7º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mariluz-PR, em 25 de novembro de 2024.

IZABEL CRISTINA ALVES
Prefeita Interina

FLUXOGRAMA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARILUZ - PR



Cópia digital do Anexo I

MARILUZ - PR
PREFEITURA MUNICIPAL

DECRETO Nº 2.644 de 25 de novembro de 2024.

Súmula: Designa os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT – de Mariluz.

A Prefeita Municipal Interina de Mariluz – PR, Izabel Cristina Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município (LOM), **D E C R E T A:**

Art. 1° Ficam designados os seguintes membros d da Comissão de Farmácia e Terapêutica – CFT – de Mariluz:
I – JOHNNY HENRIQUE BERTOGNA (MÉDICO), inscrito no CPF: 097.845.249-61;
II – MAYCON SANTOS ARMAZCUK (FARMACÊUTICO), inscrito no CPF: 084.750.139-61;
III – ROSIMEIRE ANASTÁCIO DA SILVA GALDINO (ADMINISTRATIVO), inscrita no CPF: 058.341.009-02;
IV – IZABELA CUARELI GIMENEZ (CIRURGIÃO-DENTISTA), inscrita no CPF: 077.145.459-76;
V – MARIA IVONEIDE TAUMATURGO DE MELLO (ENFERMEIRA), inscrita no CPF: 779.881.409-49.

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mariluz – PR, em 25 de novembro de 2024.

IZABEL CRISTINA ALVES
Prefeita Interina

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.° 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório/ Edital nº 143/2024 – INEXIGIBILIDADE nº 018/2024.

Em conformidade com o artigo 71, inciso IV, da Lei Federal n. 14.133/2021, e considerando todos os documentos constantes dos autos, **ADJUDICO E HOMOLOGO** a Inexigibilidade n. 018/2024, **com fulcro no artigo 74, II,** da Lei Federal N° 14.133/2021 PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA **3F PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA,** CNPJ n° 53.457.510/0001-59, com sede na Rua Quatorze, n° 311, centro, Chapadão do Sul-MS,, detentora de exclusividade da execução dos serviços de apresentação artística da seguinte atração **"HUGO E EDUARDO"**, em 31 de dezembro de 2024, nas festividades em comemoração ao final de ano, conforme termo de referência, sendo o valor máximo da contratação de R$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais), base legal artigo 74, **II,** da Lei nº 14.133/21 C/C art. 74 e seguintes do Decreto Municipal n° 025/2024.

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no termo de referencia e contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados

FUNDAMENTO PARA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – Conforme constam as informações contidas no DFD da Secretaria de Administração, bem como no termo de referência anexo ao processo, e parecer jurídico também acostado aos autos, a contratação direta está amparada no **artigo 74, II,** da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a empresa com os requisitos dispostos na legislação.

HOMOLOGO a contratação por Inexigibilidade de licitação com a melhor qualidade e menor desembolso possível, nos termos do que dispõem os princípios que regem a Administração Pública, com base nas razões expostas no presente processo.

Maria Helena - PR, 25 de novembro de 2024.

MARLON RANCER MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.° 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

PUBLICAÇÃO DE DISPENSA

O Agente de Contratação, designada através da Portaria nº 073/2023 de 24 de fevereiro de 2024, com base na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 025/2024 e legislação complementar, torna público Resultado do processo de Dispensa de Licitação.

MODALIDADE: PROCESSO DE DISPENSA Nº 027/2024, Edital 124/2024

OBJETO: Contratação de empresa para a confecção e instalação de móveis planejados e colchões sob medida, destinados à Secretaria Municipal de Saúde de Maria Helena-PR, conforme termo de referência**, base legal artigo 75, inciso II, da lei nº 14.133/21 c/c art. 72 e seguintes do decreto municipal n° 025/2024**

LOTE ÚNICO				
Item	**Qtde. Total**	**Descrição**	**Valor Unt.**	**Valor Total**
1	01	ARMÁRIO ALT 2,20 X 2,00 LARG COM 4 PORTAS E 4 PRATELEIRAS INTERNAS, COM DOBRADIÇAS COM AMORTECEDOR. MDF 15MM, COM ENGROSSO DE 3CM ONDE NECESSÁRIO. PUXADORES EM BARRA DE ALUMÍNIO. (mesmo padrão dos moveis já instalados)	R$3.000,00	R$ 3.000,00
2	01	ARMÁRIO ALT 1,00 X 2,00 LARG, COM 4 PORTAS, 1 PRATELEIRAS INTERNA. COM DOBRADIÇAS COM AMORTECEDOR. MDF 15MM, COM ENGROSSO DE 3CM ONDE NECESSÁRIO. PUXADORES EM BARRA DE ALUMÍNIO. (mesmo padrão dos moveis já instalados)	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
3	02	MESAS EM L COM 4 GAVETAS CADA, MEDIDAS 1,50 X 1,80 X 0,85 ALT. MDF 15MM, COM ENGROSSO DE 3CM ONDE NECESSÁRIO. PUXADORES EM BARRA DE ALUMÍNIO. (mesmo padrão dos moveis já instalados)	R$ 1.418,50	R$ 2.837,00
4	04	COLCHÕES MACA. (mesmo padrão dos moveis já instalados)	R$ 400,00	R$ 1.600,00
		VALOR TOTAL		**R$ 9.937,00**

MENOR PROPOSTA APRESENTADA: I.C. MASCENO MARCENARIA EIRELI	
CNPJ Nº 08.765.316/0001-86	
VALOR DA PROPOSTA:	***R$ 9.937,00 (nove mil novecentos e trinta e sete reais)***
APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO: a empresa encaminhou toda a documentação solicitada em ACORDO com o disposto na Lei 14133/21, bem como no Termo de Referencia, estando para tanto **HABILITADA**.	

Com a publicação desta passa a se contar o prazo de 03 dias solicitados na lei 14133/21, em seu art. 75 §3°, bem como encontra-se disponível para recebimento de propostas adicionais até 03/12/2024, que poderão ser encaminhadas no email: propostadispensapmmh@gmail.com, e no assunto dispor o número da dispensa.

Maria Helena-PR, 25 de novembro de 2024

JHENNIFFER MARIANE ROMIG
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 443/2024
Data: 25.11.2024
Ementa: exonera Assessora de Imprensa, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Guaíra, e consoante dispositivos da Lei Municipal nº 2.024 de 26.09.2017, e, considerando o memorando on-line sob o nº 001/2021,
DECRETA:
Art. 1° Fica exonerada ISABELA JIANELO TORETTI DA COSTA, portadora da CI/RG nº XX.108. XXX-8 SESP/PR, do cargo em comissão de Assessora de Imprensa, símbolo CC-03, com desligamento no dia 30 de novembro de 2024, sendo este o seu último dia de trabalho.
Art. 2° Revoga-se o Decreto nº 172/2024 de 24.04.2024.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 30.11.2024.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de novembro de 2024.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

Estado do Paraná
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2024
Ref. REUNIÃO DO CONDEMA
(CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE)
Registrado sob o memorando online n° 2.465/2017
O Secretário de Agropecuária, Infraestrutura e Meio Ambiente de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições;
RESOLVE:
1. CONVOCAR os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) nos termos do Decreto municipal nº 092/2024 de 26/03/2024, a comparecer no auditório do Centro Administrativo Municipal – C.A.M, à Avenida Thomaz Luiz Zeballos, nº 2000, Centro, no Município de Guaíra, Estado do Paraná, conforme programação:
Data: 02 de dezembro de 2024 (segunda-feira)
Horário: 16h00 horas
Local: Auditório do Centro Administrativo Municipal – C.A.M.
Pauta da Reunião:
- Anuência para substituição gradativa de espécies exóticas das ruas Quatro Mártires, Joana Aldana Zeballos e Avenida Marcelino Rolon.
- Apresentação das ações de educação ambiental implementadas no ano de 2024
- Muro de Arrimo
- Lote "O"
- Tema livre
Guaíra, Pr., 25 de novembro de 2025
Fabiano Melanias Raddatz
Presidente do CONDEMA e
Secretário de Agropecuária, Infraestrutura e
Meio Ambiente

Câmara Municipal de Alto Paraíso
ESTADO DO PARANÁ
Rua Josué Baltazar Rodrigues, 1.025 – FONE/FAX: (044) 3664-1171 – (044) 36641177
CEP 87.528-000 – ALTO PARAÍSO – PR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 034/2024

Ref. INEXIGIBILIDADE DE LICTAÇÃO Nº 025/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 034/2024

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: "ICAP – INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA LTDA"CNPJ: 04.727.713/0001-02

OBJETO: 04 (quatro) Vereadores (as) da Câmara Municipal de Alto Paraíso – PR, para participação no curso (seminário) **"A IMPORTÂNCIA DO COMPROMISSO PÚBLICO: DESAFIOS E MUDANÇAS NA ATUAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS"** Promovido pela Empresa: **"ICAP – INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA LTDA"** CNPJ: 04.727.713/0001-02, nos dias de 26 a 29 de novembro de 2024, na cidade de Brasília –DF. Valor da inscrição R$ 2.390,00 (dois mil trezentos e noventa reais). Perfazendo um total de R$ 9.560,00 (nove mil quinhentos e sessenta reais)

VALOR TOTAL: R$ 9.560,00 (nove mil quinhentos e sessenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 4 DIAS

Data Assinatura: 25 de novembro de 2024

FORO: Comarca de Xambrê, Estado do Paraná.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
RESOLUÇÃO Nº. 004/2024
Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar junto ao Orçamento do poder Legislativo do Município de Brasilândia do Sul, relativo ao exercício de 2024, dando outras providências.
VALDECIR ANDRADE DA SILVA, Presidente da Câmara do Município de Brasilândia do Sul, faço saber que a Edilidade em Sessão Plenária aprovou, e eu promulgo, a seguinte Resolução com base na autorização contida no art. 11.º da Lei Municipal nº. 819/2023, de 11 de dezembro de 2023. (Lei Orçamentária de 2023):
Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Poder Legislativo de Brasilândia do Sul do corrente Exercício Financeiro um crédito adicional suplementar na importância de R$ 26.000,00 (vinte seis mil reais) que obedecerá a seguinte classificação:
0100 - LEGISLATIVO MUNICIPAL
0101 - CAMARA DOS VEREADORES
01.031.1000.2.002 - Manutenção das Atividades Legislativa
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
10 -Fonte – 01001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados) R$ 26.000,00
SOMA ..... R$ 26.000,00
Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior é utilizado como recurso o proveniente da anulação parcial das seguintes dotações Orçamentárias:
0100 - LEGISLATIVO MUNICIPAL
0101 - CAMARA DOS VEREADORES
01.031.1000.2.002 - Manutenção das Atividades Legislativa
3.3.90.33 - Passagens e Despesas com Locomoção
7 -Fonte – 01001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados) R$ 9.000,00
3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física
9 -Fonte – 01001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados) R$ 9.000,00
3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
11 -Fonte – 01001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados) R$ 8.000,00
SOMA ..... R$ 26.000,00
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, em 25 de novembro de 2024.
VALDECIR ANDRADE DA SILVA
Presidente EDUARDO DE SOUZA
Primeiro Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 431/2024
DATA: 25/11/2024
SÚMULA: DESIGNA A SENHORA ANA CLAUDIA DOS SANTOS, PARA FICAR RESPONSÁVEL PELO SIC DO MUNICÍPIO DE ICARAÍMA.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e DECRETA:
Art. 1º) Fica Designada a Srª Ana Claudia dos Santos Portadora da RG n.º 5.XXX.508-X e do CPF nº XXX.541.XXX-72, para ficar responsável pelo SIC do Município de Icaraíma.
Art. 2º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 25 dias do mês de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 432/2024
DATA: 25/11/2024
SÚMULA: Exonera Pregoeiro do Município de Icaraíma.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
1º - Fica Exonerada a Sra. Mirian Carla Mumbach, portadora do RG n.º 8.392.XXX-X e CPF nº 056. XXX.469-XX, da função de Pregoeira Oficial do Município de Icaraíma.
2° - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagirão a 21/11/2024.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 25 dias do Mês de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 7.261/2024
DATA: 25/11/2024
SÚMULA: Exonera Agente de Contratação.
O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e DECRETA:
Art. 1º) Fica Exonerada como AGENTE DE CONTRATAÇÃO do Município de Icaraíma/PR a Sra. Mirian Carla Mumbach, portadora do CPF n.º XXX.008.XXX-24 e RG n.º 8.XXX.XXX-3, nos termos da Lei Municipal n.º 1.918/2024.
Art. 2º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagirão a 21/11/2024.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 25 dias do mês de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 7.256/2024
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação e da outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são pelo Art. 4º, inciso IV conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.911 de 16 de Dezembro de 2024.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2024, inclusão/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2024 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025, no limite de R$ 442,38 (quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e oito centavos), de acordo com a seguinte ordem classificatória:
08 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES
08.001 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO
12.306.0013.2.037 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR
3.3.90.32.00.00 334 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 442,38
FONTE 1042 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL (PNAE) 442,38
Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte receita e fonte relacionada:
COD. RED.
RECEITA DESCRIÇÃO VALOR FONTE
88 1.3.2.1.01.0.1.02 - RENDIMENTOS RECURSOS VINCULADOS DA EDUCAÇÃO
442,38 1042
TOTAL 442,38
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 25 dias do mês de novembro de 2024.
Marcos Alex de Oliveira
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 61/2024
Concede férias a servidora de provimento efetivo, e dá outras providências.
O Senhor Cleber Marcos Nogueira, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná no uso das suas legais atribuições, e tendo em vista a solicitação formulada pela servidora Lenilse Vaz da Costa,
RESOLVE:
Art. 1º. Ficam concedidas férias de trinta dias, a contar do dia 02 de dezembro de 2024, com a conversão de um terço em abono pecuniário, nos termos do Art. 92, §1º e §2º da Lei Complementar nº 018/92, à servidora Lenilse Vaz da Costa, ocupante do cargo efetivo de Telefonista; férias essas relativas ao período aquisitivo de 01 de setembro de 2023 a 31 de agosto de 2024.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.
CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 25 de novembro de 2024.
Clebão dos Pneus
Presidente

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024
EDITAL N° 012/2024
GABARITO PRELIMINAR

A Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conforme disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, nas disposições contidas na Lei Orgânica do Município e suas posteriores alterações, na Lei Municipal n° 1246/2003 e suas posteriores alterações, Lei Municipal nº 1247/2003 e suas posteriores alterações, Lei Municipal nº 1965/2015 e suas posteriores alterações e demais legislação pertinente do Município de Guaíra, Estado do Paraná, resolve:

Art. 1º TORNAR PÚBLICO através do presente Edital, o Gabarito Preliminar do Concurso Público nº 001/2024, Edital de Abertura nº 01.001/2024, como segue:

I - PERÍODO DE PROVAS - MANHÃ

Cargo de AGENTE COMUNITARIO DE ENDEMIAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	A	C	D	A	C	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	A	C	A	B	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	B	B	B	C	B	A	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	B	C	C	B	B	B	C	C	B

Cargo de ASSISTENTE SOCIAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	D	D	D	B	A	B	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	C	A	D	B	A	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	B	A	D	B	C	A	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	B	D	C	A	D	C	B	C

Cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	A	C	D	A	C	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	A	C	A	B	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	C	D	B	A	B	D	C	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	B	A	D	C	A	B	C	B

Cargo de AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	A	C	D	A	C	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	A	C	A	B	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	A	B	C	B	A	D	D	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	C	B	D	C	A	B	B	C

Cargo de CIRURGIÃO DENTISTA - 20 HORAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	D	D	D	B	A	B	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	C	A	D	B	A	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	D	B	C	B	A	A	D	A	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	D	C	A	C	C	D	B	B	C

Cargo de EDUCADOR FÍSICO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	D	D	D	B	A	B	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	C	A	D	B	A	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	C	D	A	C	B	A	D	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	B	D	A	C	B	B	D	B

Cargo de EDUCADOR SOCIAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	A	C	D	A	C	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	A	C	A	B	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	D	D	B	C	D	A	C	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	D	B	A	C	D	C	A	C

Cargo de ENGENHEIRO AGRÔNOMO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	D	D	D	B	A	B	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	C	A	D	B	A	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	A	A	D	D	D	B	A	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	D	B	B	D	D	A	C	A	B

Cargo de ENGENHEIRO ELÉTRICO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	D	D	D	B	A	B	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	C	A	D	B	A	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	D	B	A	C	A	B	C	D	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	A	B	D	D	C	A	B	D

Cargo de FONOAUDIÓLOGO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	D	D	D	B	A	B	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	C	A	D	B	A	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	A	B	A	A	C	B	A	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	B	C	A	B	A	C	C	A

Cargo de PROFESSOR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	C	A	C	D	A	C	B	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	B	A	D	A	C	A	B	D	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	A	C	A	A	A	C	D	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	B	D	A	C	B	D	A	C

Cargo de PSICOPEDAGOGO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	C	D	D	D	B	A	B	C	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	B	C	A	D	B	A	D	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	D	C	D	B	A	D	C	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	B	A	C	D	B	B	A	D

II - PERÍODO DE PROVAS - TARDE

Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	C	A	A	B	B	C	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	A	D	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	D	C	A	D	B	D	B	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	A	B	D	C	A	B	D	C	A

Cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	C	A	A	B	B	C	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	A	D	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	D	C	B	B	D	C	D	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	B	C	B	C	B	B	D	A	C

Cargo de CIRURGIÃO DENTISTA - 40 HORAS

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
B	A	C	D	C	A	C	B	A	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	D	C	A	C	D	A	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	B	D	A	D	A	A	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	A	C	B	A	D	B	A	D	A

Cargo de CUIDADOR/EDUCADOR

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	C	A	A	B	B	C	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	A	D	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	B	D	A	A	D	B	C	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	C	C	B	A	A	B	C	C	D

Cargo de MERENDEIRA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	A	D	D	B	B	A	C	B	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
D	C	C	A	C	B	A	D	D	C
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	A	C	C	B	C	D	C	A	C
31	32	33	34	35					
C	D	A	A	D					

Cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	C	A	A	B	B	C	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	A	D	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	D	A	A	B	C	B	C	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	A	B	D	B	C	A	B	A

Cargo de TÉCNICO AMBIENTAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	C	A	A	B	B	C	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	A	D	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	D	B	C	D	B	C	A	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	C	B	C	D	B	A	A	C	B

Cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	C	A	A	B	B	C	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	A	D	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	C	A	C	C	C	D	D	B	D
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
A	D	C	D	A	C	B	B	D	A

Cargo de TÉCNICO ELETRICISTA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	C	A	A	B	B	C	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	A	D	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	B	B	C	C	A	B	A	B	B
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
C	C	C	D	A	A	B	A	C	B

Cargo de TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
C	B	C	A	A	B	B	C	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	A	D	C	A	D	B	D
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	B	C	B	B	C	C	B	C
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	D	C	D	C	A	C	C	C	C

Art. 2° Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de novembro de 2024.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 551/2024
Data: 25.11.2024
Ementa: concede Licença Especial a Servidora Pública Municipal, conforme especifica, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 3.136/2024,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder Licença Especial a Servidora Pública Municipal mencionada, durante três (3) meses, conforme segue:

Nome	Função	Matrícula Nº	Período aquisitivo	Período de gozo
Silvia Dillenburg Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	27804-01	2018/2023	03/12/2024 a 02/03/2025

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 03 de dezembro de 2024.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de novembro de 2024.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 552/2024
Data: 25.11.2024
Ementa: concede férias aos Servidores Públicos Municipais, conforme especifica, e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 8.427/2013, 4.153/2017, 299/2021, 3.911/2021, 4.096/2021, 3.065/2022, 2.990/2023, 1.482/2024, 3.230/2024 e 3.245/2024,
RESOLVE:
Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula Nº	Período Aquisitivo	Início/Final
Ana Carla Pagno de Carvalho	1986-01	2024/2024	02/01/2025 a 31/01/2025
Adriana Cristina da Silva	21903-03	2023/2024	06/01/2025 a 04/02/2025
Adriane de Matos	30246-01	2023/2024	03/01/2025 a 17/01/2025
Cristiane Nonato da Silva	21466-01	2023/2024	06/01/2025 a 04/02/2025
Cicero Ruberval de Almeida	2860-01	2023/2024	02/01/2025 a 31/01/2025
Cleverson João da Silva	30161-01	2023/2024	02/01/2025 a 31/01/2025
Eli Piske de Matos	30186-01	2023/2024	06/01/2025 a 04/02/2025
Eliel Antonio de Souza	30161-01	2024/2025	13/01/2025 a 27/01/2025
Henrique Medeiros Lima	29956-01	2024/2025	06/01/2025 a 04/02/2025
Jair Kirch	2992-01	2022/2023 e 2023/2024	10/01/2025 a 19/01/2025 e 20/01/2025 a 29/01/2025
João Mariano Filho	18694-01	2023/2024	02/01/2025 a 31/01/2025
Jose Geraldo Rodrigues Alves	3050-01	2023/2024	02/01/2025 a 31/01/2025
Liviston Ruberti Silva	14850-03	2022/2023	09/12/2024 a 28/12/2024
Luana Mayara de Almeida	29767-01	2023/2024	06/01/2025 a 15/01/2025
Lucelene Eleuterio Teixeira	29444-01	2021/2022	09/12/2024 a 23/12/2024
Noemi Teixeira Alves	22802-01	2023/2024	06/01/2025 a 04/02/2025
Paulo Rodrigues	17361-01	2024/2025	06/01/2025 a 04/02/2025
Rafael Matter	25577-01	2023/2024	02/01/2025 a 31/01/2025
Vagner Lima	22691-01	2023/2024	02/01/2025 a 31/01/2025

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, E, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 25 de novembro de 2024.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº.166/2024, decorrente de PREGÃO nº22/2024 de Contratação de empresa para fornecimento de cestas básicas para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social conforme termo de referência do Edital.

O **MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa **CAMPOS SUPERMERCADOS LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ sob nº. 35.560.990/0001-05, com sede no endereço AVENIDA BRASIL, 1526, CENTRO, CENTRO ALTO PIQUIRI-PR neste ato representada por **ELIANE RAIMUNDA PEREIRA CAMPOS,** portador do RG n° 6.335.651-4, portador do CPF sob n° 919.099.539-20, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro) na importância de R$ 1.038,88 (um mil e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos). Fica concedido o pedido de realinhamento de 6,76% no valor do item "Óleo" passando o valor unitário a ser R$ 8,45, com fundamento art. 124, alínea d da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 25 de novembro de 2024.

CONTRATANTE
MUNICIPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ:76.247.352/0001-08

CONTRATADA
CAMPOS SUPERMERCADOS LTDA - EPP
CNPJ:355.609.900-00105

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

ELIANE RAIMUNDA PEREIRA CAMPOS
RG:6.335.651-4
CPF:919.099.539-20
REPRESENTANTE LEGAL

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.° 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 088/2024
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME EPP MEI

O Município de Maria Helena – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 088/2024.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br e www.mariahelena.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 002/2023, Decreto Municipal n° 025/2024 e 026/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviço de Lavagem e Desinfecção de Roupas Hospitalares para a Secretaria de Saúde, parte integrante deste edital
VALOR MAXIMO: ***R$ 69.974,28 (sessenta e nove mil, novecentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos))***
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 09:50 horas do dia 16/12/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 16/12/2024.

Maria Helena – PR, 25 de novembro 2024.

JHENNIFFER MARIANE ROMIG
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.° 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 087/2024
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME EPP MEI

O Município de Maria Helena – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 087/2024.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bll.org.br e www.mariahelena.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 002/2023, Decreto Municipal n° 025/2024 e 026/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO PARA MINISTRAR AULAS DE DESENHO PARA OS ALUNOS DE 4º E 5º ANOS DA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS MATRICULADOS NO ETI - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL (JORNADA AMPLIADA), PARA O ANO LETIVO DE 2025, no período de 12 (doze) meses,
VALOR MAXIMO: R$ 21.916,44 (vinte e um mil novecentos e dezesseis reais e quarenta e quatro centavos)***)***
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:50 horas do dia 16/12/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 16/12/2024.

Maria Helena – PR, 25 de novembro 2024.

JHENNIFFER MARIANE ROMIG
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DE LICITANTES
REFERENTE À NOTA TÉCNICA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 005/2024

A Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista o que consta do processo licitatório que visa a contratação de uma agencia de propaganda para prestação de serviço de publicidade considerando-se como tal, o conjunto de atividade realizada integralmente que tem como objetivo o estudo, o planejamento, a concepção, a conceituação, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral. Também integram o objeto desta concorrência, como atividades complementares, os serviços especializados pertinentes: a) ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento, relacionados à execução do contrato; b) á produção e à execução técnica de peças, materiais e projetos publicitários, de mídia e não mídia, criados no âmbito do contrato; c) á criação, à implementação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, destinadas a expandir os efeitos das mensagens e das ações publicitárias, em consonância com novas tecnologias. Torna público o resultado do julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS, referente ao procedimento em epígrafe, conforme segue:

Classificação	Licitantes	Nota Técnica
1°	SL SOUZA PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	65,00
2°	ÚNICA PROPAGANDA LTDA	62,07
3°	BLANCO LIMA COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	57,53
4°	BASSIL & BITTENCOURT PUBLICIDADE LTDA	43,63

Vistas do processo e demais informações poderão ser obtidas perante a própria Comissão Permanente de Licitação e pelo site www.guaira.pr.gov.br pelo link Compras Públicas, e-mail compras@guaira.pr.gov.br e/ou pelo telefone: (44) 3642-9924/9928, das 07:30h às 12:00h e das 13:30h às 17:00h.
Informamos, ainda, que a partir desta publicação está aberto o prazo de 03 (três) dias úteis para a interposição de recurso administrativo, com fundamento no Art. 165, da Lei nº 14.133/2021. Publique-se.
Guaíra (PR), 25 de novembro de 2024.
Marcelo Celestrino / Comissão Permanente de Licitação

CIUENP

SAMU 192 NOROESTE PR

Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná

ESTADO DO PARANÁ
O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DO NOROESTE DO PARANÁ – CIUENP torna público, AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, TIPO MENOR PREÇO para o seguinte:
OBJETO: Dispensa de Licitação n.º 30/2024 - Contratação de empresa para fornecimento de cateteres intravenosos periféricos a ser utilizado nos atendimentos de urgência e emergência do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - CIUENP.
Recebimento das propostas: Das 08h30min do dia 26/11/2024 até as 23h59min do dia 28/11/2024.
Disputa de lances: Das 08h30min do dia 29/11/2024 até as 14h30min do dia 29/11/2024**;**
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL Lei Federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021, alterações posteriores, Resolução n.º 02/2024 – CIUENP, Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislações pertinentes, mediante as condições estabelecidas No Edital e seus anexos.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: compras@samunoroestepr.com.br - Telefones: (44) 3626-4751, horário de expediente: das 08h às 11:30h e das 13h30min às 17h00min - Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. Serão disponibilizados no site: www.samunoroestepr.com.br e Bolsa Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br) todos os avisos, comunicados e esclarecimentos pertinentes ao edital. Compete ao licitante acessar o site para obter as informações.
Umuarama/PR, 25 de Novembro de 2024.
MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente do CIUENP

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAFEZAL DO SUL

Rua Espírito Santo nº 861 – Centro – Fone (44) 3655-1174 – CEP: 87.565-000
Cafezal do Sul-PR

RESOLUÇÃO Nº 010/2024, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024

EMENTA: APROVA O PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO – POP DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAFEZAL DO SUL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAFEZAL DO SUL-PR, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº. 366/2005, de 07 de outubro de 2005, e considerando a reunião realizada, no dia 25 de novembro de 2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os Procedimentos Operacional Padrão – POP para as Unidades Básicas de Saúde do Município de Cafezal do Sul, que estabelecem instruções sequenciais para a realização de ações rotineiras e específicas, que visam à garantia da uniformidade e eficiência dos serviços, além da segurança para pacientes e profissionais da equipe que trabalham no setor da saúde.

Art. 2º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cafezal do Sul-PR, 25 de novembro de 2024.

CECÍLIA HITOMI KOWATA
Presidente do CMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

PORTARIA N.º 683
De 25/11/2024
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO FÉRIAS.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e,
Art. 1º-Conceder férias a servidores do Município de Douradina-PR, de acordo com o disposto no art. 91 da Lei 021, de 06/11/1998-Estatuto dos Servidores, como segue:

SERVIDOR(A)	CARGO	ANO BASE	PERÍODO DE GOZO
Ariovaldo Cardoso Firmino	Oficial de Administração	2023/2024	18/11/2024 à 10/12/2024

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL FRANCISCO GIL VERA, aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro. (25/11/2024).
Oberdam José de Oliveira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
DECRETO Nº108/2024
Dispõe sobre a aprovação da Política de Educação Integral em Tempo Integral no Município de Perobal.
O Prefeito do Município de Perobal, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de aprovação de uma Política para ampliação da educação integral em tempo integral na rede municipal de ensino,
DECRETA:
Art. 1º Fica aprovado o documento elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, em anexo, denominado de Política de Educação Integral em Tempo Integral / Jornada Ampliada, o qual foi devidamente aprovado, em reuniões específicas, pelo Conselho Escolar e pelo Conselho Municipal do FUNDEB.
Art. 2º A administração municipal, através de todos os seus órgãos, deverá prestar toda a assistência necessária para o desenvolvimento do projeto de expansão da educação integral.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, ESTADO DO PARANÁ, aos 25 de novembro de 2024
ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Avenida Marília, 1920 – Centro
CEP: 87.470-000 – Fone/Fax: (44) 3534-8000
CNPJ: 76.404.136/0001-29 – Mariluz/Paraná

EXTRATO DO CONTRATO nº 260/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29
CONTRATADO: 52.030.153 SARAH CATAMANN
CNPJ: 52.030.153/0001-85

BASE LEGAL: Processo do Dispensa nº 078/2024 – Processo Licitatório nº 204/2024

OBJETO: O objeto do presente contrato é o fornecimento de: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Assessoria para execução, acompanhamento e prestação de contas da Política Nacional Aldir Blanc no Município de Mariluz.

VALOR DO CONTRATO: 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais)

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 10 (dez) dias, mediante crédito em conta corrente e apresentação da nota fiscal/fatura, preenchidas sem emendas e sem rasuras.

DOS SERVIÇOS: Assessoria e prestação do processo de execução da Política Nacional Aldir Blanc, com elaboração de documentos necessários, gerenciamento, treinamento da equipe e análise dos projetos submetidos aos editais, elaboração de pareceres com justificativas e todas as etapas do edital que forem necessários.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir de sua assinatura.

FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.

Mariluz, 25 de novembro de 2024

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE MARILUZ/PR.
CNPJ: 76.404.136/0001-29

CONTRATADA
52.030.153 SARAH CATAMANN
CNPJ: 52.030.153/0001-85

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.° 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO TERMO ADITIVO N.º 01
CONTRATO N° 248/2024
DISPENSA 026/2024

O **MUNICÍPIO DE MARIA HELENA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Brasil, 2001, na cidade de Maria Helena, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 76.247.386/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. **MARLON RANCER MARQUES**, brasileiro, solteiro, Agente Político, residente e domiciliado na cidade de Maria Helena Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 10.183.053-5-SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.474.769-08, denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **F H MATSUDA MONITORAMENTO E INTERNET LTDA,** Pessoa jurídica de direito privado, situada à Avenida Tapejara, 318, centro, na cidade de Paraiso do Norte no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 34.878.361/0001-57, neste ato representada por seu sócio Administrador: PRISCILA BENATI GONÇALVES MATSUDA, brasileira, socia administradora, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 12.497.032-6SESP/II-PR inscrita no CPF/MF sob n.º 064.250.749-06, residente e domiciliado em Cidade Gaúcha-PR, denominada **CONTRATADA** tendo em vista a solicitação enviada pela Secretaria de Educação, disposta na pasta do Dispensa n°026/2024, Edital n° 125/2024, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a alteração quantitativa do Contrato nº 248/2024, relativo ao item 1 e 2 com fundamento no ART. 125 da lei 14133/21, bem como item 18.2 do contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato ora aditado passa a ter o seguinte **quantitativo** total abaixo descriminado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT INICIAL	QNT ADITIVO	QNT TOTAL	(%)	Valor do aditivo MENSAL	Valor total
1	**Locação de equipamentos para Ativação e configuração de equipamento** ATA Linksys 2 Linhas	16	1	17	6.25%	25,00	125,00
2	**Plano para ligações** Ligações ILIMITADAS para fixo e celular de qualquer operadora para todo o Brasil.	16	1	17	6.25%	109,90	549,50

PARÁGRAFO SEGUNDO: A alteração ora firmada resultará em acréscimo do objeto contratual, no percentual de até 25% (vinte e cinco porcento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma ITEM 18.2 do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA (Do Valor do Termo Aditivo e do Contrato) - Dá-se ao termo aditivo o valor de R$ 674,50 (seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA –DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS: Fica ratificada as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Maria Helena – PR, 19 de novembro de 2024

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
Convênio com a Fundação Nacional de Saúde – FNS
Rua Floriano Peixoto, 2473 - CNPJ: 74.015.626/0001-40
Fone: (44)3534-2654 – E-mail: samaemariluz@hotmail.com
Mariluz - Paraná

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
DISPENSA 22/2024

HOMOLOGO e ADJUDICO o presente Processo de Dispensa de Licitação nº 22/2024, por entender que cumpriu as formalidades legais instituídas pela Lei nº 14.133/21.

OBJETO: Contratação especializada na prestação de serviços de pescaria e retirada de equipamentos de bombeamento submerso, conforme especificações contidas no termo de referência e nos elementos instrutores do edital.

EMPRESA: HIDRONOROESTE CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA

CNPJ: 06.019.646/0001-05

VALOR TOTAL: R$13.579,23 – (treze mil, quinhentos e setenta e nove reais e vinte e três centavos).

Mariluz, 25 de Novembro de 2024.

Carlos Cézar dos Santos
Diretor do Samae

Conselho Municipal de Saúde Mariluz Estado do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 009, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre aprovação PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PADRONIZADOS da Secretaria Municipal de Saúde de Mariluz.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Mariluz, em reunião ordinária realizada em 25 de novembro de 2024, no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990 e pela Lei Municipal nº. 2.119 de 05/12/2023.

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº. 141, de 13/01/2012;

Resolve:

Art. 1º - Aprovar os Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs) para as seguintes áreas de atuação da Secretaria Municipal de Saúde:

I. Procedimento Operacional Padrão (POP) para normas, fluxos, rotinas de atendimento e serviços ofertados em suas Unidades Básicas de Saúde;
II. Procedimento Operacional Padrão (POP) de encaminhamento de usuários da Atenção Básica para a Atenção Especializada Ambulatorial;
III. Procedimento Operacional Padrão (POP) de comunicação entre a Atenção Básica e a Rede de Atenção Especializada;
IV. Procedimento Operacional Padrão (POP) para o encaminhamento de usuários para tratamento fora do domicílio (TFD);
V. Procedimento Operacional Padrão (POP) para agendamento e encaminhamento de consultas e exames especializados;
VI. Procedimento Operacional Padrão (POP) para fluxo de encaminhamento de usuários da Atenção Básica para os Serviços de Urgência e Emergência.

Art. 2º - A importância de garantir a uniformidade na execução de atividades técnico-operacionais e administrativas, promovendo o cumprimento de normas sanitárias, éticas e organizacionais;

Art. 3º - Cada unidade de saúde deverá assegurar:

I. A implementação integral dos POPs conforme orientações descritas nos respectivos documentos;
II. O treinamento contínuo de seus colaboradores para o cumprimento das normas padronizadas;
III. O monitoramento e a avaliação periódica dos resultados obtidos com a aplicação dos POPs.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mariluz, 25 de novembro de 2024.

JOÃO SABATINI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADINA

Estado do Paraná
ERRATA DA DESCRIÇÃO DO ITEM
No Edital do Pregão Eletrônico nº 45/2024, processo administrativo nº 104/2024
Lote 135:
Onde se lê: Pacote de papel sulfite, cores a escolher tamanho A4 (210 x 297 mm), papel 75g/m2, com 100 folhas, com UM 9002, com 10 pacotes.
Leia-se: Pacote de papel sulfite, cores a escolher tamanho A4 (210 x 297 mm), papel 75g/m2, com 100 folhas, com 10 pacotes.
Lote 136:
Onde se lê: Pacote de papel sulfite, cores a escolher tamanho A4 (210 x 297 mm), papel 75g/m2, com 100 folhas, com UM 9002, com 10 pacotes.
Leia-se: Pacote de papel sulfite, cores a escolher tamanho A4 (210 x 297 mm), papel 75g/m2, com 100 folhas, com 10 pacotes.
Douradina-PR, 25 de novembro e 2024.
Marcia Cristina Florenço Silva
Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 7.255/2024
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Adicionais Suplementares por Excesso de Arrecadação e da outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são pelo Art. 4º, inciso IV conferidas pela Lei Orçamentária nº 1.911 de 16 de Dezembro de 2024.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Adicionais Suplementar por Excesso de Arrecadação no corrente exercício financeiro de 2024, inclusão/alteração dos anexos da Lei de diretrizes orçamentária para o exercício de 2024 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025, no limite de R$ 67.315,62 (sessenta e sete mil trezentos e quinze reais e sessenta e dois centavos), de acordo com a seguinte ordem classificatória:
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS
04.128.0003.2.007 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
3.1.90.94.00.00 33 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 5.962,42
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) 5.962,42
11 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.001 DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.122.0022.2.063 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
3.1.90.94.00.00 554 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 6.353,48
FONTE 1000 RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES) 6.353,48
07 SECRETARIA DE SAÚDE
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SECRETARIA DE SAÚDE
10.301.0009.2.141 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE - ATENÇÃO BASICA
3.1.90.94.00.00 230 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 43.810,00
10.304.0012.2.032 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.1.90.94.00.00 721 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 11.189,72
FONTE 303 SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%) - EXERCÍCIO CORRENTE 54.999,72
Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do excesso de arrecadação da seguinte receita e fonte relacionada:
COD. RED.
RECEITA DESCRIÇÃO VALOR FONTE
176 1.7.1.1.52.0.1 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL 54.999,72 303
176 1.7.1.1.52.0.1 - COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PRINCIPAL 12.315,90 1000
TOTAL 67.315,62
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 25 dias do mês de Novembro de 2024.
Marcos Alex de Oliveira
Prefeito Municipal

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Convênio com a Fundação Nacional de Saúde – FNS
Rua Floriano Peixoto, 2473 - CNPJ: 74.015.626/0001-40
Fone: (44)3534-2654 – E-mail: samaemariluz@hotmail.com
Mariluz - Paraná

CAPA DE PROCESSO

PROCESSO Nº 028/2024

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 022/2024

VALOR TOTAL: R$13.579,23 – (treze mil, quinhentos e setenta e nove reais e vinte e três centavos).

LICITAÇÃO DO TIPO: MAIOR DESCONTO POR LOTE

BASE LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14133/2021, e suas alterações.

LICITANTE: HIDRONOROESTE CONSTRUCOES CIVIS LTDA ME

ENDEREÇO: Vicente Ferraz de Campos, 1112, Parque Industrial Arthur Ramires, CEP: 87507-030, na cidade Umuarama - PR

CNPJ: 04.162.105/0001-06

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 11001 - 17.122.0042.2111 – 3.3.90.39.00.00

OBJETO: Contratação especializada na prestação de serviços de pescaria e retirada de equipamentos de bombeamento submerso, conforme especificações contidas no termo de referência e nos elementos instrutores do edital.

DATA TERMO DE RATIFICAÇÃO: 25/11/2024.

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

REQUERIMENTO DE ADIANTAMENTO N.º 113-2024

Autorizo o Sr.(a): APARECIDO DE SOUZA
Sob matrícula: Nº 52401
Lotado no(a): Secretaria de Saúde
Na função de: MOTORISTA
Objetivo: ( ) Curso/Encontro (X) Transporte de paciente ( ) Serviço ( ) Missões Políticas
Justificativa: LEVAR PACIENTE PARA REALIZAR EXAMES NA CLINICA DE OLHOS PARANÁ.
Local de destino: CIANORTE/PR
Locomoção: (X) Veículo oficial Nº da Frota: 7131 ( ) Ônibus ( ) Avião ( ) Particular ( )Outros
Período de afastamento: 02 DE DEZEMBRO DE 2024
Quantidade de diárias concedida: 01 (UMA) DIÁRIA DE 70,00
Valor total a título de diárias: R$ 70,00 (SETENTA REAIS)

Maria Helena - PR, 26 de NOVEMBRO de 2024.

PAULA APARECIDA LOPES DOS REIS
Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

Estado do Paraná
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2024
O Município de Alto Paraíso-PR torna público para ciência dos interessados que por intermédio de seu pregoeiro, Valdemir Ribeiro Sparapan, designado pela Portaria Municipal nº 046/2024 de 07 de Março de 2024, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, sob o Sistema de Registro de Preços, nas disposições contidas neste edital, para o seguinte.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DAS FESTIVIDADES DE FINAL DO ANO. DIAS, 20, 21, 22 E 28 DE DEZEMBRO DE 2024. CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Em conformidade com a Lei Complementar 123/2006, de 14/12/2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147/2014, de 07/08/2014, a presente licitação é destinado à participação exclusiva de ME E EPP.
De acordo com o Artigo 48, §3º, da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/14, fica estabelecido à prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido verificado no certame. Entende-se como região a Microrregião de Umuarama, assim definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo os seguintes Municípios: Alto Paraíso/PR; Alto Piquiri/PR; Altônia/PR; Brasilândia do Sul/PR; Cafezal do Sul/PR; Cruzeiro do Oeste/PR; Douradina/PR; Esperança Nova/PR; Francisco Alves/PR; Icaraíma/PR; Iporã/PR; Ivaté/PR; Maria Helena/PR; Mariluz/PR; Nova Olímpia/PR; Perobal/PR; Pérola/PR; São Jorge do Patrocínio/PR; Tapira/PR; Umuarama/PR; e, Xambrê/PR, (Fonte: http://www.ipardes.pr.gov.br), por ser a medida técnica e econômica mais vantajosa para Administração Publica, dada a possibilidade de aquisição do objeto por fornecedores desta qualificação tributaria e potencial econômico, que resultara em maior vantajosidade a este ente, do ramo de atividade relativa ao objeto da contratação, e que atendam às condições de credenciamento do presente Edital, ato previsto legalmente, conforme Lei Complementar Municipal n° 109/2021 de 08 de Junho de 2021.
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE (GLOBAL)
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min horas do dia 10/12/2024.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h01min às 08h15min horas do dia 10/12/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08h16min horas do dia 10/12/2024.
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais).
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº. 123 de 14 de Dezembro de 2006, Lei Complementar nº. 147 de 07 de Agosto de 2014, Decreto Federal 11.462 de 31 de Março de 2023, Decreto Municipal nº. 3195 de 22 de Fevereiro de 2024, Lei Complementar Municipal n° 109/2021 de 08 de Junho de 2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
O edital e demais documentos pertinentes a presente licitação poderão ser apreciado e fornecidos na Prefeitura Municipal, no horário das 7:30 ás 11:30 e das 13:00 ás 17:00, maiores informações pelo telefone (44) 3664-1320 ou no site www.altoparaiso.pr.gov.br ou em www.bll.org.br, conforme art. 55 da Lei Federal 14133/2021.
Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de Novembro de 2024.
DERCIO JARDIM JUNIOR
Prefeito Municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA

AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE: (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

EDITAL N.º 07.001/2024 – DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, CADERNO DE QUESTÕES E PRAZO PARA RECURSO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CISA/AMERIOS 12ª RS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e com as demais normas infraconstitucionais atinentes à matéria, **TORNA PÚBLICO** o **Gabarito Preliminar, Caderno de Questões e Prazo para Recurso** do Concurso para Emprego Público n.º 001/2024, nos seguintes termos.

Art.1º Fica divulgado no **ANEXO ÚNICO** deste edital o gabarito preliminar da prova objetiva aplicada na data de **24/11/2024**.

Art.2º Comunicamos que a partir das **0h do dia 26/11/2024 às 23h59min do dia 27/11/2024**, observado o horário oficial de Brasília/DF, o candidato interessado em interpor recurso contra o caderno de questões e o gabarito preliminar da Prova Objetiva aplicada na data em referência, deverá acessar a "Área do Candidato", disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br.

Art.3º Registra-se que os recursos deverão ser protocolados em requerimento próprio na "Área do Candidato" disponível no endereço eletrônico www.fundacaofafipa.org.br, observando-se as seguintes ressalvas:

I. Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada questão;

II. Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados;

III. Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecido neste Edital não serão apreciados.

Art.4º Os Cadernos de Questões ficarão disponíveis para download na "Área do Candidato", do dia **25/11/2024 até às 23h59min do dia 04/12/2024**.

Art.5º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Umuarama (PR), 25 de novembro de 2024.

Almir de Almeida
Presidente do CISA

CISA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMERIOS - 12ª R.S
CONCURSO PÚBLICO - 001/2024
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO FAFIPA | CNPJ 05.566.804/0001-76 | AVENIDA PARANÁ, 794 - PARANAVAÍ|PR

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N.º 07.001/2024 - GABARITO PRELIMINAR

6736 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO									
01: C	02: E	03: D	04: C	05: C	06: D	07: D	08: E	09: D	10: E
11: D	12: B	13: A	14: A	15: E	16: A	17: A	18: E	19: D	20: D
21: A	22: D	23: E	24: D	25: B	26: C	27: E	28: C	29: B	30: D
6737 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM									
01: C	02: E	03: D	04: C	05: C	06: D	07: D	08: E	09: D	10: E
11: D	12: B	13: A	14: A	15: E	16: B	17: C	18: B	19: A	20: A
21: E	22: D	23: D	24: C	25: C	26: D	27: E	28: B	29: B	30: C

Conselho Municipal de Saúde Mariluz
Estado do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 011, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre aprovação da atual Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) no âmbito do Sistema Único de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Mariluz.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Mariluz, em reunião ordinária realizada em 25 de novembro de 2024, no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990 e pela Lei Municipal nº. 2.119 de 05/12/2023.

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº. 141, de 13/01/2012;

Considerando a necessidade de assegurar o acesso da população aos medicamentos essenciais, conforme preconizado pela Política Nacional de Medicamentos, instituída pela Portaria GM/MS nº 3.916/1998;

Considerando a importância de estabelecer uma relação municipal de medicamentos que atenda às necessidades epidemiológicas e sanitárias da população, promovendo o uso racional de medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a análise técnica e as recomendações apresentadas pela Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) municipal;

Considerando o compromisso do SUS em garantir a equidade, a integralidade e a universalidade no atendimento à saúde.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) no âmbito do Sistema Único de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Mariluz;

Art. 2º - A REMUME aprovada por esta Resolução será de uso obrigatório nas unidades de saúde vinculadas ao SUS no município, sendo referência para:

I. A aquisição e o fornecimento de medicamentos no âmbito municipal;
II. A padronização terapêutica utilizada pelos profissionais de saúde;
III. A organização das ações de assistência farmacêutica no município.

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Saúde deverá:

I. Garantir a divulgação ampla da REMUME para todos os profissionais de saúde e usuários do SUS;

II. Realizar a aquisição e o fornecimento dos medicamentos constantes na REMUME, assegurando a regularidade do abastecimento nas unidades de saúde;

III. Promover capacitações e orientações técnicas para os profissionais da rede de saúde sobre o uso racional dos medicamentos listados;

IV. Monitorar a implementação da REMUME e realizar atualizações periódicas, considerando as mudanças no perfil epidemiológico e as novas evidências científicas.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mariluz, 25 de novembro de 2024.

JOÃO SABATINI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE DISTRATO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, **KTR BRASIL MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA**., já qualificada no contrato original nº 953/2023, com sede na cidade de Osasco - SP, neste ato por seu representante legal, de ora em diante denominada apenas **PRIMEIRA DISTRATANTE** e de outro **PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA - PR**, doravante denominada simplesmente **SEGUNDA DISTRATANTE**, têm justo e acertado promover a resilição do Contrato Nº 086/2024 e outras avenças havido entre as partes ora distratantes, nos termos que se seguem:

CLÁUSULA 1º - As partes resilem, por comum acordo, o contrato administrativo nº 086/2024 referente ao Pregão Eletrônico nº 1/2024 pactuado em 05/06/2024 para o que extingue-se a entrega referente a aquisição de um trator agrícola novo.

CLÁUSULA 2º - As partes convencionam que o presente distrato é pactuado sem a incidência de multas ou qualquer tipo de penalidade para ambas as partes, conforme Cláusula Décima Terceira – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato:

"13.4. A rescisão do contrato poderá ser:

13.4.2.Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a Contrato no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração."

"13.2.17. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato."

CLÁUSULA 3º - Todas as obrigações pecuniárias assumidas pelas partes foram reguladas e quitadas.

CLÁUSULA 4º - A segunda Distratante **PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA**, libera a primeira distratante, **KTR BRASIL MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA** TAL, da entrega do equipamento objeto do contrato administrativo nº 953/2023 e de demais penalidades oriundas do referido contrato.

CLÁUSULA 5º - Para a dirimência de qualquer conflito oriundo do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de ICARAÍMA - PR, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que lhes possa parecer.

E por estarem justos e acertados, firmam o presente distrato em duas vias de igual teor e forma, assinado por ambas as partes para que surta seus efeitos legais.

OSASCO, 21 de NOVEMBRO de 2024.

BRUNO SACCOMANNO:37415054806

KTR BRASIL MÁQUINAS, PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. **PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA**

Conselho Municipal de Saúde Mariluz
Estado do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre aprovação da atual DELIMITAÇÃO TERRITORIAL das equipes de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Mariluz.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Mariluz, em reunião ordinária realizada em 25 de novembro de 2024, no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990 e pela Lei Municipal nº. 2.119 de 05/12/2023.

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº. 141, de 13/01/2012;

Considerando o disposto na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), instituída pela Portaria GM/MS nº 2.436/2017, que orienta a organização e o funcionamento da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a necessidade de delimitação territorial para o planejamento e a organização das ações de saúde realizadas pelas equipes de Atenção Básica, conforme diretrizes do SUS;

Considerando o compromisso de promover a equidade, o acesso universal e a integralidade na oferta dos serviços de saúde para a população, considerando as especificidades e as necessidades locais;

Considerando a realização de estudos técnicos que analisaram a população adscrita, a distribuição geográfica e a infraestrutura de saúde do município,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a delimitação territorial das equipes de Atenção Básica no município, conforme relatório técnico anexo a esta Resolução;

Art. 2º - A delimitação territorial aprovada compreende:

I. A divisão do município em áreas geográficas específicas, de acordo com critérios populacionais, geográficos e epidemiológicos;

II. A adscrição da população residente em cada território às respectivas equipes de Atenção Básica, garantindo que cada equipe seja responsável por um número adequado de pessoas, conforme os parâmetros definidos na PNAB;

III. A priorização de áreas com maior vulnerabilidade social e sanitária para otimizar o acesso aos serviços de saúde;

Art. 3º - As equipes de Atenção Básica deverão:

I. Conhecer e atuar de forma integrada nas áreas sob sua responsabilidade;

II. Realizar o cadastramento e a atualização periódica dos dados da população adscrita;

III. Promover ações de saúde considerando as necessidades e especificidades de cada território;

IV. Garantir a articulação com a Rede de Atenção à Saúde (RAS) para encaminhamentos e fluxos assistenciais.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Saúde deverá:

I. Disponibilizar os mapas territoriais e demais informações relevantes para as equipes;

II. Monitorar e avaliar continuamente os resultados obtidos com a nova delimitação;

III. Realizar revisões da delimitação territorial sempre que houver mudanças significativas na população ou nos serviços de saúde.

Art. 5º - Os casos omissos e as dúvidas sobre a aplicação desta Resolução serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, em articulação com o Conselho municipal de Saúde;

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mariluz, 25 de novembro de 2024.

JOÃO SABATINI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Conselho Municipal de Saúde Mariluz
Estado do Paraná

RESOLUÇÃO Nº 012, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre a aprovação do PLANO DE CONTINGÊNCIA DA DENGUE da Secretaria Municipal de Saúde de Mariluz.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Mariluz, em reunião ordinária realizada em 25 de novembro de 2024, no uso de suas prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/1990, Lei Federal nº. 8.142, de 28/12/1990 e pela Lei Municipal nº. 2.119 de 05/12/2023.

Considerando as prerrogativas e atribuições estabelecidas pela Lei Complementar nº. 141, de 13/01/2012;

Considerando a Nota Orientativa 04/2021 da Secretaria Estadual de Saúde do Paraná, que orienta a elaboração e implementação de Planos de Contingência para a Dengue nos municípios do estado;

Considerando a necessidade de prevenção e controle da dengue, doença de caráter endêmico no Estado do Paraná, com o objetivo de proteger a saúde da população e minimizar os impactos epidemiológicos;

Considerando a importância da articulação entre os diversos setores do município para ações integradas de vigilância, controle vetorial, assistência à saúde e comunicação.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Contingência da Dengue do Município elaborado em consonância com as diretrizes da Nota Orientativa 04/2021, que prevê:

I. A organização de ações de vigilância epidemiológica e ambiental;

II. A intensificação do controle vetorial;

III. O fortalecimento das redes de assistência à saúde para manejo clínico adequado;

IV. A promoção de ações de mobilização social e comunicação de risco;

V. O monitoramento contínuo e a avaliação de indicadores epidemiológicos e operacionais.

Art. 2º - Estabelecer que o Conselho Municipal de Saúde acompanhará a implementação do plano, analisando periodicamente os resultados e emitindo recomendações para adequações, caso necessário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mariluz, 25 de novembro de 2024.

JOÃO SABATINI
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL

Estado do Paraná
EXTRATO DO CONTRATO N.º 139/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 87/2024
PARTES: Pref. Municipal de Cafezal do Sul e DISNEY PLAY BRINQUEDOS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de Playground para o bem estar e desenvolvimento social, cultural, emocional, físico-motor de cada indivíduo pertencentes a Primeira Infância, para atender a Secretaria de Assistência Social.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: pregão eletrônico: 46/2024
Dotação orçamentária:
DOTAÇÃO COMPLETA NAT. FR RED. DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL
08002.08.243.1501.6.016. 449052 3919 562 ATIVIDADES EM ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
R$ 16.820,00 (dezesseis mil oitocentos e vinte reais).
Vigência: 12 meses
ASSINAM: MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA – Prefeitura e DISNEY PLAY BRINQUEDOS LTDA
Data: 19 DE NOVEMBRO de 2024

Publicações legais

Prefeitura Municipal de Maria Helena

Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

REQUERIMENTO DE ADIANTAMENTO N.º 114-2024

Autorizo o Sr.(a):
ALBERTO ANTONIO PEREIRA PESTANA

Sob matrícula:
Nº 69780

Lotado no(a):
Secretaria de Saúde

Na função de:
MOTORISTA

Objetivo:
( ) Curso/Encontro (X) Transporte de paciente ( ) Serviço ( ) Missões Políticas

Justificativa:
LEVAR PACIENTE PARA REALIZAR EXAMES NA HONPAR.

Local de destino:
ARAPONGAS/PR

Locomoção:
(X) Veículo oficial Nº da Frota: 6562 ( ) Ônibus ( ) Avião ( ) Particular ( )Outros

Período de afastamento:
26 DE NOVEMBRO DE 2024

Quantidade de diárias concedida:
01 (UMA) DIÁRIA DE 150,00

Valor total a título de diárias:
R$ 150,00 (CENTO E CINQUENTA REAIS)

Maria Helena - PR, 25 de NOVEMBRO de 2024.

PAULA APARECIDA LOPES DOS REIS
Secretária Municipal de Saúde

Cafezal do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ: 95.640.652/0001-05
Av. Ítalo Orcelli, 664 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - Cep: 87.565-000 - Cafezal do Sul – Pr.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente termo, **ADJUDICO E HOMOLOGO**, em favor da empresa abaixo relacionada, o julgamento proferido pela Pregoeira e Equipe de Apoio, nomeada pela Portaria nº. 009/2024 de 08/01/2024, sobre o **Processo nº.96/2024, Pregão eletrônico nº 45/2024**, que tem por Objeto**:** Aquisição materiais odontológicos para atender a secretaria de Saúde.

DOTAÇÃO:

DOTAÇÃO COMPLETA	NAT.	FR	RED.	DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL
05001.10.301.1500.2.072.	339030	303	131	ATENDIMENTO DA SAÚDE

Vencedores: A2XR COMERCIAL LTDA. Vencedor dos lotes: 3,5,7,10,11,15,16,17,18,19,26,27,28,30,31,32,34,36,37,38,,53,54,55,61,62,64,65,66,68, 69,70,73,74,75,77,78,80,81,82,84,85,86,87,88,89,91,92,94,95,96,97,98,99100,101,102, 103,104,105,106,107. Perfazendo um montante de **R$ 15.201,97 (**quinze mil duzentos e um reais e noventa e sete centavos). **O.L.M. DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.** Vencedor dos lotes: 6,8,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52. Perfazendo um montante de **R$ 2.209,20 (**dois mil duzentos e nove reais e vinte centavos). **ODONTOSHOW PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.** Vencedor dos lotes:9,14,21,22,24,25,33,57,58,59,60,67,71. Perfazendo um montante de **R$4.559,07 (**quatro mil quinhentos e cinquenta e nove reais e sete centavos). **DENTAL BH BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS ODONTO- MEDICO HOSPITALAR LTDA.** Vencedor dos lotes:29,90,93. Perfazendo um montante de **R$ 841,35 (**oitocentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos).

Cafezal do Sul, 25 de novembro de 2024

MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
DECRETO MUNICIPAL Nº 448, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.
SÚMULA: Dispõe sobre o recesso funcional nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.
A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais,
DECRETA:
Art. 1º Fica estabelecido o recesso funcional nas repartições públicas municipais do Município de Cruzeiro do Oeste/PR., no período compreendido entre 23 de dezembro de 2024 a 1º de janeiro de 2025, retornando as atividades em 2 de janeiro de 2025.
Art. 2º Os serviços públicos municipais que, por sua natureza, não podem sofrer paralisação, a exemplo dos serviços de saúde, coleta de lixo e serviços administrativos de ordem legal, contábil e financeiro, deverão ser realizados em regime de escala, quando considerados necessários.
Art. 3º No período mencionado no artigo primeiro não haverá expediente externo, exceto para as atividades essenciais.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 315, de 24 de novembro de 2023.
PAÇO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 25 (VINTE E CINCO) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2024.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
ESTADO DO PARANÁ.

DECRETO Nº. 182/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº : 46/2024
b) Licitação Nrº : 36/2024
c) Modalidade : Pregão:
d) Data Homologação : 25/11/2024
e) Objeto Homologado : O objeto da presente licitação para seleção de melhor proposta visando contratação de empresa do ramo de tecnologia da informação para prestação de serviços de cessão de uso de software para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas, para atender as necessidades deste município, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
f) Processo Adm Nrº : 46/2024

26.782.1014.2.120. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRANSPORTE
08.244.1016.2.124. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15.451.1015.2.122. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE OBRAS
20.122.1025.2.176. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE AGRICULTURA
04.122.1003.2.104. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL
04.122.1003.2.104. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO EM GERAL
12.361.1012.2.114. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNADAMENTAL
10.301.1019.2.127. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: LF SISTEMAS LTDA
CNPJ/CPF: 46.777.506/0001-02

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	Prestação de serviços de cessão de uso de software, para auxílio na formação e elaboração de cestas de preços das compras públicas deste município, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.	Serviço	12	R$ 1.900,00	R$ 22.800,00
2	Prestação de serviços de implantação e treinamentos do software, de acordo com as condições e especificações constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.	Serviço	1	R$ 1.900,00	R$ 1.900,00

Valor Total Homologado - R$ 24.700,00

ESPERANÇA NOVA, 25 de novembro de 2024.

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

ESTADO DO PARANÁ.
DECRETO N° 183/2024
SÚMULA: Modifica o dia de feriado do Padroeiro do Município nas repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta de Esperança Nova, os dias que menciona.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO a ocorrência do Feriado do dia 13 junho 2025, alusivo ao Padroeiro do Município de Esperança Nova.
D E C R E T A:
Art. 1º Fica Prorrogado a data do feriado do Padroeiro do Município para as repartições públicas municipais da Administração Direta e Indireta, do dia 13 de junho de 2025 para o dia 16 junho 2025, sendo que no dia 13 de junho de 2025 haverá expediente normal nas repartições.
Art. 2ºNas datas e locais especificados como feriado neste Decreto, não haverá atendimento normal à população, podendo, contudo, serem instituídos plantões, a critério dos titulares dos órgãos da Administração Pública Direta e das entidades da Administração Pública Indireta.
Art. 3º Os serviços de saúde, assim como os de limpeza urbana, saneamento básico e tributação, em razão de sua tipicidade essencial, atenderão em regime de plantão no que couber.
Art. 4º As atividades nas unidades municipais de educação observarão o calendário escolar no que couber.
Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
CERTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro.
Everton Barbieri
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 181/2024
Autoriza o Executivo Municipal a Abrir Crédito Suplementar por Anulação de Dotação no Orçamento Geral do Município, no Exercício de 2024 e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e Especialmente Contidas na Lei nº 1.202/2023 de 14/12/2023;
Art. 1º. Abre no Orçamento Geral do Município de Esperança Nova, um Crédito Suplementar por Anulação de Dotação, no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais), nas dotações abaixo relacionadas, para manutenção pública.
Fonte 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Órgão 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade 04.122.10032.104 – Manutenção das Atividades da Administração em Geral
El. Despesa (43) 3.3.90.93 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES R$ 1.500,00
Fonte 2101 – FUNDEB 70%
Órgão 06 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç. 06.03 – Fundeb
Atividade 12.361.10132.143 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
El. Despesa (598) 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOA CIVIL R$ 6.500,00
Fonte 101 – FUNDEB 70%
Órgão 06 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç. 06.03 – Fundeb
Atividade 12.365.10132.144 – Manutenção das Atividades de Educação Infantil
El. Despesa (391) 3.1.90.11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOA CIVIL..............R$ 3.000,00
Art. 2°. Como fonte de recursos, para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, constante do art. 1º., desta Lei, fica utilizada parte da dotação orçamentária discriminada abaixo no valor de R$ 8.000,00 (Oito mil reais), conforme segue:
Fonte 1000 – Recursos Ordinários (Livres)
Órgão 03 – Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Indústria e Comércio
Un. Orç. 03.01 – Gabinete do Secretário
Atividade 04.122.10032.104 – Manutenção das Atividades da Administração em Geral
El. Despesa (39) 3.3.90.40 – SERV. DE TECN. DA INFOR. E COMUM. – PESSOA JURÍDICA....R$ 1.500,00
Fonte 2101 – FUNDEB 70%
Órgão 06 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç. 06.03 – Fundeb
Atividade 12.361.10132.143 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
El. Despesa (599) 3.1.90.13 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 6.500,00
Fonte 101 – FUNDEB 70%
Órgão 06 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Un. Orç. 06.03 – Fundeb
Atividade 12.365.10132.144 – Manutenção das Atividades de Educação Infantil
El. Despesa (393) 3.1.90.13 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS R$ 3.000,00
Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, 25 de Novembro de 2024.
EVERTON BARBIERI
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 704/2024
Concede Pagamento de Licença Prêmio ao servidor JOSE ANTONIO DE ANDRADE DUARTE, e da outras providências.
A PREFEITA DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o contido na Lei Complementar nº 103/2019, de 12 de dezembro de 2019.
CONSIDERANDO a Disposição Funcional do servidor para exercer o cargo em comissão de Chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB no Estado do Paraná.
CONSIDERANDO o requerimento nº3900/2024, de 13/11/2024, protocolado no Município, no qual atende a todos os requisitos exigidos na presente Lei.
RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor JOSE ANTONIO DE ANDRADE DUARTE, matrícula nº 434-0, ocupando o cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Serviços Públicos de Pérola, com Disposição Funcional para o cargo em comissão de Chefe do Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB do Estado do Paraná, o pagamento de 90(noventa) dias de Licença Prêmio, referente ao período de 01 de julho de 2015 a 04 de fevereiro de 2022.
Art. 2º O pagamento será efetuado em três parcelas de igual valor, no período de janeiro a março de 2025.
Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Registre-se, publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.
Pérola – Paraná, 25 de novembro de 2024.
VALDETE CUNHA
Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL

Estado do Paraná
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
Termo Aditivo nº1
Ref: CONTRATO Nº65/2023.
Contratante: Município de Perobal
Contratado: POSTO COLONIAL DE PEROBAL LTDA- ME.
Cláusula Primeira: Fica alterado o prazo de vigência disposto na Clausula Quinta do presente contrato, encerrando-se em 06 de dezembro de 2024.
Cláusula Segunda: Ratificam-se as demais clausulas e condições estabelecidas no instrumento do contrato original que não colidirem com as constantes do presente aditamento.
Data: 25/11/2024.

CIBAX
Tecnologia a serviço da vida

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DAS BACIAS DO RIO XAMBRÊ E PIQUIRI
CNPJ 04.555.113/0001-04

Alto Piquiri – Brasilândia do Sul – Cafezal do Sul – Cruzeiro do Oeste – Francisco Alves – Iporã – Mariluz – Pérola - Perobal – Umuarama – Xambrê

PORTARIA Nº 008/2024.
Homologa e Adjudica o Pregão Eletrônico nº004/2024.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DAS BACIAS DO RIO XAMBRÊ E PIQUIRI – CIBAX, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº. 004/2024, que trata sobre a Contratação de empresa para a aquisição de 11 (onze) PONTOS DE ABASTECIMENTO, para atender a demanda dos municípios que fazem parte do Consórcio CIBAX, conforme convênio nº 4500075648 celebrado entre a ITAIPU BINACIONAL e o CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DAS BACIAS DO RIO XAMBÊ E PIQUIRI, ESTADO DO PARANÁ – CIBAX, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

VENCEDOR	VALOR TOTAL (R$)
IRMÃOS DAMINELLI LTDA	376.200,00

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sede do Consórcio Intermunicipal para Conservação da Biodiversidade das Bacias do Rio Xambrê e Piquiri – CIBAX, Município de Iporã, Estado do Paraná, aos vinte e cinco do mês de novembro de dois mil e vinte quatro.

CELSO LUIZ POZZOBOM
Presidente do Consórcio CIBAX

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 1305/2024
A PREFEITA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
DESIGNAR a contar do dia 21 de Novembro de 2024 o servidor GABRIEL GELINI MACHADO, CPF. nº 099.XXX.XXX-18, ocupante do cargo de Agente Sanitário, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para Atuar como Coordenador de Vigilância Sanitária e Endemias.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 25 (VINTE E CINCO) DIAS DO MÊS NOVEMBRO DE 2024.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 824/2024, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 087/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 407/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ Nº 77.857.183/0001-90
CONTRATADA: TATYANE RAVEDUTTI CULTURA E EDUCACAO LTDA, CNPJ nº 27.743.256/0001-45
Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de pareceristas, para elaboração de pareceres técnicos de todos os projetos submetidos aos editais da Lei Aldir Blanc 2 (Lei 14.339/2022) de acordo com os critérios estabelecidos nos editais.
Valor Total: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
Recurso Orçamentário:
2033.13.3.2089.33390390000.000
Prazo de Vigência: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, tendo início na data de assinatura e término em 25 de novembro de 2025, podendo ser prorrogado por igual período, conforme nos termos da Lei n° 14.133/21.
Data de Assinatura: 25 de novembro de 2024.
Foro: Guaíra – Paraná
Guaíra, Paraná, 25 de novembro de 2024.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 509/2024
Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 149/2024 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR.
O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 149/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos a serem dispensados pela Farmácia Municipal e Dispensários das Unidades Básicas de Saúde e utilizados a nível ambulatorial pelas Unidades Básicas de Saúde e pela Unidade de Pronto Atendimento – UPA, desse município de Guaíra/PR, sendo a empresa vencedora:
PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.816.696/0001-54, vencedora dos itens 7, 11, 36, 57, 71, 72, 92, 95, 132, 149, 159, 173, 194, 227, 279, 298, 306 e 307 da Licitação, com valor total máximo de R$ 152.637,05 (cento e cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinco centavos);
SOMA/PR COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.656.468/0001-39, vencedora dos itens 1, 5, 12, 29, 50, 84, 91, 93, 98, 104, 110, 115, 125, 150, 163, 167, 204, 217, 224, 232, 236, 245, 246, 272, 275, 277, 282, 299, 301, 302 e 321 da Licitação, com valor total máximo de R$ 235.655,77 (duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos);
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.386.283/0001-13, vencedora dos itens 13, 134, 295 e 315 da Licitação, com valor total máximo de R$ 22.796,10 (vinte e dois mil, setecentos e noventa e seis reais e dez centavos);
INOVAMED HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.889.035/0001-02, vencedora dos itens 2, 6, 32, 122, 123, 185, 205, 206, 228, 233, 243, 244, 283, 284, 308 e 312 da Licitação, com valor total máximo de R$ 131.331,95 (cento e trinta e um mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos);
PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.355.394/0001-51, vencedora do item 124 da Licitação, com valor total máximo de R$ 12.105,00 (doze mil e cento e cinco reais);
NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 06.974.929/0001-06, vencedora dos itens 21 e 63 da Licitação, com valor total máximo de R$ 1.936,00 (um mil e novecentos e trinta e seis reais);
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.520.829/0001-40, vencedora dos itens 37, 38, 116, 151, 182, 222, 247, 249, 255, 274 e 300 da Licitação, com valor total máximo de R$ 92.150,00 (noventa e dois mil e cento e cinquenta reais);
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.247.385/0001-49, vencedora do item 287 da Licitação, com valor total máximo de R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais);
MERCO SOLUCOES EM SAUDE S/A, inscrita no CNPJ nº 05.912.018/0001-83, vencedora dos itens 22, 44, 56, 82 e 83 da Licitação, com valor total máximo de R$ 55.103,00 (cinquenta e cinco mil e cento e três reais);
PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.485.130/0001-03, vencedora do item 15 da Licitação, com valor total máximo de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais);
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.944.371/0001-04, vencedora dos itens 52, 53 e 190 da Licitação, com valor total máximo de R$ 51.704,00 (cinquenta e um mil e setecentos e quatro reais);
PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.706.251/0001-98, vencedora dos itens 18, 19, 24, 48, 61, 105, 114, 120, 126, 152, 191, 199, 200, 201, 213, 234, 267, 270, 309 e 318 da Licitação, com valor total máximo de R$ 210.474,53 (duzentos e dez mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e cinquenta e três centavos);
ILG COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 20.657.155/0001-02, vencedora dos itens 25, 26, 28, 31, 42, 49, 65, 66, 67, 68, 80, 85, 88, 89, 108, 119, 145, 183, 193, 210, 214, 231, 252, 304, 305 e 313 da Licitação, com valor total máximo de R$ 327.706,56 (trezentos e vinte e sete mil, setecentos e seis reais e cinquenta e seis centavos);
MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITLARES S/A, inscrita no CNPJ nº 07.752.236/0001-23, vencedora dos itens 8, 10, 30, 153, 170, 207 e 269 da Licitação, com valor total máximo de R$ 69.391,05 (sessenta e nove mil, trezentos e noventa e um reais e cinco centavos);
JT MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 51.892.897/0001-46, vencedora do item 225 da Licitação, com valor total máximo de R$ 4.374,00 (quatro mil e trezentos e setenta e quatro reais);
DIMEBRAS COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 56.081.482/0001-06, vencedora dos itens 45 e 208 da Licitação, com valor total máximo de R$ 9.684,00 (nove mil e seiscentos e oitenta e quatro reais);
METTA FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.496.258/0001-70, vencedora dos itens 86 e 310 da Licitação, com valor total máximo de R$ 11.871,60 (onze mil, oitocentos e setenta e um reais e sessenta centavos);
NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.595.725/0001-84, vencedora dos itens 129 e 263 da Licitação, com valor total máximo de R$ 25.835,00 (vinte e cinco mil e oitocentos e trinta e cinco reais);
CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.418.191/0001-95, vencedora dos itens 81, 112 e 177 da Licitação, com valor total máximo de R$ 31.941,05 (trinta e um mil, novecentos e quarenta e um reais e cinco centavos);
AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.789.446/0001-01, vencedora dos itens 94, 285, 290, 291, 292 e 293 da Licitação, com valor total máximo de R$ 70.900,00 (setenta mil e novecentos reais);
DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA, inscrita no CNPJ nº 25.279.552/0001-01, vencedora dos itens 79, 117, 121, 130, 146, 175, 181, 186, 209, 215, 257, 259, 264, 280, 281 e 296 da Licitação, com valor total máximo de R$ 59.599,20 (cinquenta e nove mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte centavos);
BELLPHARMA MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.089.337/0001-00, vencedora dos itens 17, 77 e 198 da Licitação, com valor total máximo de R$ 5.668,00 (cinco mil e seiscentos e sessenta e oito reais);
CMH - CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.228.076/0001-74, vencedora dos itens 101 e 107 da Licitação, com valor total máximo de R$ 17.107,04 (dezessete mil, cento e sete reais e quatro centavos);
TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 22.862.531/0001-26, vencedora dos itens 55 e 248 da Licitação, com valor total máximo de R$ 15.800,00 (quinze mil e oitocentos reais);
CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.652.030/0003-32, vencedora dos itens 4, 27, 76, 90, 106, 109, 176, 192, 196, 218, 223, 240, 254 e 294 da Licitação, com valor total máximo de R$ 85.029,67 (oitenta e cinco mil, vinte e nove reais e sessenta e sete centavos);
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0005-72, vencedora dos itens 78, 87, 135, 155, 166, 197 e 237 da Licitação, com valor total máximo de R$ 55.620,27 (cinquenta e cinco mil, seiscentos e vinte reais e vinte e sete centavos);
NOVA MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 41.365.113/0001-78, vencedora dos itens 43, 64, 69, 127, 171, 216 e 297 da Licitação, com valor total máximo de R$ 36.305,00 (trinta e seis mil e trezentos e cinco reais);
MED CENTER COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.874.929/0001-40, vencedora dos itens 16, 34 e 118 da Licitação, com valor total máximo de R$ 9.508,75 (nove mil, quinhentos e oito reais e setenta e cinco centavos);
ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.014.370/0001-67, vencedora do item 316 da Licitação, com valor total máximo de R$ 6.869,70 (seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais e setenta centavos);
HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A, inscrita no CNPJ nº 01.571.702/0001-98, vencedora dos itens 286, 288 e 289 da Licitação, com valor total máximo de R$ 214.600,00 (duzentos e quatorze mil e seiscentos reais);
CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 44.734.671/0022-86, vencedora dos itens 33, 47, 58, 99, 138, 142, 143, 144, 148, 161, 162, 169, 178, 195, 221, 226, 235, 271 e 273 da Licitação, com valor total máximo de R$ 119.023,00 (cento e dezenove mil e vinte e três reais);
Art. 2º - Declarar DESERTOS os itens 3, 9, 14, 20, 23, 35, 39, 40, 41, 46, 51, 54, 59, 60, 62, 70, 73, 74, 75, 96, 97, 100, 102, 103, 111, 113, 128, 131, 133, 136, 137, 139, 140, 141, 147,154, 156, 157, 158 e 160.
Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Guaíra, Paraná, 23 de outubro de 2024.
HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas No Periodo	Despesas Empenhadas Até o Periodo (b)	% (b/total b)	Saldo (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas No Periodo	Despesas Liquidadas Até o Periodo (d)	% (d/total d)	Saldo (e) = (a-d)
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIA	30.390.748,55	51.952.850,71	5.913.474,18	39.718.986,09	94,45	12.233.864,62	6.066.927,80	35.728.824,35	93,87	16.224.026,36
ADMINISTRAÇÃO	5.053.084,00	6.023.826,95	1.116.480,61	5.444.870,67	12,95	578.956,28	1.137.264,97	5.412.294,49	14,22	611.532,46
Administração Geral	4.446.084,00	5.324.826,95	1.036.713,69	4.865.692,43	11,57	459.134,52	1.049.426,05	4.840.070,25	12,72	484.756,70
Administração Financeira	512.000,00	589.000,00	55.785,58	509.640,37	1,21	79.359,63	61.103,58	504.063,37	1,32	84.936,63
Administração de Receitas	95.000,00	110.000,00	23.981,34	69.537,87	0,17	40.462,13	26.735,34	68.160,87	0,18	41.839,13
DEFESA NACIONAL	66.000,00	101.000,00	12.013,01	76.187,09	0,18	24.812,91	12.013,01	76.187,09	0,20	24.812,91
Defesa Terrestre	66.000,00	101.000,00	12.013,01	76.187,09	0,18	24.812,91	12.013,01	76.187,09	0,20	24.812,91
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.417.050,00	1.445.102,97	197.897,85	994.687,28	2,37	450.415,69	198.653,63	990.961,50	2,60	454.141,47
Assistência à Criança a ao Adolescente	232.000,00	188.099,87	29.742,60	145.135,81	0,35	42.964,06	29.742,60	145.135,81	0,38	42.964,06
Assistência Comunitária	1.185.050,00	1.257.003,10	168.155,25	849.551,47	2,02	407.451,63	168.911,03	845.825,69	2,22	411.177,41
SAÚDE	7.533.959,55	11.455.042,04	1.774.395,13	9.215.451,81	21,92	2.239.590,23	1.798.398,83	9.190.453,17	24,15	2.264.588,87
Atenção Básica	7.493.959,55	11.153.442,04	1.747.059,82	9.006.039,74	21,42	2.147.402,30	1.771.063,52	8.981.041,10	23,60	2.172.400,94
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Vigilância Epidemiológica	20.000,00	281.600,00	27.335,31	209.412,07	0,50	72.187,93	27.335,31	209.412,07	0,55	72.187,93
EDUCAÇÃO	7.868.335,00	12.010.940,80	1.502.225,15	8.674.716,72	20,63	3.336.224,08	1.509.828,66	8.674.716,72	22,79	3.336.224,08
Ensino Fundamental	5.145.700,00	8.065.912,65	935.651,58	5.737.222,31	13,64	2.328.690,34	943.255,09	5.737.222,31	15,07	2.328.690,34
Educação Infantil	2.635.035,00	3.781.028,15	537.000,69	2.853.341,13	6,79	927.687,02	537.000,69	2.853.341,13	7,50	927.687,02
Educação Especial	87.600,00	164.000,00	29.572,88	84.153,28	0,20	79.846,72	29.572,88	84.153,28	0,22	79.846,72
CULTURA	136.000,00	143.697,62	4.919,24	70.291,66	0,17	73.405,96	4.919,24	70.291,66	0,18	73.405,96
Difusão Cultural	136.000,00	143.697,62	4.919,24	70.291,66	0,17	73.405,96	4.919,24	70.291,66	0,18	73.405,96
URBANISMO	5.251.670,00	16.380.317,15	506.462,38	11.522.977,77	27,40	4.857.339,38	566.474,68	7.693.463,66	20,21	8.686.853,49
Infra-Estrutura Urbana	2.765.974,00	11.783.578,09	252.738,41	7.813.980,26	18,58	3.969.597,83	252.288,41	4.387.133,60	11,53	7.396.444,49
Serviços Urbanos	2.485.696,00	4.596.739,06	253.723,97	3.708.997,51	8,82	887.741,55	314.186,27	3.306.330,06	8,69	1.290.409,00
GESTÃO AMBIENTAL	205.050,00	233.007,39	50.372,22	213.515,20	0,51	19.492,19	50.372,22	213.515,20	0,56	19.492,19
Preservação e Conservação Ambiental	205.050,00	233.007,39	50.372,22	213.515,20	0,51	19.492,19	50.372,22	213.515,20	0,56	19.492,19
AGRICULTURA	556.000,00	453.893,19	18.009,39	404.296,04	0,96	49.597,15	33.009,39	404.296,04	1,06	49.597,15
Extensão Rural	556.000,00	453.893,19	18.009,39	404.296,04	0,96	49.597,15	33.009,39	404.296,04	1,06	49.597,15
INDÚSTRIA	275.000,00	140.000,00	438,23	139.916,95	0,33	83,05	25.732,20	111.839,92	0,29	28.160,08
Promoção Industrial	275.000,00	140.000,00	438,23	139.916,95	0,33	83,05	25.732,20	111.839,92	0,29	28.160,08
TRANSPORTE	1.213.600,00	2.329.972,60	634.111,37	2.213.859,91	5,26	116.112,69	634.111,37	2.213.859,91	5,82	116.112,69
Transporte Rodoviário	1.213.600,00	2.329.972,60	634.111,37	2.213.859,91	5,26	116.112,69	634.111,37	2.213.859,91	5,82	116.112,69
DESPORTO E LAZER	5.000,00	326.000,00	36.271,25	284.857,98	0,68	41.142,02	36.271,25	213.587,98	0,56	112.412,02
Desporto Comunitário	5.000,00	326.000,00	36.271,25	284.857,98	0,68	41.142,02	36.271,25	213.587,98	0,56	112.412,02
ENCARGOS ESPECIAIS	110.000,00	510.050,00	59.878,35	463.357,01	1,10	46.692,99	59.878,35	463.357,01	1,22	46.692,99
Serviço da Dívida Interna	40.000,00	510.050,00	59.878,35	463.357,01	1,10	46.692,99	59.878,35	463.357,01	1,22	46.692,99
Outros Encargos Especiais	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	700.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
Reserva de Contingência geral	700.000,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00	400.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTARIA	1.951.261,00	3.335.519,94	355.881,89	2.331.751,57	5,55	1.003.768,37	355.881,89	2.331.751,57	6,13	1.003.768,37
ADMINISTRAÇÃO	355.900,00	1.278.330,02	129.857,02	986.369,16	2,35	291.960,86	129.857,02	986.369,16	2,59	291.960,86
Administração Geral	287.000,00	1.209.430,02	129.857,02	981.394,65	2,33	228.035,37	129.857,02	981.394,65	2,58	228.035,37
Administração Financeira	68.900,00	68.900,00	0,00	4.974,51	0,01	63.925,49	0,00	4.974,51	0,01	63.925,49
DEFESA NACIONAL	12.000,00	12.000,00	1.638,30	8.897,04	0,02	3.102,96	1.638,30	8.897,04	0,02	3.102,96
Defesa Terrestre	12.000,00	12.000,00	1.638,30	8.897,04	0,02	3.102,96	1.638,30	8.897,04	0,02	3.102,96
ASSISTÊNCIA SOCIAL	77.000,00	43.000,00	5.508,84	31.916,97	0,08	11.083,03	5.508,84	31.916,97	0,08	11.083,03
Assistência Comunitária	77.000,00	43.000,00	5.508,84	31.916,97	0,08	11.083,03	5.508,84	31.916,97	0,08	11.083,03
SAÚDE	203.761,00	274.589,92	44.933,18	268.734,04	0,64	5.855,88	44.933,18	268.734,04	0,71	5.855,88
Atenção Básica	203.761,00	238.761,00	42.199,44	235.552,89	0,56	3.208,11	42.199,44	235.552,89	0,62	3.208,11
Vigilância Epidemiológica	0,00	35.828,92	2.733,74	33.181,15	0,08	2.647,77	2.733,74	33.181,15	0,09	2.647,77
EDUCAÇÃO	1.093.600,00	1.508.600,00	139.957,93	849.830,40	2,02	658.769,60	139.957,93	849.830,40	2,23	658.769,60
Ensino Fundamental	624.450,00	734.450,00	37.602,13	459.816,40	1,09	274.633,60	37.602,13	459.816,40	1,21	274.633,60
Educação Infantil	464.150,00	769.150,00	102.841,06	390.014,00	0,93	379.136,00	102.841,06	390.014,00	1,02	379.136,00
Educação Especial	5.000,00	5.000,00	-485,26	0,00	0,00	5.000,00	-485,26	0,00	0,00	5.000,00
CULTURA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Difusão Cultural	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
URBANISMO	105.000,00	145.000,00	24.943,98	134.836,96	0,32	10.163,04	24.943,98	134.836,96	0,35	10.163,04
Infra-Estrutura Urbana	65.000,00	105.000,00	17.847,14	96.727,28	0,23	8.272,72	17.847,14	96.727,28	0,25	8.272,72
Serviços Urbanos	40.000,00	40.000,00	7.096,84	38.109,68	0,09	1.890,32	7.096,84	38.109,68	0,10	1.890,32
AGRICULTURA	39.000,00	19.000,00	2.190,16	11.894,31	0,03	7.105,69	2.190,16	11.894,31	0,03	7.105,69
Extensão Rural	39.000,00	19.000,00	2.190,16	11.894,31	0,03	7.105,69	2.190,16	11.894,31	0,03	7.105,69
TRANSPORTE	59.000,00	49.000,00	6.852,48	39.272,69	0,09	9.727,31	6.852,48	39.272,69	0,10	9.727,31
Transporte Rodoviário	59.000,00	49.000,00	6.852,48	39.272,69	0,09	9.727,31	6.852,48	39.272,69	0,10	9.727,31
TOTAL	**32.342.009,55**	**55.288.370,65**	**6.269.356,07**	**42.050.737,66**	**100,00**	**13.237.632,99**	**6.422.809,69**	**38.060.575,92**	**100,00**	**17.227.794,73**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 09h e 16m.

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL
Estado do Paraná

Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência

JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

Atividades	Prevista	Despesa Atualizada	Despesa Empenhada No Bimestre	Despesa Empenhada Até o Bimestre	Despesa Liquidada No Bimestre	Despesa Liquidada Até o Bimestre	Despesa Paga No Bimestre	Despesa Paga Até o Bimestre	Saldo a Pagar	Saldo a Empenhar
6001 - Manutenção do Conselho Tutelar	172.000,00	162.000,00	27.183,44	141.353,75	27.183,44	141.353,75	24.166,84	123.287,15	18.066,60	20.646,25
6002 - Manutenção do FMDCA	80.000,00	218.060,71	32.910,98	92.051,91	35.151,76	89.811,13	32.607,28	87.266,65	4.785,26	126.008,80
6003 - Promoção dos Direitos da Infância e da Juventude	60.000,00	26.099,87	2.559,16	3.782,06	2.559,16	3.782,06	311,36	1.534,26	2.247,80	22.317,81
6004 - Aquisição de Equipamentos FMDCA	25.050,00	8.699,00	0,00	1.649,00	0,00	1.649,00	0,00	1.649,00	0,00	7.050,00
Total Geral	**337.050,00**	**414.859,58**	**62.653,58**	**238.836,72**	**64.894,36**	**236.595,94**	**57.085,48**	**213.737,06**	**25.099,66**	**176.022,86**

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
11/2.023 A 10/2.024

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

ESPECIFICAÇÃO	11 / 2.023	12 / 2.023	1 / 2.024	2 / 2.024	3 / 2.024	4 / 2.024	5 / 2.024	6 / 2.024	7 / 2.024	8 / 2.024	9 / 2.024	10 / 2.024	Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
RECEITAS CORRENTES (I)	4.760.416,78	5.133.775,81	4.007.025,64	4.217.476,28	4.559.384,60	4.031.684,26	3.897.415,56	4.849.899,79	4.376.289,81	3.756.405,94	3.943.625,33	4.099.984,96	51.633.384,76	46.795.399,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	298.770,41	363.817,28	217.939,31	461.586,73	1.082.925,85	363.670,53	395.534,44	401.429,72	365.677,93	499.820,55	600.142,33	332.877,44	5.384.192,52	2.499.642,76
IPTU	43.265,19	31.764,64	19.992,31	93.373,01	340.159,83	83.017,14	47.010,03	29.877,47	35.276,55	25.134,47	25.681,87	29.032,41	803.584,92	1.030.097,16
ISS	74.538,97	68.927,08	42.935,27	66.069,99	78.062,53	64.671,47	142.614,34	73.697,08	144.156,41	112.645,95	116.420,59	109.715,50	1.094.455,18	190.631,10
ITBI	17.890,69	29.845,80	17.956,78	37.334,52	289.561,17	48.957,60	30.442,82	107.949,67	12.994,71	211.157,65	312.987,08	39.457,40	1.156.535,89	291.062,00
IRRF	117.719,86	201.510,46	100.585,25	130.924,76	131.764,95	106.982,73	132.576,05	147.840,85	132.419,64	114.058,44	113.686,04	114.113,18	1.544.182,21	179.450,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	45.355,70	31.769,30	36.469,70	133.884,45	243.377,37	60.041,59	42.891,20	42.064,65	40.830,62	36.824,04	31.366,75	40.558,95	785.434,32	808.402,50
Contribuições	60.834,67	64.487,66	69.801,48	77.316,52	90.275,11	57.327,49	105.475,88	74.152,66	46.303,82	87.463,24	60.329,09	59.511,32	853.278,94	904.756,79
Receita Patrimonial	26.962,35	51.485,18	50.038,43	43.542,21	47.632,40	48.877,42	48.522,73	44.266,90	48.294,81	36.572,91	52.714,50	43.413,67	542.323,51	1.939.257,75
Rendimentos de Aplicação Financeira	26.962,35	51.485,18	50.038,43	43.542,21	47.632,40	48.877,42	48.522,73	44.266,90	48.294,81	36.572,91	52.714,50	43.413,67	542.323,51	1.939.257,75
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	4.372.327,61	4.653.918,95	3.669.191,32	3.634.959,06	3.338.525,49	3.560.855,02	3.347.841,43	4.330.027,91	3.915.818,89	3.132.507,32	3.230.436,08	3.664.159,90	44.850.568,98	41.350.091,76
Cota-Parte do FPM	1.355.505,36	2.152.637,65	1.487.339,63	2.022.411,50	1.260.862,65	1.318.005,86	1.538.514,26	1.652.107,79	1.790.199,40	1.400.424,43	1.144.309,93	1.219.883,71	18.342.202,17	14.886.055,00
Cota-Parte do ICMS	747.673,99	1.073.849,55	712.957,85	644.986,80	689.234,33	830.931,48	686.454,57	709.759,98	847.099,36	724.611,54	784.857,84	882.849,68	9.335.266,97	6.902.097,39
Cota-Parte do IPVA	38.534,67	24.438,09	488.013,09	147.111,32	140.882,91	133.701,00	125.430,19	55.458,36	49.959,14	38.751,01	35.297,10	32.807,42	1.310.384,30	856.000,00
Cota-Parte do ITR	62.945,66	95.408,47	36.685,23	14.982,24	33.406,01	70.257,63	14.876,04	59.009,91	8.210,84	1.335,91	146.569,15	652.002,98	1.195.690,07	802.500,00
Transferências LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências LC 61/1989	7.445,51	8.105,85	8.809,23	9.162,08	10.763,75	9.308,50	9.797,50	12.311,23	10.882,07	14.727,06	16.076,08	10.914,54	128.303,40	117.700,00
Transferências do FUNDEB	483.767,41	616.109,29	687.690,53	563.515,71	496.325,91	527.131,44	594.360,11	500.833,27	527.912,26	511.796,82	482.966,87	568.524,00	6.560.933,62	7.952.000,00
Outras Transferências Correntes	1.676.455,01	683.370,05	247.695,76	232.789,41	707.049,93	671.519,11	378.408,76	1.340.547,37	681.555,82	440.860,55	620.359,11	297.177,57	7.977.788,45	9.833.739,37
Outras Receitas Correntes	1.521,74	66,74	55,10	71,76	25,75	953,80	41,08	22,60	194,36	41,92	3,33	22,63	3.020,81	101.650,00
DEDUÇÕES (II)	442.420,99	538.642,73	546.760,95	567.730,77	427.029,89	472.440,85	475.014,48	497.729,41	397.366,93	435.969,95	425.421,97	559.691,58	5.786.220,50	4.373.411,00
Compensação Financ. entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acordão TCE/PR 1509/06 e 870/07 - IN 56/2011 TCE-PR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	442.420,99	538.642,73	546.760,95	567.730,77	427.029,89	472.440,85	475.014,48	497.729,41	397.366,93	435.969,95	425.421,97	559.691,58	5.786.220,50	4.373.411,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**4.317.995,79**	**4.595.133,08**	**3.460.264,69**	**3.649.745,51**	**4.132.354,71**	**3.559.243,41**	**3.422.401,08**	**4.352.170,38**	**3.978.922,88**	**3.320.435,99**	**3.518.203,36**	**3.540.293,38**	**45.847.164,26**	**42.421.988,06**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	981.401,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	950.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	2.231.401,36	1.350.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**3.336.594,43**	**4.595.133,08**	**3.460.264,69**	**3.649.745,51**	**4.132.354,71**	**3.559.243,41**	**3.322.401,08**	**3.402.170,38**	**3.778.922,88**	**3.320.435,99**	**3.518.203,36**	**3.540.293,38**	**43.615.762,90**	**41.071.988,06**

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

	11 / 2.023	12 / 2.023	1 / 2.024	2 / 2.024	3 / 2.024	4 / 2.024	5 / 2.024	6 / 2.024	7 / 2.024	8 / 2.024	9 / 2.024	10 / 2.024	Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	44.958,97	107.886,45	64.887,83	48.159,39	57.355,75	57.372,14	57.375,37	69.670,12	55.180,46	57.877,48	64.741,43	50.930,66	736.396,05	715.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**3.291.635,46**	**4.487.246,63**	**3.395.376,86**	**3.601.586,12**	**4.074.998,96**	**3.501.871,27**	**3.265.025,71**	**3.332.500,26**	**3.723.742,42**	**3.262.558,51**	**3.453.461,93**	**3.489.362,72**	**42.879.366,85**	**40.356.988,06**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável , emitido em 25/nov/2024 as 09h e 17m.

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMOSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2.024

RREO – Anexo VII (LRF, art. 53, inciso V) Em Reais

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS – Inscritos – Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2023 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b) - (c+d)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – Inscritos – Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2023 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g) - (i+j)	Saldo Total L=(e+k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**0,00**	**1.126.910,90**	**1.124.645,09**	**0,00**	**2.265,81**	**605.911,08**	**4.751.866,34**	**4.329.927,32**	**4.329.927,32**	**92.254,81**	**935.595,29**	**937.861,10**
PODER EXECUTIVO	0,00	1.126.910,90	1.124.645,09	0,00	2.265,81	605.911,08	4.751.866,34	4.329.927,32	4.329.927,32	92.254,81	935.595,29	937.861,10
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
TOTAL (III) = (I + II)	**0,00**	**1.126.910,90**	**1.124.645,09**	**0,00**	**2.265,81**	**605.911,08**	**4.751.866,34**	**4.329.927,32**	**4.329.927,32**	**92.254,81**	**935.595,29**	**937.861,10**

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 09h e 46m.

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
DEMOSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
5º Bimestre de 2024

RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL Até o Bimestre

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 10h e 08m.

Nota:

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

REQUERIMENTO DE ADIANTAMENTO N.º 10-2024

Autorizo o (a) Sr.(a): GRACIELI APARECIDA RUFATO
Sob matricula: Nº 69801
Lotado no(a): Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Na função de: CHEFE DA DIVISÃO DE RECREAÇÃO E LAZER
Objetivo: ( ) Curso/Encontro ( ) Transporte de atleta ( ) Serviço (x) *Evento esportivo*
Justificativa: O funcionário se deslocará até o município de Ivaté – PR para levar os alunos do PROJETO 100% VÔLEI, para participar do 1º Torneio Regional de vôlei categorias de base.
Local de destino: Ivaté - PR
Locomoção: ( ) Veiculo oficial (x) Ônibus Nº da Frota: 3349 ( ) Avião ( ) Particular ( )Outros
Período de afastamento: *30/11/2024 (das 07h00min às 18h00min)*
Quantidade de diárias concedida: 01 diária sem per noite (superior a 6 horas, sem pernoite)
Valor total a título de diárias: 70,00 (setenta reais)

Maria Helena - PR,25 de novembro de 2024.

MÁRCIA APARECIDA SANTUCCI DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Port. nº 001/2023

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

REQUERIMENTO DE ADIANTAMENTO N.º 09-2024

Autorizo o (a) Sr.(a): HENRIQUE FERREIRA MELQUIDES
Sob matricula: Nº 67831
Lotado no(a): Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Na função de: CHEFE DA DIVISÃO DE RECREAÇÃO E LAZER
Objetivo: ( ) Curso/Encontro ( ) Transporte de atleta ( ) Serviço (x) *Evento esportivo*
Justificativa: O funcionário se deslocará até o município de Ivaté – PR para levar os alunos do PROJETO 100% VÔLEI, para participar do 1º Torneio Regional de vôlei categorias de base.
Local de destino: Ivaté - PR
Locomoção: ( ) Veiculo oficial (x) Ônibus Nº da Frota: 3349 ( ) Avião ( ) Particular ( )Outros
Período de afastamento: *30/11/2024 (das 07h00min às 18h00min)*
Quantidade de diárias concedida: 01 diária sem per noite (superior a 6 horas, sem pernoite)
Valor total a título de diárias: 70,00 (setenta reais)

Maria Helena - PR,25 de novembro de 2024.

MÁRCIA APARECIDA SANTUCCI DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Port. nº 001/2023

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 1306/2024
A PREFEITA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora ANA LÍGIA BERTONI BERNARDINELI, CPF: 077.xxx.xxx-00, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista na Área para Atendimento de Pacientes Especiais -20H, na Clinica de Odontologia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, 180 (cento e oitenta) dias de Licença Maternidade, a contar do dia 14/11/2024 a 12/05/2025, conforme Lei Complementar nº 006/2022 do dia 13/10/2022.
Registre-se Publique-se Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 25 (VINTE E CINCO) DIAS DO MÊS NOVEMBRO DE 2024.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal-

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 1307/2024
A PREFEITA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora CINTIA SOARES DO ROZARIO, CPF. nº 089. XXX.XXX-09, ocupante do cargo de Enfermeira – 40H/12X36 , no Hospital Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, 15 (quinze) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme disposto no artigo 146, da Lei Complementar 006/2005, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), a contar do dia 18/11/2024 a 02/12/2024.
Registre-se Publique-se Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 25 (VINTE E CINCO) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2024.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal-

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

REQUERIMENTO DE ADIANTAMENTO N.º 11-2024

Autorizo o (a) Sr.(a): NELSON JOSÉ ESCUDEIRO
Sob matricula: Nº69795
Lotado no(a): Secretaria Mun,de Serviços Públicos e Obras
Na função de: MOTORISTA
Objetivo: ( ) Curso/Encontro ( ) Transporte de atleta ( ) Serviço (x) *Evento esportivo*
Justificativa: O funcionário se deslocará até o município de Ivaté – PR para levar os alunos do PROJETO 100% VÔLEI, para participar do 1º Torneio Regional de vôlei categorias de base.
Local de destino: Ivaté - PR
Locomoção: ( ) Veiculo oficial (x) Ônibus Nº da Frota: 3349 ( ) Avião ( ) Particular ( )Outros
Período de afastamento: *30/11/2024 (das 07h00min às 18h00min)*
Quantidade de diárias concedida: 01 diária sem per noite (superior a 6 horas, sem pernoite)
Valor total a título de diárias: 70,00 (setenta reais)

Maria Helena - PR,25 de novembro de 2024.

MÁRCIA APARECIDA SANTUCCI DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Port. nº 001/2023

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

RESOLUÇÃO nº 93/2024

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS 12º REGIONAL DE SAÚDE DA Umuarama, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando contido no art. 7º da resolução Orçamentária nº 2/2023 de 23/10/2023, que aprova o orçamento do corrente exercício financeiro.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Artigo 2º - Como recurso, para a abertura do Crédi será utilizado Excesso de Arrecadação verificado na(s) Fontes(s) a seguir, provenientes das disponibilidades financeiras de 2012, sem comprometimento financeiro.

Suplementação
01 Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA AMERIOS 12ª R.S.
01.001 Consórcio Intermunicipal de Saúde
01.001.10.302.0002.2.005. Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
55 - 3.1.90.11.00.00 31322 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 18.000,00
Total Suplementação: 18.000,00

Receita: 1.7.1.9.52.01.02.00 - Recursos Centro de Atenção Psicossocial - CAPS 18.000,00
Total da Receita: 18.000,00

Artigo 3º - Este Ato entrará em vigor a partir da publicação.

SEDE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS - 12ª REGIONAL DE SAÚDE, Umuarama , em 25/11/2024.

ALMIR DE ALMEIDA
Presidente

** Elotech ** 25/11/2024 Pág. 1/1

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 1308/2024
A PREFEITA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor BRUNO LINDOLFO GOMES, CPF: 105.XXX.XXX-40, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral-40H, na Unidade Básica de Saúde Maria Nair Vieira Pretti, junto à Secretaria Municipal de Saúde, 20 (vinte) dias de licença paternidade, a contar do dia 16/11/2024 a 05/12/2024, em conformidade com o disposto no Art. 172, da Lei Complementar nº 006/2022, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).
Registre-se Publique-se Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 25 (VINTE E CINCO) DIAS DO MÊS NOVEMBRO DE 2024.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal-

P O R T A R I A Nº 1309/2024
A PREFEITA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER ao servidor GABRIEL SEVILHA BUZELI, CPF. nº 068.xxx.xxx-58, ocupante do cargo de TÉCNICO DESPORTIVO-20H, junto Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 07/12/2023 a 06/12/2024, a contar do dia 19/11/2024 a 18/12/2024.
Registre-se Publique-se Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 25 (VINTE E CINCO) DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2024.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAÍMA
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 76.247.337/0001-60
Avenida Hermes Vissoto, 610 - Icaraíma - CEP 87530-000 - Fone/Fax: (44) 3665-8000/8001
E-mail: planejamento@icaraima.pr.gov.br - www.icaraima.pr.gov.br

DECRETO N.º 7.257/2024

DATA: 25/11/2024

SÚMULA: Altera Horário de Atendimento ao Publico no mês de dezembro /2024, nas Unidades de Atenção básica de Saúde e Atenção Primaria, e o que Segue.

O Prefeito do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a necessidade de organização dos relatórios de controle e organização dos setores de vacina, farmácia e outros da UBS, para fins de transição de mandato;

DECRETA:

Art. 1º) Fica Alterado o horário de **atendimento ao publico** na UBS de Icaraíma, Vila Rica do Ivaí e Porto Camargo, a partir do dia 02/12/2024 até dia 20/12/2024 que passará a vigorar das 7h30min as 11h30min;

ART. 2º) Os servidores das UBS cumprirão o horário integral de trabalho com serviços interno e com escala anexa a este Decreto;

Art. 3º) Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, aos 25 dias do mês de Novembro de 2024.

MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

ESCALA DE PLANTÃO DIA 02 Á 20/12/2024

UPA

DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO		PROFISSIONAIS ENFERMEIROS	PROFISSIONAIS TÉCNICOS DE ENF	DIVERSOS/RECEPÇÃO/ACOLHIMENTO	ZELADORIA
02/12	SEGUNDA	13:30 À 17:30	Dr Mateus	Rubia	Marina Barboza	Natalia – Jaqueline-Paula	Márcia
03/12	TERÇA	13:30 À 17:30	Dra Fernanda	Mislaine	Vanessa	Bruna-Maurília - Carla	Susamar
04/12	QUARTA	13:30 À 17:30	Dr. Gustavo	Karina/Carla	Julio	Agrícia-Leticia	Márcia
05/12	QUINTA	13:30 À 17:30	Dr. Fabio	Lilian	-----	Deise-Ana	Maria Amaral
06/12	SEXTA	13:30 À 17:30	Dra Maria Cristina	Carla	------	Mariani-Larissa-Sandra	
09/12	SEGUNDA	13:30 À 17:30	Dr Mateus	Rubia	Marina Barboza	Natalia – Jaqueline-Paula	Maria Amaral
10/12	TERÇA	13:30 À 17:30	Dra Fernanda	Mislaine	Vanessa	Bruna-Maurília - Carla	Márcia
11/12	QUARTA	13:30 À 17:30	Dr. Gustavo	Karina/Carla	Julio	Agrícia-Leticia	Susamar
12/12	QUINTA	13:30 À 17:30	Dr. Fabio	Lilian	----------	Deise-Ana-	-----
13/14	SEXTA	13:30 À 17:30	Dra Maria Cristina	Carla	Vanessa	Mariani - Larissa - Sandra	Maria Amaral
16/12	SEGUNDA	13:30 À 17:30	Dr Mateus	Rubia	Marina Barboza	Simony - André	Márcia
17/12	TERÇA	13:30 À 17:30	Dra Fernanda	Mislaine	Vanessa	Bruna-Maurília - Carla	Susamar
18/12	QUARTA	13:30 À 17:30	Dr. Gustavo	Karina/Carla	Julio	Agrícia-Leticia	----
19/12	QUINTA	13:30 À 17:30	Dr. Fabio	Lilian	Andreia	Deise - Ana---------	Maria Amaral
20/12	SEXTA	13:30 À 17:30	Dra Maria Cristina	Carla	----------	Mariani - Larissa - Sandra	Susamar

---

Prefeitura Municipal de Maria Helena
Praça Brasil, 2001 - Fone (44) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ n.º 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

REQUERIMENTO DE ADIANTAMENTO N.º 109-2024

Autorizo o Sr.(a): GILMAR DOS SANTOS
Sob matrícula: Nº 64621
Lotado no(a): Secretaria de Saúde
Na função de: MOTORISTA
Objetivo: ( ) Curso/Encontro (X) Transporte de paciente ( ) Serviço ( ) Missões Políticas
Justificativa: LEVAR PACIENTE PARA REALIZAR EXAME E CONSULTA NO HOSPITAL DE CLÍNICAS
Local de destino: CURITIBA/PR
Locomoção: (X) Veículo oficial Nº da Frota 6562 ( ) Ônibus ( ) Avião ( ) Particular ( )Outros
Período de afastamento: 27 DE NOVEMBRO A 30 DE NOVEMBRO DE 2024.
Quantidade de diárias concedida: 03 (TRÊS) DIÁRIAS DE 330,00 E 01 (UMA) DIÁRIA DE R$70,00
Valor total a título de diárias: R$ 1.060,00 (UM MIL E SESSENTA REAIS).

Maria Helena - PR, 18 de outubro de 2024.

PAULA APARECIDA LOPES DOS REIS
Secretária Municipal de Saúde

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA
AMERIOS - 12ª R. S. CNPJ 86.689.023/0001-70
AV. ÂNGELO MOREIRA DA FONSECA, 866 CEP 87.503-030 ZONA ARMAZÉM UMUARAMA - PR FONE (44) 3623-2728
www.cisaamerios.com.br

RESOLUÇÃO nº 92/2024

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS 12º REGIONAL DE SAÚDE DA Umuarama, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando contido no art. 7º da resolução Orçamentária nº 2/2023 de 23/10/2023, que aprova o orçamento do corrente exercício financeiro.

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Adicional Suplementar, no valor de **R$ 51.000,00 (cinqüenta e um mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
01 Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA AMERIOS 12ª R.S.
01.001 Consórcio Intermunicipal de Saúde
01.001.10.302.0002.2.002. Manutenção das Atividades de Saúde
88 - 3.1.90.11.00.00 1064 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.000,00
01.001.10.302.0002.2.004. Manutenção do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO
41 - 3.1.90.11.00.00 11000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 40.000,00
44 - 3.1.90.13.00.00 11000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 10.000,00
Total Suplementação: 51.000,00

Artigo 2º - Como recurso, para cobertura de Crédi será utilizada a redução parcial das seguintes dotações do orçamento vigente.

Redução
01 Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA AMERIOS 12ª R.S.
01.001 Consórcio Intermunicipal de Saúde
01.001.10.122.0001.2.001. Manutenção das Atividades do Consórcio
2 - 3.1.90.11.00.00 11000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 50.000,00
01.001.10.302.0002.2.005. Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
89 - 3.1.90.11.00.00 1064 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 1.000,00
Total Redução: 51.000,00

Artigo 3º - Este Ato entrará em vigor a partir da publicação.

SEDE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISA/AMERIOS - 12ª REGIONAL DE SAÚDE, Umuarama , em 25/11/2024.

ALMIR DE ALMEIDA
Presidente

** Elotech ** 25/11/2024 Pág. 2/2

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
P O R T A R I A Nº 1310/2024
A PREFEITA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 76, § 1º, incisos V e XXV da Lei Orgânica Municipal e com fundamento em dispositivos legais;
R E S O L V E:
CONCEDER a servidora ANA RENATA FRANCHINI DE MACEDO ALVES, CPF. nº 037.XXX.XXX-06, ocupante do cargo de ADVOGADA, no CREAS(Centro de Referência Especializado de Assistência Social), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 08/07/2022 a 07/07/2023 a contar do dia 23/12/2024 a 21/01/2025.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se
EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, AOS 25 (VINTE E CINCO) DIAS DO MÊS NOVEMBRO DE 2024.
MARIA HELENA BERTOCO RODRIGUES
-Prefeita Municipal-

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 429/2024
DATA – 22/11/2024
SUMULA - Concede Licença Maternidade a funcionária.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Licença Maternidade à servidora Angela Chiaradia, por um período de 180 dias, a partir de 18/11/24 a 16/05/25;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data e seus efeitos retroagirão à 18/11/24.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 22 de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DE CRUZEIRO DO OESTE

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 430/2024
DATA – 25/11/2024
SUMULA - Concede Férias a funcionário.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ICARAIMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º) Conceder Férias ao servidor Jurandir dos Santos Zambom, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 2023/2024, de 02/12/24 a 16/12/24;
Art. 2º) Fica o Diretor do Departamento autorizado a fazer as anotações necessárias junto à ficha funcional do servidor.
Art. 3º) Cópia da presente portaria deverá ser encaminhada ao referido servidor, mediante recibo, para os devidos fins.
Art. 4º) Esta portaria entrará em vigor nesta data.
Edifício da Prefeitura Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 25 de Novembro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicações legais

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.362.435,55	53.305.815,92	7.058.496,74	13,24	43.808.472,83	82,18	9.497.343,09
RECEITAS CORRENTES	32.592.227,55	42.421.988,06	7.058.496,74	16,64	36.934.035,39	87,06	5.487.952,67
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.002.642,76	2.499.642,76	933.019,77	37,33	4.721.604,83	188,89	-2.221.962,07
Impostos	1.274.240,26	1.691.240,26	861.094,07	50,91	4.013.295,51	237,30	-2.322.055,25
Taxas	647.082,50	727.082,50	63.256,77	8,70	683.979,72	94,07	43.102,78
Contribuição de Melhoria	81.320,00	81.320,00	8.668,93	10,66	24.329,60	29,92	56.990,40
CONTRIBUIÇÕES	714.756,79	904.756,79	119.840,41	13,25	727.956,61	80,46	176.800,18
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	714.756,79	904.756,79	119.840,41	13,25	727.956,61	80,46	176.800,18
RECEITA PATRIMONIAL	40.339,00	1.939.257,75	96.128,17	4,96	463.875,98	23,92	1.475.381,77
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	40.339,00	1.939.257,75	96.128,17	4,96	463.875,98	23,92	1.475.381,77
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.732.839,00	36.976.680,76	5.909.482,43	15,98	31.019.165,64	83,89	5.957.515,12
Transferências da União e de suas Entidades	18.704.884,00	21.094.555,49	3.282.983,44	15,56	17.008.772,78	80,63	4.085.782,71
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.640.955,00	7.305.125,27	1.473.344,12	20,17	8.053.259,94	110,24	-748.134,67
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	625.000,00	101.664,00	16,27	496.076,00	79,37	128.924,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.387.000,00	7.952.000,00	1.051.490,87	13,22	5.461.056,92	68,68	2.490.943,08
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	101.650,00	101.650,00	25,96	0,03	1.432,33	1,41	100.217,67
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	80.250,00	80.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.250,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	21.400,00	21.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.400,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	25,96	0,00	1.432,33	0,00	-1.432,33
RECEITAS DE CAPITAL	1.770.208,00	10.883.827,86	0,00	0,00	6.874.437,44	63,16	4.009.390,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.284.000,00	1.284.000,00	0,00	0,00	568.814,03	44,30	715.185,97
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.284.000,00	1.284.000,00	0,00	0,00	568.814,03	44,30	715.185,97
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	267.500,00	267.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.500,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	267.500,00	267.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	267.500,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	218.708,00	9.332.327,86	0,00	0,00	6.305.623,41	67,57	3.026.704,45
Transferências da União e de suas Entidades	218.708,00	1.948.458,00	0,00	0,00	639.517,80	32,82	1.308.940,20
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	7.383.869,86	0,00	0,00	5.666.105,61	76,74	1.717.764,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	34.362.435,55	53.305.815,92	7.058.496,74	13,24	43.808.472,83	82,18	9.497.343,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	34.362.435,55	53.305.815,92	7.058.496,74	13,24	43.808.472,83	82,18	9.497.343,09
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	34.362.435,55	53.305.815,92	7.058.496,74	13,24	43.808.472,83	82,18	9.497.343,09
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	4.002.980,73	-	-	4.002.980,73	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	4.002.980,73	-	-	4.002.980,73	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS No Período	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (f)	SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS No Período	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (h)	SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.390.748,55	51.952.850,71	5.913.474,18	39.718.986,09	12.233.864,62	6.066.927,80	35.728.824,35	16.224.026,36	34.678.899,63
DESPESAS CORRENTES	26.003.224,55	37.416.608,78	5.660.233,87	30.085.424,79	7.331.183,99	5.762.550,82	29.919.682,84	7.496.925,94	28.880.721,45
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.716.480,55	18.789.739,41	2.746.642,01	14.488.492,54	4.301.246,87	2.761.250,05	14.474.229,56	4.315.509,85	14.473.539,42
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.000,00	125.000,00	13.496,61	114.281,36	10.718,64	13.496,61	114.281,36	10.718,64	114.281,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.271.744,00	18.501.869,37	2.900.095,25	15.482.650,89	3.019.218,48	2.987.804,16	15.331.171,92	3.170.697,45	14.292.900,67
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	13.271.744,00	18.501.869,37	2.900.095,25	15.482.650,89	3.019.218,48	2.987.804,16	15.331.171,92	3.170.697,45	14.292.900,67
DESPESAS DE CAPITAL	3.687.524,00	14.136.241,93	253.240,31	9.633.561,30	4.502.680,63	304.376,98	5.809.141,51	8.327.100,42	5.798.178,18
INVESTIMENTOS	3.592.524,00	13.751.191,93	206.858,57	9.284.485,65	4.466.706,28	257.995,24	5.460.065,86	8.291.126,07	5.449.102,53
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	95.000,00	385.050,00	46.381,74	349.075,65	35.974,35	46.381,74	349.075,65	35.974,35	349.075,65
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	700.000,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.951.261,00	3.335.519,94	355.881,89	2.331.751,57	1.003.768,37	355.881,89	2.331.751,57	1.003.768,37	2.331.751,57
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	32.342.009,55	55.288.370,65	6.269.356,07	42.050.737,66	13.237.632,99	6.422.809,69	38.060.575,92	17.227.794,73	37.010.651,20
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESA S (XII) = (X + XI)	32.342.009,55	55.288.370,65	6.269.356,07	42.050.737,66	13.237.632,99	6.422.809,69	38.060.575,92	17.227.794,73	37.010.651,20
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	1.757.735,17	-	-	5.747.896,91	-	6.797.821,63
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	32.342.009,55	55.288.370,65	6.269.356,07	43.808.472,83	-	6.422.809,69	43.808.472,83	-	43.808.472,83
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 09h e 13m.

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS No Período	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (f)	SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS No Período	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (h)	SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O PERIODO (j)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.951.261,00	3.335.519,94	355.881,89	2.331.751,57	1.003.768,37	355.881,89	2.331.751,57	1.003.768,37	2.331.751,57
DESPESAS CORRENTES	1.951.261,00	3.335.519,94	355.881,89	2.331.751,57	1.003.768,37	355.881,89	2.331.751,57	1.003.768,37	2.331.751,57
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.951.261,00	2.141.261,00	235.096,63	1.383.936,59	757.324,41	235.096,63	1.383.936,59	757.324,41	1.383.936,59
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	1.194.258,94	120.785,26	947.814,98	246.443,96	120.785,26	947.814,98	246.443,96	947.814,98

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ

ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II) R$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.011.000,00	5.618.023,71
Receita de Contribuições dos Segurados	440.000,00	1.217.343,14
Ativo	440.000,00	1.217.343,14
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	480.000,00	1.217.343,05
Ativo	480.000,00	1.217.343,05
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	961.000,00	2.152.232,18
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	961.000,00	2.152.232,18
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	130.000,00	1.031.105,34
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)¹	130.000,00	1.031.105,34
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	**1.881.000,00**	**4.586.918,37**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Benefícios	1.764.000,00	1.275.054,78	1.275.054,78	1.275.054,78	0,00
Aposentadorias	1.229.000,00	1.050.670,72	1.050.670,72	1.050.670,72	0,00
Pensões por Morte	535.000,00	224.384,06	224.384,06	224.384,06	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	71.000,00	59.318,19	59.318,19	59.222,99	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	71.000,00	59.318,19	59.318,19	59.222,99	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**1.835.000,00**	**1.334.372,97**	**1.334.372,97**	**1.334.277,77**	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)²	**46.000,00**	**3.252.545,40**	**3.252.545,40**	**3.252.640,60**	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II) R$ 1,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	1.031.105,34
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	42.196.477,58
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - RPPS (IX) = (VII + VIII)	**0,00**	**0,00**

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II) R$ 1,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS -RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**		

BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.625.342,36
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

RREO – Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II) R$ 1,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**0,00**	**0,00**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)²	**0,00**	**0,00**	**0,00**		

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) Em reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2024 RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	42.421.988,06	36.934.035,39
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.499.642,76	4.721.604,83
IPTU	1.030.097,16	728.555,09
ISS	190.631,10	950.989,13
ITBI	291.062,00	1.108.799,40
IRRF	179.450,00	1.224.951,89
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	808.402,50	708.309,32
Contribuições	904.756,79	727.956,61
Receita Patrimonial	1.939.257,75	463.875,98
Aplicações Financeiras (II)	1.939.257,75	463.875,98
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	36.976.680,76	31.019.165,64
Cota-Parte do FPM	12.151.884,00	12.011.150,87
Cota-Parte do ICMS	5.618.097,39	6.010.994,95
Cota-Parte do IPVA	684.800,00	997.929,09
Cota-Parte do ITR	642.000,00	829.868,84
Transferências da LC 61/1989	94.160,00	90.201,58
Transferências do FUNDEB	7.952.000,00	5.461.056,92
Outras Transferências Correntes	9.833.739,37	5.617.963,39
Demais Receitas Correntes	101.650,00	1.432,33
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	101.650,00	1.432,33
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	40.482.730,31	36.470.159,41
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	10.883.827,86	6.874.437,44
Operações de Crédito (VIII)	1.284.000,00	568.814,03
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	267.500,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	267.500,00	0,00
Transferências de Capital	9.332.327,86	6.305.623,41
Convênios	7.913.619,86	6.005.623,41
Outras Transferências de Capital	1.418.708,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	9.599.827,86	6.305.623,41
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	50.082.558,17	42.775.782,82
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	50.082.558,17	42.775.782,82

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	40.752.128,72	32.417.176,36	32.251.434,41	31.212.473,02	1.118.205,54	107.531,24	107.531,24
Pessoal e Encargos Sociais	20.931.000,41	15.872.429,13	15.858.166,15	15.857.476,01	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	125.000,00	114.281,36	114.281,36	114.281,36	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	19.696.128,31	16.430.465,87	16.278.986,90	15.240.715,65	1.118.205,54	107.531,24	107.531,24
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	40.627.128,72	32.302.895,00	32.137.153,05	31.098.191,66	1.118.205,54	107.531,24	107.531,24
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) Em reais

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS PAGOS (c)
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	14.136.241,93	9.633.561,30	5.809.141,51	5.798.178,18	6.439,55	4.222.396,08	4.222.396,08
Investimentos	13.751.191,93	9.284.485,65	5.460.065,86	5.449.102,53	6.439,55	4.222.396,08	4.222.396,08
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	385.050,00	349.075,65	349.075,65	349.075,65	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	13.751.191,93	9.284.485,65	5.460.065,86	5.449.102,53	6.439,55	4.222.396,08	4.222.396,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	400.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**54.778.320,65**	**41.587.380,65**	**37.597.218,91**	**36.547.294,19**	**1.124.645,09**	**4.329.927,32**	**4.329.927,32**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	54.778.320,65	41.587.380,65	37.597.218,91	36.547.294,19	1.124.645,09	4.329.927,32	4.329.927,32

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**773.916,22**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**773.916,22**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre / 2024 VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	463.875,98
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	114.281,36
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**1.123.510,84**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO Em 31/Dez/2023 (a)	SALDO Até o Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	1.314.582,79	1.534.321,17
DEDUÇÕES (XL)	5.242.297,34	4.792.153,25
Disponibilidade de Caixa	5.242.297,34	4.792.153,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.369.208,24	5.844.343,78
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.126.910,90	1.052.190,53
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	-3.927.714,55	-3.257.832,08
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**-669.882,47**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre / 2024
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-74.720,37
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	**-744.602,84**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**-1.094.197,46**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.002.980,73
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	4.002.980,73
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 09h e 43m.

RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III) Em reais

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE
ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	268.035,00	5.885,93	262.149,07
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	267.500,00	0,00	267.500,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimento de Aplicações Finance	535,00	5.885,93	-5.350,93

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	423.586,66	177.000,00	177.000,00	177.000,00	0,00	30.634,52	246.586,66
Despesas de Capital	423.586,66	177.000,00	177.000,00	177.000,00	0,00	30.634,52	246.586,66
Investimentos	423.586,66	177.000,00	177.000,00	177.000,00	0,00	30.634,52	246.586,66
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	173.086,66	-171.114,07	1.972,59

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 10h e 00m.

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS/APAE
CNPJ: 07.393.772/0001-80
Rua José Natal Bardela, 974 - Fone/Fax (44) 3664-1090
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso – PR.

PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAIS

Órgão / Entidade Proponente ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS/APAE			**CNPJ** 07.393.772/0001-80
Endereço do Órgão / Entidade RUA JOSÉ NATAL BARDELA, Nº 974			
Cidade ALTO PARAÍSO	**UF** PR	**CEP** 87.528-000	**DDD/Telefone** 44 - 3664 - 1090
Conta Corrente 19.124-8	**Banco** Brasil	**Agência** 2119-9	**Praça de Pagamento** Icaraíma
Nome do Responsável ILDA DE BRITO MATOS			**CPF** 027.814.209-56
CI/Órgão Exp. 7.180.604-9 - SSP/PR		**Cargo** Presidente	**Função** Presidente
Endereço Residencial RUA JOSÉ GONÇALVES DE OLIVEIRA, Nº 980			**CEP** 87.528-000

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução Início	Término
Subvenção Municipal de recursos financeiros à INSTITUIÇÃO.	nov/24	out/26

Identificação do Objeto
O presente Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros à ASSOCIAÇÃO, destinados ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades educacionais aos alunos matriculados na Escola Fátima da Silva - Educação Infantil e Ensino Fundamental na Modalidade Educação Especial, cujo a ASSOCIAÇÃO é mantenedora.

Público Atingido (Quantitativo)
44 (quarenta e quatro) alunos.

Identificação das Metas e Atividades/Projetos
Promover e garantir a melhoria do atendimento especializado aos alunos com multiplas deficiencias e transtornos globais do desenvolvimento matriculados na modalidade especial, atendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

Forma de Execução e Cumprimento das Metas
Ofertar um atendimento de qualidade as necessidades educacionais especiais das crianças, jovens e adultos com diferentes niveis de dependências atraves de projetos e atividades que visam desenvolver suas potencialidades, ampliando e aprimorando seus conhecimentos para a inclusão social e o alcance da autonomia, atraves de apoio pedagógico e manutenção de diversas atividades especiais ligadas ao ensino aprendizagem e ao bem estar dos alunos.

Parâmetros para Aferição do Cumprimento das Metas
Atraves de acompanhamento e emissão de relatórios realizados pelos docentes descrevendo o desenvolvimento intelectual e social, motricidade e autonomia entre outros.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS/APAE
CNPJ: 07.393.772/0001-80
Rua José Natal Bardela, 974 - (0XX44) 3664-1090
CEP 87.528-000 - Alto Paraíso – PR.
Plano de Trabalho
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$ 1,00)

Repasses do Concedente

MÊS DE REFERÊNCIA	VALOR A DESEMBOLSAR
nov/24	110.000,00
TOTAL	**110.000,00**

Natureza da Despesa - Concedente

	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL (R$)
3.3.90.30.01	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	6.000,00
3.3.90.30.04	Gás e Outros Materiais Engarrafados	2.000,00
3.3.90.30.17	Material de Processamento de Dados	4.000,00
3.3.90.30.16	Material de Expediente	12.000,00
3.3.90.30.20	Material de Cama, Mesa e Banho	2.000,00
3.3.90.30.21	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	8.000,00
3.3.90.30.23	Materiais de Uniformes Tecidos e Aviamentos	17.000,00
3.3.90.30.26	Material Eletrico e Eletronico	2.000,00
3.3.90.30.07	Generos Alimenticios	17.000,00
3.3.90.30.14	Material Educativo e Esportivo	5.000,00
3.3.90.31.01	Premiações Culturais	1.000,00
3.3.90.30.42	Ferramentas	1.000,00
3.3.90.30.15	Material para Festividades e Homenagens	2.000,00
3.3.90.30.39	Material para manutenção de Veiculos	4.000,00
3.3.90.39.19	Manutenção e Conservação de Veiculos	4.000,00
3.3.90.39.48	Serviços de Seleção e Treinamento	20.000,00
3.3.90.39.44	Serviços de Agua e Esgoto	3.000,00
	TOTAL GERAL	**110.000,00**

Pede Deferimento:
Data: 29/10/2024

ILDA DE BRITO MATOS
Presidente

Aprovado conforme parecer da Comissão de Seleção e Processo de Inexigibilidade:
Data: 29/10/2024

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Avenida Marília, 1920 –
CEP: 87.470-000 - Fone/Fax: (44) 3534-1190
CNPJ: 076.404.136/0001-29

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 207/2024
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 080/2024
JUSTIFICATIVA

O presente Processo de Dispensa de Licitação nº 080/2024, refere-se à Contratação de empresa especializada no fornecimento de fogos de artifício de baixo ruído para comemoração do 61º aniversário do Município de Mariluz, no qual será realizado no dia 30 de novembro de 2024. Tal contratação se faz necessária, visando a realização de shows pirotécnicos nas festividades do município, promovendo assim a cultura e apresentando espetáculo de forma gratuita para a população Mariluzense e aos turistas que aqui estiverem na queima de fogos. Faz-se necessária para o cumprimento de suas atividades administrativas, de acordo com a demandas previstas.

FORNECEDOR	*VALOR TOTAL*
J G LUIZ NETO & CIA LTDA – CNPJ: 82.490.491/0001-60	**R$ 5.375,00 (cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais)**

Fundamentação Legal: § 2º do Art. 95 da Lei 14.133/21
Autorizo a Instauração do Referido Processo com Dispensa de Licitação.
Mariluz, 25 de novembro de 2024.

FERNANDO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico a dispensa de licitação, nos termos do presente processo e de acordo com a solicitação formulada através do Chefe de Gabinete.

Mariluz, 25 de novembro de 2024.

IZABEL CRISTINA ALVES
Prefeita em Exercício

Aviso de dispensa de licitação

O Município de Iporã, convida os interessados que manifestarem interesse em ofertar propostas adicionais para a seguinte dispensa de licitação em curso:

I. DADOS GERAIS DO PROCESSO		
☑	**Nº PROCESSO**	131/2024
☑	**MODALIDADE**	dispensa por limite (art. 75, II)
☑	**Nº PROCEDIMENTO**	025/2024
☑	**OBJETO**	Fornecimento de lona fosca branca
☑	**VALOR TOTAL ESTIMADO**	R$ 2.220,00
☑	**FONTE DE RECURSO**	3.3.90.30.99.99.00
☑	**CARACTERISTICA**	Tradicional (Contrato)
☑	**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**	Menor preço
☑	**ADJUDICAÇÃO**	por item
	INVERSÃO DE FASE	não
☑	**MÉTODO DE REALIZAÇÃO**	Eletrônico (via plataforma)
II. DATAS E LOCAIS RELATIVAS AO CERTAME		
☑	**INGRESSO NA DISPENSA**	Até às 08h00m do dia 29/11/2024
☑	**RECEBIMENTO DE LANCES**	Das 08h30m às 11h30m do dia 29/11/2024
☑	**LOCAL DE RECEBIMENTO DE LANCES**	https://bll.org.br/
III. SOBRE AS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006		
Certame exclusivo para ME e EPP		
IV. ENDEREÇOS E TELEFONE OFICIAL		
☑	**EMAIL**	licitação.ipora@ipora.pr.gov.br
☑	**TELEFONE**	(44) 3652-8100
ACESSO À ÍNTEGRA DO EDITAL		
A íntegra do edital poderá ser obtida nos seguintes locais:		
PORTAL DE TRANSPARÊNCIA		http://www.ingadigital.com.br/transparencia/?id_cliente=1019
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP (INTEIRO TEOR)		https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
LOCAL DE ABERTURA DO CERTAME		https://bll.org.br/

Iporã, 25 de novembro de 2024

Jessica Weber Pereira Morinho
Secretaria de Educação de Cultura

Publicações legais

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	**1.755.453,10**	**4.013.295,51**
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	1.094.310,00	728.555,09
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	291.062,00	1.108.799,40
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	190.631,10	950.989,13
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	179.450,00	1.224.951,89
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**23.564.352,39**	**24.745.302,11**
2.1- Cota-Parte FPM	14.886.055,00	14.834.059,16
2.1.1- Parcela Referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.680.855,00	14.114.543,37
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	1.205.200,00	719.515,79
2.2- Cota-Parte ICMS	6.902.097,39	7.513.743,43
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	117.700,00	112.752,04
2.4- Cota-Parte ITR	802.500,00	1.037.335,94
2.5- Cota-Parte IPVA	856.000,00	1.247.411,54
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	**25.319.805,49**	**28.758.597,62**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**4.471.830,48**	**4.805.157,26**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	**1.858.120,90**	**2.384.492,15**

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	**7.973.400,00**	**5.475.012,44**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.973.400,00	5.475.012,44
6.1.1- Principal	7.952.000,00	5.461.056,92
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	21.400,00	13.955,52
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	**3.480.169,52**	**655.899,66**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**0,00**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	0,00
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	0,00
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**5.475.012,44**

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**7.746.550,00**	**5.291.368,37**	**5.291.368,37**	**5.291.368,37**	**0,00**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.470.800,00	5.080.315,51	5.080.315,51	5.080.315,51	0,00
10.1.1 - Educação Infantil	1.061.750,00	673.720,98	673.720,98	673.720,98	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	5.326.450,00	4.357.741,25	4.357.741,25	4.357.741,25	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	82.600,00	48.853,28	48.853,28	48.853,28	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.275.750,00	211.052,86	211.052,86	211.052,86	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	1.275.750,00	211.052,86	211.052,86	211.052,86	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**5.408.815,88**	**5.408.815,88**	**5.408.815,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.408.815,88	5.408.815,88	5.408.815,88	0,00	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.080.315,51	5.080.315,51	5.080.315,51	0,00	0,00	
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	3.832.508,71	5.080.315,51	5.080.315,51	92,79
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	547.501,24	66.196,56	66.196,56	0,00	1,21

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	566.309,22	10.756.789,62	0,00	0,00		0,00
19.1- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	566.309,22	10.756.789,62	0,00	0,00		0,00
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**4.256.985,00**	**2.977.298,96**	**2.977.298,96**	**2.881.650,77**	**0,00**
20.1- Educação Infantil	3.002.435,00	2.099.666,02	2.099.666,02	2.070.884,94	0,00
20.2- Ensino Fundamental	1.254.550,00	877.632,94	877.632,94	810.765,83	0,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**12.096.885,00**	**8.337.261,56**	**8.337.261,56**	**8.241.613,37**	**0,00**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.184.185,00	2.863.512,20	2.863.512,20	2.834.731,12	0,00
21.1.1- Creche	4.184.185,00	2.863.512,20	2.863.512,20	2.834.731,12	0,00
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	7.912.700,00	5.473.749,36	5.473.749,36	5.406.882,25	0,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.977.298,96
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	4.805.157,26
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1 (af) + L30.2(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23) - (24 + 25 + 26 + 27)	**7.782.456,22**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	7.189.649,41	7.782.456,22	27,06

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**1.158.475,38**	**1.047.976,50**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**1.048.575,38**	**937.657,45**
31.1.1- Salário-Educação	396.435,00	384.917,12
31.1.2- PDDE	0,00	0,00
31.1.3- PNAE	0,00	0,00
31.1.4 - PNATE	0,00	0,00
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	652.140,38	552.740,33
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	**0,00**	**0,00**
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	**0,00**	**0,00**
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**109.900,00**	**110.319,05**

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIS RECEITAS	**1.093.655,80**	**908.299,60**	**908.299,60**	**865.519,53**	**0,00**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	270.993,15	265.503,67	265.503,67	265.503,67	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	822.662,65	642.795,93	642.795,93	600.015,86	0,00
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**13.379.540,80**	**9.294.414,44**	**9.294.414,44**	**9.155.986,18**	**0,00**
33.1- Despesas Correntes	**13.221.641,80**	**9.160.328,04**	**9.160.328,04**	**9.025.163,11**	**0,00**
33.1.1- Pessoal Ativo	10.304.424,03	7.005.987,76	7.005.987,76	7.005.987,76	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	86.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	2.830.817,77	2.154.340,28	2.154.340,28	2.019.175,35	0,00
33.2- Despesas de Capital	**157.899,00**	**134.086,40**	**134.086,40**	**130.823,07**	**0,00**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	157.899,00	134.086,40	134.086,40	130.823,07	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	VALOR FUNDEB (ah)	VALOR SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	0,00	2.246,66
35- (+)INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	5.475.012,44	384.917,12
36- (-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	5.444.118,93	353.213,50
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	30.893,51	33.950,28
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	0,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	30.893,51	33.950,28

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 09h e 54m.

JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.
2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
3. Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional." utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
9.Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2023 a 2098

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) Em Reais

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2023	5.400.999,93	1.946.731,24	3.454.268,69	31.805.422,19
2024	5.622.598,95	2.120.493,96	3.502.104,99	37.656.167,59
2025	5.785.995,80	2.291.353,41	3.494.642,39	41.150.809,98
2026	6.003.403,35	2.257.957,12	3.745.446,23	44.896.256,21
2027	6.218.399,28	2.354.059,31	3.864.339,97	48.760.596,18
2028	6.397.503,07	2.455.035,45	3.942.467,62	52.703.063,80
2029	6.565.025,53	2.702.992,99	3.862.032,54	56.565.096,34
2030	6.751.348,58	3.075.702,04	3.675.646,54	60.240.742,88
2031	6.892.786,50	3.661.028,64	3.231.757,86	63.472.500,74
2032	7.066.840,19	3.912.894,50	3.153.945,69	66.626.446,42
2033	7.180.148,23	4.442.195,17	2.737.953,06	69.364.399,49
2034	7.294.550,18	4.813.891,32	2.480.658,86	71.845.058,35
2035	7.422.730,40	5.042.839,10	2.379.891,30	74.224.949,64
2036	7.549.375,84	5.255.333,07	2.294.042,77	76.518.992,41
2037	7.675.350,83	5.410.346,49	2.265.004,34	78.783.996,76
2038	7.720.195,14	5.982.591,06	1.737.604,08	80.521.600,84
2039	7.775.928,54	6.321.103,19	1.454.825,35	81.976.426,19
2040	7.822.757,03	6.603.531,32	1.219.225,71	83.195.651,89
2041	7.850.622,79	6.904.031,32	946.591,47	84.142.243,36
2042	7.921.500,29	6.901.818,23	1.019.682,06	85.161.925,42
2043	7.924.022,11	7.252.071,22	671.950,89	85.833.876,31
2044	7.932.716,26	7.458.782,86	473.933,40	86.307.809,72
2045	7.914.295,84	7.773.556,87	140.738,97	86.448.548,68
2046	7.847.146,32	8.184.993,34	-337.847,02	86.110.701,66
2047	7.807.768,28	8.312.471,64	-504.703,36	85.605.998,30
2048	7.742.697,60	8.509.687,45	-766.989,85	84.839.008,44
2049	7.692.759,72	8.547.323,69	-854.563,97	83.984.444,47
2050	7.648.571,65	8.522.489,89	-873.918,24	83.110.526,24
2051	7.559.947,78	8.704.609,57	-1.144.661,79	81.965.864,44
2052	7.516.599,96	8.578.654,99	-1.062.055,03	80.903.809,40
2053	7.492.461,74	8.373.524,25	-881.062,51	80.022.746,89
2054	7.483.740,77	8.135.737,09	-651.996,32	79.370.750,57
2055	4.789.892,02	8.006.385,59	-3.216.493,57	76.154.257,01
2056	4.590.469,55	7.772.355,20	-3.181.885,65	72.972.371,35
2057	4.356.295,78	7.712.010,83	-3.355.715,05	69.616.656,30
2058	4.159.600,08	7.409.270,78	-3.249.670,70	66.366.985,60
2059	3.968.218,37	7.103.214,66	-3.134.996,29	63.231.989,31
2060	3.782.656,52	6.794.621,07	-3.011.964,55	60.220.024,76
2061	3.603.411,80	6.484.350,06	-2.880.938,26	57.339.086,50
2062	3.430.969,94	6.173.367,32	-2.742.397,38	54.596.689,13
2063	3.265.796,08	5.862.703,38	-2.596.907,30	51.999.781,83
2064	3.108.321,63	5.553.329,14	-2.445.007,51	49.554.774,31
2065	2.958.943,44	5.246.124,93	-2.287.181,49	47.267.592,82
2066	2.818.033,11	4.941.971,44	-2.123.938,33	45.143.654,50
2067	2.685.934,04	4.641.727,28	-1.955.793,24	43.187.861,26
2068	2.562.961,57	4.346.234,60	-1.783.273,03	41.404.588,23
2069	2.449.404,04	4.056.343,87	-1.606.939,83	39.797.648,39
2070	2.345.531,21	3.773.060,01	-1.427.528,80	38.370.119,58
2071	2.251.572,74	3.497.364,02	-1.245.791,28	37.124.328,30
2072	2.167.708,68	3.230.090,16	-1.062.381,48	36.061.946,81
2073	2.094.074,04	2.971.917,44	-877.843,40	35.184.103,41
2074	2.030.762,74	2.723.344,75	-692.582,01	34.491.521,40
2075	1.977.844,91	2.484.833,44	-506.988,53	33.984.532,87
2076	1.935.371,39	2.256.861,74	-321.490,35	33.663.042,52
2077	1.903.368,46	2.039.876,16	-136.507,70	33.526.534,83
2078	1.881.835,54	1.834.253,89	47.581,65	33.574.116,47
2079	1.870.748,91	1.640.323,13	230.425,78	33.804.542,25
2080	1.870.058,55	1.458.299,90	411.758,65	34.216.300,90
2081	1.879.699,11	1.288.379,63	591.319,48	34.807.620,39
2082	1.899.591,88	1.130.761,96	768.829,92	35.576.450,30
2083	1.929.639,72	985.591,00	944.048,72	36.520.499,02
2084	1.969.722,87	852.868,21	1.116.854,66	37.637.353,68
2085	2.019.703,46	732.426,59	1.287.276,87	38.924.630,56
2086	2.079.432,72	623.922,09	1.455.510,63	40.380.141,18
2087	2.148.762,00	526.866,01	1.621.895,99	42.002.037,18
2088	2.227.557,14	440.722,86	1.786.834,28	43.788.871,46
2089	2.315.702,81	364.926,24	1.950.776,57	45.739.648,04
2090	2.413.104,47	298.869,67	2.114.234,80	47.853.882,85
2091	2.519.696,08	241.971,46	2.277.724,62	50.131.607,47
2092	2.635.435,69	193.608,91	2.441.826,78	52.573.434,24
2093	2.760.305,13	153.064,55	2.607.240,58	55.180.674,82
2094	2.894.318,54	119.560,69	2.774.757,85	57.955.432,67
2095	3.037.525,18	92.229,37	2.945.295,81	60.900.728,48
2096	3.190.020,06	70.170,93	3.119.849,13	64.020.577,61
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCICIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2023	9.682.601,84	1.535.629,79	8.146.972,05	38.086.428,37
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 09h e 58m.

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	1.274.240,26	1.691.240,26	4.013.295,51	237,30
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	613.097,16	1.030.097,16	728.555,09	70,73
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	291.062,00	291.062,00	1.108.799,40	380,95
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	190.631,10	190.631,10	950.989,13	498,86
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	179.450,00	179.450,00	1.224.951,89	682,61
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.867.055,00	22.359.152,39	24.025.786,32	107,45
Cota-Parte FPM	13.670.855,00	13.680.855,00	14.114.543,37	103,17
Cota-Parte ITR	802.500,00	802.500,00	1.037.335,94	129,26
Cota-Parte IPVA	856.000,00	856.000,00	1.247.411,54	145,73
Cota-Parte ICMS	6.420.000,00	6.902.097,39	7.513.743,43	108,86
Cota-Parte IPI-Exportação	117.700,00	117.700,00	112.752,04	95,80
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**23.141.295,26**	**24.050.392,65**	**28.039.081,83**	**116,58**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	5.374.720,55	6.080.372,55	5.253.659,04	86,40	5.230.004,38	86,01	5.182.294,94	85,23
Despesas Correntes	5.257.720,55	6.048.372,55	5.247.214,91	86,75	5.223.560,25	86,36	5.175.850,81	85,57
Despesas de Capital	117.000,00	32.000,00	6.444,13	20,14	6.444,13	20,14	6.444,13	20,14
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	20.000,00	140.000,00	121.109,17	86,51	121.109,17	86,51	119.800,69	85,57
Despesas Correntes	20.000,00	140.000,00	121.109,17	86,51	121.109,17	86,51	119.800,69	85,57
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**5.394.720,55**	**6.220.372,55**	**5.374.768,21**	**86,41**	**5.351.113,55**	**86,03**	**5.302.095,63**	**85,24**

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	5.374.768,21	5.351.113,55	5.302.095,63
(-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**5.374.768,21**	**5.351.113,55**	**5.302.095,63**
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)		4.205.862,27	
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)		0,00	
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI (D OU E) - XVII)¹	1.168.905,94	1.145.251,28	1.096.233,36
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC Nº 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	**19,17**	**19,08**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	Saldo Final (Não Aplicado)¹ (l) = (h - (i ou j))
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2023					0,00
Diferença De Limite Não Cumprido Em 2022					
Diferença De Limite Não Cumprido Em Exercícios Anteriores					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					**0,00**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) =(n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscrito indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (q) = (XIVd)	Valor Inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = 0	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre valor aplicado e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2024	4.205.862,27	5.374.768,21	1.168.905,94	72.672,58	0,00	0,00	0,00	72.672,58	0,00	1.168.905,94
Empenhos de 2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	458.473,18	0,00	0,00
Empenhos de 2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.654,56	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.942,42	0,00	995,78	-995,78
Empenhos de 2020 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.017.798,57	0,00	66.418,63	-66.418,63

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII)

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV)	-	0,00	0,00	0,00	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV)	-	6.393,63	6.393,63	6.393,63	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	60.025,00	60.025,00	60.025,00	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	66.418,63	66.418,63	66.418,63	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a)*100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.022.300,00	4.087.300,00	3.494.217,42	85,49
Proveniente da União	1.498.000,00	2.938.000,00	2.379.139,87	80,98
Proveniente dos Estados	524.300,00	524.300,00	619.001,55	118,06
Proveniente de Outros Municípios	0,00	625.000,00	496.076,00	79,37
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	3.852,00	1.303.852,00	93.037,87	7,14
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**2.026.152,00**	**5.391.152,00**	**3.587.255,29**	**66,54**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.293.000,00	5.301.830,49	3.965.002,80	74,79	3.963.658,82	74,76	3.881.515,70	73,21
Despesas Correntes	1.832.500,00	4.098.491,00	3.134.632,80	76,48	3.133.288,82	76,45	3.051.145,70	74,45
Despesas de Capital	460.500,00	1.203.339,49	830.370,00	69,01	830.370,00	69,01	830.370,00	69,01
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	156.600,00	100.655,13	64,28	100.655,13	64,28	100.475,13	64,16
Despesas Correntes	0,00	125.000,00	88.656,25	70,93	88.656,25	70,93	88.476,25	70,78
Despesas de Capital	0,00	31.600,00	11.998,88	37,97	11.998,88	37,97	11.998,88	37,97
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**2.313.000,00**	**5.478.430,49**	**4.065.657,93**	**74,21**	**4.064.313,95**	**74,19**	**3.981.990,83**	**72,68**

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.667.720,55	11.382.203,04	9.218.661,84	80,99	9.193.663,20	80,77	9.063.810,64	79,63
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	20.000,00	296.600,00	221.764,30	74,77	221.764,30	74,77	220.275,82	74,27
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**7.707.720,55**	**11.698.803,04**	**9.440.426,14**	**80,70**	**9.415.427,50**	**80,48**	**9.284.086,46**	**79,36**

¹Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
²Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 10h e 07m.

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Empregados nas Indústrias de Alimentação de Umuarama e Região, com abragência territorial nos muncípios de **Altônia, Alto Piquiri, Cafezal do Sul, Douradina, Esperança Nova, Icaraima, Iporã, Ivaté, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Alto Paraíso e Xambrê**, por seu Presidente, infra-assinado, no uso de atribuições legais e estatutárias, por intermédio do presente Edital, vem convocar todos os Trabalhadores, associados ou não ao S.E.I.A, e que são componentes da categoria dos trabalhadores nas Indústrias de Laticínios e Derivados em Geral, com data-base no mês de novembro, para participarem de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo 28 de novembro de 2024, às 15:00 (quinze) horas em primeira convocação, na sede do sindicato, sito na Rua Shalon, 2197, em Umuarama, Estado do Paraná, não havendo quórum estatutário, a mesma será realizada, meia hora após, em segunda convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 01 - Discussão e aprovação ou não da contra proposta Patronal, para o período de 2024/2025 especialmente recomposição salarial, pisos normativos, cesta básica para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2024 (CCT), que inclui desconto a ser feito nos salários dos empregados em razão da contratação a ser realizada (contribuição assistencial) conforme art. 8º, inciso IV, da C.F./ 88 e letra "e", do Art. 513 da CLT, etc.; 02- Deliberação da deflagração ou não da greve caso seja rejeitada a contraproposta Patronal, com a fixação da data para inicio do movimento paredista e demais providencias, conforme previsão legal. Umuarama, 25 de novembro de 2024. Adenilson do Amaral – Presidente S.E.I.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Empregados nas Indústrias de Alimentação de Umuarama e Região com abragência territorial nos muncípios de **Altônia, Alto Piquiri, Cafezal do Sul, Douradina, Esperança Nova, Icaraíma, Iporã, Ivaté, Perobal, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Alto Paraíso e Xambrê** todos no Estado do Paraná, por seu Presidente, infra-assinado, no uso das atribuições legais e estatutárias, pelo presente Edital, vem convocar todos os trabalhadores, associados e não associados ao sindicato, que são integrantes da categoria dos Trabalhadores nas Indústrias de cerveja de alta e baixa fermentação, da cerveja e de bebidas em geral, do vinho e água mineral, de chopes, de refrigerantes, de aguardente e cachaça, bebidas destiladas, de bebidas isotônicas, de sucos concentrados e não concentrados, indústrias de refrescos, xaropes e pós para refrescos, etc., com data-base em outubro, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, de acordo com a legislação trabalhista em vigor, o Estatuto Social da Entidade e demais disposições da matéria, que será realizada na sede deste sindicato, situado na Rua Shalon, nº 2197, em Umuarama-Pr Parque Caiua, no dia 28 de novembro de 2024, às 16h:00 (dezesseis horas), em primeira convocação e, não havendo quórum estatutário, a mesma será realizara , meia hora após, em segunda convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 01 - Discussão e aprovação ou não da contra proposta Patronal, para o período de 2024/2025 especialmente recomposição salarial, pisos normativos, cesta básica para renovação da Convenção Coletiva de Trabalho 2024 (CCT), que inclui desconto a ser feito nos salários dos empregados em razão da contratação a ser realizada (contribuição assistencial) conforme art. 8º, inciso IV, da C.F./ 88 e letra "e", do Art. 513 da CLT, etc.; 02- Deliberação da deflagração ou não da greve caso seja rejeitada a contraproposta Patronal, com a fixação da data para inicio do movimento paredista e demais providencias, conforme previsão legal. Umuarama, 25 de novembro de 2024. Adenilson do Amaral – Presidente S.E.I.A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
AVISO DE DISPENSA
O Poder Legislativo do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, torna público a DISPENSA de licitação para aquisição de 1 (um) soprador de folhas para atender as necessidades da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná.,com base na Lei Federal nº 14.133/21, Art. 75, II, e na Lei Municipal nº 1.844/2022, Art. 1º, Art. 2º inciso III, § 1º, § 2º, Art. 8º.
Este processo de dispensa é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, visando:
Nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, Art. 2º, inciso V, e do § 2º da Lei Municipal nº 1.844/2022, a participação neste certame é permitida apenas para empresas enquadradas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas, sediadas na Microrregião Geográfica de Umuarama, que compreende os seguintes Municípios: Alto Paraíso/PR, Alto Piquiri/PR, Altônia/PR, Brasilândia do Sul/PR, Cafezal do Sul/PR, Cruzeiro do Oeste/PR, Douradina/PR, Esperança Nova/PR, Francisco Alves/PR, Icaraíma/PR, Iporã/PR, Ivaté/PR, Maria Helena/PR, Mariluz/PR, Nova Olímpia/PR, Perobal/PR, Pérola/PR, São Jorge do Patrocínio/PR, Tapira/PR, Umuarama/PR, e Xambrê/PR.
O critério de julgamento será o menor preço global, para a aquisição dos itens e quantidades descritos no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste procedimento. O valor máximo da contratação é de R$ 1.991,91 (um mil novecentos e noventa e um reais e noventa e um centavos).
Os interessados em apresentar propostas de preços poderão enviá-las até as 17:00 horas do dia 28 de novembro de 2024, conforme o modelo de Proposta de Preços (Anexo II), juntamente com a Declaração (modelo Anexo III), para o e-mail camara@icaraima.pr.leg.br ou presencialmente. A contratação será efetivada apenas com o fornecedor que apresentar a menor proposta de preços e que esteja em condições de habilitação, conforme os documentos requisitados no Termo de Referência. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação ou à Secretaria do Legislativo, na sede da Câmara Municipal de Icaraíma, localizada na Rua Monte Belo, 607, Centro, Icaraíma-PR, pelo telefone (44) 3665-1339, ou pelo e-mail camara@icaraima.pr.leg.br.
Integram este aviso os seguintes anexos:
- Anexo I: Termo de Referência
- Anexo II: Modelo Proposta de Preços
- Anexo III: Modelo de Declaração

Todos os anexos podem ser requisitados junto à Secretaria do Legislativo ou obtidos no link http://177.87.133.100:8090/portaltransparencia/7/licitacoes - Dispensa de Licitação nº 26/2024.
Icaraíma, 25 de novembro de 2024.
ANGÉLICA C. G. ANTUNES DA SILVA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 188/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA DA QUADRA MUNICIPAL DA ESCOLA Prof.ª FRANCISCA DUTRA DO MUNICIPIO DE TAPEJARA CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.
MODALIDADE: Dispensa n° 41/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAPEJARA
CONTRATADA: JF COMERCIO DE TINTAS LTDA.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 60 (sessenta)dias.
VALOR: R$-33.035,34 (trinta e três mil e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos)
FORO: Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR
Tapejara/PR, em 26 de novembro de 2024
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
Rodrigo de Oliveira Souza Koike

Publicações legais

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XIV — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Período
RECEITAS	
Previsão Inicial	34.362.435,55
Previsão Atualizada	53.305.815,92
Receitas Realizadas	43.808.472,83
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	4.002.980,73
DESPESAS	
Dotação Inicial	32.342.009,55
Dotação Atualizada	55.288.370,65
Despesas Empenhadas	42.050.737,66
Despesas Liquidadas	38.060.575,92
Despesas Pagas	37.010.651,20
Superávit Orçamentário	5.747.896,91

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até Período
Despesas Empenhadas	42.050.737,66
Despesas Liquidadas	38.060.575,92

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Período
Receita Corrente Líquida	45.847.164,26
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	43.615.762,90
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	42.879.366,85

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até Período
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado até o Período (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	773.916,22	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	-669.882,47	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrito	Cancelado Até o Período	Pagamento Até o Período	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	1.126.910,90	0,00	1.124.645,09	2.265,81
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.357.777,42	92.254,81	4.329.927,32	935.595,29
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Porder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	6.484.688,32	92.254,81	5.454.572,41	937.861,10

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado Até o Período
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	7.782.456,22	<18% / 25%>	27,06
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.080.315,51	70%	92,79
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até Período	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	568.814,03	715.185,97
Despesa de Capital Líquida	9.633.561,30	4.502.680,63

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	5.622.598,95	7.294.550,18	7.932.716,26	3.968.218,37
Despesas Previdenciárias	2.120.493,96	4.813.891,32	7.458.782,86	7.103.214,66
Resultado Previdenciário	3.502.104,99	2.480.658,86	473.933,40	-3.134.996,29
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	Valor Apurado Até Período	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos	5.885,93	262.149,07
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	177.000,00	246.586,66

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado até o Período
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	5.351.113,55	15,00	19,08

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 10h e 22m.

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

MUNICÍPIO DE PEROBAL - PARANÁ
PODER EXECUTIVO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO)
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2.024/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO – ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.284.000,00	568.814,03	715.185,97

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	14.136.241,93	9.633.561,30	4.502.680,63
Investimentos	13.751.191,93	9.284.485,65	4.466.706,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	385.050,00	349.075,65	35.974,35
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	14.136.241,93	9.633.561,30	4.502.680,63
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OUROS (III) = (II - I)	**12.852.241,93**	**9.064.747,27**	**3.787.494,66**

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROBAL, emitido em 25/nov/2024 as 09h e 56m.
Nota: Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

ALMIR DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

SONIA REGINA FERRIS MARCHI
Contadora - CRC-PR 051920/O-0

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná

HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

DISPENSA Nº 080/2024

HOMOLOGO e ADJUDICO o presente Processo de Dispensa de Licitação nº 080/2024, por entender que cumpriu as formalidades legais instituídas pela Lei nº 14.133/21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de fogos de artifício de baixo ruído para comemoração do 61º aniversário do Município de Mariluz, no qual será realizado no dia 30 de novembro de 2024.

EMPRESA: J G LUIZ NETO & CIA LTDA – CNPJ: 82.490.491/0001-60
VALOR TOTAL: R$ 5.375,00 (cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais)

Mariluz, 25 de novembro de 2024.

IZABEL CRISTINA ALVES
Prefeita em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

ATO DA MESA Nº 076/2024
Ratifica e adjudica Processo de Dispensa de Licitação
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2024
OBJETO: Contratação de prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP),para ligações locais (VC1),ligações interurbanas dentro do Estado VC2 e Ligações Interurbanas fora do Estado(VC3),sistema digital pós-pago, com fornecimento de 14(quatorze)linhas telefônicas móveis, assim como pacote de dados para acesso à internet (rede 4G e/ou 5G).
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA, RUA MONTE BELO, 607 - CEP 87530-000 – ICARAÍMA – PR, CNPJ Nº 77.930.386/0001-65.
FUNDAMENTAÇÃO: É dispensável a licitação; Lei 14.133/2021, Art. 75, Inciso II;
TOTAL DA DISPENSA: R$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais)
PAGAMENTO: Em até sete dias após apresentação da Nota Fiscal sem rasuras e/ou entrelinhas e certidões negativas do INSS e FGTS.
CONTRATADO: TELEFONICA BRASIL/SA – AV. ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI,1376, CIDADE MONCOES, SÃO PAULO – SP, CNPJ 05.558.157/001-62
Análise da Dispensa de Licitação: De acordo, amparado por parecer jurídico.
Comissão Permanente de Licitação: Designada pela Portaria n.º 001/2024 de 09/01/2024.
Jurídica: Vide parecer em anexo.
Ratificação e Adjudicação do Presidente da Câmara: RATIFICO e ADJUDICO a presente dispensa de licitação, com fulcro nos pareceres e na lei.
Edifício da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de Novembro de 2024.
MANOEL TIMÓTEO DE ALMEIDA
Presidente
LAÉRCIO BULGARON DOMINGOS
1° Secretário

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 – Fone/Fax (0xx) 44 3664 1320
e-mail – altoparaiso@pref.pr.gov.br

TERMO DE FOMENTO Nº 003/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE

A ***PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO***, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 95.640.736/0001-30, com sede na Av. Pedro Amaro dos Santos, 900, Centro, na cidade de Alto Paraíso – PR., neste ato representada pela autoridade competente, o Prefeito Municipal, ***DÉRCIO JARDIM JÚNIOR***, agente político, brasileiro, RG: 1.649.033-4 SESP/PR, inscrito no CPF: 474.519.719-53, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraíso – PR., e a ***ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE***, inscrito no CNPJ sob nº 07.393.772/0001-80, com sede na Rua José Natal Bardela, 974, Centro, na cidade de Alto Paraíso – PR., representado pela Presidente da Entidade, ***ILDA DE BRITO MATOS***, brasileira, RG: 7.180.604-9 SESP/PR, inscrito no CPF: 027.814.209-56, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraíso – PR., resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o parecer da Comissão de Seleção, Decreto nº 3409 de 22 de Novembro de 2024, com Publicação no Diário Oficial do Município (Umuarama Ilustrado), edição nº 13.171, na data de 23 de Novembro de 2024, do processo nº 128/2024, Inexigibilidade de licitação nº 021/2024, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente do processo de inexigibilidade de chamamento público, tem por objeto o **"REPASSE DE SUBVENÇÃO SOCIAL A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, DE ACORDO COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 1472 DE 30 DE JANEIRO DE 2017. COM OBJETO ESPECIFICO DE "O PRESENTE TEM POR OBJETO A TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO, DESTINADO AO APERFEIÇOAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS AOS ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA FÁTIMA DA SILVA – EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL, CUJO A ASSOCIAÇÃO É MANTEDEDORA".**

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá a comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria;

h) prestar contas no SIT (Sistema Integrado de Transferências) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ou outro que venha a substituí-lo.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento e no SIT (Sistema Integrado de Transferências) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ou outro que venha a substituí-lo;

c) divulgar em locais visíveis de suas sedes sociais, nos estabelecimentos em que exerça suas ações e quando possível na internet, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária especifica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de até R$ 110.000,00 (Cento e Dez Mil reais).

3.2 – A previsão orçamentária para execução do presente termo de fomento ocorrerá através da seguinte dotação orçamentária: Subvenções Sociais.

36982	335043060000	INSTITUICAO DE CARATER DE ASSISTENCIA	14.06.08.244.0005.2.101	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3 – O valor que compõe essa quantia será referente ao repasse mensal de acordo com o plano de aplicação atualizado na presente data, por um período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO transferirá os recursos em favor da APAE, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – Fica autorizado a alterar, quando necessário, a vigência e o cronograma de desembolso proposto pelo plano de trabalho apresentado preliminarmente pela Entidade adequando em conformidade com a vigência do referido termo de fomento.

4.3 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.4 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.5 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:
I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;
III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.6 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante do APAE para:
I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento terá início da vigência e execução a partir do dia 25/11/2024 e términos da vigência e execução em 24/11/2026.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da APAE devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela APAE na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

VI – fica designada a servidora pública **Cristiane Cristina Silva Augusto**, inscrito no CPF: 038.434.339-25, como principal responsável pela fiscalização do Termo de Fomento, com acompanhamento e assessoramento dos demais membros nomeados pela Comissão Técnica de Monitoramento e Avaliação designados pela Portaria nº 260/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela APAE deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término de cada bimestre do exercício financeiro ou do final da vigência da parceria.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho e os dados informados no Sistema Integrado de Transferências (SIT) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 30 (trinta) dias por notificação, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação de contas parcial e final no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data do encerramento bimestral do exercício financeiro.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subseqüente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.
9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com o Município, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

10.2 – no caso de suspensão, mesmo que temporária, dos serviços prestados pela APAE fica a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO responsável por assumir ou transferir a outra entidade a responsabilidade pela execução do objeto pactuado, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da APAE e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Xambrê, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Alto Paraíso – PR., 25 de Novembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Alto Paraíso
Prefeito Municipal
Dércio Jardim Júnior

Associação De Pais e Amigos Dos Excepcionais – APAE
Ilda De Brito Matos - Presidente

Publicações legais

MUNICIPIO DE DOURADINA
Estado do Paraná **CNPJ 78.200.110/0001-94**
Exercício: 2024

** Elotech **
25/11/2024
Pág. 1/2

Decreto nº 247/2024 de 21/11/2024

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de DOURADINA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2351/2023 de 13/12/2023.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
07.004.00.000.0000.0.000.		ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
07.004.25.752.0010.2.047.		SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
248 - 3.3.90.30.00.00	01507	MATERIAL DE CONSUMO	40.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.005.00.000.0000.0.000.		MERENDA ESCOLAR	
08.005.12.365.0011.2.065.		TRANSFERENCIA DO FNDE/PNAP E PROPRIO	
324 - 3.3.90.32.00.00	31112	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.10.301.0015.2.131.		MANUTENÇÃO DO PROGRAMA APS/ESTADUAL	
491 - 3.3.90.30.00.00	5494	MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00
10.001.10.301.0015.2.170.		MANUTENÇÃO DO PAM - PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	
515 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
10.001.10.302.0016.2.091.		MANUTENÇÃO DO MAC/FEDERAL	
525 - 3.3.90.39.00.00	1494	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	65.000,00
10.001.10.302.0016.2.092.		TRANSFERENCIA PARA CONSÓRCIO DE SAÚDE-CISA	
529 - 3.3.71.70.00.00	01303	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	200.000,00
		Total Suplementação:	**425.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

07.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
07.004.00.000.0000.0.000.		ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
07.004.25.752.0010.1.012.		AMPLIAÇÃO E MELHORIA NA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	
245 - 4.4.90.51.00.00	01507	OBRAS E INSTALAÇÕES	40.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
08.005.00.000.0000.0.000.		MERENDA ESCOLAR	
08.005.12.361.0011.2.064.		TRANSFERENCIA DO FNDE/PNAE	
322 - 3.3.90.32.00.00	31112	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	5.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE	
10.001.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.001.10.301.0015.2.156.		PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE/ESTADUAL	
496 - 3.3.90.30.00.00	5494	MATERIAL DE CONSUMO	7.500,00
10.001.10.301.0015.2.184.		MANUTENÇAO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
518 - 3.3.90.30.00.00	5494	MATERIAL DE CONSUMO	7.500,00
10.001.10.302.0016.2.092.		TRANSFERENCIA PARA CONSÓRCIO DE SAÚDE-CISA	
528 - 3.3.71.34.00.00	01303	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO	300.000,00
10.001.10.302.0016.2.159.		TRANSFERENCIA PARA CONSORCIO DE SAUDE - CIUENP	
539 - 3.3.71.70.00.00	1494	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	65.000,00
		Total Redução:	**425.000,00**

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2021 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Artigo **4º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de DOURADINA , Estado do Paraná, em 21 de novembro de 2024.

OBERDAM JOSÉ DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
DECRETO Nº 2.640 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024
Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências;
O Prefeito Municipal de Mariluz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e especialmente as que lhe foram conferidas pela Lei nº 2.131 de 19 de dezembro de 2023 e,
Considerando, a inexistência de dotação no orçamento vigente:
Decreta:
Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Município de Mariluz, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), por superávit financeiro, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
03.000.00.000.0000.0.000.SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.007.00.000.0000.0.000.DIVISÃO DE INFORMÁTICA
03.007.04.126.0047.2.016.MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE INFORMÁTICA
1047-3.3.90.40.00.0003000SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E25.000,00
COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA
04.000.00.000.0000.0.000.SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LAZER
04.002.00.000.0000.0.000.DIVISÃO DE CULTURA
04.002.13.392.0006.2.044.MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE CULTURA
1046-3.3.90.30.00.0003000MATERIAL DE CONSUMO20.000,00
04.003.00.000.0000.0.000.DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER
04.003.27.812.0007.2.045.MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER
1048-3.3.90.30.00.0003000MATERIAL DE CONSUMO5.000,00
1003-3.3.90.39.00.0003000OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA30.000,00
Total Suplementação:80.000,00
Art.2º. Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar descrito no artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente do e superávit financeiro apurado em 31/12/2023:
Superávit financeiro
Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Anterior Fonte: 3000 80.000,00
Total: 80.000,00
Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício do Paço Municipal de Mariluz, aos 25 dias do mês de novembro de 2024.
IZABEL CRISTINA ALVES
Prefeita Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
DECRETO Nº 2.641 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.
Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências;
O Prefeito Municipal de Mariluz, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e especialmente as que lhe foram conferidas pela Lei nº 2.131 de 19 de dezembro de 2023 e,
Considerando, a inexistência de dotação no orçamento vigente:
Decreta:
Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente do Município de Mariluz, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), por anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme discriminação.
Suplementação
04.000.00.000.0000.0.000.SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LAZER
04.001.00.000.0000.0.000.DIVISÃO DE ENSINO
04.001.12.306.0005.6.017.MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
155-3.3.90.32.00.0001107MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA20.000,00
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
04.001.12.361.0005.6.019.MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB 30%
186-3.1.91.13.00.0001102CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS8.000,00
187-3.3.90.30.00.0001102MATERIAL DE CONSUMO22.000,00
04.001.12.365.0005.6.032.MANUTENÇÃO DA ESCOLA ARNALDO BUSATO - 30%
291-4.4.90.52.00.0001102EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE10.000,00
04.001.12.365.0005.6.035.MANUTENÇÃO DO CEMEI - PROFESSORA MARIA BASAGLIA - 30%
323-4.4.90.52.00.0001102EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE10.000,00
Total Suplementação: 70.000,00
Art.2º. Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar descrito no artigo 1º, serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias;
Redução
04.000.00.000.0000.0.000.SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE LAZER
04.001.00.000.0000.0.000.DIVISÃO DE ENSINO
04.001.12.361.0005.6.018.MANUNTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
173-3.3.90.30.00.0001107MATERIAL DE CONSUMO20.000,00
04.001.12.361.0005.6.019.MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - FUNDEB 30%
183-3.1.90.11.00.0001102VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL30.000,00
04.001.12.365.0005.6.032.MANUTENÇÃO DA ESCOLA ARNALDO BUSATO - 30%
286-3.1.91.13.00.0001102CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS6.000,00
290-3.3.90.46.00.0001102AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO4.000,00
04.001.12.365.0005.6.035.MANUTENÇÃO DO CEMEI - PROFESSORA MARIA BASAGLIA - 30%
318-3.1.91.13.00.0001102CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS10.000,00
Total Redução: 70.000,00
Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício do Paço Municipal de Mariluz, aos 25 dias do mês de novembro de 2024.
IZABEL CRISTINA ALVES
Prefeita Municipal em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 454/2024, de 25 de novembro de 2024.
CONCEDE Férias e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER férias com esteio no Inciso XVII do Art. 7º. da Constituição da República Federativa do Brasil, e Art. 95 da Lei Municipal nº. 410/93, § único do Art. 2º da Lei Municipal 929/2005, em favor da Servidora Pública Sra. MARIA CLEIDE DOS SANTOS COELHO, brasileira, portadora do RG n°. 37.285.580-5, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Lotada na seguinte Funcional Programática: Órgão: 07 – Secretaria de Saúde; Unidade Orçamentária: 03 – Fundo Municipal de Saúde; Atividade: 2.138 – Manutenção e Atividades de Média e Alta Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar; correspondente a 10 (dez) dias regulamentares inerentes ao período aquisitivo de 01/02/2022-2023, concedidos no interstício temporal de 18/11/2024 à 27/11/2024, não havendo direito ao pagamento do Abono Constitucional a título de 1/3 de férias, visto que já o recebeu integralmente na competência de março de 2023.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
PORTARIA Nº. 456/2024 de 25 de novembro de 2024.
CONCEDE Férias e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER com esteio no Inciso XVII do Art. 7º. da Constituição da República Federativa do Brasil, e Art. 95 da Lei Municipal nº. 410/93, § único do Art. 2º da Lei Municipal 929/2005, férias em favor do Servidor Público Sr. EDENILSON NOGUEIRA DA SILVA, brasileiro, portador do RG nº. 6.034.370-5 SSP/PR, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Chefe Administrativo I, lotado na seguinte Funcional Programática: Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde; Unidade Orçamentária: 03 – Fundo Municipal de Saúde; Atividade: 2.138 – Manutenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; correspondente a 15 (quinze) dias regulamentares de férias apurado no período aquisitivo de 17/06/2023 à 16/06/2024, concedidos no interstício temporal de 25/11/2024 à 09/12/2024, com direito ao Abono Constitucional de 1/3 de férias, a ser pago em folha da competência de novembro de 2024.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 455/2024, de 25 de novembro de 2024.
CONCEDE Férias e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º. CONCEDER com esteio no Inciso XVII do Art. 7º. da Constituição da República Federativa do Brasil, e Art. 95 da Lei Municipal nº. 410/93, § único do Art. 2º da Lei Municipal 929/2005, férias em favor da Servidora Pública Sra. JAQUELINE PIMENTA PEREIRA, brasileira, Portadora do RG nº. 10.304.456-1 SSP/PR, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Enfermagem, Lotada na seguinte Funcional Programática: Órgão: 07 – Secretaria de Saúde; Unidade Orçamentária: 03 – Fundo Municipal de Saúde; Atividade: 2.138 – Manutenção e Atividades de Média e Alta Complexidade, Ambulatorial e Hospitalar - MAC; correspondente a 10 (dez) dias regulamentares, inerente ao período aquisitivo de 01/06/2023-2024 a serem concedidas no período de 09/12/2024 à 18/12/2024, juntamente com o pagamento do Abono Constitucional a título de 1/3 Férias, a ser pago integralmente na competência de novembro de 2024.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 189/2024
Pelo presente instrumento particular, entre o MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PREFEITURA, inscrita no CNPJ nº 77.870.475/0001-63, denominada de CONTRATANTE, com sede administrativa à Av. Carlos Spanhol, 164, na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ CARLOS BARALDI, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.132.712-1-SSP/PR, e do CPF/MF nº 409.020.649-91, residente e domiciliado à Avenida Marcionílio Pereira dos Santos, nº 38, Centro, CEP – 87.555-000 na cidade de São Jorge do Patrocínio, Estado do Paraná, Brasil e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA empresa: FERNANDO ROMUALDO MACIEL EIRELI, inscrita no CNPJ nº 07.091.701/0001-22, com sede à RODOVIA PR 490,, nº , PARQUE INDUSTRIAL - 87555-000 na cidade de SÃO JORGE DO PATROCÍ, Estado do PR, Brasil, neste ato representado pelo Sr. FERNANDO ROMUALDO MACIEL, portador(a) do RG. nº 75277083 SSP/PR., e do CPF/MF Nº 043.461.369-07, resolvem firmar o presente Contrato, da Licitação Modalidade de Dispensa por Limite nº 52/2024, Processo n° 119, data da homologação da licitação 21/11/24, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:
Do Objeto
Constitui como objeto do presente Contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADE TURÍSTICA, CULTURAL, TRANSPORTE E LAZER, PARA REALIZAR EXCURSÃO COM O GRUPO DE CONVIVÊNCIA DO CRAS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO - PR, PARA ATENDIMENTO AOS PROGRAMAS ESPECÍFICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. sendo vencedor dos itens abaixo descritos:
DO PREÇO
Pela prestação de serviços do objeto do presente contrato, o Município de São Jorge do Patrocínio – Pr., pagará a importância de R$-10.165,0- (dez mil cento e sessenta e cinco reais), á empresa acima citada, neste definida como CONTRATADA.
DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
O presente Contrato terá vigência de 03 (três) meses, tendo início em 22/11/24 e término previsto para 22/02/25, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais.
DO FORO
As partes em comum acordo elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de ALTONIA, estado do Paraná.
E por estarem justos certos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas.
São Jorge do Patrocínio-PR, 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO
EDITAL DE DISPENSA N° 054/2024 PROCESSO N° 121/2024
O Município de São Jorge do Patrocínio–PR, torna público aos interessados, que a Administração pretende realizar contratação direta por Dispensa de Licitação, tipo Menor Preço Global, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DE SHOWS ARTISTICOS DE RECONHECIMENTO REGIONAL PARA EVENTO DE RÉVEILLON 2024/2025, NO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ESTADO DO PARANÁ.
Período de Envio de Propostas: De 26/11/2024 até 28/11/2024 as 23hs59min.
Os interessados em apresentar propostas, devem envia-las JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO, no e-mail: licitacaosaojorge@gmail.com e no ASSUNTO DISPOR O “NUMERO DA DISPENSA”.
O edital encontra-se disponível no endereço: https://sjpatrocínio.pr.gov.br (aviso de licitações).
São Jorge do Patrocínio–PR, 25 de novembro de 2024.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 113/2024
Dispensa por Limite Nº 49/2024
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TURISMO E TRANSPORTE COLETIVO PARA VIABILIZAR UMA VIAGEM COM DESTINO A CURITIBA, DESENVOLVIDO PARA UM GRUPO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, FORMADO POR 35 PESSOAS, INTEGRANTES DA TERCEIRA IDADE E MONITORES ACOMPANHANTES, DO MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, ATRAVÉS DO PROGRAMA PARANÁ + VIAGEM, OFERECIDO PELO GOVERNO DO PARANÁ, ATRAVÉS DA SETU.
O Prefeito do MUNICÍPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial as contidas no art. 13, VII e VIII, do Decreto nº 38, de 28 de março de 2023 e no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021 e tendo em vista as informações constantes no presente processo licitatório lastreadas em parecer emitido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 401/2024 do dia 10 de outubro de 2024, através do presente termo, ADJUDICA o objeto à licitante(s) vencedora(s) conforme abaixo, e HOMOLOGO o presente processo.
THIAGO R. A. BULE - TURISMO LTDA
Uma vez cumpridas as formalidades de estilo, dê-se publicidade ao ato na forma da lei.
São Jorge do Patrocínio-PR, 25/11/24
JOSÉ CARLOS BARALDI
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO

Estado do Paraná
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO
EDITAL DE DISPENSA N° 051/2024 PROCESSO N° 118/2024
O Município de São Jorge do Patrocínio–PR, torna público aos interessados, que a Administração pretende realizar contratação direta por Dispensa de Licitação, tipo Menor Preço Global, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES (CAMISETAS) PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO PATROCÍNIO – PR.
Período de Envio de Propostas: De 26/11/2024 até 28/11/2024 as 23hs59min.
Os interessados em apresentar propostas, devem envia-las JUNTAMENTE COM A DOCUMENTAÇÃO, no e-mail: licitacaosaojorge@gmail.com e no ASSUNTO DISPOR O “NUMERO DA DISPENSA”.
O edital encontra-se disponível no endereço: https://sjpatrocínio.pr.gov.br (aviso de licitações).
São Jorge do Patrocínio–PR, 25 de novembro de 2024.
JOSÉ CARLOS BARALDI
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ

PREF. DE TUNEIRAS DO OESTE FOLHAS Nº____ LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 077/2024

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CASCALHOS PARA READEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor Preço Unitário (Item).

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO DE ABERTURA: 10/12/2024, às 08h30min.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar Municipal nº 001/09, Decreto Municipal nº 123/18, Decreto Municipal nº 071/17 e Lei Estadual nº 15.608/07.

INFORMAÇÕES: Maiores informações poderão ser obtidas no Paço Municipal, situado na Rua Santa Catarina, 409 – Centro, CEP 87450-000, em Tuneiras do Oeste, pelo telefone 44-3653-1301, através do acesso ao *link* do Portal da Transparência no site www.tuneirasdooeste.pr.gov.br, ou através do email licitacao@tuneirasdooeste.pr.gov.br.

Tuneiras do Oeste, 25 de novembro de 2024.

Diego Silva dos Santos
Agente de Contratação
Portaria n° 225/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA N.º 5026/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder, licença maternidade a Servidora Pública Senhora CAMILA DE SOUZA BERNADO, portadora do cadastro de pessoa física C.P.F. sob n.º 072.445.059-90 e carteira de identidade R.G. sob n.º 10.532.022-1 SSP-PR, com matrícula 3418, pelo período de 180 dias, com data a partir de 16 de novembro de 2024, conforme a Lei nº. 029/1993, c/c a Lei nº.253/2010 com as modificações introduzidas pela Lei nº. 445/2013.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 5025/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º. Conceder férias ao Servidor Público, Senhor RONALD ROGERIO LOPES SMARZARO, portador do cadastro de pessoa física C.P.F. sob n.º 020.336.219-52 e carteira de identidade R.G. sob n.º 5.206.307-8 SSP-PR, com matrícula 3150, correspondente ao período aquisitivo 2023/2024, usufruindo-as de 28 (vinte e oito) de novembro a 17 (dezessete) de dezembro de 2024.
Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Edifício da Prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 31/2024 – ID 2565
REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2024
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEL PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TAPIRA.
Pelo presente instrumento particular que celebram MUNICÍPIO DE TAPIRA, já qualificado no Contrato ora aditivado, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, em pleno exercício de seu mandato e funções, e a empresa R. F. COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, já qualificada no contrato ora aditivado, neste ato representada por seu procurador Marcos Alexandrino, ajustam e acordam entre si o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO EMBASAMENTO
O presente Termo Aditivo possui amparo legal na Lei Federal 14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Subtrai-se do valor do contrato a quantia de R$ 3.374,32 (três mil trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos), passando o seu valor para R$ 445.602,30 (quatrocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e dois reais e trinta centavos).
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
Para todos os fins e efeitos de direito, os contratantes declaram o presente Termo Aditivo de Contrato nos expressos termos em que foi lavrado, e assinam-no na presença de duas testemunhas, em 02 vias de igual teor e forma.
Tapira (PR), 11 de Novembro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal
Contratante
Marcos Alexandrino
R. F. COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA
Contratada
Testemunhas:
NOME:
CPF:
R.G.:
NOME:
CPF:
R.G.:

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIRETOS DA MULHER

DELIBERAÇÃO nº 011/2024 – CMDM do Município de Xambrê
Considerando a Deliberação nº 11/2024-CEDM/PR que trata de repasses de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (FEDIM), para os Fundos Municipais dos Direitos da Mulher para o Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra às Mulheres.
Considerando o previsto no Art. 9º da citada deliberação (11/2024-CEDM/PR), quanto a necessidade de aprovação do Aceite por meio do Termo de Adesão, bem como do Plano de Ação disponibilizado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI no Sistema de Acompanhamento do cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo (SIFF).
DELIBERA
Art. 1° Pela aprovação do aceite ao Termo de Adesão e Plano de Ação do repasse de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher para o Fundo Municipal para Fortalecimento da Rede de Proteção e Enfrentamento às Violências contra às Mulheres.
PUBLIQUE-SE
Xambrê, 25 de novembro de 2024.
Stella Carla Silva Biasotto
Presidente do CMDM/Xambrê/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
AVISO DE DISPENSA
O Poder Legislativo do Município de Icaraíma, Estado do Paraná, torna público a DISPENSA de licitação para aquisição de 2 (dois) ares condicionados para atender as necessidades da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná,,com base na Lei Federal nº 14.133/21, Art. 75, II, e na Lei Municipal nº 1.844/2022, Art. 1º, Art. 2º inciso III, § 1º, § 2º, Art. 8º.
Este processo de dispensa é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, visando:
Nos termos da Lei Complementar nº 147/2014, Art. 2º, inciso V, e do § 2º da Lei Municipal nº 1.844/2022, a participação neste certame é permitida apenas para empresas enquadradas como Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e equiparadas, sediadas na Microrregião Geográfica de Umuarama, que compreende os seguintes Municípios: Alto Paraíso/PR, Alto Piquiri/PR, Altônia/PR, Brasilândia do Sul/PR, Cafezal do Sul/PR, Cruzeiro do Oeste/PR, Douradina/PR, Esperança Nova/PR, Francisco Alves/PR, Icaraíma/PR, Iporã/PR, Ivaté/PR, Maria Helena/PR, Mariluz/PR, Nova Olímpia/PR, Perobal/PR, Pérola/PR, São Jorge do Patrocínio/PR, Tapira/PR, Umuarama/PR, e Xambrê/PR.
O critério de julgamento será o menor preço global, para a aquisição dos itens e quantidades descritos no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste procedimento. O valor máximo da contratação é de R$ 7.730,28 (sete mil setecentos e trinta reais e vinte e oito centavos).
Os interessados em apresentar propostas de preços poderão enviá-las até as 17:00 horas do dia 28 de novembro de 2024, conforme o modelo de Proposta de Preços (Anexo II), juntamente com a Declaração (modelo Anexo III), para o e-mail camara@icaraima.pr.leg.br ou presencialmente. A contratação será efetivada apenas com o fornecedor que apresentar a menor proposta de preços e que esteja em condições de habilitação, conforme os documentos requisitados no Termo de Referência. Informações adicionais poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação ou à Secretaria do Legislativo, na sede da Câmara Municipal de Icaraíma, localizada na Rua Monte Belo, 607, Centro, Icaraíma-PR, pelo telefone (44) 3665-1339, ou pelo e-mail camara@icaraima.pr.leg.br.
Integram este aviso os seguintes anexos:
- Anexo I: Termo de Referência
- Anexo II: Modelo Proposta de Preços
- Anexo III: Modelo de Declaração

Todos os anexos podem ser requisitados junto à Secretaria do Legislativo ou obtidos no link http://177.87.133.100:8090/portaltransparencia/7/licitacoes - Dispensa de Licitação nº 25/2024.
Icaraíma, 25 de novembro de 2024.
ANGÉLICA C. G. ANTUNES DA SILVA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 – PMU – RELANÇAMENTO IV
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 75/2024 de 19/01/2024
AMPLA CONCORRÊNCIA
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, conservação, higienização e asseio diário com disponibilização de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos a serem executados em unidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação do Município de Umuarama-PR.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 17/12/2024.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 17/12/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 17/12/2024.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 5.391.586,20 (Cinco milhões, trezentos e noventa e um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e vinte centavos)
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU no Portal Nacional de Compras (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, E/OU por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 22 de novembro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
MAURIZA GONÇALVES DE LIMA MENEGASSO
Secretária de Educação
MARIO SÉRGIO BIEDA DE FREITAS
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
DECRETO N.º 158/2024 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024
Dispõe sobre declaração de bens móveis inservíveis do Município para efeito de alienação e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Tapejara, de acordo com as atribuições legais que lhes confere a lei Orgânica do Município.
DECRETA
Artigo 1º - Ficam declarados inservíveis ao Município, os bens móveis constantes do anexo a este Decreto, conforme Laudo de verificação, e em conformidade com Ofício 048/2024 e relatório disponível também no endereço eletrônico www.tapejara.pr.gov.br, para efeitos de alienação.
Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara, 25 de novembro de 2024.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
PREFEITO MUNICIPAL

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

Estado do Paraná

DECRETO Nº 192 de 25 de novembro de 2024.
Súmula: Regulamenta o lançamento dos tributos do Município de Xambrê, Estado do Paraná para o exercício de 2025.
O Prefeito do Município de Xambrê, Estado do Paraná, DÉCIO JARDIM, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas por lei, especialmente as previstas no artigo 66 da Lei Orgânica Municipal nº 01/2020, regulamenta o lançamento dos tributos para o exercício de 2025.
DECRETA:
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Este regulamento disciplina, com fundamento na Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, na Lei Complementar Federal n º 5.172 de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e Atos Complementares que a modificaram, a Lei nº 1527/2001 (Código Tributário do Município Xambrê) alterada pelas Leis nº 1580/2003 e 2146/2018 (ISSQN), e a Lei Municipal nº 2147/2018 (Planta Genérica de Valores Imobiliários) regulamenta o lançamento dos tributos para o exercício de 2025.
As tabelas anexas ao presente regulamento deverão ser publicadas sempre que ocorrer alterações por motivo de decretação de níveis reajustáveis ou em virtude de modificação de especificações de seus itens.
O responsável pelo órgão Fazendário Municipal fica encarregado de rever e atualizar as tabelas acima mencionadas, podendo inclusive, proceder à conversão para índices de correção das Unidades de Referências, cabendo-lhe ainda promover, através dos órgãos competentes da Prefeitura, sua aplicação.
São consideradas autoridades fiscais, para efeito do Código Tributário, todos os servidores públicos que disponham de poderes ou atribuições para a prática de quaisquer atos que se refiram ao lançamento, fiscalização, arrecadação, recolhimento e controle de tributos Municipais, bem como aqueles que tenham instruções especiais do responsável pelo órgão Fazendário.
Nos termos da Lei Municipal nº 1527/2001, alterada pelas leis 1580/2003 e 2146/2018, e art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.758/2009 e suas alterações e observados os requisitos previstos nos parágrafos 1º e 2º do art. 32 do Código Tributário Nacional, a Zona Urbana do Município compreende as áreas ali descritas.
Quando a autoridade administrativa, a seu critério julgar insuficiente ou imprecisa as declarações prestadas, poderá convocar o contribuinte para complementá-las ou esclarecê-las.
A convocação do contribuinte será por quaisquer dos meios previstos no Código Tributário Nacional.
Feita a convocação do contribuinte, com prazo de 30 (trinta) dias para prestar os esclarecimentos solicitados, pessoalmente ou por via postal, sob pena de que se proceda ao lançamento do ofício.
CÁLCULO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU E IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS - ITBI
Os valores para base de cálculo do Imposto Territorial Urbano – IPTU e Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI são conforme descritos abaixo.
Os valores do metro quadrado (m²) de edificações são os abaixo especificados:

Seq.	Tipos de Edificações	Valores em Reais / M²
01	Casa de madeira	R$ 833,98
02	Casa de alvenaria	R$ 1.242,17
03	Apartamento	R$ 1.490,60
04	Telheiro	R$ 168,57
05	Galpão	R$ 422,34
06	Fábrica	R$ 1.011,49
07	Loja	R$ 993,73
08	Comércio	R$ 993,73
09	Especial	R$ 1.614,82

Para efeito de mapeamento das zonas fiscais, ficam instituídas as seguintes zonas fiscais da cidade de Xambrê, conforme anexo I.

ZF	Zonas Fiscais (ZF)	Valor p / M²
01	Zona Fiscal Nº 01 – cor azul marinho	R$ 165,62
02	Zona Fiscal Nº 02 – cor verde	R$ 138,03
03	Zona Fiscal Nº 03 – cor vermelha	R$ 110,42
04	Zona Fiscal Nº 04 – cor amarela	R$ 82,82
05	Zona Fiscal Nº 05 – cor roxo	R$ 48,31

Para efeitos de coerência de valores, o imóvel somente enquadrar-se-á na Zona Fiscal Nº 05, se obrigatoriamente possuir área igual ou superior a 2.000,00m² (dois mil metros quadrados) registrados em uma única matrícula perante o registro de imobiliário.
Tratando-se de imóvel considerado como rural, o valor do mesmo será em conformidade com o art. 8º deste decreto para fins de cobrança do Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, e para base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU somente quando o imóvel apresentar as seguintes características:
situar-se em área de zona urbana ou de expansão urbana;
possuir área igual ou superior a 5.000,00 m2 (cinco mil metros quadrados) registrados em uma única matrícula perante o registro imobiliário;
comprovadamente, for explorado economicamente como imóvel rural, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei Nº 57/1966, notadamente quando:
for utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária, agroindustrial, hortifrutigranjeira ou criação de animais, exceto domésticos e ornamentais;
a ocupação ou utilização econômica abranger a integralidade da área e do tempo;
não possuir ocupação ou utilização exclusiva para fins residenciais.
§ 5º. A comprovação da condição de imóvel rural deve ser realizada mediante apresentação de requerimento junto à municipalidade comprovando as condições previstas no parágrafo anterior.
§ 6º. O requerimento previsto no § 5º deve ser protocolado até o último dia do mês de janeiro do ano.
Nos termos do parágrafo anterior fica estabelecido em R$ 69.009,26 (sessenta e seis mil e nove reais e vinte e seis centavos) o valor mínimo por alqueire com área de 24.200,00m².
Parágrafo Único. Para imóveis identificados como Vilas Rurais situados em Zona Rural, o valor mínimo será de R$ 152.302,96 (cento e cinquenta e dois mil e trezentos e dois reais e noventa e seis centavos) por hectare, ou seja, área equivalente a 10.000,00m².
As tabelas constantes deste decreto serão publicadas sempre que ocorrer alterações por motivo de níveis reajustáveis ou em virtude de modificação de especificações de seus itens.
O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU será calculado aplicando-se sobre o valor venal do imóvel a alíquota inicial de 0,70% para terrenos considerados sem edificações até o limite máximo de 1,50%, e para os imóveis edificados serão aplicadas as seguintes as alíquotas:
Os Imóveis sem edificação serão tributados com as seguintes alíquotas:
Terrenos considerados sem edificação nos três primeiros exercícios serão tributados com alíquota de 0,70%;
No quarto exercício será tributado com alíquota de 0,90%;
No quinto exercício será tributado com alíquota de 1,10%;
No sexto exercício será tributado com alíquota de 1,30%;
Após o sexto exercício tributado como terreno vago, a alíquota de tributação será de 1,50%;
Os Imóveis edificados serão tributados com as seguintes alíquotas:

Imóveis	Valor venal de	Valor venal até	Alíquotas
01 – Imóveis com valor venal	R$ 0,01	R$ 60.000,00	0,25%
02 – Imóveis com valor venal	R$ 60.000,00	R$ 80.000,00	0,27%
03 – Imóveis com valor venal	R$ 80.000,01	R$ 100.000,00	0,29%
04 – Imóveis com valor venal	R$ 100.000,01	R$ 110.000,00	0,30%
05 – Imóveis com valor venal	R$ 110.000,01	R$ 120.000,00	0,31%
06 – Imóveis com valor venal	R$ 120.000,01	R$ 130.000,00	0,32%
07 – Imóveis com valor venal	R$ 130.000,01	R$ 140.000,00	0,33%
08 – Imóveis com valor venal	R$ 140.000,01	R$ 150.000,00	0,34%
09 – Imóveis com valor venal	R$ 150.000,01	R$ 200.000,00	0,36%
10 – Imóveis com valor venal	R$ 200.000,01	R$ 300.000,00	0,38%
11 – Imóveis com valor venal	Acima de R$ 300.000,00		0,40%

O valor venal do imóvel será determinado pela seguinte fórmula:
VVI=VVT+VVE
Onde:
VVI = valor venal do imóvel
VVT = valor venal do terreno
VVE = valor venal da edificação
O valor venal do terreno (VVT) será obtido aplicando-se a fórmula:
VVT=AT x VM²T
Onde:
VVT = valor venal do terreno
AT = área do terreno
VM²T = valor do metro quadrado do terreno
O valor do metro quadrado do terreno (VM²T) será obtido através de pesquisas do mercado imobiliário local, informações contidas no Cadastro Técnico Imobiliário e avaliação expedida pela Comissão Especial de Avaliação para elaboração da Planta Genérica de Valores, estabelecendo o valor do M² (metro quadrado) do terreno por face de cada quadra e por zona fiscal. Este valor será corrigido de acordo com as características individuais de cada imóvel, levando-se em conta a situação, pedologia ou solo e a topografia ou perfil de cada um "per si".
VVT=VM²T x AT x S x P x T
Onde:
VVT = valor venal do terreno
AT = área do terreno
S = situação do terreno
P = pedologia do terreno
T = topografia do terreno
Coeficiente corretivo da situação referido pela sigla "S" consiste em um grau, atribuído ao imóvel conforme sua situação mais ou menos favorável, dentro da quadra.
O coeficiente da situação será obtido através da seguinte tabela:

Situação do terreno	Coeficiente
Esquina, mais de uma frente	1,10
Uma frente	1,00
Viela	0,80
Encravado	0,70
Gleba	0,60

Coeficiente corretivo de pedologia ou solo, referido pela sigla "P", consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do solo.
O coeficiente de pedologia ou solo será obtido através da seguinte tabela:

Pedologia ou Solo	Coeficiente
Firme	1,00
Inundável	0,80
Alagado	0,70
Combinação dos demais	0,60

Coeficiente corretivo de topografia ou perfil, referido pela sigla "T", consiste em um grau atribuído ao imóvel, conforme as características do relevo do solo.
O coeficiente de topografia ou perfil será obtido através da seguinte tabela:

Topografia ou Perfil	Coeficiente
Plano	1,00
Aclive	0,90
Declive	0,90
Irregular	0,70

O valor venal da edificação (VVE) será obtido aplicando-se a fórmula:
VVE=AE x VM²E
Onde:
VVE = valor venal da edificação
AE = área da edificação
VM²E = valor do metro quadrado da edificação
O valor do metro quadrado de edificação para cada um dos seguintes tipos: casa, apartamento, telheiro, galpão, fábrica, loja, construção precária e especial (entende-se por especial os prédios destinados às atividades específicas tais como: cinemas, bancos, templos, teatros, hospitais e shopping), será obtido tomando-se por base o valor máximo do metro quadrado de cada tipo de edificação em vigor para a região.
O valor máximo referido no parágrafo anterior será corrigido de acordo com as características de cada edificação levando-se em conta a categoria, o estado de conservação e o subtipo, para sua correta aplicação no cálculo de valor da edificação.
O valor do metro quadrado da edificação referido no parágrafo 1º será obtido aplicando-se a fórmula:
VM^2 E=VM^2 TE x CAT/100 x C x ST
Onde:
VM²E = valor do metro quadrado da edificação
VM²TE = valor do metro quadrado do tipo de edificação
(CAT)/100= coeficiente corretivo de categoria da edificação
C = coeficiente corretivo de conservação da edificação
ST = coeficiente corretivo de subtipo da edificação
O coeficiente corretivo de categoria da edificação (CAT) será determinada pela soma de pontos ou pesos e equivale a um percentual do valor máximo do metro quadrado de edificação, conforme tabela de pontuação por categoria abaixo:
TABELA DE PONTUAÇÃO POR CATEGORIA
Estrutura Casa Constr.Precária Aparta-mento Loja Galpão Telheiro Fábrica Especial
Alvenaria 15 05 19 09 15 13 15 19
Madeira 09 03 15 06 13 12 13 16
Metálica 18 06 18 14 25 16 25 18
Concreto 19 20 20 17 20 20 20 20
Cobertura Casa Constr. Precária Aparta-mento Loja Galpão Telheiro Fábrica Especial
Palha/chapas metálicas 01 01 00 01 01 01 01 01
Amianto 05 02 08 07 10 10 10 09
Telha barro 09 03 10 10 08 15 08 10
Laje 08 03 11 12 10 20 09 11
Especial 11 10 12 13 12 25 10 12
Vedação Casa Constr. Precária Aparta-mento Loja Galpão Telheiro Fábrica Especial
Inexistente 00 00 00 00 00 00 00 00
Taipa 01 01 01 01 01 00 01 01
Alvenaria 04 02 03 03 04 00 04 04
Concreto 06 05 05 05 05 00 05 05
Madeira 03 02 01 04 03 00 03 03
Forro Casa Constr. Precária Aparta-mento Loja Galpão Telheiro Fábrica Especial
Inexistente 00 00 00 00 00 00 00 00
Madeira 05 02 05 05 06 05 06 05
Estuque/gesso/PVC 08 03 08 07 08 06 08 07
Laje 09 10 09 10 10 10 10 09
Chapas 07 02 07 08 09 08 09 08
Revestimento Casa Constr. Precária Aparta-mento Loja Galpão Telheiro Fábrica Especial
Inexistente 00 00 00 00 00 00 00 00
Reboco pintura 10 03 08 07 06 00 06 06
Cerâmico 12 04 10 09 08 00 08 08
Madeira 05 02 01 05 05 00 05 07
Especial 13 10 12 10 10 00 10 10
Sanitário Casa Constr. Precária Aparta-mento Loja Galpão Telheiro Fábrica Especial
Inexistente 00 00 00 00 00 00 00 00
Externo 03 01 00 03 03 03 03 02
Interno 05 02 10 05 05 04 05 05
Mais de um 10 03 11 10 10 05 08 08
Interno completo 12 15 12 15 13 15 10 14
Instalação Elétrica Casa Constr. Precária Aparta-mento Loja Galpão Telheiro Fábrica Especial
Inexistente 00 00 00 00 00 00 00 00
Aparente 05 02 04 08 05 05 05 05
Embutida 10 10 10 10 10 10 10 10
Pisos Casa Constr. Precária Aparta-mento Loja Galpão Telheiro Fábrica Especial
Terra batida 00 00 00 00 00 00 00 00
Cimento/cacos cerâmicos 05 01 08 07 05 05 05 02
Cerâmico 15 05 15 10 10 10 10 08
Assoalho de madeira/carpete 10 03 18 09 06 06 06 05
Tacos ou lambri de madeira 16 05 16 11 11 11 11 13
Material plástico 18 06 19 15 12 12 12 18
Especiais-granito, porcelanato 20 20 20 20 20 20 20 20
O coeficiente corretivo de categoria da edificação (CAT) de que trata o parágrafo anterior, será considerado para o lançamento do IPTU apenas para imóveis com o cadastro imobiliário atualizado na prefeitura.
O coeficiente corretivo de conservação, referido pela sigla "C", consiste em um grau atribuído ao imóvel construído, conforme seu estado de conservação.
O coeficiente de conservação será obtido através da seguinte tabela:

Conservação da edificação	Coeficiente
Nova/ótima	1,00
Bom	0,90
Regular	0,80
Ruim	0,50

O coeficiente corretivo do subtipo (ST) ou fatores corretivos da construção, consiste em um grau atribuído à edificação pelo produto das caracterizações, posição, situação ou localização e fachada ou alinhamento conforme segue:

Situação ou Localização	Coeficiente
Frente	1,00
Fundos	0,80
Posição	**Coeficiente**
Isolada	1,00
Conjugado	0,90
Germinada	0,80
Fachada	**Coeficiente**
Recuada	1,00
Alinhada	0,90

Quando existir mais de uma unidade imobiliária construída no terreno será calculado a fração ideal e a testada ideal do terreno para cada unidade imobiliária.
Para cálculo da fração ideal do terreno, será usada a seguinte fórmula:
Fração ideal=(área do terreno x área da unidade)/(área total edificada)
Para cálculo da testada ideal, será usada a seguinte fórmula:
Testada ideal=(área da unidade x testada)/(área total edificada)
A incidência de um imposto (imposto territorial urbano ou imposto predial urbano) exclui, automaticamente, a incidência do outro.
DO LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO DO IPTU
A Prefeitura Municipal notificará o contribuinte, do lançamento do IPTU, por quaisquer dos meios permitidos pela legislação pertinente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data em que for devido o primeiro pagamento, conforme Código Tributário Municipal, Lei Complementar nº 1527/2001.
O lançamento e arrecadação do IPTU serão através do documento de arrecadação municipal (DAM), no qual estarão indicados, entre outros elementos, os valores e os prazos de vencimentos.
O IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano será lançado e arrecadado em cota única, podendo o sujeito passivo optar pelo pagamento em 09 (nove) parcelas iguais.
O sujeito passivo que optar pelo pagamento à vista ou em 09 (nove) parcelas poderá acessar o site da Prefeitura Municipal de Xambrê para impressão do DAM (documento de arrecadação municipal) http://www.xambre.pr.gov.br ou solicitar junto à Divisão de Tributação no Paço Municipal sua impressão até a data do vencimento.
O contribuinte que optar pelo pagamento total à vista até a data do vencimento da cota única, gozará de desconto de 15% (quinze por cento) sobre o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano conforme lei especifica, com valor já estabelecido em cota única.
O contribuinte que optar pelo pagamento em 03 (três) parcelas até a data do vencimento da primeira parcela, gozará de desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano com valor estabelecido em 03 (três) parcelas.
A cota única e a primeira parcela da opção de 03 (três) parcelas vencerão no dia 15/04/2025, e as demais parcelas vencerão no dia 15 (quinze) de cada mês subsequente.
A primeira parcela da opção de 09 (nove) parcelas vencerá no dia 30/04/2025, e as demais parcelas vencerão no dia 30 (trinta) de cada mês subsequente.
A Prefeitura poderá lançar e arrecadar, em um único DAM a totalidade do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano nos seguintes casos:
Quando se tratar de lançamento suplementar;
Quando o contribuinte optar pelo pagamento em cota única.
DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS
I – DA TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO
A taxa de Coleta de Lixo corresponde aos serviços específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição que compreendem a coleta, remoção e destino final de resíduos sólidos, conforme previsto no artigo 384 inciso I, II e III do Código Tributário do Município de Xambrê, Lei Complementar nº 1527/2001, tendo como base de cálculo o custo dos serviços, rateado entre as unidades atendidas pelos serviços conforme anexo V da lei acima referida.
ANEXO V
TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PRESTADOS OU COLOCADOS A DISPOSIÇÃO DO SUJEITO PASSIVO, CONFORME O ARTIGO 386 DA LEI 1527/2001 (CTM)VALOR POR ANO
1 – Taxa de Coleta de Lixo: Por unidade atendida, para todas as atividades até o limite máximo de 0,50m³ por coleta.8,00% da UFM
2 – Taxa de Limpeza Pública: Para imóveis edificados ou não, por metro linear da face do terreno, por unidade servida pelo serviço.0,30% da UFM / metro linear
Os serviços compreendidos no artigo anterior são devidos em função da prestação dos serviços ao contribuinte, ou colocados à sua disposição, com custo fixo anual.
II – DA TAXA DE CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS MUNICIPAIS - CTM
Art. 22.Art. 393. Os serviços decorrentes da utilização de conservação de vias e logradouros, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição, compreende:
I - conservação de logradouros pavimentados;
II - reparação de logradouros não pavimentados.
§1º. Consideram-se logradouros as ruas, avenidas, praças, parques, jardins e similares localizados no Município de Xambrê.
§2º. O fato gerador da obrigação tributária é a efetiva prestação dos serviços ou a sua colocação a disposição do sujeito passivo.
Art. 23.Os valores referentes à conservação de logradouros municipais estão previstos no anexo III, sendo o seu pagamento definido até o dia 15 de abril de 2025.
Art. 24.A taxa de conservação de vias e logradouros públicos, poderá ser lançada individualmente ou em conjunto com outros tributos, observado o princípio da identificação dos tributos.
DAS ISENÇÕES
Art. 25.As isenções de que trata a legislação específica Municipal serão reconhecidas, anualmente mediante requerimento do interessado comprovando sua condição de beneficiário.
Do requerimento deverão constar todos os elementos comprobatórios necessários ao reconhecimento da isenção, inclusive apresentação de documentos quando exigidos pelo órgão fazendário.
O pedido inicial da isenção, ou a renovação do benefício fiscal, para o exercício de 2025, deverá ser feito em até 15 (quinze) dias antes do vencimento da primeira parcela estabelecida no art. 18 parágrafo 4º deste decreto.
O requerimento de renovação de benefício fiscal deverá ser apresentado até o período mencionado no parágrafo anterior.
Art. 26.Quando as isenções forem concedidas por período de tempo certo, no caso de renovação, o interessado deverá dar entrada em novo requerimento até 15 (quinze) dias antes do término do prazo assinalado.
Art. 27.As isenções sem prazo certo, e as não condicionadas poderão ser revogadas a qualquer tempo, prevalecendo o princípio da anterioridade.
Art. 28.Quando não cumpridas as exigências determinadas na Lei de isenção condicionada à prazo, ou quaisquer outros encargos, a autoridade administrativa cancelará o despacho que efetiva o benefício fiscal.
Art. 29.Faz parte integrante do presente decreto os anexos I e II contendo a relação dos valores para base de cálculo para fins de lançamento dos tributos municipais para o exercício de 2025.
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 30.Conforme disposto no artigo 419 da Lei nº 1527/2001, e constatado o percentual de 3,92% (três vírgula noventa e dois por cento) do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado nos últimos 12 meses do exercício de 2024 (Mês de referência: Outubro/2024), fica atualizada a Unidade Fiscal do Município – UFM passando o valor de R$ 681,92 (atualmente) para R$ 708,65 a vigorar a partir do dia 01 de janeiro de 2025.
Art. 31.Revogadas as disposições em contrário, o presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Xambrê-PR, 25 de novembro de 2024.
DÉCIO JARDIM
Prefeito Municipal
ANEXO I
PLANTA GENÉRICA DE VALORES IMOBILIÁRIOS
CIDADE DE XAMBRÊ - CENTRO
ZF QD LOTES LOGRADOUROS R$/M2
01 12 Todos os lotes Todos os logradouros confrontantes R$ 165,62
01 21 01 a 13 Av. Alberto Byington / Rua Florianópolis R$ 165,62
01 22 01 a 15, 27 Av. Alberto Byington / Av. Ramiro Theis / Rua Florianópolis R$ 165,62
01 23 01 a 12, 25 a 27 Av. Alberto Byington / Av. Ramiro Theis R$ 165,62
01 24 01 a 12 Av. Alberto Byington R$ 165,62
01 25 12 a 24 Av. Alberto Byington / Rua Florianópolis R$ 165,62
01 26 01, 13 a 27 Av. Alberto Byington / Av. Ramiro Theis / Rua Florianópolis R$ 165,62
01 27 01 a 03, 16 a 27 Av. Alberto Byington / Av. Ramiro Theis R$ 165,62
01 28 13 a 24 Av. Alberto Byington R$ 165,62
01 45 01 a 06 Av. Jaime Canet R$ 165,62
01 46 01 a 12 Av. Jaime Canet R$ 165,62
01 47 01 a 03, 10 a 19 Av. Jaime Canet / Av. Roque Gonzales R$ 165,62
01 48 11 a 19 Av. Jaime Canet R$ 165,62
01 59 12 a 17 Av. Roque Gonzales R$ 165,62
01 60 01 a 06 Av. Roque Gonzales R$ 165,62
01 61 01 a 04 Av. Roque Gonzales R$ 165,62
01 62 07 a 10 Av. Roque Gonzales R$ 165,62
01 147 Todos os lotes Todos os logradouros R$ 165,62
01 148 09 a 14 Av. Roque Gonzales R$ 165,62
01 01 01 a 03 Jd. Bonanza – Rua Luiz Campanholi R$ 165,62
01 02 01 Jd. Bonanza – Rua Luiz Campanholi R$ 165,62
03 13 Todos os lotes Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 14
03 15
03 16
03 17 13 a 24 Rua 15 de Novembro R$ 110,42
03 18 19 a 28 Rua 15 de Novembro R$ 110,42
03 19 19 a 28 Rua 15 de Novembro R$ 110,42
03 20 13 a 24 Rua 15 de Novembro R$ 110,42
03 32 01 a 12 Rua Chile R$ 110,42
03 36 Todos os lotes Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 40 01, 15 a 25 Rua Florianópolis / Rua São Paulo R$ 110,42
03 41 16 a 33 Rua Florianópolis / Rua São Paulo R$ 110,42
03 43 Todos os lotes Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 44 07 a 13 Rua Curitiba / Rua 16 de Julho R$ 110,42
03 59 01 a 06 Rua Espírito Santo R$ 110,42
03 63 04 a 07 Rua João Pessoa R$ 110,42
03 64-AB 1/2/3/10-A até 1/2/3/10-I Av. Papa Pio XII R$ 110,42
03 64-AB 07 a 09 Av. Papa Pio XII R$ 110,42
03 71-A Todos os lotes Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 71-B
03 72 a 74
03 76 07 a 10 Rua 1º de Maio R$ 110,42
03 143 06 a 09 Rua 1º de Maio R$ 110,42
03 144 Todos os lotes Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 146 09 a 22, 34 Rua 1º de Maio / Rua Cardê Adriano de Oliveira R$ 110,42
03 148 25 a 30 Rua Espírito Santo R$ 110,42
03 01 a 08 Todos os lotes Cohapar III – Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 01 a 04 Todos os lotes Cohapar IV – Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 01 a 07 Todos os lotes Jardim Ouro Branco – Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 01 a 08 Todos os lotes Jardim Bonanza II – Todos logradouros confrontantes R$ 110,42
03 -------- C1 a C7 Jardim Bonanza II - Rua Projetada "E" R$ 110,42
03 -------- 170G1 a 170G17 Av. México R$ 110,42
05 -------- 170A a 170F Av. Suécia / Rua Bahia R$ 48,31
05 -------- LT."A" SUB. LT. AJardim Bonanza II - Gleba Xambrê Zona "A" R$ 48,31
05 -------- LT."B" SUB. LT. AJardim Bonanza II - Gleba Xambrê Zona "A" R$ 48,31
05 -------- LT."D" SUB. LT. A Jardim Bonanza II - Gleba Xambrê Zona "A" R $
48,31
05 -------- LT."E" SUB. LT. AJardim Bonanza II - Gleba Xambrê Zona "A" R$ 48,31
05 -------- LT."F" SUB. LT. AJardim Bonanza II - Gleba Xambrê Zona "A" R$ 48,31
02 Todas Todos os lotes Demais lotes não relacionados classificam na Zona Fiscal 02 R $
138,03
CIDADE DE XAMBRÊ – DISTRITO DE CASA BRANCA DO OESTE
ZF QD LOTES LOGRADOUROS R$/M2
02 01 01, 10 a 19 Av. Brasil / Rua Rio Grande do Norte R$ 138,03
02 03-A 14 a 18 Av. Brasil R$ 138,03
02 06 10 a 20 Av. Brasil R$ 138,03
02 07 01 a 10 Somente os lotes confrontantes com a Avenida Paraná R$ 138,03
02 08 01 a 06 Avenida Brasil R$ 138,03
02 12 01 a 17 Avenida Brasil R$ 138,03
02 18-A 01 a 10 Somente os lotes confrontantes com a Avenida Brasil R$ 138,03
02 19 1/2/3/25J1 e 25-L Avenida Brasil R$ 138,03
04 01 a 06 Todos os lotes Cohapar I – Todos os logradouros confrontantes R$ 82,82
04 07 17 a 24 Rua 7 Setembro R$ 82,82
04 09 13 a 24 Rua Minas Gerais / Rua 7 de Setembro R$ 82,82
04 16 05 a 08 Rua 15 de Novembro R$ 82,82
04 17 Todos os lotes Rua 15 de Novembro R$ 82,82
04 18-A Todos os lotes confrontantes com os logradouros Somente lotes confrontantes com as seguintes ruas: Rua Mato Grosso do Sul / Rua Etevaldo Olsen / Rua AntonioCestari Casa Grande / Rua Particular (exceto os lotes confrontantes com Av. Brasil e Rua 15 de Novembro) R$ 82,82
04 23 01, 06 a 08 Rua América / Rua Mato Grosso R$ 82,82
04 24 06 a 10 Rua Acre / Rua América R$ 82,82
04 24-A 06 a 09 Rua Acre R$ 82,82
05 05 09 a 18 Rua Rio Grande do Sul R$ 48,31
05 07 A-11 Av. Brasil R$ 48,31
05 18 07 Av. Brasil – Campo de Futebol R$ 48,31
03 Todas Todos os lotes Demais lotes não relacionados classificam na Zona Fiscal 03 R $
110,42
CIDADE DE XAMBRÊ – DISTRITO DE ELISA
ZF Qd LOTES LOGRADOUROS R$/M2
02 04 01 a 09 Avenida Waldemar Marques de Novaes R$ 138,03
02 06 01, 15 a 21 Rua Rio de Janeiro R$ 138,03
02 07 01 a 09 Avenida Waldemar Marques de Novaes R$ 138,03
02 08 01 a 09 Avenida Waldemar Marques de Novaes R$ 138,03
02 09 05 a 11 Avenida Waldemar Marques de Novaes R$ 138,03
02 10 08 a 14 Avenida Waldemar Marques de Novaes R$ 138,03
02 12 12 a 21 Rua Rio de Janeiro R$ 138,03
04 01-A Todos os lotes Todos os logradouros confrontantes R$ 82,82
04 01-B Todos os lotes Todos os logradouros confrontantes R$ 82,82
04 02-A 01 a 13 Rua Arquias José da Silva R$ 82,82
04 02-B Todos os lotes Todos os logradouros confrontantes R$ 82,82
04 05 12 a 14, 22 a 28 Rua Espírito Santo / Rua Pará R$ 82,82
04 10 01, 13 a 22 Rua Rio de Janeiro / Rua Maceió R$ 82,82
04 11 06 a 13 Travessa Minas Gerais R$ 82,82
04 12 01 a 11, 22 a 24 Av. Waldemar Marques de Novais / Travessa Minas Gerais R$ 82,82
04 13 Todos os lotes Todos os logradouros R$ 82,82
04 14 Todos os lotes Todos os logradouros R$ 82,82
04 15 01 a 12, 19 a 24 Rua Rio Grande do Sul / Rua Mato Grosso / Tv. Amazonas R$ 82,82
04 16 01 a 12 Rua Rio Grande do Sul / Travessa Amazonas R$ 82,82
04 17 01 a 16 Todos os logradouros confrontantes R$ 82,82
04 18 Todos os lotes Todos os logradouros confrontantes R$ 82,82
05 -------- 01-B-2-A Rodovia PR 182 R$ 48,31
05 -------- 01-B-2-B Rodovia PR 182 R$ 48,31
05 -------- 01-B-2-C/1A Rodovia PR 182 R$ 48,31
05 -------- 01-B-2-C/1B Rodovia PR 182 R$ 48,31
05 -------- 01-B-2-C/1C Rodovia PR 182 R$ 48,31
05 -------- 01-B-2-C/2 Rodovia PR 182 R$ 48,31
05 -------- 01-A Rodovia PR 182 R$ 48,31
05 -------- A-13 Pq. Res. Bela Vista R$ 48,31
03 Todas Todos os lotes Jardim Alto Alegre – Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 Todas Todos os lotes Pq. Res. Bela Vista – Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 Todas Todos os lotes Jardim Imperial – Todos os logradouros confrontantes R$ 110,42
03 Todas Todos os lotes Demais lotes não relacionados classificam na Zona Fiscal 03 R $
110,42
CIDADE DE XAMBRÊ – DISTRITO DE PINDORAMA
ZF QD LOTES LOGRADOUROS R$/M2
05 Todas Todos os lotes Todos os lotes urbanos do Distrito de Pindorama R$ 48,31
Nota Técnica:
Os lotes de terras derivados de unificação, desmembramento ou subdivisão, serão classificados na mesma Zona Fiscal do lote antecedente.
ANEXO II
TAXAS
PREÇOS OU TARIFAS PÚBLICAS MUNICIPAIS
SERVIÇOS PÚBLICOS, PRESTADOS OU COLOCADOS A DISPOSIÇÃO DO SUJEITO PASSIVO, CONFORME O ARTIGO 386 DA LEI 1527/2001 (CTM)
ITEM DESCRIÇÃO VLR. EM R$
1 Taxa de Coleta de Lixo: Por unidade atendida, para todas as atividades até o limite máximo de 0,50 m³ por coleta. 8,00% da UFM
2 Taxa de Limpeza Pública: Para imóveis edificados ou não, por metro linear da face do terreno, por unidade servida pelo serviço. 0,30% da UFM por metro linear
3 Taxa de Conservação de Logradouros (IPTU) 1,00% da UFM
SERVIÇOS DE MÁQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS EM GERAL
1 Pá carregadeira 30,00% da UFM / hora
2 Motoniveladora 30,00% da UFM / hora
3 Caminhão basculante truck 0,82% da UFM / km rodado
4 Caminhão basculante toco 0,68% da UFM / km rodado
5 Caminhão de terra 15,00% da UFM / caminhão
6 Ônibus 0,82% da UFM / km rodado
7 Microônibus 0,68% da UFM / km rodado
8 Van 0,53% da UFM / km rodado
9 Retro-escavadeira 24,00% da UFM / hora
OUTROS SERVIÇOS
1 Capina, roçada e retirada de entulho ou lixo de terrenos 0,15% da UFM / m²
2 Serviços de cemitério 5,00% da UFM
3 Licença Precária 15,00% da UFM / mês
4 Aluguel Box da rodoviária 22,00% da UFM / mês
5 Aluguel do Ginásio de Esportes 4,00% da UFM / hora
6 Aluguel do campo de futebol suíço 18,00% da UFM / hora
7 Aluguel do campo sintético (society) 6,00% da UFM / hora
8 Aluguel do salão de festas do recinto de rodeio 100,00% da UFM / dia
9 Aprovação de projetos
9.1 Até 70,00m² Isento
9.2 De 70,01m² até 999,99m² 25,00% da UFM
9.3 Acima de 999,99m² 50,00% da UFM
10 Licença para execução de obras
10.1 Edificação com até dois pavimentos 0,10% da UFM / m²
10.2 Edificação com mais de dois pavimentos 0,075% da UFM / m²
10.3 Dependência em prédios residenciais 0,05 da UFM / m²
10.4 Dependência em outros prédios para quaisquer finalidades 0,05 da UFM / m²
10.5 Barracões e galpões 0,05 da UFM / m²
10.6 Fachadas e muros 0,025 da UFM / m²
10.7 Marquises, coberturas e tapumes 0,025 da UFM / m²
10.8 Reconstrução, reformas, reparos e demolições 0,025 da UFM / m²
11 Certificado de conclusão de obras – Habite-se
11.1 Até 70,00m² Isento
11.2 De 70,01m² até 999,99m² 0,25% da UFM / m²
11.3 Acima de 999,99m² 0,37% da UFM / m²

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
Av. Adão Arcângelo Dal Ross, n.º 882 - Telefone (44) 3654-1235, Fax (44) 3654-1209
e-mail: pmbrasul@hotmail.com

DECRETO N.º 078/2024

Súmula: *homologa laudo de avaliação, exarado pela comissão especial constituída pela Portaria 226/2024, de 13 de novembro de 2024, sobre os Lotes n.º 01, 02, 03, 04, 05, 06, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Quadra n.º 24, com área total de 4.410,00m² (quatro mil, quatrocentos e dez metros quadrados), constante da Planta Oficial do Loteamento "Cidade de Brasilândia", para fins de doação ao Governo do Estado do Paraná, dando outras providências.*

ALEX ANTONIO CAVALCANTE, Prefeito do Município de Brasilândia do Sul, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica homologada a avaliação exarada pela Comissão Especial, constituída pela Portaria n.º 226/2024, datada de 13 de novembro de 2024, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto, sobre os Lotes n.º 01, 02, 03, 04, 05, 06, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da Quadra n.º 24, com área total de 4.410,00 m² (quatro mil, quatrocentos e dez metros quadrados), constante da Planta Oficial do Loteamento "Cidade de Brasilândia", para fins de doação ao Governo do Estado do Paraná, avaliado em R$205.425,30 (duzentos e cinco mil, quatrocentos e vinte cinco reais e trinta centavos).

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "Deputado Ulisses Guimarães", aos 25 de novembro de 2024.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE:01760012980
Assinado de forma digital por ALEX ANTONIO CAVALCANTE:01760012980
Dados: 2024.11.25 16:25:56 -03'00'
ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 264/2024
MODALIDADE Dispensa por Limite Nº 0154/2024
HOMOLOGADO ATRAVÉS DO TERMO DE RATIFICAÇÃO Nº 154/2024 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024.
Pelo presente instrumento particular, celebram entre si o **MUNICÍPIO DE ALTÔNIA – PREFEITURA MUNICIPAL,** inscrito no CNPJ n.º 81.478.059/0001-91 doravante denominada **CONTRATANTE,** com sede administrativa na Rua Rui Barbosa, 815 – Centro, na cidade de Altônia, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Exmo. **Sr. CLAUDENIR GERVASONE,** portador do RG n.º 1.489.320 SSP/PR e CPF nº 408.411.629-72, residente na **Avenida Gralha Azul, 487,** na cidade de Altônia, Estado do Paraná, e na qualidade de **CONTRATADA** empresa: **TATIANE FERNANDES SOLDA,** inscrito no CNPJ sob nº**. 97.531.039/0001-77**, neste ato representada pelo TATIANE FERNANDES SOLDA**,** portador (a) do RG nº 66600106, CPF nº**.** 026.033.389-19, residente na RUA NELSON PEREIRA BICUDO, na cidade de ESPERANÇA NOVA, Estado do Paraná, resolve firmar o presente Contrato de Prestação de serviços para entrega do objeto da Licitação na Modalidade Dispensa por Limite nº. 0154/2.024, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

OBJETO
O presente Contrato de Prestação de serviços tem por objeto a LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS PARA EVENTO ECOLOGICO, a seguir descritos:

Lote	Item	Quant.	Descrição	V. UNIT	TOTAL
1	1	2	LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUIMICOS, MEDINDO 01M X 01M. MATERIAL EM POLIPROPILENO, COR PADRONIZADO NP AZUL, COM IDENTIFICAÇÃO DE MASCULINO E FEMININO, COM TRANCA INTERNA, CAIXA DE DEJETOS, REPOSIÇÃO DE PAPEL HIGIENICO. COM TRANSPORTE E MONTAGEM	850,00	1.700,00

DO VALOR
O valor dos lotes vencidos pela Empresa TATIANE FERNANDES SOLDA e de R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais).
VIGÊNCIA
O presente contrato terá vigência, com início em **25/11/2024** e término em **31/12/2024**, podendo ser prorrogado por até igual período, caso haja interesse entre as partes contratuais, e saldo nos itens licitados.
DA FORMA DE PAGAMENTO
Para efeito de pagamento, a contratada encaminhará à Prefeitura Municipal de Altônia, após Homologação, e entrega total dos Serviços, a Nota Fiscal, com as especificações detalhadas que acompanham os serviços, bem como deverá constar na Nota Fiscal, o tipo e o número da Licitação. Ex: "Dispensa por Limite Nº0154/2.024".

Os pagamentos serão efetuados **À vista, após conclusão do objeto . ,** de acordo com o sub-item 16.1 do edital.

CONDIÇÕES PARA ENTREGA
Os serviços de locação referentes aos lotes, desta licitação deverão ser prestados no dia 27 de novembro de 2024, no Balneário de Vila Yara, no Município de Altônia – PR.

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, Rejeitará no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com as condições estabelecidas no Edital

A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Os recursos para pagamento decorrentes da aquisição do objeto da presente licitação serão recursos oriundos da Fonte:

41	SECRETARIA DE MEIO AMB AGRIC E TURISMO	23	17		2	103	Apoio e Incentivo ao Turismo	339039120000	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Altônia-PR., 25/11/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE

HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 000038/2024 - 21/11/2024 - Processo Nº 000072/2024

Pelo presente Termo de Homologação, o Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, nos termos do art. 71, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, do art. 90, I da Lei Estadual nº 15.608/07 e o do art. 8º, VI do Decreto Municipal nº 123/18, faz saber que após análise dos atos praticados e observância do cumprimento das formalidades legais, e considerando o Parecer Jurídico exarado, HOMOLOGA a licitação acima descrita para AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO, TIPO PASSEIO, NOVO (ZERO KM), DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TUNEIRAS DO OESTE, PARA TRANSPORTE SANITÁRIO - QUALIFICAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE – PLANO PARANÁ MAIS CIDADES – RESOLUÇÃO SESA N° 1432/2023,Em favor do(s) seguinte(s) vencedor(es):

Vencedor	**FANCAR ITALIA VEICULOS LTDA**
CNPJ	72.358.195/0002-38
Endereço	- COMERCIAL. AVENIDA AMERICA 4978, 4978 - CENTRO - CIANORTE - PR - CEP: 87200000
Contato	00000000

Ítem	*Lote*	*Código*	*Especificação*	*Marca*	*Unidade*	*Quantidade*	*Unitário*	*Valor Total*
00001	00001	00028508	VEICULO TIPO PASSEIO HATCH, NOVO (ZERO KM), ANO FABRICAÇÃO/MODELO 2024/2024 potência mínima (cv ou hp) 70 cv (e), 66 cv (g); combustível gasolina e etanol (flex); transmissão mecânica; 5 marchas à frente; direção hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica; sistema de freios abs; sistema elétrico 12 volts; capacidade de carga para 5 (cinco) passageiros; 4 (quatro) portas; cor predominante branca; tipo de carroceria hatch; vidros e travas elétricos; sistema de ar condicionado; rádio e interface bluetooth; kit de ferramentas exigido por lei e normas do contran e estepe da linha de montagem; airbags frontais motorista e passageiro, cinto de 3 (três) pontas, encosto de cabeça e demais itens de segurança previstos em legislação; garantia de 12 (doze) meses da entrada em operação; entrega técnica pelo fornecedor; adesivo do programa conforme modelo sesa. FIAT MOBI LIKE	FIAT MOBI LIKE	UN	1,00	70.600,00	70.600,00

Total do Fornecedor: 70.600,00
Total Geral: 70.600,00

Publique-se, e, após, encaminhe-se à Pregoeira para as providências cabíveis.

Tuneiras do Oeste, 25/11/2024

Taketoshi Sakurada
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná

LEI COMPLEMENTAR Nº 581
De 25 de novembro de 2024.
Altera a Lei Complementar Municipal nº 380, de 30 de setembro de 2014, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Umuarama e dá outras providências.
A CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Presidente, promulgo, nos termos do art. 33, V, da Lei Orgânica do Município de Umuarama, a seguinte Lei:
Art. 1º Fica alterado o inciso V do artigo 3° da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3°...
V - Contribuição para Custeio da Manutenção da Iluminação Pública e vídeo monitoramento;
…." (NR)
Art. 2º Ficam alterados os incisos VIII e IX do artigo 13 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 13…
VIII - os proprietários de imóvel ou parte ideal de imóvel, destinado à área de preservação permanente (APP), área verde, área de reserva legal (ARL) ou área de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), para o imposto incidente sobre ela, desde que a área esteja devidamente registrada em Cartório de Registro de Imóveis competente, conforme dispuser a legislação aplicável;
IX - os clubes recreativos sem fins lucrativos, desde que disponibilizem suas áreas esportivas (quadras esportivas, campos de futebol, salões sociais, piscinas e áreas de lazer), para ações (campeonatos, torneios, festivais) que o município vier a realizar no mesmo exercício do pedido de isenção;" (NR)
Art. 3º Fica acrescido o inciso XII ao artigo 13 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 13...
XII - as empresas beneficiadas pelos mecanismos de fomento previstos no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, com aplicação temporária de alíquota zero sobre a base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano, conforme previsto nas Leis Municipais nº 4.208/2017; 4.706/2023; 4.658/2023; 4.666/2023; 4.667/2023 e 4.728/2024, ou a que vier a substituí-las."
Art. 4º Fica acrescido o artigo 13-A à Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 13-A O prazo anual para requerimento das isenções mencionadas no artigo 13 será até a data de vencimento da primeira modalidade de pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano."
Art. 5º Fica alterado o artigo 22 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 22. O proprietário, o possuidor do domínio útil ou o superficiário do imóvel poderá requerer revisão do valor venal lançado, até o vencimento da primeira modalidade de pagamento do IPTU de cada exercício". (NR)
Art. 6º Fica alterado o inciso II do artigo 47 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 47...
II - da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.04 da lista anexa." (NR)
Art. 7º Fica acrescido o inciso XXIV ao artigo 47 da Lei Complementar nº 380, de 30 e setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 47...
XXIV - os serviços de articulação, coordenação e gerenciamento prestados pelas cooperativas a seus cooperados, bem como aqueles prestados pelos cooperados às cooperativas e os prestados entre as cooperativas quando associados para consecução dos objetivos sociais."
Art. 8º Fica alterado o § 4º do artigo 58 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 58...
§ 4° Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa." (NR)
Art. 9º Ficam alteradas as alíneas "a" e "b" do inciso IV do § 4° do art. 58 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 58…
§ 4°…
IV – ...
a) antecipadamente, ou seja, na expedição do alvará de construção, quando será concedido o desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor do imposto calculado;
b) em 10 (dez) parcelas mensais, sendo a primeira antes da expedição do alvará de construção, calculando-se o valor normal de acordo com a Tabela I desta Lei Complementar, com acréscimos de juros de mora de 1% a.m. (ao mês) sendo que as parcelas pagas com atraso serão acrescidas de juros e demais acréscimos legais de acordo com o artigo 203 desta Lei." (NR)
Art. 10. Fica acrescida a "Seção VI-A" ao Capítulo II, Título II, Livro I, e os artigos 70-A; 70-B; 70-C; 70-D; 70-E; 70-F; 70-G; e 70-H à Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Seção VI-A
Da Presunção de Omissão de Receita
Art. 70-A O fisco municipal poderá utilizar o instituto da presunção de omissão de receita de prestação de serviço, para fins de ISSQN, arbitrando a base de cálculo do respectivo imposto, conforme critérios estabelecidos nesta Lei.
Art. 70-B As presunções exigidas nesta lei são relativas, podendo ser ilididas por prova em contrário produzida pelo sujeito passivo da obrigação tributária ou ainda, de ofício, pela própria autoridade fazendária que tomar conhecimento a respeito dos fatos efetivamente ocorridos.
Art. 70-C Todo lançamento contábil deverá estar lastreado em documento hábil respectivo.
Art. 70-D Caracterizam omissão de receitas as seguintes ocorrências:
I - a indicação de saldo credor de caixa na escrituração;
II - a falta de escrituração de pagamentos efetuados; e
III - a manutenção no passivo de obrigações já quitadas ou não exigíveis.
Art. 70-E Nas hipóteses do artigo anterior, farão parte da base imponível do ISSQN:
I - o valor do estouro de caixa, no caso do inciso I, do artigo 70-D desta Lei;
II - a soma dos pagamentos efetuados e não lançados, no caso do inciso ll, do artigo 70-D desta Lei;
III - o montante das obrigações pagas e inexigíveis constantes do passivo do balanço patrimonial da empresa.
Art. 70-F Constituem omissão de receita os suprimentos de caixa cuja origem dos recursos não for devidamente comprovada:
§ 1º Os lançamentos de suprimentos de caixa deverão ser fundamentados em documento idôneos e com datas e valores coincidência.
§ 2º O contrato de mutuo somente será aceito como prova caso seja apresentado com as assinaturas das partes contratantes devidamente reconhecidas em cartório, com data anterior à disponibilização dos recursos.
§ 3º Não cumprido o disposto nos parágrafos anteriores, a autoridade fiscal incluirá na base de cálculo do imposto o valor dos recursos de caixa pretensamente fornecidos à empresa por administradores, sócios, prepostos e terceiros.
Art. 70-G Caracterizam omissão de receita os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantido junto a instituição financeira em relação aos quais o titular, regularmente intimado não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.
Parágrafo único. O valor emitido das receitas será considerado recebido no mês do crédito efetuado pela instituição financeira.
Art. 70-H Nos casos em que o contribuinte exerça outras atividades em conjunto com serviços a receita apurada na forma das seções anteriores deverá ser proporcionalizada à participação, em percentual, da prestação de serviços no faturamento global da empresa, no exercício da apuração.
Parágrafo único. A regra do caput será aplicada também para os casos em que o contribuinte exerça mais de uma atividade de prestação de serviços".
Art. 11. Fica acrescido o inciso X ao artigo 79 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 79…
X - apresentar Declaração Mensal de Serviços de Instituições Financeiras – DESIF, na forma do Decreto Regulamentador."
Art. 12. Fica acrescido o inciso VI, juntamente com a alínea "a", ao artigo 86 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 86…
VI – ao contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) na prestação dos serviços previstos no item 15 e subitens da lista de serviços contida no Anexo I desta Lei Complementar, será aplicada a seguinte penalidade:
a) R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês, às instituições financeiras e equiparadas, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e as demais pessoas jurídicas obrigadas a utilizar o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) estabelecidas no Município de Umuarama, que deixarem de apresentar a Declaração Mensal de Serviços de Instituições Financeiras – DESIF, na forma do Decreto Regulamentador." (NR)
Art. 13. Ficam alterados os incisos V e IX do artigo 91 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 91…
V - 3% (três por cento) sobre o preço dos serviços relacionados nos subitens 1.01, 1.02 e 1.04; nos subitens 7.01.01 a 7.01.08, 7.03, 7.09 e 7.19 a 7.21; item 10 e seus subitens, com exceção dos subitens 10.09 e 10.10; subitens 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.07, 12.08, 12.11, 12.12 e 12.13; item 13 e seus subitens; subitens 14.04,14.09, e 17.01 todos da lista de serviços integrante do Anexo I, desta Lei Complementar;
...
IX – 5% (cinco por cento) sobre o preço do serviço relacionado no item 21 e seu subitem da lista de serviços integrantes do Anexo I, desta Lei Complementar."
Art. 14. Fica acrescido o § 6º ao artigo 95 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 95…
§ 6º Verificada a preponderância mencionada nos parágrafos anteriores, torna-se devido o imposto conforme a legislação vigente à data da aquisição, sendo este atualizado monetariamente."
Art. 15. Fica alterado o § 2º do artigo 99 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 99…
§ 2º O lançamento do imposto será feito em momento anterior ao do registro do título translativo no Registro de Imóveis, quando for o caso, sendo que se o registro do título translativo não for realizado no ano do recolhimento do tributo, o valor deverá ser atualizado pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, desde a sua expedição, até a efetiva transferência." (NR)
Art. 16. Fica acrescido o § 8º ao artigo 101 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 101...
§ 8º As empresas beneficiadas pelos mecanismos de fomento previstos no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, serão contempladas com a redução de 50% (cinquenta por cento) na base de cálculo, desde que seja formulado requerimento dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da assinatura do contrato de concessão de direito real de uso ou de aquisição onerosa, conforme regulamentados pelas Leis municipais nº 4.208/2017; 4.706/2023; 4.658/2023; 4.666/2023; 4.667/2023 e 4.728/2024, ou a que vier a substituí-las."
Art. 17. Fica alterado o artigo 104 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 104. Nos casos em que o imposto for pago antes do registro do título translativo no Registro de Imóveis, a base de cálculo será o valor do bem ou do direito na data em que for efetuado o pagamento, sendo que se o registro do título translativo não for realizado perante o Cartório de Registro de Imóveis no ano do recolhimento do tributo, o valor deverá ser atualizado pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, desde a sua expedição, até a efetiva transferência." (NR)
Art. 18. Fica alterado o parágrafo único do artigo 123 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 123…
Parágrafo único. A contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública destina-se a cobrir as seguintes despesas:
I - despesas de consumo de energia elétrica das vias, logradouros e demais bens públicos e a administração, operação, instalação, manutenção, eficientização, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública do Município;
II - e no custeio, manutenção e despesa de pessoal de sistema de vídeo monitoramento apenas após cobertura total por iluminação pública com lâmpadas de LED na cidade de Umuarama". (NR)
Art. 19. Fica acrescido o inciso V ao § 3° do artigo 124 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 124…
§ 3° ...
V - os proprietários de imóveis territoriais, ou parte ideal de imóvel, localizados dentro da área de expansão urbana, destinado à área de preservação permanente (APP), área verde, área de reserva legal (ARL) ou área de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), para o imposto incidente sobre ela, desde que a área esteja devidamente registrada em Cartório de Registro de Imóveis competente, conforme dispuser a legislação aplicável."
Art. 20. Fica acrescido o artigo 128-A à Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 128-A O prazo para requerimento das isenções mencionadas no § 3º do artigo 124 desta Lei Complementar será até a data do vencimento da primeira modalidade de pagamento do IPTU."
Art. 21. Fica acrescido o inciso VI ao caput do artigo 138 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 138 …
VI - As empresas beneficiadas pelos mecanismos de fomento previstos no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, desde que atendam às exigências das Leis municipais nº 4.208/2017; 4.706/2023; 4.658/2023; 4.666/2023; 4.667/2023 e 4.728/2024, ou a que vier a substituí-las."
Art. 22. Ficam acrescidos os incisos IV, V, VI e VII ao caput do artigo 142 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 142 …
IV - os pipoqueiros que utilizam carrinho próprio com metragem inferior à 1 m² (um metro quadrado);
V – os artesãos;
VI – os vendedores de algodão doce que utilizam carrinho próprio com metragem inferior à 1 m² (um metro quadrado) ou cano/tubo para algodão doce;
VII – os vendedores de churros que utilizam carrinho próprio com metragem inferior à 1 m² (um metro quadrado)."
Art. 23. Fica alterada a tabela do artigo 143 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 143….
DISCRIMINAÇÃO DA TAXA DE LICENÇA PARA O COMÉRCIO AMBULANTE
VALOR (R$)
Comércio em veículos de tração mecânica, inclusive trailer - por ano 100,00
Comércio em eventos organizados ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Umuarama – por dia 5,00
Feiras Livres e do Produtor – por ano 50,00
Feiras Livres e do Produtor – por dia 0,50
Demais Comércios eventuais de qualquer espécie – por ano 250,00
Demais Comércios eventuais de qualquer espécie – por dia 10,00
." (NR)
Art. 24. Fica acrescido o parágrafo único ao artigo 143 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 143…
Parágrafo único. Fica autorizado a concessão de isenção das taxas da tabela deste artigo, caso os eventos sejam realizados e/ou organizados pelo Município de Umuarama, como forma de incentivo ao comércio local."
Art. 25. Fica alterada a tabela do artigo 148 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 148…
DISCRIMINAÇÃO DA TAXA DE LICENÇA PARA PROPAGANDA E PUBLICIDADE
VALOR DIA (R$) VALOR MÊS (R$) VALOR ANO (R$)
a) anúncios luminosos, iluminados, placas, e painéis, por m² ou fração - 5,00 50,00
b) anúncios projetados, por mês e local de projeção 106,53 497,15 1.420,44
c) boletins e folhetos 5,00 100,00 250,00
d) propaganda falada, devidamente autorizada 62,14 426,13 1.242,89
e) demais publicidades não enumeradas, por m² ou fração. 0,50 5,00 50,00
f) Wind Banner (unidade) 2,50 50,00 250,00
." (NR)
Art. 26. Fica acrescido o inciso XII ao artigo 153 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
Art. 153…
…
XII - as empresas beneficiadas pelos mecanismos de fomento previstos no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, desde que atendam às exigências das Leis municipais nº 4.208/2017; 4.706/2023; 4.658/2023; 4.666/2023; 4.667/2023 e 4.728/2024, ou a que vier a substituí-las."
Art. 27. Fica alterada a tabela do artigo 159 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 159…
DISCRIMINAÇÃO DA TAXA DE LICENÇA PARA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS VALOR (R$)
2024
Veículos de tração mecânica, inclusive trailer - por ano e por m² 60,00
Ocupação em eventos organizados ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Umuarama – por dia e por m² 5,00
Feiras Livres e do Produtor – por ano e por m² 25,00
Feiras Livres e do Produtor – por dia e por m² 0,25
Demais Ocupações – por ano por local 500,00
Demais Ocupações – por dia por local 100,00
." (NR)
Art. 28. Fica acrescido o parágrafo único ao artigo 159 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 159…
Parágrafo único. Fica autorizado a concessão de isenção das taxas da tabela deste artigo, caso os eventos sejam realizados e/ou organizados pelo Município de Umuarama, como forma de incentivo ao comércio local."
Art. 29. Fica acrescido o artigo 159-A à Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 159-A São isentos da taxa de licença para ocupação do solo nas vias e logradouros públicos:
I - os portadores de deficiências físicas que exercem comércio que gerem renda para sua subsistência, comprovado por laudo de assistente social;
II – os engraxates;
III – os picolezeiros;
IV – os pipoqueiros que utilizam carrinho próprio com metragem inferior à 1 m² (um metro quadrado);
V – os artesãos;
VI – os vendedores de algodão doce que utilizam carrinho próprio com metragem inferior à 1 m² (um metro quadrado) ou cano/tubo para algodão doce;
VII – os vendedores de churros que utilizam carrinho próprio com metragem inferior à 1 m² (um metro quadrado);
VIII – e eventos religiosos.
Parágrafo único. A isenção deverá ser requerida previamente pelo interessado, junto à repartição fiscal competente."
Art. 30. Fica acrescido o inciso III ao artigo 162 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 162…
…
III - as empresas beneficiadas pelos mecanismos de fomento previstos no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, desde que atendam às exigências das Leis municipais nº 4.208/2017; 4.706/2023; 4.658/2023; 4.666/2023; 4.667/2023 e 4.728/2024, ou a que vier a substituí-las."
Art. 31. Fica acrescido o artigo 172-B à Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 172-B Gozarão de isenção das taxas de vigilância sanitária as empresas beneficiadas pelos mecanismos de fomento previstos no Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico, desde que atendam às exigências das Leis municipais nº 4.208/2017; 4.706/2023; 4.658/2023; 4.666/2023; 4.667/2023 e 4.728/2024, ou a que vier a substituí-las."
Art. 32. Suprimido
Art. 33. Suprimido
Art. 34. Suprimido
Art. 35. Fica alterado o § 4° do artigo 193 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 193…
§ 4° Os imóveis ocupados com atividade industrial/comercial que realizarem a destinação própria de seus resíduos gerados, mediante comprovação por meio de Planos de Gerenciamento de Resíduos – PGRS ou Plano de Controle Ambiental - PCA, e Licença Ambiental válida no órgão ambiental competente, poderão ter sua área de tributação reduzida às áreas que geram resíduos comuns (escritórios, banheiros, cozinhas, vestiários, e similares), mediante protocolo feito anualmente até o vencimento da primeira modalidade de pagamento junto à administração pública e vistoria in loco." (NR)
Art. 36. Fica acrescido o § 5° ao artigo 193 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 193…
§ 5° Os valores da Taxa de Coleta de Lixo descritos no caput deste artigo não se aplicam ao grande gerador de resíduos sólidos, considerado todo aquele que, no desenvolvimento de suas atividades, sendo ela domiciliar, comercial, prestador de serviços, industrial ou outras, produza diariamente mais de 100 (cem) litros ou 60 (sessenta) quilogramas de resíduos de características domiciliares, por estabelecimento ou residência, ficando desde já autorizado a sua cobrança, a ser regulamentado por lei específica." (NR)
Art. 37. Fica acrescido o artigo 193-A à Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 193-A As isenções e impugnações previstas nos § 2º e § 3º do artigo 193 desta Lei Complementar devem ser requeridas anualmente até o vencimento da primeira modalidade de pagamento junto à administração pública".
Art. 38. Fica acrescida a "Seção III-A" ao Capítulo I, Título I, Livro II, e os artigos 209-A, 209-B, 209-C, 209-D, 209-E, 209-F, 209-G, 209-H, 209-I, 209-J, 209-K, 209-L, 209-M, 209-N, 209-O, e 209-P à Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Seção III-A
Da Autorregularização
Art. 209-A A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das irregularidades decorrentes das divergências ou inconsistências identificadas pelo Fisco Municipal no exercício regular de sua atividade e comunicadas, de ofício, para que o contribuinte as regularize independentemente de início de procedimento administrativo tributário, nos termos e condições estabelecidos na própria comunicação.
Art. 209-B Não se considerará início de procedimento administrativo-tributário ou medida de fiscalização a comunicação emitida pela Secretaria Municipal de Fazenda e encaminhada ao contribuinte, sobre divergências ou inconsistências passíveis de serem sanadas pelo contribuinte mediante autorregularização.
Art. 209-C A manutenção da espontaneidade, na hipótese da autorregularização, restringe-se às inconsistências descritas na comunicação.
Art. 209-D As inconsistências passíveis de regularização são aquelas identificadas por meio da análise de informações:
I - apresentadas pelos próprios contribuintes;
II - recebidas em razão de convênios de cooperação mútua;
III - obtidas junto a terceiros, em sistemas de controles fiscais ou outras fontes utilizadas pela Fiscalização Municipal.
Art. 209-E A comunicação para autorregularização de inconsistências será emitida pela Fiscalização Tributária com numeração sequencial e deverá conter, no mínimo:
I - os dados do contribuinte e do seu representante legal;
II - a descrição da inconsistência encontrada;
III - os demonstrativos do crédito tributário, se for o caso;
IV - as instruções sobre a forma de realizar o saneamento e o prazo para autorregularização;
V - a ciência de que, se não regularizado dentro do prazo, será iniciado procedimento fiscal, bem como procedido ao auto de lançamento tributário com as penalidades cabíveis nestas circunstâncias.
Parágrafo único. Findo o prazo de que trata o inciso V deste artigo, fica afastada a possibilidade de autorregularização.
Art. 209-F A comunicação será enviada via postal ou pelo Domicílio Tributário Eletrônico – DTE.
Parágrafo único. Não sendo localizado o contribuinte por qualquer das formas referidas no "caput" deste artigo, será dado início ao procedimento fiscal tendente a apurar o valor devido para a inscrição em dívida ativa e adoção das medidas cabíveis.
Art. 209-G O prazo concedido para saneamento das irregularidades será de 30 (trinta) dias, corridos, datados da ciência do contribuinte.
Parágrafo único. Poderá o Fisco Municipal, em consequência de solicitação devidamente fundamentada realizada dentro do período referido no caput, prorrogar o prazo de concedido inicialmente para autorregularização por até 30 (trinta) dias.
Art. 209-H A falta de atendimento da comunicação nos termos do artigo 209-E, acarretará a inclusão do contribuinte no plano de fiscalização para a adoção das medidas fiscais cabíveis.
Art. 209-I O uso do procedimento de autorregularização não afasta, no cumprimento da obrigação principal, os acréscimos moratórios definidos no artigo 203 desta Lei.
Art. 209-J Fica autorizado o Poder Executivo a regulamentar o disposto nesta Lei, bem como a acrescentar e estabelecer normas para o cumprimento de obrigações acessórias relacionadas a autorregularização.
Subseção I
Dos débitos sujeitos à autorregularização
Art. 209-K Podem ser liquidados na forma da autorregularização os seguintes tributos:
I - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
II - Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição – ITBI;
III - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
IV - Contribuição de Melhoria;
V - Contribuição para Custeio da Manutenção da Iluminação Pública;
Subseção II
Das modalidades de pagamento
Art. 209-L Os débitos objeto de autorregularização poderão ser pagos à vista, com desconto 70% (setenta porcento) de juros e multa, ressalvando a correção monetária.
Art. 209-M Os débitos objeto da autorregularização poderão ser pagos na forma parcelada, observando as disposições do artigo 227 desta Lei.
Subseção III
Do requerimento da adesão
Art. 209-N O requerimento de adesão à autorregularização deverá ser formalizado mediante abertura de processo administrativo, no qual deverá ser instruído da seguinte forma:
I – requerimento tempestivo assinado pelo requerente;
II – juntada de documentos que comprove a legitimidade do requerente;
III – indicação dos débitos tributários que trata o artigo 209-K desta Lei;
IV – indicação da modalidade de pagamento nos termos do artigo 209-L e 209-M desta Lei.
Subseção IV
Do deferimento do autorregularização
Art. 209-O O deferimento da autorregularização será realizado mediante a homologação expressa por autoridade fazendária, com consequente extinção da obrigação nos termos do artigo 210, inciso I desta Lei.
Subseção V
Dos efeitos da adesão à autorregularização
Art. 209-P A adesão à autorregularização implica na confissão irrevogável e irretratável dos débitos indicados para autorregularização em nome do sujeito passivo, na condição de contribuinte ou responsável."
Art. 39. Fica acrescido o § 4° ao artigo 211 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, com a seguinte redação:
"Art. 211…
§ 4° Fica autorizada a baixa de pagamentos em que a diferença de valores não ultrapasse o valor de R$ 10,00 (dez reais)."
Art. 40. Fica alterada a tabela do artigo 227 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 227…
TRIBUTOS GERAL ESPECIAL
ISS, IPTU, TAXAS, CONTRIBUIÇÃO DE ELHORIA E OUTROS. ATÉ 60 PARCELAS ATÉ 120 PARCELAS
." (NR)
Art. 41. Ficam alterados os §§ 4° e 9° do art. 227 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 227…
§ 4° A mora de três parcelas consecutivas implicará no cancelamento do parcelamento/reparcelamento e no início dos procedimentos de cobrança administrativa, extrajudicial e judicial.
….
§ 9° Em caso de reparcelamento exigir-se-á como condição de entrada no mínimo 30% (trinta por cento) do valor a ser reparcelado." (NR)
Art. 42. Ficam alterados o caput e o § 1° do art. 284 da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 284. O julgador de primeira instância é o Secretário Municipal de Fazenda, não sendo permitida delegação à outra autoridade, salvo em caso de impedimento.
§ 1° Nos casos de impedimento do Secretário Municipal de Fazenda, por férias, licença ou qualquer motivo de afastamento temporário de suas funções, o Prefeito designará o seu substituto, que decidirá em primeira instância os processos de impugnação." (NR)
Art. 43. Fica alterada a alíquota dos serviços relacionados no item 21 e subitem 21.01, do anexo I (LISTA DE SERVIÇOS) da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"ANEXO I
…
LISTA DE SERVIÇOS
ALÍQUOTA
7 Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.
(...) (...)
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer. 3%
(...) (...)
17 Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.
17.01 Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados, serviços de pesagens e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares. 3%
(...) (...)
21 Serviços de registros públicos, cartorárias e notariais.
21.01 Serviços de registros públicos, cartorários e notariais. 5%
" (NR)
Art. 44. Fica alterada a Tabela I da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"TABELA I
Sobre o IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
1) CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS, Unifamiliar:
Tipo Área construída Base de Cálculo (por m²)
A Residencial "baixo padrão 1", com até 70 m² de área construída, unifamiliar, econômica, proprietário pessoa física, somente uma unidade do lote destinada à uso próprio, observados os requisitos em conjunto; CUB, R-1 Padrão Baixo
B Residencial "baixo padrão 2", com até 100,00 m² de área construída, unifamiliar, econômica, que não se enquadre no item "A"; CUB - R1, Padrão Baixo
C Residencial "padrão normal" com área construída de 100,01 m² a 200,00 m²; CUB - R1, Padrão Normal
D Residencial "padrão alto", com área construída acima de 200,01 m²; CUB - R1, Padrão Alto
2) CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS, Multifamiliar:
Tipo Área construída Base de Cálculo (por m²)
A Residencial "baixo padrão", com até 100,00 m² de área construída, multifamiliar e econômica; CUB, R-1 Padrão Baixo
B Residencial "padrão normal", com área construída de 100,01 m² a 200,00 m²; CUB - R1, Padrão Normal
C Residencial "padrão alto", com área construída acima de 200,01 m²; CUB - R1, Padrão Alto
3) CONSTRUÇÕES COMERCIAIS:
Tipo Área construída Base de Cálculo (por m²)
A Salas e lojas, padrão normal independente da área construída; CUB, CAL-8, Padrão Normal
B Salas e lojas, padrão alto independente da área construída; CUB - CAL-8, Padrão Alto
C Galpão, padrão único, independente de área construída; CUB - G1, Padrão Único
" (NR)
Art. 45. Ficam revogados a alínea "e", do inciso III do artigo 5°, o inciso VI do artigo 13, o inciso IX do artigo 91 e o artigo 308, todos da Lei Complementar nº 380, de 30 de setembro de 2014.
Art. 46. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1° de janeiro de 2025.
Umuarama, 25de novembro de 2024.
Cleber Marcos Nogueira
Presidente
Projeto de Lei Complementar nº 026/2024
Poder Executivo Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
RESUMO DE CONTRATOS
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 510/2024
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ – SENAC/PR
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de instituição brasileira para prestação de serviços de realização de cursos de aperfeiçoamento e socioprofissionalizante (Panetones, Bolos e Roscas Natalinas; Confecção de Ovos de Páscoa e Bombons; Doces de Barraquinha; Doces e Salgados para Festas Infantis; Preparo de Pizza; Preparo de Pães e Bolachas; Doces para Confeitaria; Hamburguer Artesanal; Preparo de Salgados Assados e Fritos; Preparo de Tortas Doces e Salgadas; Básico em Corte de Cabelo Masculino; Modelagem e Henna para Sobrancelhas; Introdução à Maquiagem; Penteados e Tranças Afros; Básico de Corte Feminino e Escova; Amigurumi – Confecção de Bonecos em Crochê; Oficina de Confecção de Bonecas de Pano; Uso Básico do Micro com Internet; Montagem, Configuração e Manutenção de Computadores; Manutenção de Celulares e Smartphones; Oficina – Funções Básicas do Telefone Celular; Crochê Avançado; Técnicas de Patchwork; Etiqueta Social e Profissional em Eventos e Violência Digital contra a Criança e Adolescente), visando promover a inclusão social e oportunizar o desenvolvimento de interesses e talentos múltiplos para jovens, adultos e idosos, atendidos pelos serviços: CRAM, CRAS, CREAS SCFV para crianças e idosos, através da Secretaria de Assistência Social
Valor: R$ 209.000,00 (duzentos e nove mil reais).
Vigência: 18/11/2024 a 18/11/2025.
Fundamentação: O presente contrato tem por objeto a contratação de instituição brasileira para prestação de serviços de realização de cursos de aperfeiçoamento e socioprofissionalizante (Panetones, Bolos e Roscas Natalinas; Confecção de Ovos de Páscoa e Bombons; Doces de Barraquinha; Doces e Salgados para Festas Infantis; Preparo de Pizza; Preparo de Pães e Bolachas; Doces para Confeitaria; Hamburguer Artesanal; Preparo de Salgados Assados e Fritos; Preparo de Tortas Doces e Salgadas; Básico em Corte de Cabelo Masculino; Modelagem e Henna para Sobrancelhas; Introdução à Maquiagem; Penteados e Tranças Afros; Básico de Corte Feminino e Escova; Amigurumi – Confecção de Bonecos em Crochê; Oficina de Confecção de Bonecas de Pano; Uso Básico do Micro com Internet; Montagem, Configuração e Manutenção de Computadores; Manutenção de Celulares e Smartphones; Oficina – Funções Básicas do Telefone Celular; Crochê Avançado; Técnicas de Patchwork; Etiqueta Social e Profissional em Eventos e Violência Digital contra a Criança e Adolescente), visando promover a inclusão social e oportunizar o desenvolvimento de interesses e talentos múltiplos para jovens, adultos e idosos, atendidos pelos serviços: CRAM, CRAS, CREAS SCFV para crianças e idosos, através da Secretaria de Assistência Social
Umuarama, 25 de novembro de 2024
MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 160/2024 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.°1410/2024 de 10/09/2024
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição e instalação de equipamentos cerca elétrica e CFTV, em programas da Secretaria de Assistência Social.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 11/12/2024.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 11/12/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 11/12/2024.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 32.215,62 (trinta e dois mil e duzentos e quinze reais e sessenta e dois centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU no Portal Nacional de Compras (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, E/OU por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 21 de novembro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
DAYANNE PAOLA DE OLIVEIRA DEMOZZI
Secretária de Assistência Social
MARIO SÉRGIO BIEDA DE FREITAS
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 161/2024 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1488/2024 de 16/01/2024
AMPLA CONCORRÊNCIA
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para fornecimento de 02(dois) veículos novos, 0(zero) km, para uso das entidades socioassistenciais.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 12/12/2024.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00horas do dia 12/12/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00horas do dia 12/12/2024.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 447.458,78 (quatrocentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e oito centavos)
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU no Portal Nacional de Compras (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, E/OU por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 21 de novembro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
DAYANNE PAOLA DE OLIVEIRA DEMOZZI
Secretária de Assistência Social
MARIO SÉRGIO BIEDA DE FREITAS
Secretário de Administração

Publicações legais

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.640.520/0001-75 – FONE 3654-1235
AV. ADÃO ARCÂNGELO DAL BEM, 882-BRASILÂNDIA DO SUL, PR.

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BEM IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

Aos 13 (treze) dias do mês de novembro de 2024, (dois mil e vinte e quatro), em sessão extraordinária no GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA DO SUL E COMARCA DE ALTO PIQUIRI, ESTADO DO PARANÁ, às 14H, de acordo com a Portaria nº 226/2024 compareceram os Senhores PAULO ROBERTO BASTILHA FALCÃO, presidente da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis Urbanos públicos deste município e HUMBERTO TEIXEIRA D´AVILA, Secretário e OS SEGUINTES Membros: JOÃO LUIZ MALFATO, GUSTAVO TADEU CEGATTO e LEONILDO MENDES GOES, em cumprimento dentro das formalidades de praxe, o Sr. Presidente convidou o Sr. HUMBERTO TEIXEIRA D' AVILA, para secretariar e auxiliar na lavratura da presente ata. Dando sequência a reunião convocada como **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, tendo como pauta **da Ordem do dia** tratar de assuntos relacionados à **AVALIAÇÃO DE IMÓVEL** conforme descrito: **Lotes de Terras nº 01,02,03,04,05,06,12,13,14,15,16 e 17, Matrícula nº 1.080-** C.R.I. Alto Piquiri, **com uma área superficial TOTAL DE 4.410,00 m², COM BENFEITORIAS,** sendo uma construção em alvenaria para fins educacional **com UMA ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA de 1.030,05m²,com os seguintes Limites e Confrontações: AO NOROESTE:** Limite-se e Confronta-se coma Rua Lídia de Farias Souza (Ant. Rua Equador), numa extensão de 73,50 metros, no Rumo NE 35º 45' SO; **AO SUDOESTE:** Limita-se e Confronta-se com os Lotes nº 07 e 18, numa extensão de total de 60,00 metros, no Rumo NO 54º 15 SE; **AO NORDESTE:** Limita-se e Confronta-se com a Rua Miguel Ferreira da Costa (Ant. Rua Alemanha), numa extensão de 60,00 metros, no Rumo de NO 54º 15' SE; **AO SUDESTE:** Limita-se e Confronta-se a Av. Zelinda Teixeira Lima Bertoldo (Ant. Av. Brasil), numa extensão de 73,50 metros, pelo Rumo NE 35º 45' SO; constante na Planta oficial do Município de Brasilândia do Sul-PR. Após debaterem sobre o assunto, os acima nominados em discutição da ordem do dia foi decidido que o **VALOR DO METRO QUADRADO para a AVALIAÇÃO DO LOTE DE TERRAS ACIMA DESCRITO FOI DE R$ 27,91** (vinte sete reais e noventa e um centavos) e para a **ÁREA CONSTRUIDA FOI DE R$ 79,94** (setenta e nove reais e noventa e quatro centavos), Valores estes de acordo com o Código Tributário Municipal (Lei nº 036/2014). Desta forma, chegou-se ao **VALOR VENAL SOBRE O LOTE DE TERRAS DE R$ 123.083,10** (cento e vinte e três mil, oitenta e três reais e dez centavos) E **PARA A CONSTRUÇÃO O VALOR VENAL DE R$ 82.342,20** (oitenta e dois mil, trezentos e quarenta e dois reais vinte centavos), **fazendo um TOTAL DE R$ 205.425,30** (duzentos e cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta centavos). Após chegarem ao VALOR FINAL DO IMÓVEL COM SUAS BENFEITORAIS, finalizou saudando a todos os presentes, deixando a palavra para o Presidente, o qual deu por encerrada a presente sessão, solicitando que fosse lavrado a presente ata, que eu **HUMBERTO TEIXEIRA D'AVILA**, secretário designado para o ato, assim o procedi, lavrando-a, e que após será assinado por mim, pelo Senhor **PAULO ROBERTO BASTILHA FALCÃO** presidente desta sessão extraordinária e pelos demais integrantes desta Comissão Especial.

PAULO ROBERTO B. FALCAO
PRESIDENTE

HUMBERTO TEIXEIRA DÁVILA
SECRETÁRIO

JOÃO LUIZ MALFATO
MEMBRO

GUSTAVO TADEU CEGATTO
MEMBRO

LEONILDO MENDES GOES
MEMBRO

MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE
ESTADO DO PARANÁ

ATA DA CONTINUIDADE DA SESSÃO PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DECLARAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL REFERENTES A CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 012/2024 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2024).

Aos **25 (vinte e cinco)** dias do mês de **novembro** do ano de **2024 (dois mil e vinte e quatro)**, **08h30min** na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste, localizada na Rua Santa Catarina, 409 – Centro (Paço Municipal), reuniu-se a Comissão de Contratação, nomeada pelo Sr. Prefeito Municipal, Taketoshi Sakurada, através da Portaria nº 225/2024, constituída pelos servidores Diego Silva dos Santos (Agente de Contratação), e o Sr. Rubens Barbosa de Matos, ocupante do Cargo de Contador deste município, o mesmo possui formação acadêmica em Contabilidade e encontra-se regularmente inscrito junto ao Conselho de Contabilidade do Paraná (CRC-PR 036625/O-6) para analisar e julgar o balanço patrimonial e declarações contábeis do último exercício social da empresa participante da **CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 012/2024 (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2024)**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REFORMA NA UBS DO BAIRRO CUARAITAVA, NO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE, CONFORME RESOLUÇÃO SESA Nº 388/2023 – PROTOCOLO 20.401.395-0**, conforme Anexos deste processo licitatório, com julgamento pelo tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme os termos do Edital. Com a palavra, o Agente de Contratação declarou aberta a sessão, e repassou os dados contábeis da empresa participante para a avaliação do Sr. Rubens Barbosa de Matos, após minuciosa análise do mesmo, o mesmo considerou toda a documentação entregue em conformidade com o que o pede o edital. Outrossim, levando em consideração o ocorrido na sessão anterior e diante do cumprimento das exigências do Edital e por estar dentro do valor previsto na Planilha Orçamentária elaborada pela Divisão de Engenharia desta municipalidade e por referido valor estar dentro do praticado no mercado regional, a Comissão decide acatar a Proposta de Preço apresentada pela empresa **CICERO A. FERREIRA - ME** conforme tabela abaixo:

HABIL.	LICITANTE	VALOR (R$)
1º	CICERO A. FERREIRA	210.464,56

Como já avaliado na sessão anterior, todo o restante de sua documentação está conforme o solicitado no edital, considerando a mesma **HABILITADA**, e declarando a mesma como **VENCEDORA** deste certame, pois apresentou o melhor lance e toda sua documentação estava como regra o edital. Com isso, considerando os ditames do edital, Eu, Diego Silva dos Santos, Agente de Contratação cientificarei a empresa participante. Lembrando que conforme os ditames da Lei 14.133/2021, a não manifestação do recurso, implicará na decadência do seu direito, demais fases recursais, caso haja alguma manifestação seguirá o que regra o edital. Relato também que a íntegra deste processo licitatório estará disponível no Portal da Transparência. Nada mais a relatar encerrou a sessão as 08:50 horas. Nada mais havendo a relatar, eu, Diego Silva dos Santos, Agente de Contratação, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

DIEGO SILVA DOS SANTOS
Agente de Contratação
Portaria n° 225/2024

RUBENS BARBOSA DE MATOS
Contador do Município
CRC-PR 036625/O-6

MUNICIPIO DE TAPIRA
Estado do Paraná
Exercício: 2024
RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO ESTADUAL
Período de 01/09/2024 a 30/09/2024

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA , comunico à Vossa Senhoria que o município de TAPIRA de recebeu do Governo Estadual os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Descrição	Valor
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	10/09/2024	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	49.494,41
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	10/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.520,77
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/09/2024	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	5.199,34
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	20/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.176,90
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	20/09/2024	COTA-PARTE DO IPI - MUNICIPIOS - PRINCIPAL	2.101,24
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	30/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.254,96
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	30/09/2024	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	4.559,07
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	11/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.702,23
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	02/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.074,39
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	12/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.248,95
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	03/09/2024	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	89.661,64
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	03/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	241,50
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	13/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	2.738,13
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	23/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.279,32
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	04/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.294,60
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	24/09/2024	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	75.038,77
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	24/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.851,60
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	05/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	130,38
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	25/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.277,45
1.7.2.9.52.0.1.01.00.00.00.00	25/09/2024	PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICÍPIOS - PETE/PR	20.231,32
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	06/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.274,63
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	16/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.176,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	26/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.019,73
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	17/09/2024	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	364.810,52
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	17/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.982,47
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	27/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	2.375,06
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	18/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	137,38
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	09/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.314,88
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	19/09/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	308,46
2.4.2.2.99.0.1.12.00.00.00.00	16/09/2024	Pavimentação - Convenio SECID 134/2023 SIT 58658	64.381,87
		Total ....:	**701.857,97**

CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/2024 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 1346/2024 de 07/10/2024
LOTE PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTES EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)
O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a aquisição de computadores, impressoras 3D, óculos de realidade virtual e sistema de videoconferência para instalação no Parque Tecnológico, com recursos do Convênio com a SEI nº 005/2023.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 08:00 horas do dia 13/12/2024.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 às 09:00 horas do dia 13/12/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 13/12/2024.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 667.167,36 (Seiscentos e sessenta e sete mil e cento e sessenta e sete reais e trinta e seis centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU no Portal Nacional de Compras (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, E/OU por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr,21 de novembro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
EDVALDO CERANTO JÚNIOR
Secretário de Indústria, Comércio e Inovação
MARIO SÉRGIO BIEDA DE FREITAS
Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

C.G.C.76.247.345/0001-06
AV. PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 442-FONE (044) 677-1222
CEP 87430-000 - TAPEJARA - PARANÁ

DECRETO Nº 156, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024

Dispõe sobre abertura de crédito Adicional Suplementar em dotações do orçamento corrente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAPEJARA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71 inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei nº. 2.417 de 24 de novembro de 2023.

DECRETA

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento do executivo para o corrente exercício o valor de R$: 222.400,00 (duzentos e vinte e dois mil e quatrocentos reais), destinados a ocorrer com despesas classificadas nas atividades e nos elementos a seguir discriminados:

05.000.00.000.0000.0.00Secretaria de Administração
05.002.00.000.0000.0.00Divisão de Serviços Gerais
05.002.04.122.0002.2.007Encarg. Gerais do Município
Fonte: 000 - Recursos Ordinários (livres)
3.3.90.30.00.00 (38) Material de Consumo R$: 10.000,00
3.3.90.36.00.00 (40) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$: 10.000,00
3.3.90.39.00.00 (41) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$: 15.000,00

10.000.00.000.0000.0.00Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
10.001.00.000.0000.0.00Divisão de Ensino Fundamental
10.001.12.361.0017.2.019Manutenção e Encargos da Divisão de Ensino Fundamental
Fonte: 104 - Educação 25% / Sobre Impostos
3.3.90.30.00.00 (208) Material de Consumo R$: 50.000,00
3.3.90.39.00.00 (217) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$: 70.000,00

10.001.12.361.0036.2.063Manuten. e Encargos do Transporte Escolar
Fonte: 103 - Aplicação Sobre Transferencias Constitucionais
3.3.90.30.00.00 (244) Material de Consumo R$: 27.000,00

10.002.00.000.0000.0.00Divisão de Assistência ao Educando
10.002.12.306.0031.2.023Manut. e Encargos da Divisão de Merenda Escolar
Fonte: 000 - Recursos Ordinários (livres)
3.3.90.32.00.00 (288) Material, Bem ou Serviço Para Distribuição Gratuita R$: 14.400,00

11.000.00.000.0000.0.00Secretaria de Saúde
11.001.00.000.0000.0.00Fundo Municipal de Saúde

11.001.10.301.0023.2.033Manutenção e Encargos de Saúde - Atenção Primária - RecursosPróprios
Fonte: 303 - Saúde - 15%
3.3.90.39.00.00 (345) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$: 25.000,00

12.000.00.000.0000.0.00Secretaria de Assistencia Social
12.004.00.000.0000.0.00Divisão de Ação Social
12.004.08.244.0028.2.041Manutenção e Encargos da Divisão de Ação SocialFonte: 000 - Recursos Ordinários (livres)
3.3.90.39.00.00 (495) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$: 1.000,00

Total R$: 222.400,00

Artigo 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo 1°, será utilizado como recurso o cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

05.000.00.000.0000.0.0 Secretaria de Administração
05.002.00.000.0000.0.00Divisão de Serviços Gerais
05.002.04.122.0002.2.007Encarg. Gerais do Município
Fonte: 000 - Recursos Ordinários (livres)
3.3.91.97.00.00 (45) Aporte Para Cobertura do Déficit Atuarial do Rpps R$: 35.000,00

10.000.00.000.0000.0.0 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
10.001.00.000.0000.0.00Divisão de Ensino Fundamental
10.001.12.361.0017.2.019Manutenção e Encargos da Divisão de Ensino Fundamental
Fonte: 104 - Educação 25% / Sobre Impostos
3.1.90.11.00.00 (200) Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$: 120.000,00

10.001.12.361.0036.2.063Manutenção e Encargos do Transporte Escolar
Fonte: 103 - Aplicação Sobre Transferencias Constitucionais
3.1.90.11.00.00 (239) Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$: 25.000,00
3.1.90.13.00.00 (240) Contribuições Patronais R$: 2.000,00

10.002.00.000.0000.0.00Divisão de Assistência ao Educando
10.002.12.306.0031.2.023Manuten. e Encargos da Divisão de Merenda Escolar
Fonte: 000 - Recursos Ordinários (livres)
3.3.90.30.00.00 (287) Material de Consumo R$: 5.600,00
3.3.90.08.00.00 (286) Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar R$: 1.600,00
3.3.90.36.00.00 (290) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$: 1.100,00
3.3.90.39.00.00 (291) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$: 1.600,00
3.3.90.93.00.00 (292) Indenizações e Restituições R$: 4.500,00

11.000.00.000.0000.0.0 Secretaria de Saúde

11.001.00.000.0000.0.00Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0023.2.033Manutenção e Encargos de Saúde - Atenção Primária - RecursosPróprios
Fonte: 303 - Saúde - 15%
3.1.91.13.00.00 (333) Contribuições Patronais R$: 25.000,00

12.000.00.000.0000.0.0 Secretaria de Assistencia Social
12.004.00.000.0000.0.00Divisão de Ação Social
12.004.08.244.0028.2.041Manuten. e Encargos da Divisão de Ação Social
Fonte: 000 - Recursos Ordinários (livres)
3.3.90.36.00.00 (494) Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R$: 1.000,00

Total R$: 222.400,00

Artigo **3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tapejara, 25 de novembro de 2024.

RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
PREFEITO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Assistência Social
MARILUZ – PR
E.mail: assistenciasocial@mariluz.pr.gov.br
Avenida Marília, n. º 2534 - Centro – CEP: 87.470-000 – FONE (44) 3534-1599

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA 34/2024
RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME SERVIDOR: Marcio Roberto Solera
MATRICULA: 202366
RG: 8.744.409-0
DESTINO/UF: Paranavaí - Pr
DATA: 25/11/2024
HORA SAÍDA: 11:00 horas
HORA RETORNO: 20:00 horas
MEIO DE TRANSPORTE PLACA: veículo CRONOS FIAT - SDU5C73

Pagamento de 1/8 de umas diárias, conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R$ 47,07 como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de Paranavaí – Pr, conduzir 01 usuários com acompanhantes para o Laboratório para realizar uma coleta de material para um Laudo de DNA .

Lenice Brasiliano Marinho
Secretária Municipal de Assistência Social

Paulo Armando da Silva Alves
PREFEITO

Recebi em ___/___/____

DEFERIDO [_]
INDEFERIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ
D E C R E T O Nº 356/2024
Anula a Fase Externa do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 125/2024 – PMU.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o julgamento do recurso apresentado pela proponente DESIGN PRINT LTDA.
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 71 da Lei Federal 14.133/21, bem como o enunciado das Súmulas 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal, segundo os quais aduzem que compete à Administração Pública anular seus próprios atos;
CONSIDERANDO o conteúdo do Parecer Jurídico nº 1.882/2024, da Procuradoria Geral do Município, emitido em 11 de novembro de 2024;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica anulada a Fase Externa do procedimento licitatório instaurado mediante o Edital de Licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico nº 125/2024 – PMU, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para confecção e instalação de comunicação visual – placas de identificação, fachada, totem e caixas luminosa, para o parque tecnológico de Umuarama.
Art.2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
UMUARAMA, 25 de novembro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS
Secretário de Administração

MUNICIPIO DE TAPIRA
Estado do Paraná
Exercício: 2024
RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL
Período de 01/09/2024 a 30/09/2024

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de TAPIRA recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	485.264,62
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	RECEITAS CORRENTES	-97.052,91
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	485.264,62
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-97.052,91
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	485.264,62
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-97.052,91
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	485.264,62
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	-97.052,91
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	476.402,15
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	-95.280,42
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	10/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS - COTA MENSA	476.402,15
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	10/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-95.280,42
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	10/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	476.402,15
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	10/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-95.280,42
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	17.724,94
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	10/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	-3.544,98
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	10/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	8.862,47
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	10/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-1.772,49
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	189.392,37
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	RECEITAS CORRENTES	-34.035,95
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	189.392,37
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-34.035,95
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	189.392,37
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-34.035,95
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	170.179,84
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	-34.035,95
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	154.544,82
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	-30.908,95
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	154.544,82
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	20/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-30.908,95
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	154.544,82
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	20/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-30.908,95
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	31.270,04
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	-6.254,00
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	15.635,02
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	20/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-3.127,00
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO D	19.212,53
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	19.212,53
1.7.1.2.52.1.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETROLE	532,15
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	532,15
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP	18.680,38
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00	20/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP - PRINCIPAL	18.680,38
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	584.004,43
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	RECEITAS CORRENTES	-116.064,74
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	584.004,43
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-116.064,74
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	584.004,43
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-116.064,74
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	580.323,77
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	-116.064,74
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	513.362,96
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	-102.672,58
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	513.362,96
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	30/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-102.672,58
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	513.362,96
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	30/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-102.672,58
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	133.921,62
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	-26.784,32
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	66.960,81
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	30/09/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-13.392,16
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	3.680,66
1.7.1.9.58.0.0.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	7.361,32
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00	30/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	3.680,66
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	11/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	91,73
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	11/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	91,73
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	11/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	91,73
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00	11/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO D	91,73
1.7.1.2.51.0.0.00.00.00.00	11/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECUR	183,46
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00	11/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECUR	91,73
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	02/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	11.565,64
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	02/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.565,64
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	02/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	11.565,64
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00	02/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO D	11.565,64

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de TAPIRA recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00	02/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	11.565,64
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00	02/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP	11.565,64
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00	02/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP - PRINCIPAL	11.565,64
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	12/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	25.416,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	12/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.416,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	12/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	25.416,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	12/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	25.416,00
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	12/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	25.416,00
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00	12/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	25.416,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00	12/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	25.416,00
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00.00	12/09/2024	1 - Receita	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	25.416,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	13/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	2.848,56
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	13/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.848,56
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	13/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	2.848,56
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	13/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	2.848,56
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	13/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	2.848,56
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00	13/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	2.848,56
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00	13/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	2.848,56
1.7.1.3.50.1.1.25.00.00.00	13/09/2024	1 - Receita	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPUL	2.848,56
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	44.162,36
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.162,36
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	44.162,36
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	44.162,36
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	44.162,36
1.7.1.3.50.2.0.00.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	33.675,41
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	33.675,41
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	10.486,95
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	10.486,95
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	INC. FINANCEIRO AOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM S	1.014,95
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO D	1.000,00
1.7.1.3.50.3.1.04.00.00.00	04/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAG. DOS VENCIMENTO	8.472,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	24/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	12.740,63
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	24/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.740,63
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	24/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	12.740,63
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00	24/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO D	12.740,63
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00	24/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	12.740,63
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00	24/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP	12.740,63
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00	24/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP - PRINCIPAL	12.740,63
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	05/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	8.639,80
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	05/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.639,80
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	05/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.639,80
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00	05/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMEN	8.639,80
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00	05/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	17.279,60
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00	05/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	8.639,80
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	06/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	8.638,80
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	06/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.638,80
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	06/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.638,80
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00	06/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMEN	8.638,80
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00	06/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	17.277,60
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00	06/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	8.638,80
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	16/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	38.928,50
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	16/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.928,50
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	16/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	38.928,50
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	16/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	38.928,50
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	16/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	38.928,50
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00	16/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	38.928,50
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00	16/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	38.928,50
1.7.1.3.50.1.1.24.00.00.00	16/09/2024	1 - Receita	INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	11.701,50
1.7.1.3.50.1.1.26.00.00.00	16/09/2024	1 - Receita	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA/ESF E EQU	27.227,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	17/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	3.800,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	17/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.800,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	17/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	3.800,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00	17/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SO	3.800,00
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00	17/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SO	7.600,00
1.7.1.6.50.1.0.00.00.00.00	17/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SO	3.800,00
1.7.1.6.50.1.04.00.00.00.00	17/09/2024	1 - Receita	INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA DO SUAS - Fonte 940	3.800,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	09/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	322.676,91
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	09/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	322.676,91
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	09/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	322.676,91
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	09/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	314.036,11
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	09/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	314.036,11
1.7.1.1.51.2.0.00.00.00.00	09/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRA	314.036,11
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00	09/09/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRA	314.036,11

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de TAPIRA recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00	09/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMEN	8.640,80
1.7.1.4.52.0.0.00.00.00.00	09/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	17.281,60
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.00	09/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃ	8.640,80
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	19/09/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	25.568,78
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	19/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	25.568,78
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	19/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	25.568,78
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00	19/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMEN	25.568,78
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00.00	19/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	51.137,56
1.7.1.4.50.0.1.00.00.00.00	19/09/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	25.568,78
			Total ....:	**1.516.585,53**

CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito

MUNICIPIO DE TAPIRA
Estado do Paraná
Exercício: 2024
RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO ESTADUAL
Período de 01/10/2024 a 31/10/2024

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA , comunico à Vossa Senhoria que o município de TAPIRA de recebeu do Governo Estadual os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Descrição	Valor
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	10/10/2024	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	4.910,62
1.7.2.1.53.0.1.00.00.00.00.00	10/10/2024	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINC	4.707,17
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	30/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	216,31
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	30/10/2024	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	753,05
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	01/10/2024	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	90.289,31
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	01/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.578,90
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	21/10/2024	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	223.798,42
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	21/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.656,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	31/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	2.066,08
1.7.2.9.52.0.1.01.00.00.00.00	31/10/2024	PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICÍPIOS - PETE/PR	20.231,32
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	02/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	935,36
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	22/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	980,30
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	03/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	106,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	23/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.009,19
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	04/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	489,54
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	24/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.391,92
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	15/10/2024	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	201.763,27
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	15/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	464,20
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	25/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.305,39
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	16/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	1.134,55
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	07/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	212,93
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	17/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	508,49
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	08/10/2024	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	52.347,66
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	08/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	343,60
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	18/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	919,00
1.7.2.1.52.0.1.00.00.00.00.00	18/10/2024	COTA-PARTE DO IPI - MUNICÍPIOS - PRINCIPAL	2.388,19
1.7.2.9.51.0.1.02.00.00.00.00	18/10/2024	Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS	18.750,00
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	28/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	637,97
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	09/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	447,61
1.7.2.1.50.0.1.00.00.00.00.00	29/10/2024	COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL	83.097,24
1.7.2.1.51.0.1.00.00.00.00.00	29/10/2024	COTA-PARTE DO IPVA - PRINCIPAL	253,00
2.4.2.9.99.0.1.01.00.00.00.00	18/10/2024	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS	6.000,00
		Total ....:	**725.692,59**

CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA
ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 154/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 255/2024
Proc. Administrativo 1Doc Nº 2400/2024

TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Altônia, Estado do Paraná, **CLAUDENIR GERVASONE**, no uso de suas atribuições legais e com base no inciso II do Art. 75 da Lei nº. 14133/21, autoriza a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, solicitada, pela SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, para **Contratação de empresa para prestação de serviços de Locação de Banheiros Químicos para durante Evento Ecológico, no dia 27 de novembro de 2024, no Balneário de Vila Yara,** no valor de **R$ 9.850,00 (nove mil oitocentos e cinquenta reais).** Com a empresa: **T FERNANDES SOLDA – EVENTOS - ME,** inscrito no CNPJ sob nº**. 97.531.039/0001-77**, com sede a Rua Nelson Pereira Bicudo, 34 – Centro, na cidade de Esperança Nova, estado do Paraná.

Os recursos para a contração acima citada serão oriundos da Fonte:

41	SECRETARIA DE MEIO AMB AGRIC E TURISMO	23	17	2	103	Apoio e Incentivo ao Turismo	339039120000	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Requisição 201/2024 - Reserva 345/2024

Altônia, 25 de novembro de 2024.

CLAUDENIR GERVASONE
Prefeito Municipal

Publicações legais

MUNICIPIO DE TAPIRA
Estado do Paraná
Exercício: 2024
RELAÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL
Período de 01/10/2024 a 31/10/2024

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de TAPIRA recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	1.067.892,47
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	RECEITAS CORRENTES	-207.925,56
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.067.892,47
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-207.925,56
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.067.892,47
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-207.925,56
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	1.039.627,91
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	-207.925,56
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS - FPM	546.093,33
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS - FPM	-109.218,65
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	546.093,33
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	10/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-109.218,65
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	546.093,33
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	10/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-109.218,65
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	987.069,16
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	-197.413,82
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	493.534,58
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	10/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-98.706,91
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS	28.264,56
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	28.264,56
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	28.264,56
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	28.264,56
1.7.1.3.50.1.1.08.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	25.416,00
1.7.1.3.50.1.1.25.00.00.00	10/10/2024	1 - Receita	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - COMPONENTE PER CAPITA DE BASE POPUL	2.848,56
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	470.492,60
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	RECEITAS CORRENTES	-93.362,36
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	470.492,60
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-93.362,36
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	470.492,60
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-93.362,36
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	466.811,94
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	-93.362,36
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	465.550,56
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	-93.110,09
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	465.550,56
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	30/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-93.110,09
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	465.550,56
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	30/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-93.110,09
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	2.522,76
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	-504,54
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	1.261,38
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	30/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-252,27
1.7.1.9.00.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	3.680,66
1.7.1.9.58.0.0.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	7.361,32
1.7.1.9.58.0.1.00.00.00.00	30/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA OBRIGATÓRIA DECORRENTE DA LEI COMPLEMENTAR N 17	3.680,66
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	11/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	27.227,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	11/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.227,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	11/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	27.227,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	11/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE SUS	27.227,00
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	11/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	27.227,00
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00	11/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	27.227,00
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00	11/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	27.227,00
1.7.1.3.50.1.1.26.00.00.00	11/10/2024	1 - Receita	INCENTIVO FINANCEIRO DA APS - EQUIPES DE SAUDE DA FAMILIA/ESF E EQU	27.227,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	31/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	12.364,31
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	31/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.364,31
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	31/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	12.364,31
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00	31/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SO	12.364,31
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00	31/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SO	24.728,62
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00	31/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SO	12.364,31
1.7.1.6.50.0.1.01.00.00.00	31/10/2024	1 - Receita	PISO DE TRANSICAO DE MEDIA COMPLEXIDADE Fonte 941	364,31
1.7.1.6.50.0.1.02.00.00.00	31/10/2024	1 - Receita	PISO BASICO FIXO - Fonte 934	4.800,00
1.7.1.6.50.0.1.03.00.00.00	31/10/2024	1 - Receita	SERVICO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - Fonte 934	7.200,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	22/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	19.057,87
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	22/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.057,87
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	22/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	19.057,87
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00	22/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO D	19.057,87
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00	22/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	19.057,87
1.7.1.2.52.1.0.00.00.00.00	22/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	502,53
1.7.1.2.52.1.1.00.00.00.00	22/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	502,53
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00	22/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO FEP	18.555,34
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00	22/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO FEP - PRINCIPAL	18.555,34
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	03/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	1.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	03/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.000,00

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de TAPIRA recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	03/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.000,00
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	03/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	1.000,00
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	03/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	1.000,00
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00.00	03/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.000,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00	03/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.000,00
1.7.1.3.50.3.1.03.00.00.00	03/10/2024	1 - Receita	INCENTIVO FINANCEIRO AOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO D	1.000,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	14/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	3.650,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	14/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.650,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	14/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	3.650,00
1.7.1.6.00.0.0.00.00.00.00	14/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SO	3.650,00
1.7.1.6.50.0.0.00.00.00.00	14/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SO	7.300,00
1.7.1.6.50.0.1.00.00.00.00	14/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SO	3.650,00
1.7.1.6.50.0.1.04.00.00.00	14/10/2024	1 - Receita	INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA DO SUAS - Fonte 940	3.650,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	24/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	12.187,62
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	24/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.187,62
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	24/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	12.187,62
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00	24/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO D	12.187,62
1.7.1.2.52.0.0.00.00.00.00	24/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLE	12.187,62
1.7.1.2.52.4.0.00.00.00.00	24/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP	12.187,62
1.7.1.2.52.4.1.00.00.00.00	24/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO FEP - PRINCIPAL	12.187,62
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	11.825,76
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.825,76
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	11.825,76
1.7.1.2.00.0.0.00.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO D	124,26
1.7.1.2.51.0.0.00.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECUR	248,52
1.7.1.2.51.0.1.00.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECUR	124,26
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	11.701,50
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	11.701,50
1.7.1.3.50.1.0.00.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	11.701,50
1.7.1.3.50.1.1.00.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	11.701,50
1.7.1.3.50.1.1.24.00.00.00	15/10/2024	1 - Receita	INCENTIVO FINANCEIRO PARA ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	11.701,50
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	08/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	42.147,41
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	08/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.147,41
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	08/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	42.147,41
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	08/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	42.147,41
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	08/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	42.147,41
1.7.1.3.50.2.0.00.00.00.00	08/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	33.675,41
1.7.1.3.50.2.1.00.00.00.00	08/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	33.675,41
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00.00	08/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	8.472,00
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00	08/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	8.472,00
1.7.1.3.50.3.1.04.00.00.00	08/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAG. DOS VENCIMENTO	8.472,00
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	246.993,99
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	RECEITAS CORRENTES	-44.917,88
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	246.993,99
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-44.917,88
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	246.993,99
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-44.917,88
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	224.589,49
1.7.1.1.00.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	-44.917,88
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	208.239,82
1.7.1.1.51.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM	-41.647,95
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	208.239,82
1.7.1.1.51.1.0.00.00.00.00	18/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-41.647,95
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	208.239,82
1.7.1.1.51.1.1.00.00.00.00	18/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSA	-41.647,95
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	32.699,34
1.7.1.1.52.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	-6.539,86
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	16.349,67
1.7.1.1.52.0.1.00.00.00.00	18/10/2024	5 - Deduções FUNDEB	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - PR	-3.269,93
1.7.1.4.00.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMEN	22.404,50
1.7.1.4.50.0.0.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	44.809,00
1.7.1.4.50.1.0.00.00.00.00	18/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - PRINCIPAL	22.404,50
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	09/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	1.014,95
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	09/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.014,95
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	09/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	1.014,95
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	09/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	1.014,95
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	09/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	1.014,95
1.7.1.3.50.3.0.00.00.00.00	09/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.014,95
1.7.1.3.50.3.1.00.00.00.00	09/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	1.014,95
1.7.1.3.50.3.1.01.00.00.00	09/10/2024	1 - Receita	INC. FINANCEIRO AOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA A VIGILÂNCIA EM S	1.014,95
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	29/10/2024	1 - Receita	RECEITAS CORRENTES	6.000,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00	29/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.000,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00	29/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	6.000,00

De ordem do senhor(a) Prefeito(a) Municipal, CLAUDIO SIDINEY DE LIMA para fins de cumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452 de 20 de Março de 1997. Comunico à Vossa Senhoria que o município de TAPIRA recebeu do Governo Federal os recursos a seguir discriminados, que se destinarão, quando for o caso, ao cumprimento de convênios ou contratos celebrados:

Receita	Data	Tipo	Descrição	Valor
1.7.1.3.00.0.0.00.00.00.00	29/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS	6.000,00
1.7.1.3.50.0.0.00.00.00.00	29/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE SUS REPAS	6.000,00
1.7.1.3.50.4.0.00.00.00.00	29/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	6.000,00
1.7.1.3.50.4.1.00.00.00.00	29/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E	6.000,00
2.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00	01/10/2024	1 - Receita	RECEITAS DE CAPITAL	238.856,00
2.4.0.0.00.0.0.00.00.00.00	01/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	238.856,00
2.4.1.0.00.0.0.00.00.00.00	01/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	238.856,00
2.4.1.4.00.0.0.00.00.00.00	01/10/2024	1 - Receita	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	238.856,00
2.4.1.4.99.0.0.00.00.00.00	01/10/2024	1 - Receita	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	477.712,00
2.4.1.4.99.0.1.00.00.00.00	01/10/2024	1 - Receita	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	238.856,00
2.4.1.4.99.0.1.11.00.00.00	01/10/2024	1 - Receita	Pavimentação Contrato 912584/2021	238.856,00
			Total ....:	**1.814.504,18**

CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA DE SAÚDE
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024/11/273
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 251/2024
Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, para contratação da empresa, GABRIEL DAMASCENO SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, para prestação de serviços médicos (40 horas Semanais) para a secretaria de saúde, unidades de saúde e ambulatórios no município de Umuarama-Pr conforme o edital de chamamento público 010/2024 - Saúde, com fulcro no Art. 74, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 318.132,00(trezentos e dezoito mil cento, cento e trinta e dois reais)
AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 2024/11/273 de 05 de novembro de 2024, anexo.
UMUARAMA, 25 DE NOVEMBRO DE 2024.
EDSON DOS SANTOS SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 2.553/2024
Nomeia a servidora CRISTINA SILVA DA COSTA BABETTO para o provimento de cargo público municipal.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a Portaria n.º 2.041/2022 de 23 de maio de 2022, publicada no Jornal "Umuarama Ilustrado" do dia 24 de maio de 2022, que homologou o resultado do Concurso Público Municipal, realizado em decorrência do Edital n.º 30/2022,
R E S O L V E :
Art. 1º Nomear a servidora abaixo relacionada, para ocupar o cargo de Carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em preenchimento das vagas existentes no Quadro de Servidores Públicos Municipais, ficando lotada na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 12 de dezembro de 2024.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS SEMANAIS

ITEM	NOME	RG/CPF	GRUPO	REFERÊNCIA	CLASSE
01	Cristina Silva da Costa Babetto	060.035.309-52	GOO	1	C

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de novembro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2.555/2024
Exonerar a servidora FABIANA SALETE DA SILVA.
CONSIDERANDO a Portaria n.º 956/2024;
CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 6351/2024;
CONSIDERANDO o Relatório da Comissão Processante;
CONSIDERANDO a Decisão emitida em 21.11.2024.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, conforme decisão exarada às fls. 222 a 224, do Processo Administrativo Disciplinar n.º 6351/2024, instaurado pela Portaria n.º 956/2024,
R E S O L V E :
Art. 1º Exonerar a servidora FABIANA SALETE DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 12.969.846-2-SSP-PR, inscrita no CPF sob o nº 084.971.389-70, nomeada em 23.09.20185, para ocupar o cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com base no disposto no artigo 20, incisos e parágrafo §3º, todos da Lei Complementar nº 018/1992 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama e art. 41, da Constituição Federal, a contar de 25.11.2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de novembro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2.554/2024
Transferir a servidora CRISTINA SILVA DA COSTA BABETTO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
Art. 1º Transferir a servidora CRISTINA SILVA DA COSTA BABETTO, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 10.204.588-2-SSP-PR e inscrita no CPF n.º 060.035.309-52, nomeada em 09 de Dezembro de 2024, para ocupar o cargo público de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviço na Secretaria Municipal de Saúde, com ônus para a mesma, a contar de 09 de Dezembro de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de novembro de 2024.
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná
CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA DE NOVEMBRO /2024
RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME SERVIDOR: CARLOS JOSE DE MORAIS
MATRICULA: 202204
RG: 6.308.630-4
DESTINO/UF: MARINGA
SAÍDA:06:59MIN 22/11/2024
RETORNO:16:11H:00MIN 22/11/2024
MEIO DE TRANSPORTE: GOL PLACA RHJ5G94
CUSTO APROXIMADO: R$160,00

Pagamento de 1/8 (UM OITAVO) diárias, conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R$47,07 (QUARENTA E SETE REAIS E SETE CENTAVOS), como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de MARINGA, para TRANSPORTAR PACIENTE PARA FINS DE TRATAMENTO MEDICO.

p/ Maria Aparecida da Silva
ANGELA MARIA DE ALMEIDA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

IZABEL CRISTINA ALVES
PREFEITA EM EXERCÍCIO

Recebi em ___/___/____

DEFERIDO [ ]
INDEFERIDO [ ]

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 355/2024
Abre Crédito Adicional Suplementar, altera o PPA e dá outras providências.
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal nº 4.719 de 20 de dezembro de 2023;
D E C R E T A:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Municipio, aprovado pela Lei Municipal n° 4.719, de 20 de dezembro de 2023, no valor de R$ 941.050,77 (novecentos e quarenta e um mil, cinquenta reais e setenta e sete centavos), para atender à programação constante do Anexo I.
Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1° decorrem de:
I - anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme indicado no Anexo II.
II - superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2023, da Fonte 300107 - Salário Educação - exercício anterior, no valor de R$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), e da Fonte 370050 - Transporte Escolar Estadual PETE - exercício anterior, no vallor de R$ 305.050,77 (trezentos e cinco mil, cinquenta reais e setenta e sete centavos), conforme indicado no Anexo II.
Art. 3º Este Decreto altera as despesas previstas nos anexos das leis Municipais nº 4.506/21 - PPA, a seguir relacionados:
I – PPA:
a) - Programas e Ações;
b) - Demonstrativo por Unidade Executora;
c) - Demonstrativo por Função;
d) - Demonstrativo por Subfunção;
e) - Demonstrativo por Programa;
f) - Demonstrativo por Projetos, Atividades e Operações Especiais.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de novembro de 2024
CELSO LUIZ POZZOBOM
Prefeito Municipal
EVERALDO MARCOS NAVARRO
Secretário Municipal de Fazenda

ANEXO I
ANEXO AO DECRETO N° 355 DE 25/11/2024

Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64

SUPLEMENTAÇÃO DE DESPESA (APLICAÇÃO)

ÓRGÃO: 19. - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE: 19.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.E

FUNCIONAL	ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL	NATUREZA DA DESPESA		FONTE	VALOR	
12.361.0015.2047	Manutenção do Ensino Fundamental	3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	300107	R$	30.000,00
12.361.0015.2047	Manutenção do Ensino Fundamental	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVI Ç OS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300107	R$	200.000,00
12.365.0015.2050	Manutenção da Educação Infantil - 0 a 3 anos	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVI Ç OS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300107	R$	150.000,00
12.365.0015.2315	Manutenção da Educação Infantil - 4 a 5 anos	3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVI Ç OS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300107	R$	150.000,00
12.122.0015.2100	Administração da Diretoria de Educação	3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	104	R$	3.000,00
12.361.0015.2046	Transporte de Escolares	3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	370050	R$	305.050,77
12.361.0015.1.149	Ensino Fundamental - Aquisição e Reposição de Equipamentos e Material Permanente	4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	300107	R$	100.000,00
				TOTAL GERAL	R$	938.050,77

ÓRGÃO: 21. -SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
UNIDADE: 21.001. - COORDENAÇÃO GERAL - S.M.E.L

FUNCIONAL	ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL	NATUREZA DA DESPESA		FONTE	VALOR	
27.122.0019.2163	Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer	3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	1000	R$	3.000,00
				TOTAL GERAL	R$	3.000,00
TOTAL GERAL						941.050,77

ANEXO II
ANEXO AO DECRETO N° 355 DE 25/11/2024

Crédito Adicional Suplementar - Inciso I, do art. 41, da Lei Federal n° 4.320/64

CANCELAMENTO DE DESPESA

ÓRGÃO: 08. - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS
UNIDADE: 08.002. - DIRETORIA DE OBRAS

FUNCIONAL	ATIVIDADE/PROJETO/OP. ESPECIAL	NATUREZA DA DESPESA		FONTE	VALOR	
12.361.0015.1095	Construção, Reformas, Reparos, Adequações e Ampliac. da Estrutura F í sica das Unid. Escolares	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	104	R$	3.000,00
20.606.0008.1444	Construção de Cobertura Metálica da Arena do Parque de Exposições	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1000	R$	3.000,00
				TOTAL GERAL	R$	6.000,00
TOTAL GERAL						6.000,00

SUPERÁVIT FINANCEIRO
EM 31/12/2023

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

DESCRIÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT FINANCEIRO Nº Fonte	SUPERÁVIT FINANCEIRO Valor
Salário Educação - exercício anterior	7.437.871,53	3.090.625,28	300107	4.347.246,25
		Valor utilizado pelo Decreto nº 146/2024	300107	800.000,00
		Valor utilizado pelo Decreto nº 187/2024	300107	269.000,00
		Valor utilizado pelo Decreto nº 203/2024	300107	345.000,00
		Valor utilizado pelo Decreto nº 253/2024	300107	200.000,00
		Valor utilizado pelo Decreto nº 355/2024	300107	630.000,00
		Saldo atual	300107	2.103.246,25

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

DESCRIÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT FINANCEIRO Nº Fonte	SUPERÁVIT FINANCEIRO Valor
Transporte Escolar Estadual PETE - exercício anterior	557.953,98	252.903,21	370050	305.050,77
		Valor utilizado pelo Decreto nº 355/2024	370050	305.050,77
		Saldo atual	370050	-

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **24.10.0052.001.00711-3**, em face do fornecedor **PROFISSIONALIZA CURSOS** , inscrito no CNPJ sob n. 42.866.959/0001-54, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 25 de novembro de 2024

Eduardo Henrique Ceranto
Secretário Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **24.10.0052.001.00577-3**, em face do fornecedor **PEREIRA SUDRE CONSULTORIA ESPECIALIZADA LTDA ,** inscrito no CNPJ sob nº57.587.218/0001-01, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 25 de novembro de 2024

Eduardo Henrique Ceranto
Secretário Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **24.10.0052.001.00547-3**, em face do fornecedor **L7 EXPERIENCE & SOLUTIONS LTDA ,** inscrito no CNPJ sob nº40.726.468/0001-82, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 25 de novembro de 2024

Eduardo Henrique Ceranto
Secretário Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA
Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone:(44) 3639-1900
Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - email: licita@umuarama.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ

RESUMO DE TERMO ADITIVO REPUBLICADOS POR INCORREÇÃO

Termo Aditivo 001 ao Contrato N° 302/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: S.A.U. – SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA UMUARAMA LTDA
Cláusula Primeira: Ficam alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R$ 50.000,00(cinquenta mil reais) para até R$ 100.000,00(cem mil reais), a partir de 1/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R$ 450.000,00(quatrocentos e cinquenta mil reais), **referente a diferença de 09 meses restantes do contrato,** passando e atualizando o valor total do contrato de R$ 600.000,00(seiscentos mil reais) para até R$ 1.050.00,00(um milhão e cinquenta mil reais)nos termos da tabela abaixo descrita:

Procedimentos	Previsão de quant. de exames/ano	Valor Consulta	Valor total do aumento	Valor total unitário com aumento
Anestesia Hospitalar	6.000	R$ 100,00	R$ 100,00	R$ 200,00

Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:163 – F:1
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D164 – F:303
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:165 – F:494
70.001.10.308.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:166 – F:360218
70.001.10.302.0025.2.096 – ED:3.3.90.39.00.00 – D:276 – F:70014
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 21/10/2024

Umuarama, 25 de novembro de 2024.

EDSON DOS SANTOS SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Assistência Social
MARILUZ – PR
E.mail: assistenciasocial@mariluz.pr.gov.br
Avenida Marília, n. º 2534 - Centro – CEP: 87.470-000 – FONE (44) 3534-1599

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA 34/2024
RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME SERVIDOR: Marcio Roberto Solera
MATRICULA: 202366
RG: 8.744.409-0
DESTINO/UF: Paranavaí - Pr
DATA: 25/11/2024
HORA SAÍDA: 11:00 horas
HORA RETORNO: 20:00 horas
MEIO DE TRANSPORTE PLACA: veículo CRONOS FIAT - SDU5C73

Pagamento de 1/8 de umas diárias, conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R$ 47,07 como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de Paranavaí – Pr, conduzir 01 usuários com acompanhantes para o Laboratório para realizar uma coleta de material para um Laudo de DNA .

Lenice Brasiliano Marinho
Secretária Municipal de Assistência Social

Paulo Armando da Silva Alves
PREFEITO

Recebi em ___/___/____

DEFERIDO [ ]
INDEFERIDO

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2024

CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA VENDA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E BEBIDAS E NA DISPONIBILIZAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E AFINS, NOS EVENTOS ALUSIVOS ÀS COMEMORAÇÕES NATALINAS DE UMUARAMA/PR, NO PERÍODO DE 14 A 22 DE DEZEMBRO DE 2024, NO LAGO ARATIMBÓ, PRAÇA HÊNIO ROMAGNOLI E PRAÇA MIGUEL ROSSAFA

1. DO OBJETO E DA FINALIDADE

1.1 Este edital tem como objeto tornar público seleção de interessados na venda de produtos alimentícios e bebidas e na disponibilização de brinquedos infláveis e afins, durante os eventos alusivos às comemorações natalinas de Umuarama/PR, no Lago Aratimbó, Praça Hênio Romagnoli e Praça Miguel Rossafa, no período de 14 a 22 de dezembro de 2024, em conformidade com a Lei Complementar nº 439, de 06 de Julho de 2017, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Umuarama/PR.

1.2 O presente credenciamento é necessário para atender à demanda das festividades do Município, referente às comemorações alusivas ao Natal do Município de Umuarama. Com a finalidade de selecionar os interessados nas vendas de produtos alimentícios e bebidas, na disponibilização de brinquedos infláveis e venda ambulante nos seguimentos de algodão-doce, brinquedos, balões, pipoca, churros e doces.

1.3 Este edital terá validade de 04 (quatro) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Municipal.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Credenciamento quaisquer interessados, sendo estes pessoas jurídicas e/ou microempreendedores individuais (MEI) dos segmentos de alimentação e bebidas, brinquedos infláveis e afins, e pessoas físicas dos seguimentos de algodão-doce, brinquedos, balões, pipoca, churros e doces, pra venda ambulante. instalados no Município de Umuarama e que satisfaçam as condições deste edital e de seus anexos.

2.1.1 Entende-se por venda ambulante, aquele vendedor que não tenha lugar fixo de venda ou desde que o espaço ocupado ou carrinho não ultrapasse 2 m² (dois metros quadrados).

2.1.2 As vagas descritas no presente edital serão preenchidas prioritariamente por pessoas físicas, empresas e/ou MEI situados no Município de Umuarama, podendo, em caso de não preenchimento, serem destinadas a pessoas físicas, empresas/MEI de outras municipalidades.

2.2 Não poderão participar do credenciamento as pessoas físicas, pessoas jurídicas e/ou microempreendedores individuais (MEI) e seus responsáveis legais que:

a) Tenham sido impedidos de contratar com a Administração;

b) Tenham sido declarados inidôneos por órgão da Administração Pública, enquanto perdurar o prazo estabelecido na sanção aplicada;

c) Tenham demonstrado desempenho operacional insatisfatório, devidamente comprovado com esta Administração Pública;

d) Não apresentem condições jurídicas e fiscais ou técnicas, para atender ao objeto do presente regulamento;

e) Sejam servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Umuarama.

2.3 Os interessados devem respeitar a definição dos pontos para o exercício de comércio, observando os limites mínimos e condições de instalação, conforme as seguintes categorias:

Praça de Alimentação – Lago Aratimbó (Mapa dos espaços – Anexo 3)

Espaço Produto a ser comercializado

01 Hambúrguer e X (contendo pão, molho, milho, ervilha, bacon, hambúrguer, tomate e alface)

- Quantidade de ponto: 02 (3mx3m)

02 Cachorro quente (contendo Pão próprio de cachorro quente com tamanho aproximado de 15 cm ou 30cm, salsicha, molho e acompanhamentos diversos).

- Quantidade de ponto: 01 (3mx3m)

03 Chopp Pilsen (copo de 300ml ou 500ml).

- Quantidade de ponto: 2 (3mx3m)

04 Espetinho (Diversos tipos e acompanhamentos)

- Quantidade de ponto: 01 (3mx3m)

05 Sorvetes e Açaí (Sorvete cascão medida aproximada de 15 cm, casquinha medida aproximada de 11 cm, copo de 300ml, sabores diversos e acompanhamentos).

- Quantidade de ponto: 01 (3mx3m)

06 Cocadas (produtos derivados de coco), Churros e Crepres de sabores diversos

- Quantidade de ponto 02 (3mx3m)

07 Pastel (sabores diversos)

- Quantidade de ponto: 01 (3mx3m)

08 Alimentação Diversos - (outros produtos gastronômicos que não estejam elencados nos ítens anteriores)

- Quantidade de ponto: 02 (3mx3m)

Brinquedos Infláveis e Cama elástica (Mapa dos espaços – Anexo 3)

Espaço Produto a ser comercializado

01 Brinquedos infláveis e cama elástica (todos devem estar cercado das formalidades que atestem as condições de segurança dos brinquedos)

Tamanho do espaço: 250m²

Valor máximo do ingresso: R$ ... (... reais)

02 Brinquedos infláveis e cama elástica (todos devem estar cercado das formalidades que atestem as condições de segurança dos brinquedos)

Tamanho do espaço: 250m²

Valor máximo do ingresso: R$ ... (... reais)

03 Brinquedos infláveis e cama elástica (todos devem estar cercado das formalidades que atestem as condições de segurança dos brinquedos)

Tamanho do espaço: 250m²

Valor máximo do ingresso: R$ ... (... reais)

2.3.1 O local de instalação dos espaços será definido pela Comissão Central Organizadora – CCO.

2.4 Os interessados poderão se credenciar em apenas um dos itens dispostos na tabela acima descrita, de acordo com o seu objeto social.

2.5 A Inscrição e o Credenciamento concedido ao participante habilitado são INTRANSFERÍVEIS (art. 138, p.ú, do Código de Posturas).

2.6 É expressamente PROIBIDA A VENDA, A CESSÃO, O ALUGUEL DO PONTO, assim como a TROCA DAS ATIVIDADES ENTRE OS LICENCIADOS, o que, se confirmado, culminará na cassação do Credenciamento.

2.7 Fica assegurado ao Município de Umuarama o direito de cancelar, no todo ou em parte, este Edital de Credenciamento, mediante justificativa, sem que caiba, em decorrência dessa medida, qualquer indenização ou compensação aos proponentes e participantes.

2.8 Os vendedores ambulantes credenciados poderão realizar suas vendas no Lago Aratimbó, Praça Miguel Rossafa e Praça Hênio Romagnoli.

Ambulante: Lago Aratimbó

Espaço Produto a ser comercializado

AMBULANTE Balões (todos devem estar cercado das formalidades que atestem as condições de segurança)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Brinquedos (venda de brinquedos)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Pipoca (doce ou salgada)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Doces diversos (tais como geladinhos, bolo de pote, bolachas, trufas, chocolates entre outros)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Churros (diversos sabores)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Algodão doce

Ponto: Ambulante

Ambulante: Praça Miguel Rossafa

Espaço Produto a ser comercializado

AMBULANTE Balões (todos devem estar cercado das formalidades que atestem as condições de segurança)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Brinquedos (venda de brinquedos)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Pipoca (doce ou salgada)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Doces diversos (tais como geladinhos, bolo de pote, bolachas, trufas, chocolates entre outros)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Churros (diversos sabores)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Algodão doce

Ponto: Ambulante

Ambulante: Praça Hênio Romagnoli

Espaço Produto a ser comercializado

AMBULANTE Balões (todos devem estar cercado das formalidades que atestem as condições de segurança)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Brinquedos (venda de brinquedos)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Pipoca (doce ou salgada)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Doces diversos (tais como geladinhos, bolo de pote, bolachas, trufas, chocolates entre outros)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Churros (diversos sabores)

Ponto: Ambulante

AMBULANTE Algodão doce

Ponto: Ambulante

3. DA DOCUMENTAÇÃO, DO LOCAL, DIA E HORA PARA CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS

3.1 O Credenciamento iniciará a partir da data de veiculação deste edital, permanecendo aberto até o dia 29 de novembro de 2024, às 17h00, sendo possível apenas um item por interessado dos aqui disponibilizados, e que esteja de acordo com seu objeto social.

3.2 Os interessados deverão protocolar o pedido de credenciamento na Seção de Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Umuarama, localizada na Avenida Rio Branco, nº 3717, Centro Cívico, dentro do prazo estipulado no subitem 3.1 e acompanhado da seguinte documentação:

3.2.1 Pessoas jurídicas e/ou microempreendedores individuais (MEI):

a) Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, ou comprovante de condição de microempreendedor individual (MEI);

b) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos a tributos Federais, Estaduais e Municipais;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF e FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, incluídos por lei;

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);

e) Declaração que possui condições para realizar o evento, bem como possui quadro de funcionários suficiente para atender toda demanda do evento conforme atividade;

f) Ficha cadastral – Anexo II;

g) Documento de identificação com foto, do responsável pela assinatura do termo de compromisso;

h) Declaração de que não é servidor (a) da Administração Direta e Indireta do Município de Umuarama.

3.2.2 Pessoas Físicas (vendas ambulantes):

a) Ficha cadastral – Anexo II;

b) Documento de identificação com foto;

c) Comprovante de endereço;

c) Certidão Negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos relativos a tributos Federais, Estaduais e Municipais;

d) Declaração de que não é servidor (a) da Administração Direta e Indireta do Município de Umuarama.

3.2.3 Fica dispensada a autenticação das cópias dos documentos acima elencados. Em caso de dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal, poderá ser exigido o documento original ou cópia autenticada.

3.3 É de responsabilidade exclusiva e integral do credenciado que for autorizado a participar dos eventos, a utilização de pessoal para a exploração da área, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao Município de Umuarama.

3.4 A inscrição do proponente implicará na prévia e integral concordância com todas as normas deste Edital e cumprimento aos seus anexos;

4. DO CREDENCIAMENTO DOS INTERESSADOS

4.1 Após findado o prazo previsto no subitem 3.1, a Comissão Central Organizadora – CCO procederá à análise dos documentos encaminhados e credenciará todos os interessados que cumprirem os requisitos de qualificação acima previstos.

4.2 Havendo mais de um credenciado para o mesmo espaço, será realizado um sorteio para o desempate, não cabendo recurso do resultado.

4.2.1 Os credenciados que não forem sorteados integrarão o cadastro do reserva do presente edital.

4.3 Cumpridos todos os requisitos de qualificação e seleção acima identificados, será elaborado o respectivo Termo de Cessão de Uso, conforme minuta que consta do Anexo I.

5. DO SORTEIO

5.1 Caso seja necessário, o sorteio dos espaços para empresas/MEIs ocorrerá em ato público, na sede do Paço Municipal, em dia e horário a serem divulgados pela Comissão Central Organizadora – CCO.

5.1.1 No sorteio, será assegurado o direito de preferência às empresas e/ou aos MEIs situados no Município de Umuarama.

5.2 Para ter garantida sua participação no sorteio, os Credenciados deverão comparecer no ato público ou serem representados por pessoa que detenha poderes para tanto.

5.2.1 O credenciado que não comparecer/ não for representado no dia do sorteio marcado pela Comissão Central Organizadora – CCO, perderá o direito de prestar o serviço.

5.2.2 A indicação do responsável pela participação no sorteio, em caso de não ser sócio da credenciada, deverá ser feita no Anexo II – Ficha Cadastral deste credenciamento.

5.2.3 O Sorteio será realizado no sistema “cumbuca”, em que será colocado o nome de todos os interessados relativos ao item, sendo que o sorteio comporá uma lista de classificação. Preenchidos os espaços disponibilizados, os demais interessados/ credenciados ficarão em lista de espera, para eventual preenchimento do espaço em caso de desistência ou retirada do credenciado que não atender as disposições deste Edital.

6. VALOR MÁXIMO DE COMERCIALIZAÇÃO DE CADA PRODUTO

6.1 Os valores de comercialização dos itens descritos neste edital devem ser compatíveis com o valor de mercado, estando sujeitos à verificação do PROCON e, se o caso, retirada do expositor do evento.

7. DA DESISTÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO

7.1 O Credenciado poderá desistir da participação em até 02 (dois) dias antes da assinatura do Termo de Cessão de Uso, devendo comunicar à Comissão Central Organizadora – CCO, por meio da Seção de Protocolo.

7.2 Em havendo desistência, o estande selecionado pelo credenciado retornará à disponibilidade, para a possibilidade de escolha dos demais credenciados que ainda não realizaram a seleção do espaço.

8. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 A execução do (s) serviço (s) somente será autorizada após a assinatura do Termo de Cessão de Uso e a montagem ocorrerá no dia 13 de dezembro de 2024, a partir das 08 horas.

8.2 Imediatamente após o início da execução do objeto deste Edital, os serviços serão devidamente inspecionados/fiscalizados pelo Fiscal e pela Comissão, especialmente designados.

8.3 No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade na execução por parte do credenciado ou em relação às condições expressas neste Edital, os mesmos serão sumariamente rejeitados, sujeitando-se o credenciado às penalidades constantes no respectivo Termo.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 CABE AO CREDENCIADO:

a) Respeitar os horários e cumprir com as determinações emitidas pelo Município de Umuarama e Comissão Central Organizadora – CCO, durante o período dos eventos;

b) Atender às Normas de Regularização das Leis Trabalhistas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, buscando proteger a integridade física e moral dos trabalhadores contratados;

c) Responsabilizar-se por qualquer dano ou sinistro relativo à operação dos equipamentos de sua propriedade, e ainda por eventuais danos que venham a causar diretamente ou indiretamente a terceiros, bem como a estrutura fornecida pelo Município;

d) Retirar todos os seus materiais utilizados 1 (um) dia após a finalização do evento, tais como, equipamentos, devendo entregar o (s) espaço (s) ocupado (s) completamente limpo, da forma que o (s) recebeu;

e) Utilizar materiais e equipamentos que atendam às normas da ABNT e INMETRO;

f) Responsabilizar-se pela preservação e manutenção do espaço, no que tange à limpeza, higiene, segurança e conservação do imóvel e equipamentos sob sua responsabilidade;

g) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do espaço licitado.

h) Responsabilizar-se pelo ressarcimento dos prejuízos materiais e/ou pessoais que eventualmente causar ao Município de Umuarama ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços;

i) Não realizar nenhuma alteração no layout das instalações, não sendo permitido nem um tipo de faixa ou identificação que não seja o correspondente layout definido pela Comissão Central Organizadora.

j) Fornecer no espaço ocupado, extintores de incêndio devidamente instalados e regularizados junto aos órgãos competentes;

k) Dispor de equipe qualificada e treinada em número suficiente para a eficiente e eficaz prestação do serviço;

l) Observar para comercialização os produtos, tipos, marcas e preços máximos já tabelados pela Comissão Central Organizadora;

m) Vender somente o previsto para aquele espaço, sendo vedada a venda de produtos diversos;

n) Providenciar o Alvará Sanitário, expedido para o evento e seguir todas as exigências do órgão da Vigilância Sanitária.

o) Cumprir o horário de funcionamento, aos finais de semana com início às 17 h e término às 22 h, de segunda a sexta com início às 19 h e término às 22 h, nos dias 14 a 22 de dezembro de 2024. A desmontagem ocorrerá, obrigatoriamente, no dia 23 de dezembro de 2024, a partir das 08 horas até as 12 horas.

p) Observar e respeitar o espaço e o funcionamento da feira livre de terça-feira que ocorre no Lago Aratimbó.

9.2 CABE AO MUNICÍPIO:

a) Fiscalizar a presente Cessão de Uso, o que em nenhuma hipótese eximirá a proponente vencedora das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;

b) Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente edital;

c) Fiscalizar o cumprimento dos termos originários do presente edital, durante a vigência do Termo e durante todo o evento, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelo Credenciado;

d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados;

e) Permitir o livre acesso dos funcionários das Interessadas ao local dos serviços, respeitadas as normas internas de segurança e conduta emitidas pela Comissão Central Organizadora – CCO;

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Os responsáveis pela fiscalização do Termo decorrente deste edital serão os servidores públicos lotados na Secretaria Municipal de Fazenda, especificamente da Divisão de Postura.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 As autorizações expedidas em favor dos credenciados habilitados e sorteados para os eventos serão revogadas imediatamente após o término do evento ou a qualquer tempo desde que configurada a situação de conveniência e oportunidade, sem direito a indenização de qualquer espécie.

11.2 O Município de Umuarama não se responsabilizará por qualquer dano, furto ou extravio de qualquer equipamento utilizado, cabendo ao credenciado a responsabilidade pelos seus materiais de trabalho, isentando, assim, o Município de qualquer indenização.

11.3 O credenciamento concede ao Município de Umuarama o direito de utilizar em peças de divulgação dos eventos contratados, as fichas técnicas, fotografias e toda documentação apresentada no ato da inscrição, sem qualquer ônus para o município.

11.4 É facultado ao Município de Umuarama, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências com vistas a elucidar ou complementar a instrução do processo.

11.5 As solicitações de saneamento de falhas deverão ser atendidas pelo interessado no credenciamento no prazo estabelecido, sob pena de descredenciamento.

11.6 Os credenciados do ramo de alimentação, além do item em que forem classificados, poderão vender água, refrigerante, e cerveja, desde que respeitados os valores de mercado.

11.7 Não será permitida a venda de bebidas alcoólicas destiladas.

Umuarama, 07 de novembro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito de Umuarama

EVERALDO MARCOS NAVARRO

Secretaria de Fazenda

ANEXO I

TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº. __/2024

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE UMUARAMA E A _____, EMPRESA PARA A CESSÃO DE USO TEMPORÁRIA DE ESPAÇO PARA OS EVENTOS ALUSIVOS ÀS COMEMORAÇÕES NATALINAS DE UMUARAMA/PR, NO PERÍODO DE 14 A 22 DE DEZEMBRO DE 2024, NO LAGO ARATIMBÓ, PRAÇA HÊNIO ROMAGNOLI E PRAÇA MIGUEL ROSSAFA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 76.247.378/0001-56, promotor e organizador DOS EVENTOS ALUSIVOS ÀS COMEMORAÇÕES NATALINAS DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA, com sede na Avenida Rio Branco, 3717, Centro cívico, Umuarama, PR, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. CELSO LUIZ POZZOBOM, doravante denominado simplesmente CEDENTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, representada neste ato, pelo seu(ua) _____, Senhor(a) _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, doravante denominada simplesmente, CESSIONÁRIA, e as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Credenciamento n° 02/2024 e a Lei Complementar nº 439, de 06 de Julho de 2017, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Umuarama/PR, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto deste Termo é a Cessão de Uso temporária de espaço (s) disposto (s) para os eventos alusivos às comemorações natalinas de Umuarama/PR, no Lago Aratimbó, Praça Hênio Romagnoli e Praça Miguel Rossafa, no período de 14 a 22 de dezembro de 2024.

1.2. O(s) espaço(s), objeto(s) da presente cessão, possuirá(ão) as especificações descritas abaixo, conforme selecionados no Mapa, referindo-se a espaço no Lago Aratimbó (código/ número) do(s) espaço(s) – [PREENCHER APÓS ESCOLHA];

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESTRUTURA

2.1. Compromete-se o CEDENTE a disponibilizar o espaço com estande montado no qual a CESSIONÁRIA utilizará para comercialização de seus produtos.

2.2. Caso a CESSIONÁRIA necessite de estrutura hidráulica e/ou elétrica, deverá informar, com antecedência mínima de 05 dias, à CEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS NORMAS

3.1. A CESSIONÁRIA compromete-se a utilizar o(s) estande(s) de acordo com o estabelecido no layout do evento, e desde já, declara conhecer e aceitar todas as cláusulas e condições do regulamento geral, para todos os fins de direito, bem como, outras normas eventualmente editadas pela CEDENTE e a Comissão Central Organizadora do Evento no intuito de organizar o funcionamento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

4.1 A presente Cessão de Uso será a título gratuito.

4.2. As obrigações e encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários decorrentes das atividades durante a realização do evento são de responsabilidade única e exclusiva da CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESISTÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO

5.1. A CESSIONÁRIA poderá desistir da participação até 02 (dois) dias antes de assinar o Termo de Compromisso, devendo efetuar a comunicação à Comissão Central Organizadora – CCO, por meio de Protocolo, retornando a disponibilidade do espaço para possibilidade de escolha dos demais Credenciados e que ainda não realizaram a seleção.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1 CABE À CESSIONÁRIA

a) Respeitar os horários e cumprir com as determinações emitidas pelo Município de Umuarama e Comissão Central Organizadora – CCO, durante o período dos eventos;

b) Atender às Normas de Regularização das Leis Trabalhistas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, buscando proteger a integridade física e moral dos trabalhadores contratados;

c) Responsabilizar-se por qualquer dano ou sinistro relativo à operação dos equipamentos de sua propriedade, e ainda por eventuais danos que venham a causar diretamente ou indiretamente a terceiros, bem como a estrutura fornecida pelo Município;

d) Retirar todos os seus materiais utilizados 1 (um) dia após a finalização do evento, tais como, equipamentos, devendo entregar o (s) espaço (s) ocupado (s) completamente limpo, da forma que o (s) recebeu;

e) Utilizar materiais e equipamentos que atendam às normas da ABNT e INMETRO;

f) Responsabilizar-se pela preservação e manutenção do espaço, no que tange à limpeza, higiene, segurança e conservação do imóvel e equipamentos sob sua responsabilidade;

g) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do espaço licitado;

h) Responsabilizar-se pelo ressarcimento dos prejuízos materiais e/ou pessoais que eventualmente causar ao Município de Umuarama ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços;

i) Não realizar nenhuma alteração no layout das instalações, não sendo permitido nem um tipo de faixa ou identificação que não seja o correspondente layout definido pela Comissão Central Organizadora;

j) Fornecer no espaço ocupado, extintores de incêndio devidamente instalados e regularizados junto aos órgãos competentes;

k) Dispor de equipe qualificada e treinada em número suficiente para a eficiente e eficaz prestação do serviço;

l) Observar para comercialização os produtos, tipos, marcas e preços máximos já tabelados pela Comissão Central Organizadora;

m) Vender somente o previsto para aquele espaço, sendo vedada a venda de produtos diversos;

n) Providenciar o Alvará Sanitário, expedido para o evento e seguir todas as exigências do órgão da Vigilância Sanitária.

o) Cumprir o horário de funcionamento, aos finais de semana com início às 17 h e término às 22 h, de segunda a sexta com início às 19 h e término às 22 h, nos dias 14 a 22 de dezembro de 2024. A desmontagem ocorrerá, obrigatoriamente, no dia 23 de dezembro de 2024, a partir das 08 horas até as 12 horas.

p) Observar e respeitar o espaço e o funcionamento da feira livre de terça-feira que ocorre no Lago Aratimbó.

6.1.1 Restará impedida da montagem do(s) estande(s) e da participação no evento, a CESSIONÁRIA que descumprir, em todo ou em parte, qualquer condição estabelecida pela Comissão Central Organizadora – CCO, independente de ser integrante ou não deste termo.

6.2 CABE AO CEDENTE:

a) Fiscalizar a presente Cessão de Uso, o que em nenhuma hipótese eximirá a proponente vencedora das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal;

b) Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente edital;

c) Fiscalizar o cumprimento dos termos originários da presente edital, durante a vigência do Termo e durante todo o evento, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pelo Credenciado;

d) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados;

e) Permitir o livre acesso dos funcionários das Interessadas ao local dos serviços, respeitadas as normas internas de segurança e conduta emitidas pela Comissão Central Organizadora – CCO;

CLÁUSULA SÉTIMA – CLÁUSULAS GERAIS

7.1. A execução do (s) serviço (s) somente será autorizada após a assinatura do presente Termo.

7.2 O descumprimento, no todo ou em parte, de qualquer condição estabelecida pela Comissão Central Organizadora – CCO, independente de ser integrante ou não deste TERMO DE COMPROMISSO pela CESSIONÁRIA, dará ao Município o direito de rescindir este termo imediatamente, independentemente de qualquer tipo de notificação judicial ou extrajudicial, arcando a CESSIONÁRIA com os prejuízos que der causa.

7.3 O presente termo será revogado imediatamente após o término do evento ou a qualquer tempo desde que configurada a situação de conveniência e oportunidade, sem direito a indenização de qualquer espécie.

7.4 O CEDENTE não se responsabilizará por qualquer dano, furto ou extravio de qualquer equipamento utilizado, cabendo à CESSIONÁRIA a responsabilidade pelos seus materiais de trabalho, isentando, assim, o CEDENTE de qualquer indenização.

7.5 O presente termo concede ao Município de Umuarama o direito de utilizar em peças de divulgação dos eventos contratados, as fichas técnicas, fotografias e toda documentação apresentada no ato da inscrição, sem qualquer ônus para o município.

7.6 Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Umuarama, Pr.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias, que, depois de lido e achado conforme, é assinado, pelas partes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Umuarama, ___, _____de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito de Umuarama

(XXXXXXXXXXXXX)

Empresa Cessionária

Testemunhas:

_____

CPF

_____

CPF

ANEXO II

FICHA CADASTRAL

À Comissão Central Organizadora – CCO dos eventos alusivos os eventos alusivos às comemorações natalinas, Município de Umuarama.

DADOS DA CREDENCIADA

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO COMPLETO:

MUNICÍPIO SEDE DA EMPRESA:

CNPJ:

TELEFONE:

Ramo/ Atividade Econômica:

Ficam nomeados como REPRESENTANTES LEGAIS, sendo-lhes outorgados poderes para pronunciar-se em nome desta empresa credenciada, bem como praticar todos os atos inerentes ao processo de Credenciamento 02/2024, visando sua participação nos Eventos alusivos às comemorações natalinas, Município de Umuarama, que será realizado no Município de Umuarama, as pessoas indicadas abaixo:

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

CARGO:

CPF:

TELEFONE:

RESPONSÁVEL PELA ESCOLHA DO ESPAÇO

NOME:

CARGO:

CPF:

TELEFONE:

PREPOSTO

NOME:

CARGO:

CPF:

TELEFONE:

Tenho interesse em participar do sorteio dos espaços, e declaro estar ciente das regras estabelecidas para o sorteio, contidas no item 5 e seguintes do edital, conforme segmentos assinalados abaixo:

ESPAÇOS SEGMENTO/PRODUTO INTERESSE

01 Hambúrguer e X(contendo pão, molho, milho, ervilha, bacon, hambúrguer, tomate e alface)

- Quantidade de ponto: 02 (3mx3m)

SIM NÃO

02 Cachorro quente (contendo Pão próprio de cachorro quente com tamanho aproximado de 15 cm ou 30cm, salsicha, molho e acompanhamentos diversos).

- Quantidade de ponto: 01 (3mx3m)

SIM NÃO

03 Chopp Pilsen (copo de 300ml ou 500ml).

- Quantidade de ponto: 2 (3mx3m) SIM NÃO

04 Espetinho (Diversos tipos e acompanhamentos)

- Quantidade de ponto: 01 (3mx3m)

SIM NÃO

05 Sorvetes e Açai (Sorvete cascão medida aproximada de 15 cm, casquinha medida aproximada de 11 cm ou copo, sabores diversos e acompanhamentos).

- Quantidade de ponto: 01 (3mx3m)

SIM NÃO

06 Cocadas (produtos derivados de coco), Churros e Crepres de diversos sabores

- Quantidade de ponto 02 (3mx3m) SIM NÃO

07 Pastel (sabores diversos)

- Quantidade de ponto: 01 (3mx3m) SIM NÃO

08 Alimentação Diversos - (outros produtos gastronômicos que não estejam elencados nos ítens anteriores)

- Quantidade de ponto: 02 (3mx3m) SIM NÃO

09 - Espaço 01

Brinquedos infláveis e cama elástica (todos devem estar cercado das formalidades que atestem as condições de segurança dos brinquedos)

Tamanho do espaço: 250m²

Valor máximo do ingresso: R$ ... (... reais)

SIM NÃO

11 - Espaço 02

Brinquedos infláveis e cama elástica (todos devem estar cercado das formalidades que atestem as condições de segurança dos brinquedos)

Tamanho do espaço: 250m²

Valor máximo do ingresso: R$ ... (... reais)

SIM NÃO

12 - Espaço 03

Brinquedos infláveis e cama elástica (todos devem estar cercado das formalidades que atestem as condições de segurança dos brinquedos)

Tamanho do espaço: 250m²

Valor máximo do ingresso: R$ ... (... reais) SIM NÃO

Ambulante Balões (todos devem estar cercado das formalidades que atestem as condições de segurança)

SIM NÃO

Lago Aratimbó

Miguel Rossafa

Hênio Romagnoli

Ambulante Brinquedos (venda de brinquedos) SIM

NÃO

Lago Aratimbó

Miguel Rossafa

Hênio Romagnoli

Ambulante Pipoca (doce ou salgada) SIM

NÃO

Lago Aratimbó

Miguel Rossafa

Hênio Romagnoli

Ambulante Doces diversos (tais como geladinhos, bolo de pote, bolachas, trufas, chocolates entre outros) SIM NÃO

Lago Aratimbó

Miguel Rossafa

Hênio Romagnoli

Ambulante Churros (diversos sabores) SIM

NÃO

Lago Aratimbó

Miguel Rossafa

Hênio Romagnoli

Ambulante Algodão doce

SIM NÃO

Lago Aratimbó

Miguel Rossafa

Hênio Romagnoli

Local, _____ de _____ de 2024.

(nome e assinatura do responsável legal).

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES LEGAIS COM PONTUALIDADE E TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA.

AFINAL, O JORNAL É LEGAL.

LUZ



cenp Fórum da Autorregulação do Mercado Publicitário

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

abra legal ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS ESPECIALIZADOS EM PUBLICIDADE LEGAL

adjoriBR JORNAIS DO INTERIOR

Apoio: Umuarama Ilustrado